

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

TESE DE DOUTORADO

COOPERATIVISMO NA REGIÃO CACAUEIRA DA
BAHIA: fatores determinantes da paralisação da
Copercacau

Fernando Rios do Nascimento

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

COOPERATIVISMO NA REGIÃO CACAUEIRA DA
BAHIA: fatores determinantes da paralisação da
Copercacau

Fernando Rios do Nascimento

Sob a Orientação do Professor Dr.
John Wilkinson

Tese apresentada como requisito parcial para
aprovação e obtenção do grau de **Doutor em**
Ciências, no curso de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Julho de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**.

Tese aprovada em 30/07/2013.

Dr. John Wilkinson – UFRRJ
Orientador

Dr. Nelson Giordano Delgado – UFRRJ

Dr. Luiz Flávio de Carvalho Costa – UFRRJ

Dr. Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas – MAPA

Dr. Dan Érico Lobão – UESC e CEPLAC

DEDICO

A meu pai, Manoelzinho, e à minha mãe, Dainha, *in memoriam*, que sempre tiveram como preocupação maior a educação dos filhos e os tornaram irresignados diante do mal.

Às minhas netas queridas, Maria Fernanda e Ana Beatriz, cuja alegria nos renova a todo dia; e à Maria Eduarda, que, ainda no ventre, brevemente nascerá sob a inspiração de Deus, para felicidade de todos.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e a direção do Departamento de Ciências Econômicas da UESC, que tornaram possível a realização deste Curso.

A todos as pessoas que se mobilizaram sob as mais diversas formas e manifestações, independentemente de credos e crenças, e apelaram às forças divinas para que a integridade da minha saúde fosse mantida.

Ao meu orientador, Prof. John Wilkinson, pela paciência e tolerância, e por ter me indicado os caminhos para escolha de um objeto de pesquisa que se tornou um desafio prazeroso.

Aos professores Nelson Giordano Delgado, Luiz Flávio de Carvalho Costa, Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas e Dan Érico Lobão, integrantes da banca examinadora, pelas oportunas questões e reflexões, que foram importantes para melhorar o trabalho.

Aos demais professores do CPDA, que participaram desse Curso, com os quais tive proveitoso relacionamento acadêmico.

Aos servidores do CPDA, especialmente Marcos, Teresa e Henrique, pela atenção que sempre tiveram comigo.

Aos amigos Antonio Lopes, Novenal Quinto e Lino Arnulfo, que leram as primeiras versões deste trabalho, pelas contribuições.

À minha esposa Leni, companheira dedicada e sempre presente nos momentos mais difíceis, a quem sou grande devedor, pelos sacrifícios a que se submeteu nessa curto-longa trajetória de idas e vindas entre Itabuna, Salvador e São Paulo.

Aos meus filhos Nando, Ricardo, Luciana, a minha nora Tina e ao meu genro Eduardo que, com zelo e dedicação, fizeram o possível para me acompanhar nessa jornada difícil em busca da sobrevivência, com o meu reconhecimento fraterno pelo sacrifício que a minha doença lhes impôs.

Aos meus irmãos Carlinhos, Célia, Regina, Noélia, Hormínio, Mariluce, pela solidariedade e apoio de sempre; e à Lia que, mesmo distante, sei das suas preocupações comigo; aos meus cunhados Albérico, Marinho, Dinalva e Ismaldina, pela mesma forma.

À minha sogra Percília, pelas suas orações e preocupações sempre presentes; aos cunhados Carlos e Rosane, Pedro, Ary, Linda, Lena, Lindomar e Lindalva, sempre solidários.

A Gabriel e Renata, José e Cristina Abreu, que me acolheram em São Paulo num momento crucial; e a todos os meus sobrinhos, inclusive Carla e Daniela, *in memoriam*.

Aos proficientes profissionais da saúde que me atenderam em Itabuna, no Hospital São Rafael, em Salvador, e no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

À Marlúcia, que durante meses, devido à minha ausência e de Leni, cuidou com dedicação e responsabilidade da nossa casa.

O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem caráter, nem dos sem-ética.

O que mais preocupa é o silêncio dos bons.

Martin Luther King

RESUMO

A partir de meados da década de 80, a cacauicultura baiana vem enfrentando uma crise sem precedentes. Tornou-se mais aguda no final dessa década, com o aparecimento da vassoura-de-bruxa, que foi responsável pela redução da produção, que passou de 450 mil para algo em torno de 100 mil toneladas/ano. Essa circunstância terminou revertendo expectativas com relação ao futuro do cacau, na Bahia, fazendo com que os bancos reduzissem de forma absoluta a concessão de crédito ao setor, criando uma situação de baixa liquidez e de insolvência, apesar da existência de uma dívida relativamente pequena. Essa situação de crise, que perdura até o presente, fez com que as principais empresas comerciais pedissem concordata, as indústrias nacionais de processamento de cacau paralisassem as suas atividades, as entidades de representação dos produtores, dos comerciantes e dos industriais, que tinham peso político, praticamente desaparecessem, restando apenas as indústrias multinacionais. Nesse contexto, também não subsistiu o Sistema Copercacau (uma Central localizada em Ilhéus, 13 cooperativas singulares localizadas em municípios da região e uma indústria de processamento de cacau), cuja paralisação, em 1992, mesmo com a confirmação do estado de crise, é avaliada de diversas maneiras. Vários diagnósticos foram produzidos sobre o problema, mas nenhuma medida foi adotada pelos governos estadual e federal, a não ser o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB, concebido em 1994, que, pela sua inconsistência e recomendações técnicas ineficazes, resultou apenas no endividamento da lavoura, que hoje se situa em torno de R\$ 1 bilhão. Nesta tese, que teve como pano de fundo as questões substantivas da economia cacaueira nos últimos 30 anos discutiu-se de forma geral os problemas enfrentados pelo cooperativismo regional, desde a sua origem, com ênfase na trajetória da Copercacau. A partir de documentos, relatórios e entrevistas com pessoas que participaram ativamente desse processo, e baseado em experiências próprias, construiu-se elementos factuais sobre fatores endógenos e exógenos determinantes da paralisação da Copercacau, cujo relato é uma tentativa de resgatar a realidade, quase sempre fora do objeto de análises circunstanciais. Observou-se que a paralisação da Copercacau deveu-se a um conjunto de fatores convergentes, como a falta de educação cooperativista dos associados, a presença predatória de comerciantes e de industriais, que atuaram para inviabilizar o cooperativismo, a simbiose burocrática que resultou na relação espúria entre o público e o privado, acentuados em função do problema maior, a vassoura-de-bruxa. Evidenciou-se que, apesar das dificuldades, o cooperativismo pode ser recomposto em bases mais consistentes, emprestando-se ênfase no trabalho de doutrina e educação, que não foi considerado antes, porque as razões que justificaram a sua implantação, de natureza conjuntural e estrutural continuam inalteradas, agora de forma ampliada, tornando crucial a necessidade de organização dos agricultores e da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Região Cacaueira. Cacau. Cooperativismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

As of the mid-80s, the Bahia cocoa plantation has been facing an unprecedented crisis. This situation became worse by the end of that decade, with the emergence of witch's broom disease, which was responsible for the dramatic drop in production, from 450 thousand tons/year to somewhere around 100,000. This circumstance ended up reversing expectations about the future of cocoa in Bahia, including making banks reduce credit to the sector, creating a situation of low liquidity and insolvency, despite the existence of a relatively small debt. This crisis, which persists to this day, made the leading trading companies ask for bankruptcy, cocoa processing domestic industries paralyzed their activities, and entities representing the producers, traders and industrialists, which had political weight, virtually disappeared, leaving only the multinational companies. In this context, neither survived the Copercacau system (a central cooperative located in Ilhéus, 13 individual cooperatives and a cocoa processing industry), whose stoppage in 1992, even with the confirmation of a state of crisis, is evaluated in multiple ways. Several diagnoses were made about the problem of cocoa, but no action was taken by the state and federal governments, other than the failed Recovery Program Bahia Cocoa Crop - PRLCB, designed in 1994, that, for its inconsistency and ineffective technical recommendations, only resulted in further indebtedness of the crop, which now stands at around US\$ 1 billion. This thesis, which has as its backdrop the substantive issues of the cocoa economy in the last 30 years, discussed generally the problems faced by the regional cooperativism, since its origin, emphasizing the trajectory of Copercacau. From documents, reports, interviews with people who participated in this process, and based on the author's own experience, facts were built up about the endogenous and exogenous determinants of the blockade of Copercacau, whose report is an attempt to rescue reality, almost always outside of the object of circumstantial analysis. It was observed that the stoppage of the cooperative system was due to a number of converging factors, such as: the lack of education from the cooperative members; the presence of predatory traders and industrialists who worked to derail the cooperative; the bureaucratic symbiosis that resulted in illegitimate relationship between public and private, which were accentuated due to the larger problem, the witch's broom's disease. It was demonstrated that, despite the difficulties, the cooperativism can be reset on more solid foundations, by lending emphasis on the work of teaching and education, which was not considered before because the reasons that justified its implementation, the cyclical and structural nature of it, remains unchanged, and have now expanded, urging a crucial need for organization of farmers and society.

KEYWORDS: Cocoa Region. Cocoa. Cooperativism. Development.

FIGURAS

Figura 01: Mapa da região sul da Bahia	2
Figura 02: Distribuição percentual da apropriação do preço final do chocolate ao consumidor	19
Figura 03: Representação esquemática do oligopsônio <i>a</i>	39
Figura 04: Benefícios oferecidos com a presença da cooperativa, em concorrência dinâmica	43
Figura 05: Benefícios aos clientes com empresas convencionais (ND) e em mercado dinâmico com a presença da cooperativa (MD)	46
Figura 06: Prédio-sede da Cooperativa Central do Cacau Ltda	71
Figura 07: Instalações da Itabuna Industrial S.A. – Itaisa, no Distrito Industrial de Ilhéus ...	74
Figura 08: Crédito rural destinado para custeio e investimentos na cacauicultura, no período 1977 a 1992. Valores em US\$ 1.000,00	86
Figura 09: Efeitos esperados da cooperação cooperativa	139
Figura 10: Nível de integração horizontal e vertical das cooperativas do novo sistema agroindustrial cooperativado.....	144

TABELAS

Tabela 01: Estrutura fundiária da Região Sul Baiana, por microrregiões, em percentual por hectare	3
Tabela 02: Classificação dos produtores, em 2012	4
Tabela 03: Itaisa: capitalização prevista e realizada pelos acionistas, em %	76
Tabela 04: Crédito rural destinado a custeio e investimento na cacauicultura baiana, no período 1977/92 e médias quadrienais. Valores em dólares	85
Tabela 05: Orçamentos aprovados para a Ceplac, período de 1986 a 1994, em US\$ mil	119
Tabela 06: Cacau: diagnóstico por município: nº de propriedades e de produtores, área plantada e produção, em 2011.....	146

SIGLAS

ABC – Associação Brasileira de Cacauicultores

Abec – Associação Brasileira de Exportadores de Cacau

Abic – Associação Brasileira das Indústrias de Cacau

ACC – Adiantamento sobre contrato de câmbio
Amurc – Associação dos Municípios da Região Cacaueira
APC – Associação de Produtores de Cacau
Bacen – Banco Central do Brasil
Befiex – Programa Federal de Incentivos Fiscais à Exportação
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cacex – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Cavab – Companhia de Controle da vassoura-de-bruxa
CCPC – Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau
CDAC – Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Cacau
Cecoop – Conselho Estadual de Cooperativismo
Cenex – Centro de Extensão da Ceplac
Cepec – Centro de Pesquisas do Cacau
Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CMN – Conselho Monetário Nacional
CCPC – Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau
CNPC – Conselho Nacional dos Produtores de Cacau
Cofaba – Cooperativa de Fazendeiros da Bahia
Comcauba – Comissão de Comércio de Cacau da Bahia
Copercacau – Cooperativa Central do Cacau
Corecon – Conselho Regional de Economia
Denacoop – Departamento Nacional de Cooperativismo
Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
FAO – Food and Agriculture Organization
FNA – Fórum Nacional da Agricultura
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FOB – Free on board
Funcau – Fundo de Desenvolvimento da Cacaucultura
GCOOP – Gerência de Cooperativismo do Banco do Brasil
GT-CACAU – Grupo Temático do Cacau do FNA
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB – Instituto de Cacau da Bahia
IFC – International Finance Corporation

Incrá – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPC – Instituto Pensar Cacau
Itaísa – Itabuna Industrial S.A.
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MVRC – Movimento de Valorização da Região Cacaueira
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
Oceb – Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
PAC do CACAU – Programa de Aceleração do Cacau
PACTO DO CACAU – Acordo firmado entre CNPC, Copercacau e ABC
PDAC – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio Cacau
PDRS – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável: Sul da Bahia
Pesa – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PRLCB – Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana
Procacau – Programa de Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional
Podefruta – Programa de Desenvolvimento das Frutas
Pronacoop – Programa Nacional de Cooperativismo
Recoop – Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TJLP – Taxa de juros de longo prazo
SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
Uesc – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DOCUMENTOS

Doc. 01: O-2001/818, de 04/05/78, da Ceplac, dirigido ao ministro da Agricultura
Doc. 02: Carta da firma Manoel Joaquim de Carvalho Ltda. de 07/04/78, dirigida ao ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República
Doc. 03: O-2001/817, da Ceplac, de 04/05/78, dirigido ao ministro da Agricultura
Doc. 04: Ofício 059/78, de 11/04/78, da Associação Brasileira das Indústrias de Cacau, dirigida ao ministro de Estado João Baptista Figueiredo
Doc. 05: Ofício 058/79, de 26/03/79, da Associação Brasileira das Indústrias de Cacau, dirigida ao ministro da Fazenda

Doc. 06: Relatório da Comissão Interministerial do Cacau, Brasília, março de 1992

Doc. 07: Projeto de recuperação da lavoura cacaueira, julho de 1992

Doc. 08: Sistema Copercacau: proposta de reestruturação, março de 1994

Doc. 09: COMITÊ DE BANCOS – Plano de Saneamento Financeiro e Readequação Operacional, setembro de 1995

Doc. 10-: Copercacau – Relatório Geral de 1995, aprovado na AGE de 14/07/97

Doc. 11: Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP: Informações para Enquadramento, março de 1998

Doc. 12: Banco do Brasil: Pró-memória de reunião

Doc. 13: Compte-Rendu de l'étude de marché portant sur les produits semi-finis brésiliens ducação, juillet 1987. Copercacau/Itaia

Doc. 14: Comissão Interministerial do Cacau (Portaria Interministerial nº 297, de 29/06/93 – Relatório

Doc. 15: Nota Tipográfica 248/94 da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados

Doc. 16: Relatório – Proposta Básica de Políticas Públicas para a Cadeia Produtiva do Cacau, julho de 1997

Doc. 17: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB: Evolução das ações complementares, jul/96

Doc. 18: Copercacau – Informações Básicas, fevereiro de 2000

Doc. 19: PROJETO COPERCACAU – Aspectos econômicos, sociais e ambientais, outubro de 2002

Doc. 20: Projeto de Implantação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira

Doc. 21: PRLCB – Relatório do Grupo de Supervisão, jan/2000.

Doc. 22: Copercacau – Relatório aprovado na AGE de 11/07/00

Doc. 23: Sugestões para o Plano de Safra 2004/205 – Região Cacaueira

Doc. 24: Declaração/denúncia do Sr. Luiz Henrique Franco Timoteo, de 26 de setembro de 2005.

Doc. 25: Revista Veja, reportagem “Terrorismo Biológico”, de 21 de junho de 2006

Doc. 26: Revista Veja, reportagem “A Caça às Bruxas”, de 5 de julho de 2006

ENTREVISTADOS

1. **Antonio Lopes** – Jornalista, editorialista do jornal **AgOra**, Itabuna
2. **Carlos Raimundo Baiardi** – Ex-presidente da Associação Brasileira de Cacaucultores – ABC. Integrou a Câmara Setorial do Cacau (MAPA) e o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Cacau – CDAC (MAPA)

3. **Celso Rosa** – Ex-gerente do Banco do Brasil, em Ilhéus, e coordenador Negocial de Bancos e dos estudos sobre o saneamento financeiro do Sistema Copercacau
4. **José Adervan de Oliveira** – Diretor do Jornal AgOra, de Itabuna
5. **José Mendes Filho** – Diretor da Federação da Agricultura do Estado da Bahia – FAEB e ex-presidente da Cooperativa dos Cacaucultores de Ipiáú – COCIP
6. **Novenal Quinto dos Santos** – Diretor da Copercacau e ex-diretor da Cooperativa de Fazendeiros de Cacau da Bahia do Estado da Bahia – COFABA
7. **Wallace Coelho Setenta** – Presidente da Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC e ex-presidente do Sindicato Rural de Itabuna. Integrou a Câmara Setorial do Cacau (MAPA) e o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Cacau – CDAC (MAPA)

SUMÁRIO

Introdução	1
A região sul da Bahia: a grande região cacaueira	1
A histórica dependência externa	4
Importância econômica, social e ambiental da Cadeia Produtiva do Cacau	7
Organização do estudo	10
 Capítulo 1	 12
Razões para realização do estudo	12
1.1 O quadro de perenização da crise	13
1.2 O aparecimento da vassoura-de-bruxa	22
1.3 Problemas econômicos, sociais e ambientais	24
1.4 Desarticulação do Sistema Copercacau no início da crise	26
1.5 A necessidade de estudos descritivos: uma reflexão sobre os fatos	29
 Capítulo 2	 34
Rediscutindo o cooperativismo: aspectos teórico-normativos	34
2.1 Introdução	35
2.2 A especificidade das cooperativas	36
2.3 A natureza corretiva do cooperativismo	37
2.3.1 Distorção do sistema de formação dos preços no mercado do cacau	37
2.3.2 O “tamanho” das cooperativas	40
2.3.3 Processo de crescimento.....	42
2.3.4 Cooperativismo sob uma perspectiva institucionalista	46
 Capítulo 3	 49
Políticas públicas recentes para o cacau: muitos erros e poucos acertos	49
3.1 Introdução	50
3.2 O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB	52
3.3 Plano de Safra: o Procacau e os Prodefruta	54
3.4 O “plano estratégico” da Ceplac	55
3.5 Um PAC para o cacau?	56
3.6 As notas técnicas da Ceplac	56
3.7 O que resultou dos programas: um dívida bilionária	58
 Capítulo 4	 61
Cooperativismo regional: uma trajetória de êxitos e de dificuldades	61
4.1 Contextualização histórica	62
4.2 A intervenção federal na Cooperativa Central de Agricultores do Sul da Bahia	64
4.2.1 Antecedentes	64
4.2.2 A recuperação	67
4.3 Implantação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia	69
4.4 O ingresso da Copercacau na industrialização do cacau: participação na Itaisa	72
4.4.1 Arranjo financeiro inadequado: não cumprimento da capitalização pelos sócios.....	75
4.4.2 A compra das ações ordinárias do grupo francês	78
4.4.3 A nova fase após a saída dos franceses	80

4.5 Os efeitos negativos da vassoura-de-bruxa	83
4.6 A redução do crédito para a lavoura	84
4.7 Problemas de liquidez da Cooperativa Central e das cooperativas singulares	86
4.8 As dificuldades de natureza trabalhista	87
4.9 Esforços desenvolvidos para a recuperação	89
4.9.1 Acordo com os bancos.....	89
4.9.2 Pedido de inclusão no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	93
4.9.3 As propostas do FNA, do Pacto do Cacau e do CDAC	95
4.9.4 O Recoop	99
Capítulo 5	102
Obstáculos internos e externos impostos ao cooperativismo regional	102
5.1 Os principais problemas internos	103
5.1.1 Adesão dos associados e a inexistência de assistência técnica	105
5.1.2 Superdimensionamento de estruturas: infidelidade às ideias de integração	106
5.1.3 Múltiplo endividamento	108
5.2 A pressão de setores comerciais e industriais e a Ceplac	108
5.2.1 As intenções nem sempre ocultas dos comerciantes	109
5.2.2 O que fizeram e fazem os industriais para manter o mercado dominado	113
5.3 A outra face da Ceplac	117
5.4 A atitude do secretário da Agricultura da Bahia	121
Capítulo 6	129
Uma proposta de recomposição do setor	129
6.1 O “insucesso” de cooperativas não significa a decadência do cooperativismo	130
6.2 Os “novos chocolateiros” e as cooperativas isoladas	131
6.3 O papel do estado como indutor: dever e não opção	134
6.4 A Lei Cooperativista Estadual e a necessidade de articulação institucional	141
6.5 Configuração de novo modelo: ênfase na educação	142
6.5.1 A definição do novo sistema	143
6.5.2 A formação de cooperativas singulares	148
6.5.3 Estratégia de ação	149
Considerações Finais	152
O cacau como diferencial	152
O significado da agricultura no seu conjunto	157
A necessidade de cooperação – a universalidade do cooperativismo	159
Conclusão	162
Referências	165
Anexos	170

Introdução

A região sul da Bahia: a grande região cacauceira

O Sul da Bahia é importante área do Estado, logo abaixo de Salvador e sua região metropolitana, onde até bem pouco tempo existia a maior densidade econômica de todo interior, reunindo cidades de grande porte, com identidade própria, do ponto vista econômico, social, ambiental e cultural. Trata-se de região privilegiada, tanto por condições físicas (situada fora do polígono das secas e próximo aos grandes centros desenvolvidos do Brasil), quanto pelas potencialidades econômicas, com uma população estimada em 3 milhões de pessoas, numa área de 100 mil km².

Em relação à ocupação produtiva, a região sul baiana abrange uma área superior 5.344.000 ha, sendo que a totalidade da população, seus atores principais, suas representações de classe, e a estrutura de serviço, é produto do fluxo de riqueza gerado pelo cacau, que chegou a representar 40% das exportações do Estado, na década de 80 (Figura 1).

Embora exista uma caracterização específica do IBGE, que subdivide a Região Sul da Bahia em três microrregiões, a de Porto Seguro, a de Valença e a de Ilhéus/Itabuna, parece mais apropriado o critério utilizado pela CAR (1997), a partir do qual, do ponto de vista espacial-regional, o Sul da Bahia se compõe de três subáreas: Baixo Sul, com 11 municípios¹, Cacaueira, com 42 municípios² e Extremo Sul, com 21 municípios³. Esta

¹ Constituída dos municípios: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Valença.

² Constituída dos municípios: Aiquara, Almadina, Apuarema, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Dário Meira, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiauí, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapitanga, Jitaúna, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães.

³ Constituída dos municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

regionalização decorre do cruzamento de variáveis edafoclimáticas e sistemas de produção praticados.

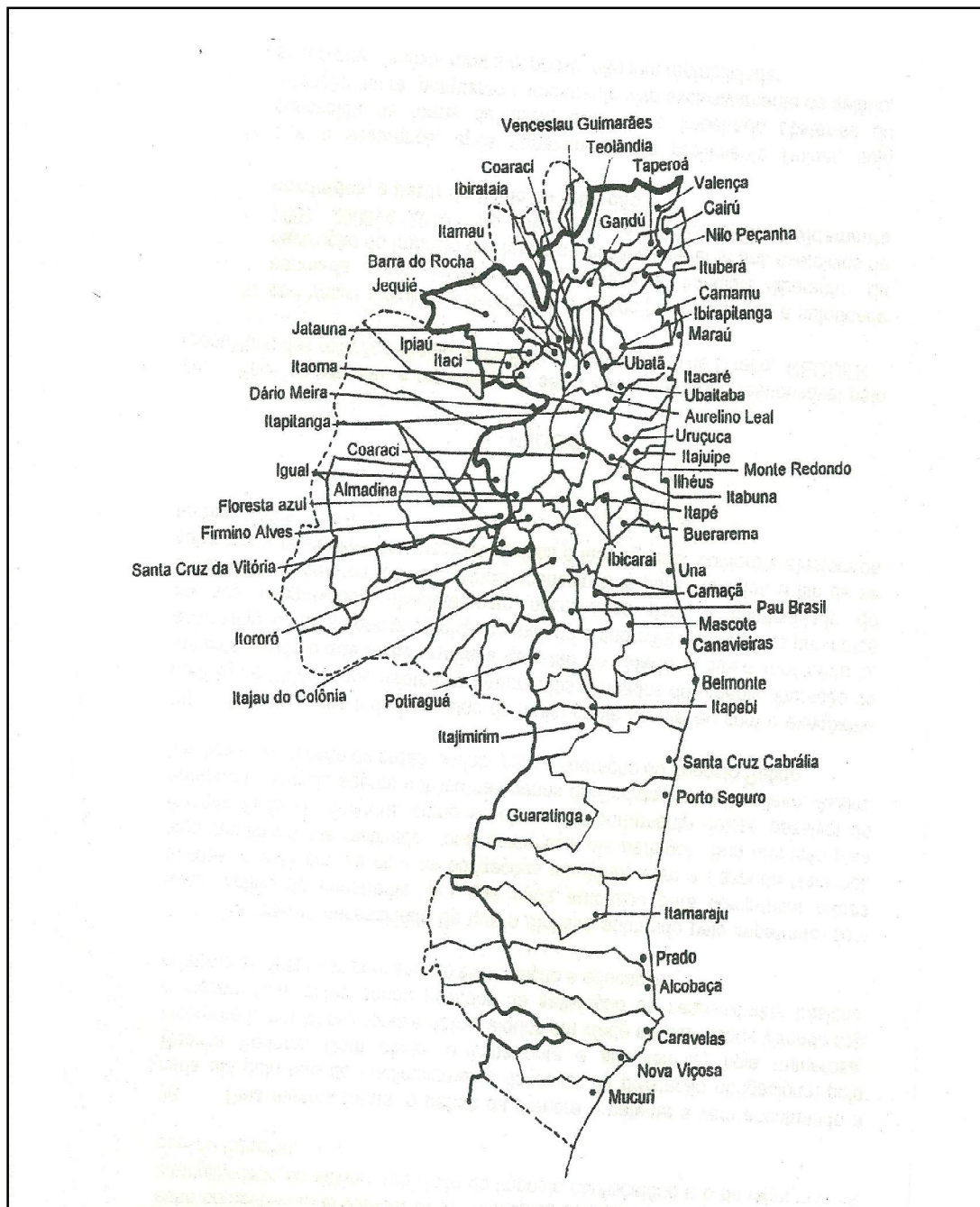


Figura 1: Mapa da Região sul da Bahia

Fonte: Nascimento 1994

Contrariando o senso comum, utilizando o conceito de microrregiões, mesmo antes da crise, a estrutura fundiária dessa região não favorecia os latifúndios, sendo significativo o número de propriedades com menos de 10 ha (Tabela 1). Por outro lado, considerando-se apenas a microrregião Ilhéus-Itabuna como definiu o IBGE, que equivale a subárea Cacaueira, na definição da CAR, 38,65% das propriedades agrícolas tinham menos de 10 ha e 50,31% não ultrapassando 100 ha.

Tabela 1: Estrutura fundiária da Região Sul Baiana, por microrregiões, em percentual por hectare

ÁREA (ha)	VALENÇA (%)	ILHÉUS/ITABUNA (%)	PORTO SEGURO (%)
Até 10	64,57	38,65	21,86
De 10 a 100	32,06	50,31	51,99
De 100 a 200	1,90	5,87	10,99
De 200 a 500	1,12	3,74	9,46
Acima de 500	0,35	1,43	5,70

Fonte: IBGE, 1996, citada em Pacto do Cacau (2001).

Sem entrar no mérito da metodologia utilizada para a classificação, dados mais recentes da Ceplac apontam a existência de 33.910 produtores, sendo 18.694 de “produtor familiar”, o que confirma e reforça a tendência evidenciada nos dados da tabela anterior (Tabela 2).

Apesar das potencialidades, a Região Cacaueira ainda exibe uma característica histórico-colonial em que predomina processos desiguais, embora possua um dos sistemas agroflorestais mais importantes do mundo com grande diversidade de espécies arbóreas e expressiva biodiversidade. A presença de espécies amazônicas, de espécies da floresta atlântica sul, de espécies endêmicas regionais e mesmo de espécies endêmicas restritas, somadas a um clima estável quanto a temperatura e precipitação bem distribuídas, além de abundantes recursos hídricos, proporcionaram uma floresta com alta biodiversidade, endemismo e variadas tipologias (LOBÃO, *et al.*, 1997).

Estudos e levantamentos realizados na Região Cacaueira da Bahia dão uma idéia geral sobre sua diversidade, biometria e composição florestal. Em Serra Grande, distrito do município de Uruçuca (BA), foram identificadas pelo Herbário do Cepec/Ceplac, em parceria com o Jardim Botânico de New York, 458 espécies lenhosas em apenas um hectare, o que confere a esta região o título de área com maior diversidade até então estudada. Existem

fragmentos florestais com exemplares arbóreos medindo mais de 40 metros de altura. No município de Santa Luzia (BA), apenas um indivíduo de jequitibá-rosa (*Cariniana extrelensis*) produziu 64 m³ de madeira serrada em tábua (LOBÃO, *et al.*, 1997).

Tabela 2: Classificação dos produtores, em 2012.

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO
Não classificado*	1.416
Grande produtor	251
Médio produtor	1.689
Pequeno produtor	3.877
Mini produtor	7.983
Produtor familiar	18.694
Total	33.910

(*) Não foi possível obter informações sobre os critérios que a Ceplac utilizou para incluir essa categoria

Fonte: Cadastro de Empresas do SisCENEX, Ceplac

Além de uma cultura própria conhecida e festejada internacionalmente, o cacau possibilitou: a existência de centenas de fábricas de chocolates; a geração de milhares de empregos diretos e indiretos permanentes; a preservação de parcela ponderável da Mata Atlântica (Patrimônio Nacional); a criação de muitas cidades, com razoável fluxo de comércio, que se concentrou nas áreas mais importantes; a formação do poder de compra (coeficiente de importação) de estados importantes do nordeste, que facultou o início de um processo de industrialização na região metropolitana de Salvador.

A histórica dependência externa

O cacau é uma economia internacionalizada há mais de dois séculos, do ponto de vista de comércio e de fluxo de capitais. Portanto, a “nova” globalização não é novidade para o setor, pois se trata de produto cujo preço é formado nas bolsas de mercadorias de Nova Iorque e Londres, com estrutura de mercado altamente concentrada do lado da demanda, com mais de quatro grandes corporações internacionais sendo responsáveis pelo processamento da quase totalidade do cacau produzido (NASCIMENTO, 1997).

Com efeito, a produção é fundada numa estrutura desigual interna e externamente. As enormes assimetrias inter-setoriais só serão reduzidas e eliminadas com ações sistematizadas,

persistentes e compartilhadas para eliminar ineficiências gerenciais e notadamente organizacionais, a partir de uma percepção estratégica de futuro que busque: a) a inserção autogestionada e mais equânime dos produtores na cadeia produtiva; b) a apropriação proporcional da renda gerada na ponta do consumo; c) auto-sustentação da cadeia produtiva.

De longa data, produtores e a população da região cacaueira sentem os impactos das variações de preço do cacau, devido aos movimentos especulativos que ocorrem nas Bolsas de Mercadorias. Embora todos lidem com esse problema diário, poucos se detêm na reflexão sobre as razões que levam a sociedade regional a se submeter a esses condicionamentos históricos, por ser o cacau uma das *commodities* mais sujeitas as instabilidades de preço e, portanto, da renda da atividade. O resultado disso é o *stress* permanente dos que vivem direta ou indiretamente da cacaucultura, em função da riqueza que faz circular internamente. O pior é que tais situações são sempre atribuídas à monocultura e não ao estado de desorganização estrutural existente, do lado da oferta, produto da atitude dos envolvidos e não de condições determinísticas.

A absoluta dependência dos preços internos das cotações internacionais de bolsas de mercadorias, não interessa aos produtores e à população regional. Esse é um arranjo que atende apenas aos interesses de grandes grupos comerciais e industriais, além de especuladores. Produtores e consumidores, elos importantes da cadeia, são reféns de aparatos capitalistas modernos dos desenvolvidos, que os subdesenvolvidos apenas copiam com a pretensão de novidade.

De fato, certamente não foi a monocultura que engendrou todo esse processo, pois sempre gerou significativo excedente econômico em toda a cadeia agroalimentar, que é apropriado fora desse território, mas uma postura dependente que fez deslocar para outras regiões os efeitos dinâmicos do cacau⁴. Isso é produto de um construto histórico-coletivo, que muitas vezes tem conduzido a região cacaueira a um processo de perplexidade e autofagia.

Afinal, produz-se cacau no Brasil, em países da África e da Ásia, e em outros subdesenvolvidos, que, estranhamente, fizeram investimentos de longo prazo sem saber o retorno que poderiam obter induzidos por uma estrutura institucional que também age de forma puramente reflexa. Resultado, o preço do cacau é conhecido em determinado momento, mas o amanhã é uma incerteza, o que pode afetar o retorno aos (e dos) investimentos,

⁴ Que não pode ser atribuída apenas ao setor produtivo, mas a todos os atores sociais envolvidos direta e indiretamente. Afinal, onde estavam os governos municipais, estadual e federal? Que papel transformador foi desenvolvido por instituições públicas como o Instituto de Cacau da Bahia, quando existia, a Ceplac e a Universidade? É preciso uma visão crítica sobre esse processo, a fim de não se continuar a produzir meros diagnósticos, repetitivos, que não contribuem efetivamente para as mudanças.

independentemente da magnitude das variações. Esperar do produtor e da comunidade em geral que tenham noção adequada desse processo e o que isso pode significar em termos de instabilidade da renda, é exigir muito. Porém, espera-se que as instituições públicas e os profissionais que lidam com a questão, as autoridades, os governos, tenham essa percepção, como também a obrigação de promover e induzir mudanças que reduzam os seus problemas.

Mesmo sendo uma commodity, é possível descolar os preços internos das cotações da Bolsa de Nova Iorque, desde se busque escalas tecnológicas adequadas, volume de produção e estrutura de venda que assegurem padrões de qualidade, continuidade e organização da oferta, sem precisar de uma intermediação de bolsa que não lhes favorece, e muitas vezes também não é conveniente aos compradores finais, que às vezes têm de se valer de *dealers* no mercado internacional porque não têm segurança quanto ao suprimento. Essa perspectiva ensejará que o setor crie canais de comercialização diretos com os que precisam adquirir produtos, estabelecendo relações menos assimétricas entre os diversos elos da cadeia produtiva, principalmente negociando preços mais estáveis.

Essa iniciativa se contrapõe ao olhar reducionista das pequenas fábricas de chocolate, que poderá promover uma alteração no nível microeconômico, mas jamais implicará em modificações estruturais que causem impactos macroeconômicos, que, beneficiando os produtores, gerem benefícios sociais positivos. Com esse modelo de unidades isoladas, os compradores externos continuarão se suprindo via *dealers*⁵, tendo a bolsa como referência, se a população não se organizar de forma adequada.

Não há dúvida de que o descolamento dos preços internos do cacau das cotações internacionais será até mais viável do que no caso da soja, por ser o cacau uma cultura permanente desenvolvida fora dos grandes países consumidores. Quando isso ocorrer, terá sido dado um grande salto qualitativo, resultado de um modelo agroindustrial que desconcentra.

O alcance de novos elos ou etapas da cadeia produtiva é condição *sine que non* para a sobrevivência da base agrária e, longe de deslocar interesses de outros segmentos, criará condições efetivas de tornar a cadeia como um todo mais eficiente e o negócio algo lucrativo para todos. Afinal, diferentemente de outras *commodities*, as amêndoas de cacau são destinadas à produção de um produto final – o chocolate – com elevado valor agregado.

⁵ Comprador no exterior, já que, em grande parte dos casos, é impossível efetuar vendas sem sua interveniência. No sistema de comércio internacional sempre foi figura indispensável, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, já que os moageiros preferem negociar com os *dealers*.

Importância econômica, social, e ambiental da Cadeia Produtiva do Cacau

Dados disponíveis revelam que “a indústria moderna de chocolate atende a um mercado global superior a US\$ 60 bilhões anuais. E desde a baga até a barra de chocolate, o setor vem sendo cada vez mais dominado por um número pequeno de grandes empresas” (BRIGHT, s/d). Esse processo é comandado por seis empresas multinacionais, sendo que três processadores intermediários controlam quase 60% do mercado de “chocolate industrial”, alguns dos quais operam também com outras *commodities* e nas bolsas internacionais, onde os preços do cacau são formados, mas ainda se insiste nas ideias sobre pequenas fábricas de chocolate, baseadas em “cacau fino”, também por inspiração e motivação (comercial) externa, quando se sabe que esse modelo – que reproduz os interesses de pequenos chocolateiros internacionais – jamais produzirá as alterações qualitativas esperadas na região, em função do volume que é movimentado na ponta do consumo.

Internamente, o cacau ainda é importante fonte de receitas públicas, renda e emprego, movimentando, em amêndoas, derivados e chocolates, cerca de 5 bilhões de reais anuais. Apesar da versão difundida pela opinião pública e até pelo senso comum de que o cacau é uma cultura em extinção, estima-se que poderá gerar divisas líquidas de 350 milhões de dólares na safra 2012/13⁶, é o maior empregador na região cacaueira da Bahia (com cerca de 50 mil empregos diretos e 250 mil indiretos), responsável por um fluxo de riqueza que ativa toda estrutura de serviços regionais, da ordem de R\$ 750 milhões e de uma cadeia produtiva que produz no início do consumo algo em torno de R\$ 7 bilhões, com 3 indústrias de processamento (liquor, manteiga e torta) localizadas no Sul da Bahia, centenas de 100 fábricas de chocolates caseiros, que geram milhares de empregos indiretos.

Essa situação de conservação produtiva, que existe há quase três séculos, estará comprometida, se não forem resolvidas as principais questões econômicas da lavoura e, com isso, removidas as sequelas de caráter social. O avanço da vassoura-de-bruxa que, tende a criar espaços para a cultura de ciclo curto, modificando totalmente o ecossistema, e a venda de madeiras para suprir as dificuldades financeiras imediatas, pode levar ao desmatamento indiscriminado, com indesejáveis repercussões.

Mas, se a conservação produtiva sempre foi viável numa cultura como o cacau, não basta por si, se apenas a visão ambiental prevalecer, mesmo porque essa idéia, baseada em “aumento de produtividade” da terra, um conceito já exaurido do ponto de vista da busca de

⁶ Isso equivale, aproximadamente, ao valor das exportações de 1990, considerando-se apenas a comercialização de amêndoas, em função dos preços, que se elevaram 3 vezes mais, em contraposição a produção que reduziu na mesma proporção.

competitividade em mercados que não são competitivos, nada tem a ver com racionalidade econômica. Por outro lado, do ponto de vista ambiental, é paradoxal o discurso ecológico e ao mesmo tempo outro que exige a busca de produtividade nessas situações. Não tem o menor sentido “cobrar” maior produtividade da terra, que só ocorrerá com maior ocupação espacial e com o uso de insumos “destrutivos”, e ao mesmo tempo exigir preocupações com a sustentabilidade.

Isso sugere que a ideia de sustentabilidade, tão largamente explorada, é mais complexa do que se pensa. Economistas ecológicos e ecólogos economistas vêm discutindo o tema há quase 40 anos e concluíram que é necessários novos indicadores, que possam avaliar de forma simultânea resiliência ecossistêmica, qualidade de vida e desempenho econômico (VEIGA, 2010).

Segundo a CAR (1997),

As plantações de cacau são as maiores responsáveis pela permanência dos remanescentes da Mata Atlântica, por duas razões: em primeiro lugar, porque a floresta se apresenta como inúmeras ilhas, a grande maioria com áreas inferiores a 100 ha, em meio a um maciço de mais de 600 mil ha de cacauais, dificultando o acesso à sua exploração; em segundo lugar, porque mais de 400 mil ha desses cacauais estão implantados pelo sistema tradicional, denominado cabruca, que mantém uma parcela do estrato arbóreo da floresta original como sombreamento do cacau, formando uma floresta produtiva que constitui, incontestavelmente, o melhor exemplo de agricultura sustentável do Brasil.

Os cacauais oferecem proteção contra a erosão do solo e conseqüentes alterações do regime hidrológico da região, por ocuparem áreas fortemente declivosas e, portanto, sujeitas a esse problema. Sendo a atividade econômica que melhor compatibiliza o uso dos recursos naturais com a preservação do meio ambiente, em especial da Mata Atlântica, a cacauicultura, hoje em crise, poderá trazer reflexos danosos ao ambiente, caso se concretize a substituição desse cultivo por um processo desordenado de diversificação agropecuária.

Isso leva ao questionamento sobre o futuro desses remanescentes da Mata Atlântica, considerando que o desfecho dessa crise exigirá modificações profundas do perfil agropecuário da região. É presumível, portanto, que a preservação desse ecossistema tenda a passar obrigatoriamente pela recuperação da lavoura cacauaieira, através de um avançado programa de manejo orientado para a sustentabilidade e pelo controle das áreas em diferentes estágios de regeneração.

De acordo com essa visão, mas também realçando a importância da questão econômica, embora sem definir qual o instrumento que deveria ser utilizado para viabilizar tais objetivos, assim se expressou Bright (s/d):

O cacau “benéfico à floresta” se relacionaria com a paisagem de forma muito diferente do padrão atual. De início, teria que englobar três princípios que parecem

⁷ Mas não só isso. É indispensável que se empreendam programas que, além das questões tecnológicas, abordem de forma consistente as eficiências gerenciais e organizacionais.

estar aglutinando num novo paradigma (...). Em outras palavras, cada vez mais o cacau teria de ser: orgânico, ou seja, cultivado sem fertilizantes artificiais ou pesticidas; ter reciprocidade comercial, ou seja, ser negociado dentro de um sistema que garanta aos produtores um preço decente e aos trabalhadores rurais um salário decente; e, finalmente, cultivado à sombra de florestas nativas, em regeneração.

Se a questão econômica é substantiva, como de fato é não é crível acreditar-se que ela possa ser equacionada de forma devida mantendo-se o atual sistema de comercialização, onde prevalece o domínio de 3 indústrias transnacionais de cacau, e muito menos com a visão de um cooperativismo apenas de unidades isoladas. A partir dessa ótica, num mercado como o de cacau não existem “pequenos” ou “grandes”, pois, qualquer que seja o tamanho, todos enfrentam o mesmo problema de desigualdade. Nenhum tem liberdade diante de um quadro de alta concentração da demanda. O importante não é o produtor isoladamente, ou mesmo um grupo nas mesmas condições, sempre sob a chancela do setor público, que quase sempre pereniza a dependência.

Existem razões objetivas para se afirmar que o cacau, no nível regional, ainda é das poucas atividades econômicas que tem condições de gerar benefícios mais amplos e imediatos para o conjunto da população, inclusive pelas possibilidades de introduzirem-se as chamadas culturas complementares. E se isso é perceptível, é visível a necessidade de organização do setor, com o produtor alcançando outros elos da cadeia produtiva, para que esses benefícios se repartam de forma equitativa para a sociedade como um todo.

Nesse caso, o cooperativismo parece ser um bom caminho para que seja alcançado o desenvolvimento sustentável no caso da região cacaueira, porque não se pode descurar de questões econômicas substantivas. Com efeito, segundo Thodarson (s/d) “o cooperativismo é uma forma de atividade empresarial frequentemente mal compreendida pelo público em geral”, apesar de possuir mais de 600 milhões de membros em todo mundo e constituir o maior movimento sócioeconômico. Ainda, segundo o mesmo autor,

Está ficando cada vez evidente que o desenvolvimento sustentável para todos os países, (...) deve estar baseado em uma combinação de fatores econômicos, sociais e ambientais. A ênfase exagerada em um deles, ou a sua negligência, com muita probabilidade teria consequências prejudiciais para o bem-estar de qualquer país no longo prazo. *As cooperativas podem desempenhar, e estão desempenhando, importante papel em todas as três áreas.*

Portanto, as possibilidades do cacau como cultura conservacionista deriva das suas inequívocas potencialidades como sistema agroflorestal (CEPLAC, 2012), que se baseia em razoáveis elementos do ponto de vista econômico, social, ambiental e turístico, o que lhe conferem um diferencial como negócio dentro e fora da porteira da fazenda. Essa dimensão da

cacaucultura, como atividade econômica, como cultura, como história, como entretenimento, deve ser discutida da forma mais ampla possível.

Por outro lado, as cooperativas podem contribuir para a conservação produtiva e o desenvolvimento sustentável, sustentabilidade entendida como um conceito que envolve preocupações econômicas efetivas, sociais e ambientais. Essa diretriz será reforçada como preenchimento dos espaços vazios com vegetação nobre, conservação de córregos e rios, tornando possível produzir agricultura saudável (*Healthy*), de alta qualidade (*High quality*) e com alta tecnologia apropriada (*High technology*).

Organização do estudo

Trata-se de estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa, e compõe-se de seis capítulos. No primeiro capítulo são apontadas as principais razões que o justificam, que são essenciais para que se compreenda de forma mais ampla a natureza dos problemas ocorridos com a cacaucultura, nos últimos 30 anos. No segundo capítulo, será feita uma discussão de aspectos teórico-normativos do cooperativismo, objetivando propiciar um quadro de referência adequado para compreensão do que será abordado nos capítulos seguintes. Isso é necessário para que fique claro que as cooperativas, quando atuando de forma transformadora, geram confrontos naturais com a estrutura estabelecida, seja no nível político, comercial/industrial ou comportamental. Não é possível supor que as cooperativas teriam o seu caminho livre, operando de forma adequada.

No terceiro capítulo, serão analisadas as diversas políticas públicas adotadas a partir de 1994, quando os produtores foram induzidos à utilização de um crédito completamente inadequado para um setor em crise, do ponto de vista de oportunidade, de suficiência, de adequação em termos de juros e prazos, além de uma tecnologia incipiente, que resultou ineficaz. Isso é importante para se compreender o efeito devastador de políticas públicas ditadas pelo interesse político, que não levaram em conta necessidade de participação dos interessados, por intermédio de suas representações.

A partir dessa discussão preliminar, no quarto capítulo, relatar-se-á a trajetória da Cooperativa Central do Cacau – Copercacau, a principal referência do cooperativismo regional nos últimos 40 anos, desde a intervenção federal ocorrida em 1968, quando ainda era denominada de Cooperativa Central dos Agricultores do Sul da Bahia, até a paralisação em 1992, utilizando a narrativa como forma de recuperar a memória sobre a realidade factual. No

quinto capítulo serão discutidos os principais fatores que criaram dificuldades ao funcionamento do cooperativismo, de natureza interna e externa; e, no sexto, propõe-se um modelo de recomposição do setor, em base agroindustrial, considerando o conjunto dos municípios regionais, com uma estrutura de integração até o segundo grau, e interação com as instituições existentes.

Capítulo 1

Razões para a realização do estudo

Avaliar o cooperativismo e as cooperativas sem abordagem preliminar de fundamentos doutrinários, teóricos e legais, implica no risco de incorrer-se em vício analítico que poderia confundir o “sucesso” de cooperativas como avanço e o “insucesso” como decadência, sem o entendimento de que essas sociedades não podem ser consideradas isoladamente, fora do contexto dos associados, como empresas comerciais ou meras extensões do Estado. Por outro lado, no caso do cacau, não há como dissociar o cooperativismo dos problemas substantivos que têm caracterizado a cacaucultura nos últimos 30 anos, que terminaram condicionando toda realidade.

Os problemas que as cooperativas enfrentaram, por motivos variados, costumam ser avaliados de forma simplista pela opinião pública e até pelo senso comum, prevalecendo, quase sempre, argumentos inverossímeis. Em que pesem serem esses problemas produto também do isolamento do quadro social, na verdade não são eles, fundamentalmente, os que justificam os problemas das cooperativas, mas o fato de se defrontarem permanentemente com interesses diferenciados, que se opõem a essas estruturas, principalmente quando atingem estágios mais avançados de organização, numa economia com grandes assimetrias.

Para se ter uma dimensão adequada dos problemas da economia cacauceira nas três últimas décadas, necessário se faz analisar as causas que produziram efeitos extremamente negativos, que não podem ser atribuídos apenas à ação de atores isoladamente, privados ou públicos.

1.1 O quadro de perenização da crise

No passado, as crises cíclicas da cacauicultura foram, em geral, atenuadas pela interferência esporádica do setor público. Em contraste com os casos anteriores, na crise atual o setor público tem-se mantido conspicuamente ausente. Mais do que qualquer outro fator é isso que distingue a crise atual, mais grave e persistente, das outras crises, intermitentes, que sempre marcaram a trajetória da lavoura. Os diversos mecanismos de intervenção repetidamente utilizados no passado estão superados. Na verdade, de certa forma, tais mecanismos contribuíram para perenizar a crise.

Foi assim em vários momentos. Ocorreu na década de 30, quando foi criado o Instituto de Cacau da Bahia, e também na década de 50, quando foi criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac⁸, a ser mantida com recursos de uma taxa de retenção cambial⁹, numa época de preços deteriorados, lavouras abandonadas, economia sem qualquer perspectiva, e a região vivendo desalento e o pessimismo. Foi assim em 1965, quando o governo federal interveio no processo da comercialização, complementando preços, por intermédio da Cacex. E também em 1970, com novo refinanciamento das dívidas da lavoura feito pelo governo federal.

Mas, nessa quadra atual, a pior medida de política pública foi o fracassado Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB, de 1994 formulado pela Ceplac a pedido governo da Bahia, executado pela secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e supervisionado pelo Ministério da Fazenda, que deixou como rastro uma dívida estimada em R\$ 1 bilhão em termos contábeis, sem que tenha propiciado qualquer retorno econômico e uma retração total dos bancos com relação à cacauicultura.

Quando a crise se iniciou no final de 1985, que se cristalizou no período 1990/92, o preço do cacau em amêndoa atingiu a cotação de US\$ 900/t e foi o menor de que se tem registro na história recente. Uma nova doença do cacaueiro, a “vassoura-de-bruxa”, juntou-se a outra, endêmica na região – a “podridão-parda” – reduzindo a produtividade do investimento e elevando ainda mais os custos de produção; o crédito bancário praticamente desapareceu e se tornou inviável em função dos juros elevados; e, também, fatores aleatórios

⁸ Criada em 1957, cujo objetivo inicial foi a realização do refinanciamento de dívidas dos cacauicultores.

⁹ Taxa que permitiu à CEPLAC, durante muitos anos, desenvolver obras importantes no interesse das comunidades regionais, e que incidia sobre o valor FOB das exportações de cacau. Foi esse mecanismo que permitiu autonomia administrativa e financeira à instituição, o que lhe conferiu grande poder político no encaminhamento das questões regionais. Justamente por isso, comerciantes e industriais, com a ajuda de alguns produtores que eram extensão desses interesses, fizeram de tudo para derrubar, e conseguiram, a referida contribuição cambial.

como períodos de estiagem seguindo-se a outros de chuva excessiva penalizaram a cacauicultura. Todos esses fatores contribuíram para que os produtores de cacau e a sociedade regional acumulassem perdas em torno de 500 milhões dólares no período de 1985 a 1990 (FNA, 1998), perdas essas que agravaram a situação de liquidez dos principais agentes econômicos desta economia.

Nesse período, o Sistema Copercacau já estava desarticulado, e a situação financeira era muito difícil, não só dos produtores de cacau, mas dos trabalhadores rurais¹⁰ e da população no seu conjunto.

Esses problemas pouco têm a ver com a dinâmica das relações do mercado, cuja versão se fundamenta nos pressupostos da “sabedoria convencional”. A suposição de que todos os integrantes da cadeia produtiva são eficientes, sem que nenhum possa influenciar os preços, é irreal. Em mercados concentrados, tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta, não se pode ignorar o que ocorre a partir da porteira da fazenda, quando se sabe que a agricultura, especialmente o cacau, é tomadora de preço nas duas circunstâncias.

Os problemas regionais, notadamente por que se desarticulou o mercado interno do cacau, alterando-se as relações comerciais até então praticadas, em função do desaparecimento das principais empresas comerciais, continuam sem solução adequada. Por isso, as indústrias passaram a determinar as regras, quanto ao preço e à qualidade do produto, fazendo cada vez mais exigências descabidas. São crescentes as reclamações de entidades ligadas aos produtores, a propósito das ações consideradas predatórias, devido a manipulação dos preços internos e das importações, além da diminuição das compras internas, com a importação de cacau, até com riscos de introdução de doenças¹¹.

O quadro configurado de “crise” no início dos anos 90, que atingiu de início os produtores de cacau, mas depois se alastrou até as empresas comerciais e industriais, resultando em concordata de muitas delas, com repercussões negativas no conjunto da população e da economia como um todo, e fez com que os produtores de cacau e a sociedade regional acumulassem perdas significativas (FNA, 1998), perdas essas que agravaram a situação de liquidez dos principais agentes econômicos desta economia. Crise de liquidez no âmbito dos produtores não é algo novo nas conjunturas difíceis da cacauicultura, mas o fato

¹⁰ Estima-se que 800 mil pessoas (trabalhadores rurais e suas famílias) deixaram as roças de cacau, migrando para cidades como Itabuna, Ilhéus e Camacan, apenas porque eram centros urbanos maiores, que não tinham as menores condições de ofertar serviços básicos e muito menos oportunidades de trabalho. Não é sem razão que cidades como Itabuna figuram no noticiário como uma das que ostentam maior índice de violência no país.

¹¹ Recentemente entidades ligadas à lavoura reclamaram das importações de cacau, por parte das indústrias de cacau, em torno de 42.000 toneladas, o que implicou na redução do preço interno para algo em torno de US\$ 510,00/t.

de tal situação ter alcançado também outros setores industriais e de serviços criou um quadro de reversão de expectativas em relação ao cacau, e as medidas públicas adotadas resultaram totalmente infrutíferas, levando a lavoura ao endividamento, como se verá adiante.

Entretanto, apesar das dificuldades, e da redução brusca de produção, é inaceitável o costumeiro discurso de que “o cacau acabou”, quando substancial excedente econômico continua sendo gerado em toda cadeia produtiva e a cacauicultura continua sendo um cultivo adequado às condições naturais da região, pois, apesar da redução da produção, os preços se situam em torno de US\$ 2,300.00, de acordo com as cotações da bolsa de Nova Iorque¹², um preço três vezes maior do que o do início de 1990, evidenciando que a questão central não é o preço internacional, mas a peculiar conformação do mercado interno – os produtores são meros tomadores. A lavoura cacauífera ainda passa por dificuldades, não porque é uma cultura inviável, mas seguramente porque se desarticularam todos os mecanismos de apoio institucional que existiam, inclusive assistência técnica, financeira, e comercial, que pode ser atribuído, à total ausência do Estado¹³.

As questões locais, numa região que tem identidade própria, seguramente não serão resolvidas de forma adequada se não for considerado o conjunto, buscando-se soluções que abranjam a região como um todo homogêneo, abolindo a visão de que algum município possa ter vida própria. Tornou-se comum o discurso de que Itabuna, por exemplo, tornou-se grande centro de serviços, com um comércio ativo e onde começa a ensaiar-se verdadeiro “boom” de construções civis, por isso que não depende mais de cacau, como se o seu “crescimento” não tivesse a ver com o impulso promovido por outros municípios regionais, de base essencialmente agrária o que torna necessário ter uma visão crítica desse processo. Em artigo recente, Asmar (2010) diz que a cidade de Itabuna:

Esconde com seus óculos de sol das construções suas marcas e cicatrizes: dos baixos salários; do desemprego e dos pedintes; da superlotação e da má gerência da saúde; da violência com sangue beirando dois dígitos semanais, dos engarrafamentos das ruas; dos bancos; do hiper Bom Preço; da falta de água e esgoto; da ditadura do crack.

Afirmativas categóricas, que procuram realçar que o cacau jamais seria o mesmo e dificilmente voltaria a ter os mesmos preços de antigamente revelam pouco conhecimento histórico sobre o problema e uma segurança sobre “mercado” que nem os chamados *experts*

¹² Tomando como base as médias diárias do mês de maio de 2013.

¹³ Recentemente, o governo reduziu de forma significativa os impostos que incidem sobre produtos industriais, como veículos automotivos, por exemplo, além de conceder financiamentos a juros subsidiados, pelo BNDES, como está ocorrendo. Mas a agricultura, no seu conjunto, e principalmente o cacau, vive à míngua de soluções consistentes para resolver sua situação.

ousariam exhibir. De fato, esse mesmo discurso já foi proferido em passado recente, em momentos de instabilidades cíclicas mais agudas, em que o produto chegou a ser queimado em praça pública e depois a realidade negou totalmente tais vaticínios, tendo o produto obtido preços de US\$ 4 mil a tonelada. Essa percepção está associada a uma concepção urbana de enxergar as coisas, que descamba para a industrialização como um objetivo em si, esquecendo-se do importante “papel e lugar do rural no desenvolvimento” (DELGADO 2009).

Essa vertente ideologizada incorpora-se às ideias que apontam a monocultura como responsável por todos os males, achando que o desenvolvimento é produto isolado de uma atividade econômica e não da atitude do ser humano e da forma como se interage, pessoal e institucionalmente. Atitude e não a monocultura, um termo sempre utilizado para justificar a impotência histórica diante de realidade que se pretende mudar, que muitos insistem em perpetuar com avaliações simplistas, parece ser o maior drama da sociedade regional, que seguramente não será resolvido com o discurso maniqueísta. Dentro desse contexto é obviamente impreciso o termo monocultura, usado como expressão econômica, num negócio que, do ponto de vista do conjunto da população, espera-se maior apropriação do que é gerado para primeiro estágio e existe enorme espaço a percorrer do ponto de vista da verticalização. É impressionante a importância que dão a esse aspecto, a ponto de esquecer questões substantivas como a desorganização da oferta – portanto da economia no nível de fazenda e da sociedade como usufrutuária desse processo – que pretendem reproduzir com a chamada diversificação horizontal.

Diante das dificuldades advindas com a vassoura-de-bruxa, somadas a outras de natureza conjuntural e estrutural, o estado de perplexidade levou a população, sem rumo, a tentar toda sorte de aventura, que terminou cunhando de “diversificação”. Desse empenho em sair da “crise” resultou pouca iniciativa consistente, a não ser a confirmação de que o cacau é mesmo o melhor negócio para a região, como elemento dinâmico, e ainda uma das principais economias do Estado da Bahia, sem se levar em conta um conjunto de fatores positivos para o desenvolvimento sustentado.

Deixando de lado a importância estratégica da agricultura para a segurança alimentar, essas assertivas não têm correspondência com os fatos, que revelam a discriminação sofrida pelo setor ao longo dos anos. Ao contrário do que se diz a transferência de renda dos campos para as cidades foi brutal nas últimas décadas, em função de diversos mecanismos extratores. No caso do cacau, por ser uma cultura de exportação, essa situação é bem mais séria. Além de pagar todos os impostos, durante anos submeteu-se a um confisco cambial e a taxas de

câmbio sobrevalorizadas, recursos que se tornaram públicos e se não foram usados de forma adequada do ponto de vista do desenvolvimento, não se deve a atividade, mas a ausência de políticas públicas voltadas para esse fim e a omissão da sociedade regional no sentido de cobrar dos governos (em todas as instâncias) medidas nessa direção.

Por outro lado, a ideia de diversificação percorreu a literatura técnica das últimas décadas, a partir de vários estudos realizados pela Ceplac, quase sempre segmentados do ponto de vista da visão de negócios, e terminou se vulgarizando no contexto regional, principalmente em razão da perplexidade que tomou a todos a partir da “crise”. Essa sabedoria convencional terminou induzindo muitas pessoas a buscar o “paraíso diversificado”, como se isso fosse a solução para as mazelas acumuladas da cacauicultura baiana, afetada de forma drástica pela devastadora vassoura-de-bruxa.

Muitos cacauicultores se desfizeram do que ainda existia de cacau, derrubando árvores, para entrar na aventura da diversificação, vendendo de motores a transformadores de energia, para investir tudo na produção de acerola, por exemplo. Resultado: deixou de produzir um bem que sempre teve mercado e liquidez monetária, por menor que fosse a produção, para se aventurar em outro que terminou apodrecendo nos pés.

De fato, não se pode pensar em diversificação, saindo de uma cultura onde são frágeis os esforços de organização a partir da porteira da fazenda, para se implantar outras onde também inexistia visão empresarial. Essa é a chamada diversificação horizontal, onde o produtor multiplicará o número de culturas, mas igualmente o número de problemas, pois ampliará sua dependência e risco.

Sem que se deixe de reconhecer a importância da complementaridade de culturas, no mesmo espaço, dentro de uma perspectiva de negócio, parece essencial a diversificação vertical, que permite a integração para frente. Ou seja, o produtor deve passar a ocupar outros elos da cadeia produtiva, aumentando não só a eficiência produtiva, como fez no passado, até utilizando tecnologias predatórias, mas também a eficiência gerencial e organizacional. Mas, para esse estágio, diferentemente do anterior, não poderá atuar sozinho; só terá sucesso realizando investimentos em conjunto com o maior número de agricultores, além da porteira da fazenda, a fim de obter economias de escalas produtivas, tecnológicas e comerciais. Até que surgisse a vassoura-de-bruxa, a tentativa foi feita pelo sistema Copercacau, que não subsistiu às dificuldades enfrentadas no início de 1990, o que não significa que outro modelo semelhante possa ser rearticulado sob outra perspectiva institucional.

Também não parece relevante a produtividade da terra, que alguns autores apontam como condição para gerar competitividade das exportações, em se tratando de *commodities*

expostas a grandes variações de preço e que não dispõem de mecanismos capazes de se apropriar dos ganhos de produtividade, evidenciando que a eficiência exigida no nível de fazenda faz pouco sentido. No caso do cacau, como os preços são dados, o impacto ocorre na renda dos agricultores, o que não os impede de continuar exportando até de forma gravosa.

As “crises” da lavoura e da região cacaueira sempre tiveram o mesmo fundamento: grande instabilidade de preços, flexíveis para baixo, que gera brutal instabilidade da renda e baixa produtividade do investimento, cujas consequências são o endividamento, a baixa capacidade de pagamento, a iliquidez. É curioso que essas questões estão mais associadas à ineficiência dos setores à jusante e à montante da produção, que limita o crescimento da agricultura, do que a eficiência da unidade agrícola, algo já identificado há muito tempo, o que mostra a precariedade das análises dissociadas de situações reais que ignoram a existência dos mecanismos extratores de compra.

É evidente que a intervenção do Estado se tornará cada vez mais injustificada se continuar usando os mesmos remédios de sempre (crédito, alongamento de dívidas), que têm perpetuado os fatores de crise, indicando que, cada vez mais, será necessária a criação de mecanismos emancipacionistas, em detrimento de medidas convencionais. Mas, não se pode olvidar que transformação de tal magnitude não ocorrerá de forma natural, num setor caracterizado por forte atomização, com dificuldades para se organizar autonomamente, diferenças culturais significativas, pouca ou nenhuma visão empresarial e susceptível às influências externas negativas.

Provavelmente, se houvesse um mercado competitivo de cacau em todas as suas fases, não precisaria que o produtor ocupasse outros elos importantes da cadeia produtiva, porque sempre estaria recebendo uma parcela proporcionalmente equitativa da renda total gerada, e a sociedade se beneficiaria com os impactos macroeconômicos da circulação de riqueza.

Logo, o problema não é a agregação de valor em si, mas como se distribui o excedente gerado em todas as etapas da cadeia. Estudos anteriores, revelam que apenas 3,84% do preço final do chocolate eram destinados ao pagamento de cacau (na forma de liquor e manteiga)¹⁴ e 71,98 eram destinados ao pagamento de outros ingredientes, transporte custos de fabricação, embalagem, marketing, distribuição, margem do revendedor, incluindo-se aí 75,89% de super-margem destinada aos chocolateiros, depois de remunerados todos os fatores (Figura 2).

Portanto, pouco importa a agregação de valor, se a apropriação é feita por mecanismos extratores de renda que se instalam aqui ou fora, conforme fluxo de apropriação do excedente

¹⁴ O que significa que o produtor recebia um percentual ainda menor do preço final do chocolate.

gerado, em que o consumidor paga 100% pelo preço do chocolate, dos quais 3,84% representam de sólidos de cacau, 24,11% destina-se à remuneração dos demais fatores e 75,89% significa uma super-margem que é apropriada pelos chocolateiros, o que se significa que os produtores recebem pouco pelo que produzem¹⁵ e os consumidores pagam muito pelo produto final.

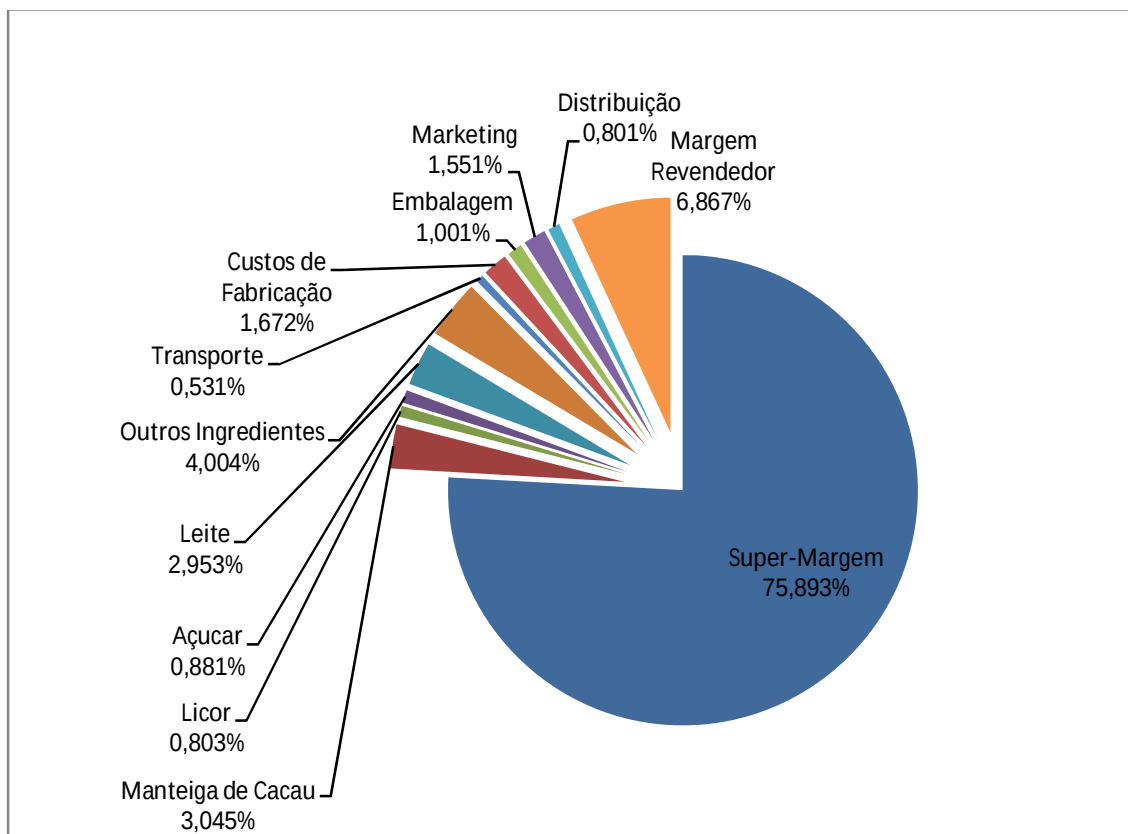


Figura 2: Distribuição percentual da apropriação do preço final do chocolate ao consumidor
Fonte: Nascimento (1994)

Mas, é relevante assinalar que a região cacaueira é tida ainda como o espaço onde a Mata Atlântica possui os mais significativos remanescentes. Essa importante parcela da floresta tropical tem sido preservada graças à cultura ao cacau, mas especificamente do cacau-cabruca, sistema ecológico e atividade econômica implantada de forma descontínua, circundada pela vegetação natural, que não prejudica as relações com o meio físico, considerado o melhor até então praticado nos trópicos úmidos, como exemplo de sistema

¹⁵ Embora outros ingredientes sejam necessários na composição de chocolate, esse produto está intrinsecamente associado a cacau, como sinônimos

agroflorestal econômico, social e ambientalmente eficaz (LOBÃO *et al.*, 1997). Não se pode pensar na manutenção da floresta sem criar condições para a manutenção da cacauicultura.

Por isso, se existe uma acentuada preocupação dos centros técnicos apenas com a introdução de inovações tecnológicas na agricultura (que normalmente se confunde com alta tecnologia), essa visão não pode persistir. É necessário que os estudiosos e os que formulam políticas públicas se debrucem sobre a importância das inovações gerenciais e organizacionais; e, além disso, incorporem a ideia de que isso deve ocorrer em todos os elos da cadeia produtiva, isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização, porque esses são os pré-requisitos para que os produtores se transformem em eficientes empresários, capazes de obter insumos a preços mais baixos, de reduzir custos de produção, de melhorar a qualidade dos excedentes e de incrementar os seus preços de venda (LACKI, 1995).

Como, em tese, os agricultores são “pequenos” porque de forma geral se defrontam com estruturas concentradas de compra e venda a ideia de que possam enfrentar tal situação de forma isolada é uma falácia, cabendo aos agentes públicos entender que não podem continuar prescrevendo a receita convencional dos centros de pesquisa e extensão, repetindo a prática de induzi-los a usar tecnologia (a “melhor”), a buscar crédito (caro) e a enfrentar riscos e incertezas (em mercados dominados), já que os ganhos de produtividade quase sempre serão apropriados pelos setores que controlam o mercado, devendo orientar os agricultores sobre combinações necessárias de investimento dentro e fora das fazendas, como estratégia principal para a sustentação das suas atividades no mais longo prazo, reduzindo risco e incerteza. Essa ideia sugere que a visão dos negócios considerando apenas a unidade de produção, isoladamente, não tem o menor sentido, o que coloca a necessidade de organização empresarial como uma questão crucial.

Apesar da necessidade da verticalização na agricultura, há de se perceber que os agricultores no seu conjunto não dispõem de informação, de recursos e mesmo de cultura própria para engendrar esse processo de forma espontânea, o que torna imprescindível que seja induzido pelo Estado, a quem cabe papel preponderante na redução dos desequilíbrios inter-setoriais. Nos mercados de fatores, a organização da oferta é importante para que se reduzam as instabilidades e se eleve a renda do setor agrícola, mas é certo que esta condição estará cada vez mais distante se o Estado não assumir o papel de indutor do processo de transformação, fomentando e apoiando formas de organização econômica, criando as condições para o desenvolvimento de uma nova realidade cultural, gerando e disseminando

informação de qualidade, devendo os agentes públicos abandonar a postura divisionista que confunde, desagrega e desarmoniza os agricultores, impedindo que haja a sinergia necessária.

Esses agentes têm de impregnar-se dessa percepção e não podem continuar estimulando apenas medidas convencionais que, por sua inconsistência, têm acentuado as disparidades. Ante a inequívoca superposição de interesses dentro das cadeias produtivas, ditados pelas diferenciadas condições de barganha dos seus atores, pelo nível de informação e pelas fortes pressões de grupos organizados, dificilmente ocorrerão alterações qualitativas substanciais, que possibilitem a agregação de valor e os agronegócios se tornem expressão legítima da atividade rural, se o Estado, as universidades e outras instituições se mantiverem apenas como observadores ou reproduzindo conceitos que perenizam a dependência.

Não existe uma relação harmônica entre os diversos setores das cadeias agroalimentares, como parece sugerir as análises sobre o agronegócio. Como se sabe interdependência não quer dizer subordinação de um setor em relação a outro, em que predomina a atuação predatória de muitos. Se essa visão é correta, raciocinar do ponto de vista do agronegócio não pode deixar de lado a visão analítica de como essa relação se opera na realidade e como a forma de agir de um setor pode afetar outro, em função das assimetrias existentes, o que torna absolutamente sem sentido as interpretações isoladas que abordam as questões da propriedade agrícola apenas do ponto de vista tecnológico.

Aliás, é preciso desmistificar o que tem se tornado lugar comum, a ideia de emprestar relevância a conceitos como “produtividade da terra” e “competitividade”, tão usados antes e depois da porteira da fazenda, inclusive no âmbito do setor público, dos bancos e até das universidades. O conceito de produtividade (que é importante) só terá significação num contexto de preços estáveis no longo prazo (de maturação do investimento), que assegurem aos produtores a apropriação dos ganhos respectivos, e não numa realidade de preços dados, onde esses mesmos produtores figuram como meros tomadores, daí por que o conceito de “competitividade”, como é utilizado, se insere no campo do senso comum.

O termo agronegócio é utilizado muito mais como um rótulo do que como expressão da interdependência positiva que deve existir em qualquer cadeia agroalimentar. A suposição de que isso ocorre sem subordinação de um setor em relação a outro é que tem conduzido a equívocos por parte de certos setores, quando induzem os produtores a obter financiamento e a utilizar tecnologia (normalmente a mais “moderna”), sabendo que as restrições impostas por relações desiguais tende a neutralizar ou tornar nula a rentabilidade do setor agrícola, o que torna evidente que, nessas circunstâncias, crédito e tecnologia são condições necessárias, mas não suficientes.

1.2 O aparecimento da vassoura-de-bruxa

As causas que levaram os produtores à iliquidez, atingindo suas principais instituições, a partir do início da década de 1990, não pode ser atribuída aos fatores normais, como sempre se proclamou. Em sucessivas ações judiciais¹⁶ movidas pelos produtores de cacau contra o Banco do Brasil S.A. é exigida a indenização por lucros cessantes em decorrência da responsabilidade que é atribuída ao Estado pelo ingresso da vassoura-de-bruxa. De acordo com esses argumentos, consubstanciados nas ações públicas, são apontados dois atos emanados do Governo Federal que contribuíram para a contaminação da lavoura cacauzeira da Bahia pela doença, a seguir descritos.

O primeiro ato está relacionado com o Programa de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional – Procacau, que foi efetivamente implantado no ano de 1976¹⁷, a partir do qual ocorreram mudanças substanciais no quadro de produção de cacau no Brasil, já que esse normativo tinha o nítido objetivo de povoar a Amazônia e o centro-oeste do país, notadamente os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.

Com a expansão do cacau para a região norte foi estimulado o trânsito de pessoas, veículos e produtos entre a região amazônica e a baiana, inclusive foram implantadas linhas regulares de ônibus interestaduais, ligando as regiões.

Com o incentivo do Governo Federal, introduzido com o Procacau, e em face da boa qualidade dos solos daquela região, associado ao baixo custo de aquisição de terras na época, incentivou-se o arriscado vai e vem de pessoas e coisas, sobretudo de trabalhadores rurais, sendo sabido que não havia oferta de mão-de-obra específica de rurícolas para a execução dos serviços de plantio, calagem, adubação, colheita e secagem de cacau, naquela região. Àquela época, a produção de cacau da Bahia representava 97,6% da produção de cacau brasileiro.

O segundo ato foi a edição da Portaria nº 147/83, pelo Ministério da Agricultura, devido a pressão das indústrias de moagem de cacau já instaladas em Ilhéus, revogando as portarias anteriores¹⁸, que instituíram mecanismos de defesa sanitária vegetal de proteção às doenças em regiões sujeitas à vassoura-de-bruxa, no caso a Bahia. Assim, essa nova portaria pôs fim aos rigores das anteriores, e permitiu a saída de cacau seco produzido na Amazônia

¹⁶ Ver, a propósito, os processos de nº 2006.33.11.006790-0, na Vara Única da Justiça Federal de Itabuna, e o de nº 2009.33.11.001448-7 no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que decidiram favoravelmente aos produtores de cacau, e o Acórdão da Apelação Civil nº 0000441-75.2005.805.0103, de 11 de junho de 2013, no Tribunal de Justiça da Bahia, que deu ganho de causa aos produtores, inclusive condenando o Banco do Brasil ao pagamento de indenização por perdas e danos.

¹⁷ Instituído pelo Decreto Federal nº 73.960 de 18 de abril de 1974.

¹⁸ As portarias de nºs. 396/77 e 911/83.

para o resto do país, mediante a emissão de Certificado de Sanidade Vegetal e Permissão de Trânsito por órgão do Ministério da Agricultura, o que não teria surtido efeito.

Assim, depois de todo processo de deflagração da doença já instalado, o governador da Bahia¹⁹ sancionou decreto proibindo a entrada em território baiano de cacau seco produzido na região amazônica, depois de manifestações de técnicos da Ceplac, alertando para o perigo de contaminação da cacauicultura baiana pela doença, em face do crescente fluxo de veículos de carga e de pessoas, entre as duas regiões.

A norma estadual jamais foi cumprida, pois se manteve o envio cacau seco produzido na região amazônica para Bahia. Em 23.05.89, a incidência da doença “vassoura de bruxa” foi reconhecida e constatada na região cacauzeira baiana, inicialmente na zona do Catulé, em Uruçuca e, meses depois, em São João do Panelinha, mais precisamente na Serra do Itamotinga, município de Camacan.

Em função das facilidades introduzidas pelo governo federal, e da inocuidade de ações do governo estadual, a instalação da vassoura-de-bruxa ocorreu nos dois vales mais férteis e chuvosos de toda extensão da região, sendo de conhecimento público que a água foi forte vetor de disseminação da doença, o que, devido às chuvas, todo o resto das plantações acabou contaminado.

Esses fatos, que teriam ocorrido em função do Procacau e da revogação das portarias ministeriais, que permitiram o trânsito de plantas e cacau de uma região epidêmica para a Bahia, resultaram na inevitável instalação da doença na região, acarretando perdas e danos irreparáveis a toda a lavoura, ou seja, acarretou lesão irremediavelmente grave a todos que nela habitavam e tiravam o seu próprio sustento e de suas famílias da atividade cacauzeira.

Constatada a vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau, a Ceplac, que levou anos pesquisando doenças do cacauzeiro, não estava preparada para combater a doença, o que dificultou o equacionamento adequado do problema.

Com efeito, a Secretaria Nacional de Defesa Sanitária do próprio Ministério da Agricultura, o mesmo que criou normas facilitando o deslocamento intra-regional de cacau, em 02.06.89, divulgou a Portaria 48, interditando o imóvel Fazenda Santana²⁰, de Nestor Barreto, de Uruçuca, onde nesta e em outras propriedades promoveu um tratamento de

¹⁹ Na época, João Durval Carneiro, hoje Senador.

²⁰ Essa iniciativa desastrosa orientada pelo diretor geral da Ceplac, Joaquim Cardoso, causou danos ao Erário, que depois teve de indenizar os produtores que foram prejudicados com a ação equivocada, evidenciando que esse órgão não tinha a menor condição técnica para sugerir soluções de curto prazo. Lastimavelmente, a mesma direção da Ceplac, que produziu um documento político para atender a pressões do governo do Estado, voltou a sugerir a derruba de árvores, para controlar a doença, além de elaborar projeções de produção e de preços completamente inconsistentes.

choque, ao erradicar 142 hectares de cacau, achando que assim debelaria o foco de infestação da doença.

Segundo relatórios, a Cavab – Campanha de Controle da Vassoura-de-Bruxa, subordinada à Ceplac, não tinha condições de cumprir o seu papel de controle em função das seguintes razões: a) ausência de material permanente para equipar os poucos postos por ela implantados, além da falta de divulgação da campanha de controle junto a órgãos da própria Ceplac e de toda a comunidade da região cacaueira; b) absoluta carência de recursos humanos e de autonomia orçamentária e financeira; c) total ausência de treinamento e reciclagem de pessoal sobre a doença, cuja gravidade, demandava a criação de melhor estrutura operacional.

No início de 1990, a Ceplac reconheceu a impotência para combater a doença, em manifestação do chefe da Defesa Fitossanitária do Cepec, sugerindo a transferência da Cavab, órgão criado para evitar a contaminação da região pela doença, para a Delegacia Federal da Agricultura de Salvador.

Além dessas razões de natureza institucional, é voz corrente que a introdução da vassoura-de-bruxa nos cacauais da Bahia foi criminosa e teria sido praticada por um grupo de militantes políticos e sindicalistas²¹, o que estaria sendo objeto de investigação por parte da Polícia Federal.

Com isso, parece existir um nexo causal entre o ato ilícito e o dano, que, segundo as diversas ações judiciais promovidas pelos produtores, enseja a reparação, pois, por negligência dos órgãos governamentais, em qualquer das situações, permitiu-se a entrada da doença nas plantações de cacau da Bahia, sendo esta capaz de provocar, já em 1992, danos sérios na produção de cacau, comprometendo até 70% da atividade.

1.3 Problemas econômicos, sociais e ambientais

Os problemas econômicos, sociais e fitossanitários com os quais a cacauicultura ainda se defronta têm contribuído para a diminuição quantitativa e qualitativa dos remanescentes de Mata Atlântica da região sul da Bahia, como também de expressiva área cultivada com cacau. O início da década de noventa, com a chegada da vassoura-de-bruxa, marcou a descaracterização do agroecossistema cacaueiro, quando se substituiu, em algumas áreas, o cacau por pastagem, que favoreceu a exploração irracional e mesmo ilegal das árvores de

²¹ Conforme a revista *Veja*, que publicou duas matérias sobre o assunto, intituladas *Terrorismo Biológico* e *A Caça às Bruxas*, respectivamente de 21 de junho de 2006 e 5 de julho de 2006. Ver a propósito também o DVD intitulado “O Nó”, produzido pelo Instituto Pensar Cacau – IPC, e a Declaração/Denúncia de um dos autores.

sombra e dos remanescentes florestais que circundavam as áreas com cacau (CEPLAC, 2012).

Por outro lado, no conjunto ainda se pode apontar dificuldades gerais advindas da instalação da vassoura-bruxa, tais como:

- a) elevação do estoque da dívida dos cacauicultores junto ao Banco do Brasil e outros estabelecimentos;
- b) redução na aplicação de tecnologias de produção essenciais à sustentação de níveis razoáveis de produtividade do investimento;
- c) prejuízos sociais, em termos de desemprego nas regiões produtoras;
- d) perda de parcela brasileira no mercado internacional;
- e) desagregação da economia com a consolidação da fragilidade estrutural das regiões cacauíferas do Brasil.

Houve redução drástica das áreas cultivadas com cacau, e consequente queda na produção, o que refletiu no decréscimo da renda e no equilíbrio dos padrões sociais. O modelo de exploração agrícola da região cacauífera serviu de base na construção da cultura regional e mudanças radicais poderão comprometer no curto prazo, todo o patrimônio social, ambiental e econômico a ele relacionado. Considerando a safra 86/87 como base, tendo em vista que os problemas atuais se iniciaram nesse período, a produção decresceu quase 75% em 1999/00 e a produtividade passou de 568 kg/ha para 214,3 no mesmo período.

As evidências empíricas revelam que contingentes humanos cada vez mais se deslocaram do campo para as cidades, criando aglomerações que demandam bens e serviços que também as cidades não têm condições de ofertar.

Grande número de habitações foi desocupado no meio rural. Na década de 70 o governo estimulava a construção de habitações rurais com incentivos do imposto de renda. Na época, estimava-se que de cada 10 casas, 8 estariam desocupadas nas fazendas de cacau. Durante o período da crise, verificou-se o recrudescimento de doenças endêmicas como a tuberculose, a leishmaniose, a febre amarela, a dengue, o tifo, implicando na elevação e custos para o SUS, em decorrência do agravamento dos problemas da saúde pública.

Há comprometimento, também, da sobrevivência dos fragmentos remanescentes e, consequentemente, das espécies que o compõem, seja pela exploração irracional dos maciços florestais, como de árvores isoladas no sombreamento do cacau; seja pela substituição da cacauicultura por outras culturas e pastagens ou mesmo pela renovação do cacau se for feito com adensamento do cacauífera e baixa densidade de indivíduos no sombreamento (SETENTA & LOBÃO, 2012).

Mesmo acontecendo de forma desordenada, irracional e ilegal, a exploração dos

recursos florestais remanescentes (fragmentos de mata e das árvores do sombreamento dos cacauais) gerou recursos financeiros que serviram de sustentáculo econômico para a propriedade agrícola durante muito tempo. Contudo, acelerou a descaracterização do agroecossistema cacaueiro e provocou o retorno da atividade madeireira desordenada e predatória na região, evidenciando também, mas dessa vez de uma forma mais perversa, a riqueza dos produtos florestais que a cabruca foi capaz de conservar.

Sem embargo das condicionantes históricas, que vêm desde a época de capitania hereditária, não há dúvida que a análise sobre o que aconteceu com a economia cacaueira, o que está acontecendo, e o que poderá acontecer será parcial, se não captar a complexidade e a dimensão dos problemas, pelo conjunto de variáveis endógenas e exógenas.

Por isso, a ênfase nesses elementos que condicionaram a crise, que ainda estão presentes, de forma bem mais aguda, é fundamental do ponto de vista de uma perspectiva macro, que distancie da visão do senso comum, sempre em voga, que sempre atribui à monocultura os problemas locais, quando essa mesma monocultura financiou o desenvolvimento do Estado da Bahia e de muitas capitais nordestinas.

Por outro lado, a região cacaueira compõe um dos sistemas com grande diversidade de espécies arbóreas e expressiva biodiversidade, além de abundantes recursos hídricos, endemismo e variadas tipologias (SETENTA & LOBÃO, 2012). Por isso, em função de outros aspectos que condiciona como a conservação da Mata Atlântica com toda sua diversidade, a questão do cacau é sempre um tema em discussão, mas pelo que dele se desconhece do que pelo que se conhece efetivamente, mas não se pode olvidar a sua importância econômica, social, ambiental e cultural.

1.4 Desarticulação do Sistema Copercacau no início da crise

Para se criar uma cooperativa, é necessário amplo trabalho de convencimento, de esclarecimento sobre os deveres do quadro social, como usuários, e direitos, como provedores, e não apenas a discussão de um estatuto padrão. De fato não se pode contar com a viabilidade e o êxito das cooperativas se as seguintes pré-condições não forem atendidas: a) abertura para pessoas “positivamente interessadas”; b) disposição para cooperar por parte dos associados; c) identidade geral de propósitos; d) disposição para inovar; e) escolha do campo operacional adequado.

Será que tais exigências foram ou estão sendo levadas em conta pelos agentes públicos

que, quase sempre, agem de forma oposta a organização horizontal e de forma reducionista, principalmente na região, onde predominam muitos conflitos? Essa parece ser uma preocupação que deve nortear os estudos sobre o tema, em qualquer realidade.

Com efeito, no início dos anos 90, quando a crise de liquidez se tornou mais aguda, o Sistema Copercacau já havia atingido elevado nível de complexidade operacional, com condições excepcionais para crescer, pois era constituído de:

- 1 Central, localizada em Ilhéus;
- 13 cooperativas localizadas nas principais praças da região;
- 26 depósitos recebedores de cacau;
- 21 depósitos para distribuição de insumos;
- estrutura de armazenagem para 400 mil sacos;
- 1 misturadora de fertilizantes;
- 1 fábrica de produtos de cacau, a Itabuna Industrial S.A.;
- patrimônio equivalente a U\$ 50 milhões.

Não é possível supor que tudo isso tenha se desmantelado apenas em função da ação isolada de pessoas, como supõe a opinião pública e o senso comum, sem que existam fatores substantivos de natureza interna e externa, que devem ser analisados com sobriedade. Até porque as condições estruturais de dependência e baixo poder de barganha de setores da lavoura em relação aos oligopsônios que sempre existiram e fundamentaram a existência do Sistema, pioraram significativamente depois do advento da vassoura-de-bruxa.

Com efeito, tudo o que ocorreu, longe de negar o cooperativismo como mecanismo regulador, torna evidente a necessidade recompô-lo com cooperativas dotadas de forte conteúdo doutrinário, que se distanciem das referências normativas e operacionais que vinham e ainda estão sendo adotadas.

A propósito, diante do quadro difícil da região cacaueira, o cooperativismo talvez tenha sido o maior depositário de críticas, pelas mais variadas motivações, que não cabe aqui discutir, seguramente devido às análises superficiais dos fatos. Mas Jose Haroldo C. Vieira²² afirma que todas as organizações de classe dos exportadores e industriais desapareceram e que três indústrias locais de processamento de cacau deixaram de operar, para tornar evidente que não foi apenas o cooperativismo o mais abatido pelos reveses da crise. Ao refutar críticas comumente feitas às organizações do produtor, chegou a formular as seguintes perguntas, em

²² Funcionário do Banco do Brasil que, durante duas décadas, foi o principal dirigente da Ceplac, período em que desenvolveu intenso trabalho em defesa da cacaucultura, cuja tarefa lhe exigiu, em muitos momentos, o enfrentamento com interesses específicos de comerciantes, de industriais do cacau e de políticos.

trabalho divulgado (VIEIRA, 2002):

Hoje, critica-se a organização dos produtores, a Copercacau e os seus dirigentes, que permanecem amarrados nos cargos, como dizem. E a Itaisa buscam levá-la a leilão, depreciando-a no que se pode.

Pergunto: onde estão as organizações de classe dos exportadores e dos industriais? A Comcauba? a Abic? a Abec?. Respondo: simplesmente desapareceram. Onde anda a Chadler?, a Berkau, a Barreto de Araújo? Simplesmente sumiram do mapa regional. Alguém critica? Ninguém. Teriam sido melhores que os produtores? Conservaram melhor os patrimônios? Foram mais competentes e solidários? Trouxeram maiores benefícios aos cacaucultores? Não. Os incautos de hoje, intencionalmente ou não, preferem acuar a Copercacau, a Itaisa, a CNPC. Forçar o leilão. Entregar por “bolacha quebrada” a Itaisa a uma dessas hienas internacionais que farejam carniça, que pagam para depreciar o objeto da sua cobiça para depois “surgirem como heróis salvadores” a manter o processo de “chupança tradicional da seiva dos cacaucultores”. E ainda existem alguns desses vendidos e traíras que subliminarmente servem de arautos...

A Copercacau não desenvolveu apenas proveitoso papel na regulação do mercado, influenciando positivamente os preços (NASCIMENTO, 1981), mas sempre esteve na vanguarda da defesa dos interesses substantivos da cacaucultura como foi, por exemplo, a manutenção da Ceplac com autonomia administrativa e financeira, com a permanência dos recursos que a mantinha, cuja retirada em nada beneficiou os produtores e a região (Anexo A).

O pressuposto básico para a sua paralisação é de que existiram fatores determinantes de natureza interna e externa, até conflitantes, que terminaram convergindo para um objetivo destrutivo – pela atitude inconsciente dos produtores-associados, de um lado, e, de outro, a ação consciente dos que se sentiam incomodados com a presença de um mecanismo regulador eficiente.

O conhecimento desses elementos restritivos é importante para que se formulem políticas públicas com dimensão técnica e operacional adequada, que leve em conta forte trabalho de educação e informação cooperativista, para recomposição do setor, algo inadiável e urgente.

Daí a razão do estudo, que procura avaliar quais as razões que têm impedido o avanço e a consolidação desse instrumento, apesar da indiscutível necessidade, e explicitar, numa perspectiva orgânica, a trajetória do Sistema Copercacau, liderado pela Cooperativa Central do Cacau – Copercacau, a principal referência do cooperativismo nos últimos 30 anos, suas limitações estruturais, os obstáculos artificiais e naturais impostos ao seu adequado funcionamento, as distorções da reorientação atual e as possibilidades reais do seu desenvolvimento como mecanismo capaz de promover mudanças substantivas nas estruturas locais, e o que se espera da interação das instituições econômicas e articulação dos atores sociais.

1.5 A necessidade de estudos descritivos: uma reflexão sobre os fatos

É necessário que se empreenda um esforço visando à criação de referências que sejam capazes de abarcar o processo de mudança dentro de condições impostas pelos sistemas vigentes, daí porque é indispensável um olhar que ultrapasse o conhecimento convencional, fundado em realidades complexas, imperfeitas, onde os atores sociais e as instituições nem sempre se interagem de forma pró-ativa, se distanciando cada vez mais do ideal da cooperação, que seria a base de auto-sustentação dos sistemas.

O cooperativismo e as cooperativas têm sido estudados não só em relação ao que fizeram, estão fazendo e pretendem fazer no futuro, sem que os estudos, na maioria dos casos, manifestem preocupações substantivas com sua eficácia transformadora. É necessária a realização de estudos que situem o cooperativismo no campo da economia política, como mecanismo corretivo do capitalismo monopolista, que não se confunde com o capitalismo concorrencial, em oposição às técnicas mecanicistas que descambam para simples diagnósticos ou análises *ex post* sobre procedimentos operacionais, que tendem a “legitimar” as distorções observadas na ação de muitas cooperativas.

Existe uma inadequação conceitual que tem levado a erros de concepção e de operacionalização de cooperativas e que tem resultado no fracasso de muitas delas, porque, para alguns, é indispensável que ajam como “empresas”, sem possuir as condições estruturais e legais para tal, equívoco que é estimulado pelas instituições oficiais de fomento e de apoio financeiro, e de controle, como o Banco Central, no caso das cooperativas de crédito, a exigir estudos de viabilidade econômica em empreendimentos que, para se justificar, precisam apenas de *campo operacional adequado*, e cuja viabilidade depende do fato de que os seus atores principais (os associados) estejam plenamente conscientes da sua condição de provedores, no primeiro momento, para serem usufrutuários depois. Via de regra, confundem interesses de investidores, comuns às sociedades comerciais, cujo rendimento é ditado pela operação de compra e venda, com interesses dos associados, nas cooperativas, donos e usuários ao mesmo tempo. A eficiência nas primeiras tem fim distinto da eficiência que se busca nas últimas.

É necessário que os estudiosos e os que formulam políticas públicas se debrucem sobre a importância de realizar estudos descritivos, principalmente que gerem informações confiáveis, como, por exemplo, como funcionam certos mercados, a fim de que as teorias positivas não sejam utilizadas como uma forma de explicar a realidade, sem explicá-la.

Os relatórios gerenciais e os balanços de cooperativas expõem apenas o que

aconteceu, mas nada dizem sobre procedimentos. Estudar cooperativismo apenas utilizando-se de séries históricas, ou mesmo a partir de entrevistas, para projetar o futuro, pode-se chegar a conclusões equivocadas sobre as possibilidades reais desse setor. Com efeito, num quadro de total imperfeição, com assimetrias variadas e não apenas nas informações, estudos que se baseiam no modelo de concorrência perfeita, que seria uma referência normativa e não positiva, embora útil para comparações, como acentua Leftwich (1974), que permeiam a literatura sobre cooperativismo, supondo-se as mesmas condições, terminam gerando quadros de referência conceitual precários.

Essas questões são importantes quando se trata de resultados que tendem a influenciar a população e as decisões políticas. Por isso, não se deve esquecer os ensinamentos de Furtado (1998) sobre o processo de pesquisa quando fala sobre as expectativas de um pesquisador:

São muitas as motivações de um pesquisador (...). O valor do trabalho do pesquisador traduz, portanto, a combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. Isso me leva a fazer a seguinte afirmação: a ciência é constituída por aqueles que são capazes de ultrapassar certos limites que hoje são definidos pelo mundo universitário. Daí a tendência ao predomínio dos “produtos enlatados”, que estão na base do prestígio do saber acadêmico.

Procura-se dar às discussões tratamento metodológico sob essa ótica. Importantes economistas, entre os quais vários prêmios Nobel de Economia, têm reagido de forma incisiva à abordagem convencional para explicar a complexidade dos sistemas econômicos e sociais, entre os quais, Furtado (2000), Galbraith (2004), Tinbergen (1979), Leibenstein (1979), Harrod (1979), Myrdal (1979), Dopfer (1979).

Tinbergen (1979) diz que a “ênfase, na ciência econômica, deve ser mais nas pesquisas empíricas do que nas pesquisas teóricas”, e faz uma ressalva:

Com o desenvolvimento da econometria, surgiu uma tendência à concentração muito grande em métodos de verificação ou de teste de hipóteses e a uma ênfase muito fraca na coleta de material estatístico novo e bem determinado.

Do outro lado das pesquisas econômicas, tem-se dado uma atenção relativamente grande à coleta e à interpretação de movimentos em curto prazo – mensais ou até diários – que servem, quase sempre, para orientar as atividades de especulação, ou a atividade conjunta de produção e especulação.

Os estudos empíricos que estou advogando deveriam voltar-se para um conhecimento mais fundamental do funcionamento das economias (ou até mesmo das sociedades) e dos conceitos básicos de nossa ciência.

É por isso que muitos estudos sobre cacau partem de premissas pouco confiáveis, e

levam a conclusões com o mesmo viés. Tais são, por exemplo, os estudos que se baseiam em séries históricas sobre exportações de cacau (principalmente de derivados), para efeito de projeções, sem uma prévia avaliação da qualidade desses dados, considerando que nem sempre os valores registrados no órgão responsável são verdadeiros, o que empresta pouca validade ao trabalho. Da mesma forma, numa economia fortemente concentrada, com preços do cacau determinados na Bolsa de Mercadoria de Nova Iorque, sujeitos às maiores instabilidades entre as demais commodities, considerar preços fixos de cacau em amêndoas, durante vinte anos, como ocorreu com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – PRLCB, para projetar receitas futuras dos produtores, faz pouco sentido. Só existem duas possibilidades para justificar tal surrealismo: falta de conhecimento de como funciona a economia cacaueira ou repetição como moda.

Por outro lado, aventurar-se analisar as cooperativas sob uma ótica comercial, tem levado a observações equivocadas sobre o papel dessas sociedades, que termina confundindo eficiência gerencial com eficácia transformadora. Daí as muitas análises que procuram situar as cooperativas como instrumentos dissociados dos seus associados, como meros fatores de transição, como se a ação cooperativista fosse destituída de valor comportamental intrínseco.

Leibeinsten (1979, p.57), diz que

Uma dificuldade básica da economia é que não sabemos exatamente onde estamos. Fazendo uma analogia com a medicina, não sabemos que males podemos curar e quais os que não podemos curar. Não temos uma ideia clara das áreas de problemas em que as soluções são baseadas em informações seguras e onde ocorre o inverso. Em seus níveis “mais elevados”, os textos econômicos revelam um alto nível de rigor lógico, mas isso realmente não substitui um conhecimento comportamental com bases sólidas.

Na mesma linha, Harrod (1979, pg. 81) afirma que

Os administradores atuais não percebem, na maioria das vezes, que apareceu um novo ramo da economia, que podemos chamar de dinâmica econômica ou de economia do crescimento, que contém todo um sistema de axiomas e corolários inteiramente diferentes de qualquer coisa que se possa encontrar nos autores que escreveram textos adotados nas universidades há cerca de trinta anos atrás. Por isso mesmo, é importante enfatizar e divulgar o fato de que já existe um novo sistema de pensamento.

Daí deriva os estudos que se utilizam de teorias que não se explicam na prática, por que terminam supondo mercados perfeitos, como no caso do cacau, numa realidade de prevalência de situações monopolistas, o que indica a necessidade de conhecimentos preliminares e multidisciplinares sobre as realidades, sua complexidade e problemas reais.

Por outro lado, Myrdal (1979, p. 84), entendendo a limitação de grande parte dos

estudos econômicos que não têm em conta uma visão mais real das realidades, faz a seguinte advertência:

Quando chamo a abordagem totalista de princípio fundamental da economia institucional, quero dizer que nossa principal acusação contra os economistas convencionais é que eles trabalham com “modelos fechados” com muito pouca variáveis. Estas são escolhidas entre condições chamadas de “fatores econômicos”, que são normalmente mais susceptíveis de qualificação, embora até mesmo esta qualidade seja, muitas vezes, oportunamente exagerada, e não só com relação aos países subdesenvolvidos.

A limitação do número de variáveis a apenas a algumas que possam ser quantificadas possibilita o emprego de modelos matemáticos que impressionam.

No entanto, tais modelos fechados implicam normalmente uma grande restrição de visão. Quase todo sistema social fica de fora. Isto deveria, pelo menos, ser acompanhado por uma definição clara dos pressupostos quanto às condições e determinante não levada em conta. Esta explicação de pressupostos implícitos geralmente não é dada, e eu nunca soube de um economista de orientação convencional que realmente tivesse consciência desta fraqueza básica na sua análise.

De acordo com essa visão, metodologicamente, seguindo o que sugere Celso Furtado (1998) quando fala sobre “as motivações de um pesquisador”, a pesquisa é estritamente qualitativa (NASCIMENTO, 2002), e é um estudo de caso que se baseia na experiência do autor, desde 1985, quando se tornou um dos principais protagonistas desse processo de construção de soluções para os problemas do cacau e do cooperativismo, tendo como suporte documentos públicos e privados sobre o tema, selecionados previamente, e em entrevistas com pessoas que tiveram papel importante nesse debate.

A parte substantiva do relato é fundada em documentos específicos aos quais se teve acesso, muitos dos quais inéditos, tendo sido anexados apenas os que se entenderam necessários à divulgação.

A proposta inicial era apenas utilizar os documentos, porque suficientes para se demonstrar os fatores diversos que se convergiram e que foram determinantes para a paralisação da Copercacau, que é objeto da tese, mas resolveu-se entrevistar algumas pessoas, com a finalidade apenas complementar e não de confirmar os argumentos desenvolvidos. Nesse caso, selecionaram-se apenas aqueles que tinham condições de opinar com segurança em relação a problemas sobre os quais muitos emitem juízo de valor sem o menor conhecimento de causa. O senso comum termina reproduzindo a opinião pública, a partir de meras suposições.

Os entrevistados participaram de todos esses debates, uns mais outros menos, e todos detêm condições para exprimir opiniões consistentes e independentes, e muitos deles ocuparam funções importantes, como o gerente do Banco do Brasil, à época, que coordenou

um grupo especial desse banco e o Comitê Negocial, que desenvolveram os estudos sobre as possibilidades de recuperação do Sistema Copercacau, divulgados publicamente em sessões das câmaras municipais de Itabuna, de Gandu e de Ipiaú.

Outros, como os presidentes da CNPC e da ABC, e um diretor da Copercacau e Itaisa, participaram de todos os encaminhamentos nesse período, integrando a Câmara Setorial do Cacau, o CDAC, o FNA, órgãos criados por iniciativa do MAPA. Os jornalistas entrevistados acompanharam de algum modo todo processo de busca de soluções para o cooperativismo. As entrevistas, portanto, não tem o objetivo quantitativo, e não tem sentido determinar sua importância do ponto de vista estatístico, como seria uma amostra, por exemplo, daí por que se entrevistaram apenas aqueles que poderiam contribuir para o relato, sem preocupação com o número de pessoas.

Capítulo 2

Rediscutindo o cooperativismo: aspectos teórico-normativos

Tornou-se comum a discussão do cooperativismo do ponto de vista dogmático, político, na sua versão ideologizada, e oportunista, como se as cooperativas fossem iguais às empresas mercantis que constituem o que se chama de sistema de mercado, e que se justificassem por si.

De fato, as cooperativas não são criadas apenas para duplicar estruturas, desconectadas da doutrina e da ideologia de mudança, porque têm objetivos de promover alterações nos sistemas tradicionais, caracterizados por grandes assimetrias não só de informação, mas pelo controle da oferta e da demanda, por grupos concentrados.

Logo, é importante discutir aspectos doutrinários, teóricos e legais, em que se fundamenta a existência de cooperativas, o que se fará no presente capítulo. Da mesma forma não se pode cogitar a existência de cooperativas desconectada da realidade onde estão inseridas, como mecanismos de transformação

2.1 Introdução

Todos os atores sociais enfrentam, em maior ou menor grau, situações de desigualdades que não poderão enfrentar de forma isolada, em função de uma instituição que foi batizada como sistema de mercado, tornando-se crucial a absoluta necessidade de juntar-se, de maneira reflexa ou induzida, diante da concentração de poder dos grandes monopólios e seus respectivos executivos.

Quando produtores rurais – pequenos médios ou grandes – têm dificuldades de se apropriar de parcela proporcional da renda gerada, em função da existência de oligopólios no fornecimento de insumos, que lhes cobra preços altos; ou quando são meros tomadores de preço, diante de um “mercado” que lhe impõe preços mais baixos, só a organização lhe permite modificar as relações impostas por essa estrutura, tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta, fazendo o contraponto e melhorando suas condições de compra e venda o que também exige economias de escalas tecnológicas, produtivas e comerciais.

O cooperativismo, como doutrina econômica, desenvolveu-se como prática concreta, tomando como base princípios que permanecem na sua essência, até hoje, a partir da criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem conhecimento, criada pelos pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, produto da Revolução Industrial, que deixou como rastro a fome e a exclusão. Além do forte sentimento de autonomia e consciência da necessidade de poupar dos seus idealizadores, nasceu sob a inspiração de valores éticos e morais, que nortearam o movimento a partir de então, como resposta à miséria que enfrentavam, não porque eram pobres, mas porque estavam sendo expulsos pelo sistema, o que implicava em total ausência de liberdade.

Nos dias atuais, o cooperativismo é considerado pela ONU como um dos mais eficientes instrumentos para diminuição das desigualdades sociais, por contemplar a organização das atividades sócioeconômicas da população e, principalmente, por se fundamentar nos princípios de ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade, ética, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

Embora o cooperativismo figure na Constituição Federal como mecanismo ao qual se lhe empresta natureza diferenciada, a ponto de o legislador constitucional o distinguir, como resultado do entendimento da sua importância social, existe grande confusão quando da sua prática efetiva, no meio dos atores interessados diretamente, no governo e na própria Academia, esta, de forma geral, muito mais preocupada em realçar tendências do que redefinir rumos. Esse aspecto termina condicionando uma situação de manutenção do *status*

quo e perpetuação das desigualdades, porque as cooperativas – o meio pelo qual o cooperativismo se opera – terminam não sendo nem empresas comerciais nem sociedades que têm uma ideologia de mudança. A dualidade não se encontra, portanto, no fato de as cooperativas serem ao mesmo tempo empreendimentos econômicos e sociedades de pessoas, mas na circunstância, observada em muitas realidades, de agirem como “empresas”, estabelecendo relações de compra e venda, e ao mesmo tempo proclamarem as virtudes do cooperativismo.

Num mundo cada vez mais caracterizado por relações desiguais, as cooperativas, seguindo valores básicos, além das contribuições significativas que prestam no campo econômico, são mecanismos vitais para a preservação da democracia, diante da concentração de poder acumulada pelos grandes monopólios, processo esse que corre risco, devido à tibieza dos governos e a fragilidade do Estado.

Não há dúvida que a *racionalidade comportamental* foi elemento importante que impulsionou o legislador de vários países a colocar o cooperativismo no âmbito do interesse público, ao incluí-lo de forma cabal nos respectivos textos constitucionais. A partir desse reconhecimento sobre o seu papel no processo de desenvolvimento, o cooperativismo terminou sendo consagrado nas constituições de vários países. No Brasil, a Constituição Federal trata do assunto de forma explícita nos artigos 5º, 21, 174, 187 e 192, no sentido de que a formação de cooperativas é racional, pois são organizações econômicas capazes de reduzir as desigualdades.

A desigualdade advém de relações assimétricas em várias atividades humanas. Esse problema, por si, torna insuficiente o conceito de desenvolvimento, em função da concentração econômica, que culminou com a globalização capitalista, acentuando mais as disfunções.

2.2 A especificidade das cooperativas

As cooperativas, embora sendo mecanismos privados, apresentam características estruturais que as diferenciam das empresas mercantis, o que as colocam no domínio de interesse maior da sociedade. Por sua natureza anti-monopolista, esse tipo de organização econômica traz consigo contribuições importantes no campo social e educativo o que, independentemente de sua essencialidade, pode ser apontado como vantagem em relação a outros tipos predominantes de estruturas econômicas. As distorções dos diversos mercados,

que torna o mecanismo de formação de preços uma ficção, são fatores que fundamentam a formação de cooperativas, principalmente devido aos seguintes problemas concretos: a) atomização da produção e da oferta; b) visão tradicional de divisão de trabalho que privilegia elos mais organizados das cadeias produtivas; c) defasagem entre a produção e a comercialização, no que concerne ao nível de especialização tecnológica e eficiência econômica; d) e principalmente a pobreza dos mecanismos de distribuição.

Esses desequilíbrios intersetoriais trazem conseqüências que se refletem de forma negativa na agricultura e na economia como um todo. O baixo poder de barganha do produtor e de outros grupos, que os tornam meros tomadores de preço, dificulta a introdução de processos tecnológicos adequados, tornando crucial a necessidade de organização empresarial, sem a qual a agricultura, por exemplo, não deixará de ser um setor marginal dentro da economia, apesar da sua absoluta imprescindibilidade. Por isso, é importante compreender-se o papel de cooperativas como mecanismo indutor de eficiência econômica, associado à função corretiva implícita na sua presença, introduzindo equilíbrio de poder no âmbito da economia, estabelecendo assim um poder compensatório.

O fato de as cooperativas comporem uma situação diferenciada dentro do mundo econômico é absorvido pelo aparato legal. Há uma ordem jurídica que incorpora a figura do Ato Cooperativo, para distingui-lo das operações mercantis, mas, lamentavelmente, nem sempre sua interpretação é feita de forma adequada, até mesmo pelos que estão voltados às lides de uma cooperativa.

Para Abramovay (2005), as cooperativas pertencem ao domínio daquilo que Max Weber chamava de racionalidade material ou substantiva. Colocam-se abertamente como instrumentos de democratização e ampliação das oportunidades para os mais pobres e de luta contra a pobreza (os postulados valorativos, citados por Weber): são finalidades coerentes com o ambiente organizativo do qual resultam.

2.3 A natureza corretiva do cooperativismo

2.3.1 Distorções do sistema de formação dos preços no mercado do cacau

O problema básico consiste na inexistência do que alguns autores chamam de competição efetiva, isto é, a interação da oferta e da procura determinando os preços, apesar da incerteza da possibilidade de concorrência perfeita. Com efeito, na atualidade, em proporção mais elevada do que no passado recente, o mercado de cacau, interna e

externamente, é constituído por uma estrutura atomizada do lado da oferta (aproximadamente 39.000 produtores) e altamente concentrado do lado da demanda (três indústrias multinacionais), que funcionam como verdadeiro cartel.

O processo de concentração econômica, inerente às economias contemporâneas, revela que as premissas clássicas de ajustamento “natural” pela interação das forças de mercado – o mecanismo que poria ordem em qualquer disfunção – terminaram não se concretizando. A história do capitalismo mostra que a idéia de que o liberalismo poderia fazer com que as pessoas, ao buscar objetivos individualistas, pudessem conduzir a uma situação de bem-estar geral está distante de ser real; o que é absolutamente verdadeiro também no caso do socialismo que se conhece (NASCIMENTO, 2000).

As forças “naturais” terminaram engendrando um mercado que hoje se apresenta com duas vertentes. De um lado, as estruturas concentradas, com o poder discricionário conferido aos monopólios, evidenciando que a premissa de otimização que seria referencial de eficiência é uma ficção; do outro lado, as estruturas atomizadas de vendedores e compradores, que se defrontam de forma desigual, sugere que a acumulação não se faz apenas a partir de critérios remuneratórios dos diversos fatores em função dos custos de oportunidade existentes, mas da apropriação desproporcional do excedente.

Essas distorções na estrutura de preços causam impactos negativos na economia, com a apropriação por grupos concentrados de parcela desproporcional da renda gerada pela a atividade econômica. No caso de oligopsônios, uma forma predominante, os princípios são os mesmos aplicados ao monopsônio, segundo Billas (1976). Normalmente, a quantidade a ser comprada seria a_2 , já que o preço de oferta do fator seria igual à PM_g ; porém, o comprador não estaria maximizando lucros, porque a_2A seria acrescido à receita total, mas a_2B seria acrescido ao custo total, o que resulta em decréscimos de lucros. Ao comprar a_1 , o oligopsonista paga o preço de oferta do fator P_1 , ou seja, um preço menor que a unidade acresce à receita total. Assim, o oligopsonista auferir lucros excessivos na porção $P_2 - P_1$ por unidade, além de comprar menor quantidade do fator em determinado momento (Figura 3).

Em mercados desse tipo, que é a tônica, a cooperativa só estaria cumprindo seu papel se estiver contribuindo para reduzir as diferenças de poder entre os segmentos que se defrontam o que não pode ser aferido pela simples leitura de relatórios e de balanços e remete a uma metodologia diferente de análise²³.

²³ Ver Nascimento (1981), que apresentou um esquema de análise da influência de cooperativas, a partir de diferenciais de preço.

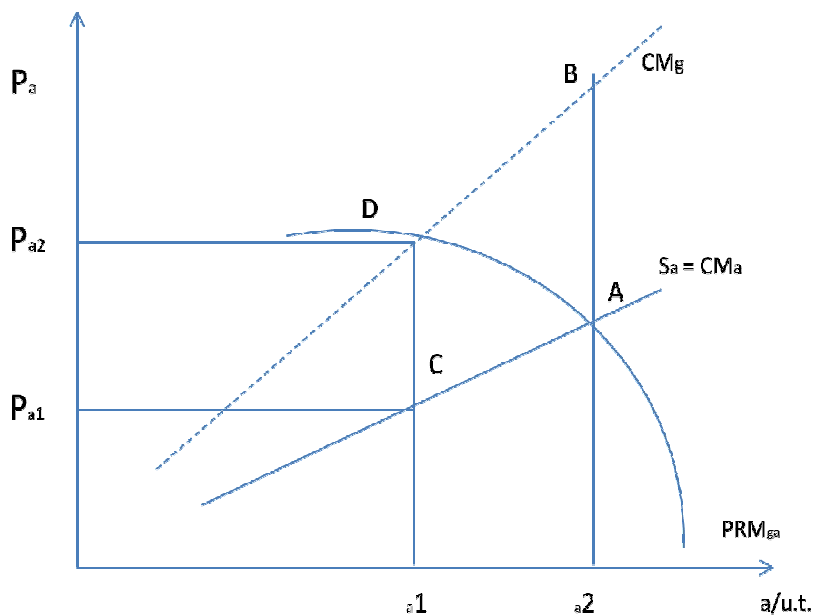


Figura 3: – Representação esquemática do oligopsônio a
 Fonte: Bilas (1976)

Por outro lado, se os mercados não são capazes de se ajustar espontaneamente, os instrumentos de controle social devem ser acionados para corrigir distorções que emperram o processo de desenvolvimento. A intervenção institucional é legitimamente necessária e deve ser operada diretamente ou por meio de mecanismos que podem ser acionados, mas é preciso advertir que a intervenção deve manter objetivos corretivos e seus agentes devem estar seguros do verdadeiro papel do governo em sociedade com permanente desequilíbrio estrutural.

A coesão de pessoas e a integração de suas atividades ajudam a melhorar a eficiência da economia, assumindo as cooperativas então um caráter antimonopolista, já que podem influenciar o ritmo de mercados imperfeitos, condicionando os demais segmentos à obtenção de melhores níveis de eficiência. As cooperativas podem induzir seus competidores a se adaptarem mais rapidamente às inovações que introduzem, beneficiando a sociedade e contribuindo para elevar o nível geral de eficiência da economia, cumprindo o que Kohls (s/d) chamou de função de estímulo e impulso.

Por tudo isso, o simples rótulo “cooperativa” não a caracteriza como tal, em qualquer ramo, se ela não se enquadra em preceitos normativos que identificam essas sociedades. A sua legitimidade não se consubstancia apenas pela presença física e pelo fato de que as pessoas escolheram livremente a forma de associação – quando escolheram. Mas, quando há evidência de que estão contribuindo para eliminar os desequilíbrios nos mais

variados mercados, o que sugere a necessidade de percepção multidisciplinar diante de uma realidade complexa, que tem revelado a ineficácia do conceito de concorrência perfeita.

Wilkinson (1999), evidenciando a interação de aspectos econômicos, sociais e antropológicos com a política diz:

A economia neoclássica, ou que os franceses chamam de teoria “padrão”, não tem utilidade para a colaboração interdisciplinar, uma vez que, por definição, nenhum ator pode influenciar o comportamento de outro, e preferências e tecnologias “estados do mundo” exógenos. Todavia, na base comum... a atividade econômica é socialmente construída e mantida e historicamente determinada por ação coletiva e individual expressa através de organizações e instituições.

Essa visão não ortodoxa da economia é compartilhada por Niederle (2010), *apud* Akerlof (1970), Wilkinson (1997), Vandenberghe (2010, 2006) e Dequech (2009 2008). Só nesse contexto de mercados altamente diferenciados, que é tônica da economia contemporânea, é que se poderá entender a presença de cooperativas, como mecanismo de mudança.

Embora os autores não façam qualquer associação dessas realidades com o cooperativismo, essa percepção está contida no que diz Niederle (2010), do ponto de vista de observações mais gerais, *apud* Williamson (1985), ao assinalar que

para permitir o bom fluxo das transações econômicas frente à uma crescente propensão ao oportunismo, seriam necessários arranjos institucionais cada vez mais complexos que desencorajassem os agentes a tirar proveito do acesso privilegiado às informações.

As cooperativas poderiam ser esses arranjos, com forte presença do Estado como indutor, mesmo porque o problema não é só de informações, mas do poder efetivo que esses agentes detêm para impor as regras dessas transações, o que torna o confronto desigual.

2.3.2 O “tamanho” das Cooperativas

São recentes as discussões em torno da participação de cooperativas no mercado e diversas são as correntes que preconizam uma ampliação cada vez maior dos negócios sociais, sem considerar três questões básicas: o tamanho das unidades cooperantes, as condições das demais firmas e o ponto da curva de custo onde se encontram (economias ou deseconomias de escalas).

Quando as cooperativas operam de forma eficaz, introduzem inovações e forçosamente forçam as demais firmas também a se inovarem. Isso quer dizer apenas que tornando as outras firmas mais eficientes, elas diminuem os seus graus de liberdade dentro do

mercado, tornando crucial que o quadro social tenha conhecimento dessas situações, porque haverá um momento em que a cooperativa poderá reduzir as distorções ao nível mínimo e eventuais “favorecimentos” das empresas convencionais podem significar sério risco à sua permanência, se não houver convencimento doutrinário e educação cooperativista.

Ao atuar de forma eficaz, as cooperativas mudam também a maneira de pensar e de agir dos demais, condicionando alterações dos padrões operativos. Cada vez mais isso implicará em novo nível de convivência, mais elevado do que o anterior, o que obriga as empresas mercantis a usarem todo e qualquer artifício para não perderem espaço. Se inadvertidamente as cooperativas, ao estreitarem a diferença, passarem a usar os mesmos expedientes, começam a decretar o seu fim enquanto sociedades de pessoas. E isso às vezes acontece com frequência porque muitos dirigentes e técnicos acham que é mais fácil “competir” do que educar o quadro social.

Portanto, as cooperativas seguramente não poderão e não deverão ocupar a totalidade do mercado, alijando completamente as demais empresas, como querem alguns, como se esse, afinal, fosse o objetivo. Não é; em mercados de produtos, elas existem não para pagarem o maior preço, mas para impedir que o produtor receba o menor, porque operando adequadamente o maior preço da praça sempre existirá em função da sua presença reguladora.

Uma elevação percentual da participação pode significar diminuição da qualidade de serviços, e a cooperativa ingressa na faixa crescente da curva de custo, podendo reduzir o seu poder de influência no mercado. É importante que se tenha em mente até onde sua atuação está contribuindo para reduzir imperfeições de mercado. Analisando a questão, Guimarães (1988) assim se expressa:

Quando comentamos sobre o federalismo cooperativista, já apontamos esse grave defeito em nosso cooperativismo. A grande ambição dos dirigentes de nossas cooperativas é fazer a sua cooperativa crescer e tronar-se forte, se possível ser a maior de todas. Lamentavelmente, nessas últimas décadas, é raro ouvirmos um dirigente nos dizer que a sua era a “melhor” cooperativa por ser a que mais efetivamente pusera em prática os autênticos postulados da cooperação.

A melhor cooperativa, no consenso geral, é a que tem maior volume de vendas mais associados, mais quantidade de metros quadrado de construção e, fundamentalmente, a que apresentou no balanço maior lucratividade.

Essa disputa pelo crescimento das grandes estruturas de base, faz com que as cooperativas não se integrem. Criam as centrais e dela fazem mais uma opção de mercado, tão somente agindo da mesma forma que os associados. Se as centrais têm ocasionalmente preços melhores vendem para elas. Em contrário, negociam com as indústrias ou com comércio. E os dirigentes das centrais passam a agir também como qualquer grande comerciante.

A cooperativa não pode expandir-se de forma isolada, ampliando os seus tentáculos e

distorcendo seus objetivos. O crescimento auto-sustentado das cooperativas como tal, só poderá ocorrer de forma sistêmica, isto é, a existência de cooperativas que se integram em diversos graus e níveis, horizontal e verticalmente, pressuposto que retoma a ideia das pequenas (ou grandes) cooperativas singulares, de natureza comunitária, com claro objetivo de atendimento ao corpo social e no tamanho exato das demandas do grupo. Crescem quando se integram a outras cooperativas de graus diferentes, criando-se sistemas, esses sim, de tamanhos ilimitados; incham, quando no mesmo nível, transcendem suas comunidades e exercem papel predatório, muitas vezes assumindo posições oligopolistas em benefício de um grupo e prejuízo de outro, o que seria a negação do cooperativismo.

Isso é importante porque a errônea conceituação muitas vezes conduz à prática de cooperativas singulares desenvolverem atividades de centrais, e vice-versa, o que implica a inadequação operacional, com empresas que terminam definindo custos fixos em função de um determinado mercado, e não do grupo, e que para serem cobertos, muitas vezes forçam-nas a desenvolverem operações comerciais, artificializando totalmente suas atividades e distanciando-se do grupo que originou.

2.3.3 Processo de Crescimento

As cooperativas não nascem por amor à duplicação ou para serem simples organizações no sistema econômico. Segundo Benecke (1980), ao serem criadas, vivem quatro fases distintas na sua evolução e crescimento, com maior ou menor grau de dificuldade imposto pela realidade do mercado (Figura 4).

A primeira fase é de “entrada”, que representa o ingresso da cooperativa no mercado, onde normalmente as condições impostas pelos concorrentes ainda não tem caráter predatório. Nessa fase as cooperativas são bem vindas e muitas vezes contribuem para os demais agentes realizarem os seus negócios. Predominam as de primeiro grau (singulares), mas é nessa fase que a coesão deve ser absoluta, daí porque só devem ser criadas após exaustiva discussão entre os interessados, com forte ênfase em doutrina e educação, até cristalizar-se a cultura esperada.

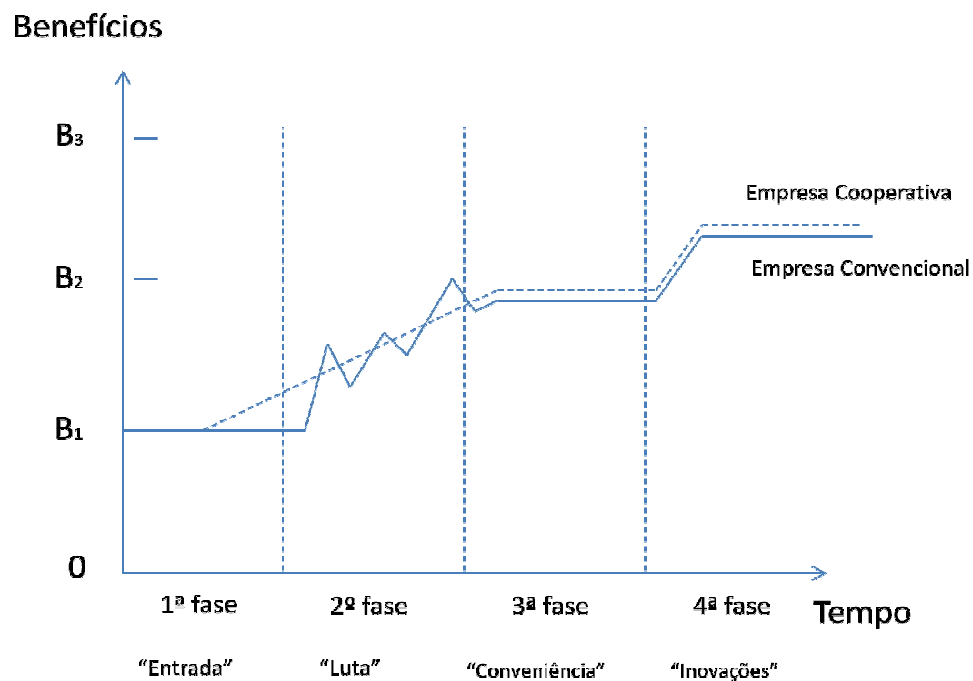


Figura 4: Benefícios oferecidos com a presença da cooperativa, em concorrência dinâmica
 Fonte: Benecke (1980)

A segunda fase é a de “luta”, período em que os obstáculos estão presentes e é quando uma forte cultura cooperativista é necessária não para que ele receba o maior benefício, mas para impedir que ele receba o menor, mantendo uma situação de equilíbrio. Nessa fase a cooperativa provavelmente já se integrou a outras ou já criou novos níveis (segundo grau), ampliando assim a sua escala de operações e elevando seu poder de barganha dentro do mercado. Por isso, tem de estar preparada para a “luta” que será posta por concorrentes e que buscarão todas as formas para desarticulá-la, muitas vezes até se utilizando de meios artificiais e antiéticos, que jamais deverão ser imitados, sob pena de tornar-se igual, descaracterizando seu papel. Se a coesão na fase interior era importante, nessa segunda fase é crucial e só com forte conhecimento doutrinário e teórico (racionalidade e solidariedade) condicionará o quadro social a manter a fidelidade absoluta, sem a qual a cooperativa se desmorona.

A terceira fase é a de “convivência”, a partir da qual o mercado entende que as praticas artificiais não subsistem e há entendimento tácito, mas não existem acordos espúrios pré-determinados que descaracterizem o papel da cooperativa, como, por exemplo, dividir espaços geográficos, assumir compromissos comerciais ou administrar preços em função do

concorrente. Nessa fase as cooperativas exercem influência positiva dentro do mercado, condicionando-o fortemente, mas, também, sendo condicionado por ele, o que implicará introduzir elevados graus de eficiência no sistema econômico. Normalmente opera a jusante e a montante da produção.

A quarta fase é a de “inovação”, de suma importância, pois obriga os concorrentes a deslocar a curva de eficiência acima do que já era esperado. Na verdade, quando se trata de inovação que inclua novos processos de produção, isso implica investimentos adicionais e pode retomar a fase de “luta”, restabelecendo novas condições, o que torna permanente o processo educacional junto ao quadro social e o convencimento por parte dos setores públicos da importância da cooperativa para a sociedade, o que torna crucial a existência de alianças estratégicas.

Embora o autor (BENECKE, 1980) afirme que ao ingressar na fase de “convivência” a cooperativa se consolida, poderá enfrentar novos problemas se tomar a iniciativa visando a introdução de inovações, quando a fase de “luta” poderá ser retomada em condições até mais agudas.

Isso aconteceu com a Copercacau, que atingiu a quarta etapa com a produção de insumos agropecuários e a industrialização de cacau, o que fez recrudescer a fase de “luta” de forma mais aguda, pois os interesses atingidos eram de maior expressão.

A figura 6 ilustra bem essas fases e mostra porque as cooperativas, apesar de serem criadas para atender motivações individuais dos associados, terminam promovendo alterações substantivas importantes de interesse da sociedade. Quando funcionam de forma adequada, as cooperativas obrigam os demais integrantes a se inovarem, elevando o nível de eficiência da economia como se observa pelo deslocamento da curva do nível B1 para B2 com o nível de tecnologia existente e de B2 para B3 pela introdução de inovações, como, por exemplo, integração vertical com grande valor agregado.

Se a curva se desloca para cima, em função da presença de cooperativa, significa que:

- a) os associados recebem maiores benefícios, elevando sua renda;
- b) os não associados também se beneficiam da mesma forma, com a nova referência do mercado;
- c) ambos os grupos aumentam a sua capacidade de poupar e de investir e de pagar mais salários e impostos;
- d) o Estado (sempre entendido sob uma perspectiva federativa) eleva sua arrecadação de impostos “*ad valorem*” por unidade negociada no tempo;
- e) além disso, o Estado tem referências confiáveis para definir políticas de natureza

macroeconômica;

f) as empresas e, portanto, a economia, elevam o seu nível geral de eficiência.

Sem a compreensão adequada desse processo e com percepção precária dos próprios problemas, muitos se deixam envolver pelas situações presentes, ampliando a distância entre o que se quer com a cooperativa, e o que verdadeiramente está se alcançando. Já aqui é importante ressaltar o papel da educação e dos recursos humanos para o cooperativismo, que também devem ser concebidos considerando-se as especificidades cooperativas.

Considerando a condição de “Pareto-ótimo” ou jogo de soma zero, em que novo ganho dos associados e da sociedade como um todo implicará perdas para setores mais abaixo, é óbvio que esses setores reagiriam, o que é normal e esperado dentro de uma perspectiva de mudança. O que se indaga é como se comportariam atores envolvidos em processos que, mesmo tendo boa qualificação profissional, não possuem o perfil para enfrentar problemas dessa magnitude.

Afinal, a reação ao cooperativismo por parte de setores organizados, com interesses diferenciados, é proporcional aos avanços qualitativos que ele alcança e da fase onde se encontra e a solução para o problema não é tornar-se igual, mas diferenciar-se mais ainda. Para alguns uma tarefa difícil, principalmente em função dos interesses paralelos que começam a envolver o cooperativismo.

Sem a presença de cooperativas, as empresas convencionais teriam um comportamento linear, como pode ser observado na Figura 5, oferecendo benefícios aos clientes em determinado tempo representado pelo ponto B1 (curva ND), havendo portanto, uma desproporcional apropriação da renda gerada na atividade econômica representada pela porção B1-B2 pelos diversos segmentos. *Coeteris paribus*, se as empresas convencionais se encontrassem na linha B (curva MD) pela existência de competição ou pela interferência eficaz do Estado, seguramente não haveria justificativa para a criação de cooperativas. Mas isso é ficção; nem o mercado é competitivo nem o Estado, por si, assume seu papel de regulador.

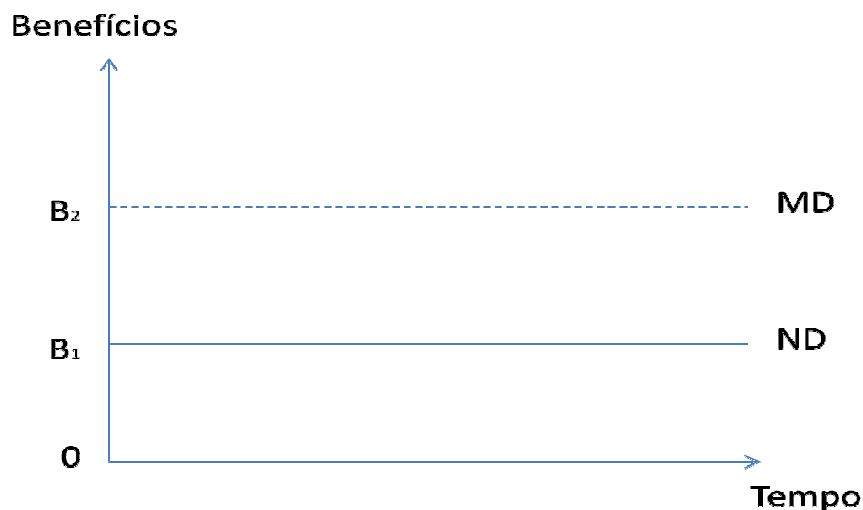


Figura 5: Benefícios aos clientes com empresas convencionais (ND) e em mercado dinâmico com a presença da cooperativa (MD)
 Fonte: Nascimento (2000)

Aí repousa todo fundamento na existência de cooperativas. Sem essa compreensão, termina-se criando cooperativas que atuarão como empresas comerciais ou como extensão do Estado e, mesmo que funcionassem, quando enfrentassem a primeira dificuldade seriam abandonadas.

2.3.4 Cooperativismo sob uma perspectiva institucionalista

Para Garcia & Goldbaum (2001), *apud* North (1990) a idéia de que a teoria neoclássica poderia fazer convergir gradualmente as economias nacionais para o mesmo nível de renda não se confirmou, e ela se tornou incapaz de explicar a crescente disparidade entre ricos e pobres, assim se expressando:

A questão central da história humana é dar conta de trajetórias de evolução histórica tão amplamente divergentes. Como essas sociedades divergem? O que explica as características de desempenho tão disparatadas? (...) Embora nós possamos observar alguma convergência entre as nações industriais desenvolvidas (...) a característica mais marcante dos últimos dez milênios é que... o hiato entre nações ricas e pobres (...) é tão grande hoje como sempre foi e, talvez, ainda maior do que nunca.

Daí porque a cooperação era crucial na sustentação dos sistemas. North coloca a *cooperação* e *coordenação* entre os agentes econômicos como principais problemas nas relações entre instituições e desempenho econômico. Na hipótese de que algumas situações

sejam satisfeitas, como informação perfeita, jogos repetitivos e conhecimento dos oponentes, é possível experimentar comportamentos cooperativos por parte dos agentes econômicos racionais e a eficiência da troca pode ser esperada. Mas, dificilmente se poderia afirmar que essas condições se aproximam da situação real das economias modernas, onde nem os capitalistas têm acesso às informações sobre os seus próprios negócios, quanto mais produtores e os consumidores.

A questão crucial ao se relacionar instituições e desempenho econômico é explicar a formação de uma estrutura institucional eficiente se essa estrutura, no dizer de Gala (2003), apud North (1990), surge e se desenvolve com um resultado não intencional da interação de agentes econômicos que perseguem seus objetivos em ambientes onde a informação é imperfeita. Aí, ele utiliza outro pressuposto geralmente não utilizado na microeconomia clássica (a racionalidade econômica), que é a racionalidade procedimental, que considera um ambiente mais realista de informação imperfeita e custos de transação.

O destaque de sua presença na Constituição evidencia que a sociedade legitima o cooperativismo como mecanismo importante no processo de desenvolvimento, como organizações criadas pelas instituições. Portanto, é dever do Estado (todos os entes federativos) apoiá-lo, daí ser importante a interação com outras organizações.

Nas sociedades primitivas, as pessoas sobreviviam às dificuldades juntando-se para a realização de tarefas comuns, conscientes do fato de que só a solidariedade poderia impulsionar todos na direção de metas para as quais nenhum, isoladamente, se mostrava preparado para alcançar. Não custa lembrar o conteúdo inovador da iniciativa dos 28 tecelões, na Inglaterra do século 18, que se “modernizava”. O avanço do movimento naquela época seguramente não pode ser atribuído à adaptação das cooperativas (ou do conjunto de doutrinas que as exprimiam), à “modernização” que estava em curso com a revolução industrial – mas à reação objetiva e consciente dos excluídos.

Com efeito, a concepção de mudança sugere que as cooperativas só funcionam como tal quando seguem postulados éticos, filosóficos e doutrinários, pois elas não nascem para ser simples organizações, mas trazem consigo a ideia de promover transformações nos sistemas tradicionais, para que se possa alcançar o desenvolvimento econômico, principalmente porque, só assim, impõem dinamismo na introdução de inovações e na melhor repartição dos ganhos gerados pela sociedade.

Como essas organizações são mecanismos que devem ser usados para a solução de problemas comuns, é bom ter presente que tais problemas não existem apenas nas classes menos favorecidas. Pequenos, médios ou grandes estratos sociais, estão sempre a se deparar

com desigualdades e discriminações que não poderão enfrentar de forma isolada, mesmo porque, como acentua Sen (2001), o problema da desigualdade não se confunde com o da renda. Como se observa, a criação de cooperativas nada tem a ver com a classe social das pessoas, mas com o problema efetivo de cada um.

As cooperativas não nascem por mero amor à duplicação, com a visão de replicar estruturas existentes, mas como proposta de transformação dos sistemas tradicionais, capaz de emprestar alguma racionalidade social ao desperdício e à ação predatória impostos pelo capitalismo monopolista. Afinal, embora tenham sido os tecelões de Rochdale os primeiros a emprestar forma concreta ao cooperativismo, ele surgiu da mente de homens que pensaram a realidade e buscaram formas de melhorar a condição do ser humano.

A adaptação do cooperativismo não pode ser explicada pelo fato de as cooperativas absorverem um conhecimento que lhes é intrinsecamente estranho, a título de modernizar-se, abolindo o que ele tem de mais revolucionário, mas quando efetivamente radicaliza sua postura doutrinária para enfrentar realidades desiguais que constituem o substrato da sua ação.

Nesse campo do desenvolvimento, é conhecida a contribuição do cooperativismo, principalmente nos países subdesenvolvidos (BENECKE, 1980), e inúmeros são os estudos em todo mundo que evidenciam o quanto as cooperativas têm contribuído na afirmação da soberania nacional, na cristalização da democracia, no aprimoramento do mercado, na melhoria de canais de distribuição e comercialização, na defesa do consumidor, na preservação e conservação do meio ambiente, na redução das desigualdades regionais e sociais, na redução do desemprego, no aprimoramento da educação.

Capítulo 3

Políticas públicas recentes para o cacau: muitos erros e poucos acertos

Para se entender de forma devida os problemas recentes do cacau, independentemente de fatores conjunturais e estruturais, e as razões que ditaram o seu aprofundamento, é necessário associá-los às frustradas políticas governamentais, adotadas nos últimos 20 anos, que tornaram mais agudas a situação de crise. Neste capítulo discute-se diversos programas que foram concebidos a partir de 1994, passando pelo Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB, pelo Procacau do Plano de Safra, pelos Prodefruta, pelo Plano Estratégico da Ceplac, pelo chamado PAC do Cacau, além das notas técnicas da Ceplac. Como esses programas, notadamente o primeiro que chegou liberar alguns recursos, se basearam em tecnologias inadequadas, impostas aos agricultores de forma compulsória, apesar do seu caráter experimental, como é o caso da clonagem, além de crédito insuficiente, inoportuno e inadequado (juros elevados), essas medidas causaram danos à lavoura ao invés de solucionar os problemas.

De forma geral, as políticas públicas direcionadas ao cacau padecem de um viés na formulação e na execução, razão pela qual não se mostraram eficazes. Ao contrário, ao induzir de forma equivocada os mais diversos atores sociais, terminaram engendrando dificuldades maiores do que se não tivessem existido. Abordam-se neste capítulo algumas delas, as mais recentes, notadamente as que estão associadas ao crédito, à tecnologia e ao endividamento da cacaucultura (NASCIMENTO, 2010).

3.1 Introdução

São reconhecidas as dificuldades para concepção e execução de políticas públicas em países subdesenvolvidos, principalmente quando se trata da agricultura, pela diversidade dos atores envolvidos, pela ampla territorialidade²⁴, e pelos interesses políticos, principalmente quando se sabe que operam em campos multidisciplinares e “que qualquer teoria... precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006). Mas deve-se registrar que, no caso do cacau, grande esforço foi feito pela sociedade, sob a coordenação de diversas entidades, para construir propostas mais consentâneas com a realidade dessa economia, quase sempre ignoradas pelos diversos governos. A propósito, sobre essas dificuldades, realçam-se as observações de Perico (2008), que se aplicam integralmente à situação do cacau, em função da intransigência das autoridades públicas estaduais e federais com relação aos reclamos da sociedade:

A eficiência das estratégias de desenvolvimento tem se tornado uma permanente preocupação de políticos, técnicos e líderes sociais, ao enfrentar as múltiplas dificuldades e pobres resultados que, com inusitada frequência, se observa na aplicação das políticas públicas. A qualidade do gasto público, a credibilidade das instituições, a confiança das comunidades no Estado, a relação custo-benefício de programas e projetos geram dúvidas sobre os esquemas e mecanismos de gestão de políticas.

Reconhece-se que a ausência de mecanismos de participação, sinergia, articulação e valor agregado se traduz em dispersão, redundância e falta de coordenação da ação pública e da participação social, reduzindo os impactos e incrementando os custos de transação, ao tempo que limitam a governança.

Essa preocupação tem sido base para fortalecer os enfoques que privilegiam o território como foco de atenção, com uma orientação multisetorial que atende a diversas dimensões do desenvolvimento, superando as visões setoriais e parciais de políticas que não dialogam aplicadas de maneira vertical, em que predominam as tendências de oferta, isto é, de pacotes predefinidos, aos quais acedem os receptores da intervenção pública sem maior possibilidade de ingerência em sua orientação, propósitos e gestão.

Aspectos relevantes do processo de formulação de políticas públicas, envolvendo produto, territórios, atores sociais, burocracia, políticos, são analisadas em autores como Leite *et. al* (s/d), afirmando que existe um agente central (Estado/governo) racional e benevolente, que muitas vezes ignoram as disfunções de mercado onde atuarão, já que:

(...) O papel do governo, nesse modelo, é de maximizar o bem estar social tendo em vista o conjunto de preferências individuais. As políticas são, portanto, justificadas quando existe situação marcada por falhas de mercado. Porém esse conjunto de

²⁴ Ver, sobre o assunto, Favareto (2008), Bonnal *et al* (2203) e Leite *et al* (s/d).

hipóteses que forma o núcleo duro do modelo da escolha racional gera uma série de problemas e questões analíticas.

Ao analisar a posição do governo no caso em relação às políticas públicas, Lamounier (1994), afirmou:

O governo deve ocupar uma posição central em qualquer análise de política pública. É, porém, trivial que o governo não necessariamente se apresenta como um ator unificado. Existem diferenças importantes quanto aos "bens" almejados e à intensidade das preferências e, por conseguinte, quanto a lógicas de comportamento entre distintos segmentos da entidade "governo". O reconhecimento dos conflitos intra-governamentais – entre Executivo e Legislativo, entre diferentes níveis da administração, entre diferentes ministérios e distintas agências públicas – é, assim, essencial no estudo dos processos decisórios de políticas públicas²⁵.

É certo haver questões que pré-existem, como a racionalidade dos indivíduos, a racionalidade dos políticos e a racionalidade das instituições, sem o que o governo poderia exercer bem o direito coletivo de implantar as políticas desejadas. Nesse caso, a conclusão subjacente é que não havendo as condições preliminares, as políticas públicas seriam uma manifestação de força, não cumprindo o seu papel.

Isso se torna mais evidente na agricultura do que na indústria, por exemplo, onde o Ministério da Agricultura não tem a menor possibilidade de se contrapor aos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, ficando na dependência do Presidente da República que também, muitas vezes, se revela impotente diante da tecno-burocracia. Se isso ocorre com produtos que têm representação política mais ativa e compromissada, é muito mais grave no caso do cacau, que não possui representação política com esse perfil. E o resultado do fracasso de muitos programas destinados à cacauicultura se deve também a essa limitação.

De fato, a tarefa de elaborar políticas públicas é difícil, em função das diferenças de atitudes dos diversos atores, as relações nocivas entre o público e o privado, a ausência de participação da sociedade. Ainda como afirmou Faria (2005), a avaliação de políticas públicas tem-se operado de forma centralizada, de cima para baixo, o que lhe confere um caráter instrumental, destinando-se aos formuladores de alto escalão que pouco levam em conta as expectativas da sociedade, como no caso do cacau, cujos diversos programas tem gerado relatórios massivos com a apresentação de informações pouco substanciais, quase sempre expressando a "ingenuidade de se produzir melhores e mais sábias decisões", como ocorreu nos vários relatórios apresentados pelo Grupo de Supervisão do PRLCB e nas notas

²⁵ É pertinente a observação. Não se podem olvidar os conflitos que existiam, no particular, entre o Ministério da Fazenda e o da Agricultura, entre o governo federal e estadual, entre os próprios produtores, entre deputados, sempre com visões isoladas e segmentadas do problema.

explicativas da Ceplac. Mas “avaliar”, segundo Faria (2005), “é julgar de maneira justa a qualidade, o mérito e o valor de um programa, com base em informação imparcial, coletada de maneira científica”.

Pior do que a ausência de políticas públicas é a adoção de medidas de má qualidade, que constata a ineficácia da ação de governos. As políticas adotadas para o cacau pelo governo federal e estadual nos últimos 20 anos têm essa característica, acentuando processos de destruição produtiva, em função de soluções que não tiveram o mínimo de consistência técnica.

3.2 O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB

Só depois de 10 anos do advento da crise, surgiu o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB, concebido em 1994, que disponibilizou para os bancos recursos no montante de R\$ 367 milhões, destinados ao financiamento da cacaucultura, cuja implementação é atribuída ao prestígio político do então senador Antonio Carlos Magalhães²⁶. A sua formulação e execução evidenciou que apenas criar fontes de financiamento não é suficiente, se as condições de acesso inexistem, pois aplicou menos da metade dos recursos disponibilizados aos bancos.

Esse programa, que era federal, de responsabilidade do Ministério da Fazenda²⁷, ficou inteiramente sob o jugo do Comitê Executivo²⁸ estadual, coordenado pelo secretário da Agricultura do Estado da Bahia, na sua execução, talvez tenha sido o mais influenciado pela miopia “avaliativa”, como instrumento meramente instrumental e de persuasão (FARIA, 2005), ao desconsiderar os reclamos da sociedade. A sua execução evidenciou que não pode existir programa sem projetos com acesso assegurado às fontes de financiamento, por isso que aplicou menos de metade dos recursos disponibilizados aos bancos. Somente pequeno número de produtores, que tinha condições de oferecer garantias adicionais e possuía renda não-

²⁶ Programa constituído de quatro etapas, sendo as duas primeiras inteiramente inócuas, pois previam apenas a utilização das práticas agronômicas usuais e até a derruba de árvores, como ocorreu. As duas etapas seguintes foram orientadas para o uso da clonagem, uma tecnologia ainda incipiente, mas que foi recomendada pela CEPLAC e pelos demais integrantes do Comitê Executivo do Programa, com prejuízos significativos para a lavoura.

²⁷ Coordenado pelo atual secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Gerardo Fontelles, para quem, estranhamente, qualquer alteração no Programa só poderia ocorrer com a solicitação do governo da Bahia, em comunicado feito às lideranças da lavoura.

²⁸ Esse Comitê Executivo era composto pelas secretarias da Agricultura e da Fazenda do estado da Bahia, pelo Banco do Estado da Bahia (posteriormente pelo Desenbanco), pelo Banco do Brasil, pelo Banco do Nordeste, pela Ceplac e pela Delegacia Federal da Agricultura-DFA.

agrícola, foi beneficiado por esse Programa. Mesmo assim, após participarem da primeira e da segunda etapas, menos de 800 desses produtores contrataram a terceira etapa com recursos do BNDES, o que representou cerca de 3% do total.

Ao contrário das crises anteriores, quando algumas medidas adicionais foram adotadas, na atual circunstância o governo postou-se como expectador, ao anunciar a liberação de recursos sem a mínima consistência técnica²⁹.

Para se avaliar a precariedade do Programa e a irresponsabilidade como foi conduzido, transcreve-se trechos do trabalho elaborado pelo engenheiro agrônomo Sérgio Pedroso, gerente negocial do Banco do Brasil, que integrava o Comitê Executivo:

O apoio financeiro efetivo, dado à lavoura após a vassoura-de-bruxa, foi o Programa de Recuperação da Lavoura Baiana, que se iniciou em julho de 1995 e findou-se em dezembro de 2003.

No início, com uma economia estabilizada, dólar americano cotado a menos de R\$ 1,00, os produtores receberam crédito ao custo de TJLP mais 4% (pequenos produtores ou ao custo de TJLP mais 6% (médios e grandes), com prazo de até 8 anos, embutidos nele 3 de carência. Em 1995 a TJLP chegou ao índice de 23% aa, resultando num custo financeiro de 29% aa para os médios e grandes produtores, totalmente incompatível com uma lavoura em crise.

Na realidade, sob o apelo da urgência, utilizou-se das linhas de crédito de longo prazo disponíveis, mas reconhecidamente inadequadas, por vários fatores: custo, prazo e condições de pagamento.

Tal posição revela que o Comitê Executivo, notadamente o principal agentes financeiro, o Banco do Brasil, tinha consciência de que estava conduzindo os produtores a uma situação de iliquidez e de insolvência, inclusive porque não tinha segurança sobre a eficácia das tecnologias indicadas. E o “apelo da urgência” só se justifica do ponto de vista de uma resposta política aos que viabilizaram os recursos e não às demandas da lavoura.

Em pronunciamento na Câmara Federal, o deputado federal Geddel Vieira Lima responsabilizou a Ceplac pela situação dos cacaucultores, acusando o órgão de ter recomendado procedimentos técnicos inadequados. A incursão do deputado, que formalizou pedido de informação, resultou em duas notas técnicas da Ceplac, dirigidas ao ministro da Agricultura, mas a questão se manteve indefinida no âmbito oficial.

Mas, o que surpreendeu, na época, depois de oito anos coordenando o Programa, com poderes absolutos, foi o fato de o secretário da Agricultura pedir publicamente anistia para os

²⁹ Antes das definições da política a ser adotada, técnicos do BNDES estiveram na região para ouvir pessoas com experiência sobre os problemas do cacau. Uma delas foi o ex-diretor da Ceplac, José Haroldo Castro Vieira, que, diante da aflição desses técnicos, seguramente devido a pressões políticas, ponderou que deviam estudar o problema de forma mais aprofundada, diante de sua complexidade. Como resposta, ouviu dos técnicos do BNDES que a solução era “para ontem”...

produtores que fizeram as duas primeiras etapas, inclusive tecendo críticas à Ceplac, na abertura da Semana do Fazendeiro (Anexo B). A posição do secretário, àquela altura, não foi suficiente para produzir os impactos esperados do ponto de vista de uma solução adequada para as pendências financeiras, mas significou uma inédita confissão dos erros do Programa, que não podem ser atribuídos apenas à Ceplac.

3.3 Plano de Safra: O Procacau e os Prodefruta

Em 2001, com a criação do CDAC, o governo incluiu o cacau no Plano de Safra 2001/02, onde se aportava, pela primeira vez, recursos para a cacauicultura, e do qual fazia parte novo programa, também chamado de Procacau, algo precário, sem qualquer semelhança técnica com o Procacau original, de 1975. A decisão do governo federal, incluindo o cacau no Plano de Safra, que pretendia aplicar, à época, R\$ 489 milhões, terminou não atingindo os seus objetivos, justamente porque operacionalmente era mais pobre do que o programa anterior executado pelo governo estadual.

O governo FHC entendeu que era necessário introduzir modificações no Programa conduzido pelo governo estadual, e anunciou maior volume de recursos para o cacau, além de criar o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC, órgão que passaria a ser responsável pela formulação da política para o setor, com a presença dos produtores.

Em seguida, veio do Plano de Safra 2002/03, do qual fazia parte o Procacau, com a destinação de R\$ 489 milhões. Depois do Procacau, que resultou infrutífero, pois não liberou um centavo sequer, surgiu o Prodefruta, que também nada financiou. A decisão de incluir o cacau no Prodefruta de 2003/04, com dotação de apenas R\$ 240 milhões foi outro fiasco. De sorte que dos R\$ 367 milhões previstos no primeiro programa, “sobraram” R\$ 240 milhões, dos quais foram contingenciados R\$ 120 milhões e o restante utilizado posteriormente no financiamento da quarta etapa (apenas 800 beneficiados), ficando de fora dessa etapa a grande maioria que já tinha participado das três etapas anteriores. Por outro lado, dos R\$ 489 milhões do Procacau (Plano de Safra 2001/02) e mais R\$ R\$ 380 milhões (Plano de Safra 2002/03), R\$ 240 milhões do Prodefruta (Plano de Safra 2003/04) e R\$ 200 milhões (Plano de Safra 2004/05), nada foi liberado.

O fato de o governo federal ter definido os recursos não implicou em eliminar os gargalos nas agências dos bancos financiadores. O Plano de Safra refletia um conjunto de

intenções do governo federal para a agricultura e para pecuária, como um todo, mas era absolutamente necessário um programa específico para o cacau, que incluísse de forma objetiva fórmulas que resolvessem as questões que impediam o acesso ao crédito e a viabilização dos projetos dos agricultores (risco, garantias e capacidade de pagamento). Sem aprovação do programa operacional, que incorporasse o aparato jurídico-institucional necessário, o Plano de Safra terminou sendo uma promessa vã.

Por outro lado, o anúncio do Plano suscitou comentários destituídos de base factual, que emprestaram até um caráter de ineditismo ao montante de recursos consignados, como se fosse essa a primeira vez que se aportava recursos de tal monta.

3.4 O “plano estratégico” da Ceplac

O “Plano Estratégico de Sustentação da Cacaucultura nas Regiões Produtoras”, encaminhado pela Ceplac ao Ministério da Agricultura (MAPA), em 15/03/04, foi considerado uma iniciativa inoportuna, porque o tal plano não representou de fato um avanço na solução de questões pendentes. Por isso, o que se poderia dizer da proposta é que não era pior nem melhor do que o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB), de notórias dificuldades, e do que o Prodefruta, que não surtiu qualquer efeito. O documento da Ceplac simplesmente reproduz o viés autoritário dos anteriores e, nesse sentido, longe de ser um avanço, representou retrocesso, evidenciando que as “experiências” passadas não foram suficientes para indicar aos agentes públicos o que não deveria ser feito.

Embora o documento reconheça que um dos responsáveis pelo fracasso do PRLCB foi a inacessibilidade ao crédito, não toca no problema básico: *juros, prazos, garantias, risco operacional e capacidade de pagamento*, aspectos que deixaram de fora algo em torno de 90% dos produtores, e que também impediram que expressivo número dos que contrataram a primeira etapa tivessem condições de alcançar as etapas seguintes.

Sobre outra questão fundamental, a dívida da lavoura (vencida e vincenda), não havia qualquer referência no citado documento. O atual endividamento, embora de responsabilidade de pouco mais de 10% dos produtores, muitos dos quais já tinham compromissos anteriores ao programa da vassoura-de-bruxa, cria obstáculos para todos do ponto de vista bancário. Essa dívida, bilionária, em termos contábeis, continuou sendo é um elemento fortemente restritivo à liberação de crédito para todo o setor, o que resultou e na descontinuidade do processo produtivo em condições satisfatórias.

3.5 Um PAC para o cacau?

Se os programas anteriores se caracterizaram pela inconsistência, porque não se originaram nem de *construtos sociais* nem de *construtos científicos*, como propõem Muller e Surel, o PAC do Cacau foi uma ficção por que não tem nenhuma proposição concreta, do ponto de vista conceitual e operativo. Na verdade, o PAC do Cacau era um *construto político-partidário*, com o qual governo, políticos locais, entidades de classe, pretendiam convencer a sociedade que algo de bom estaria acontecendo em termos de política pública, mas que não passou de mera manifestação política, já que não existe em qualquer documento oficial, diferentemente dos seus predecessores que, apesar da precariedade conceitual e operativa, existiram oficialmente e se tornaram públicos.

O chamado PAC do Cacau, uma invenção que se incorporou ao Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal, pretendia usar recursos do FNE como fonte de financiamento, mas não existia uma referência sequer sobre cacau na programação desse Fundo para 2009/10. De fato, não passava de sugestão de técnicos da Ceplac, já que não foi objeto de Medida Provisória, de Decreto do Presidente da República ou de resoluções do CMN, para que existisse de forma efetiva.

Decorridos vários anos, apenas permanece um imaginário PAC do Cacau, que qualquer pessoa de bom senso não sabe o que é por falta de definições concretas.

3.6 As notas técnicas da Ceplac

A Ceplac, diante da perplexidade dos agricultores e da sociedade, divulgou três Notas Técnicas. As duas primeiras, ainda no governo FHC, causaram as mais diversas interpretações e questionamentos, embora não se trate de documentos estritamente técnicos – abordando a questão da tecnologia e do endividamento. Trata-se de uma manifestação essencialmente política, em que pese os arroubos analíticos, com os quais os seus autores pretendiam dar uma feição de tecnicidade ao tema.

As notas técnicas têm limitações, e evidencia de forma clara a ineficácia das medidas governamentais executadas. É assim quando dizem que um conjunto de fatores (inclusive um programa mal concebido) “dificultou sobremaneira muitos produtores alcançarem os indicadores técnicos, além de causar embaraços para o cumprimento das obrigações creditícias”. E também quando vão mais além, afirmando que o

Crédito liberado para a região teve caráter estratégico, sendo essencial para manter o nível de dinamismo, mesmo restrito, da economia local, preservar muitos postos de trabalho (...), ou seja, desempenhou o papel de estabilizador social e de instrumento a serviço da ecologia.

A terceira Nota Técnica divulgada pela Ceplac, em 2009, se caracterizava pela inconsistência metodológica, inclusive por que isolava a primeira e a segunda etapa da terceira e quarta. Na verdade, o que pretendia ser uma Nota “Técnica”, que deveria produzir comentários sobre questões específicas da inadequação creditório/tecnológica do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB terminou se tornando algo superficial como “medidas de enfrentamento da crise”, que salienta apenas aspectos agrônômicos, e que são pouco úteis para entendimento da questão.

Com efeito, faz pouco sentido isolar a primeira e segunda etapa, às quais teve acesso a maioria dos produtores que demandaram o crédito, da segunda e da terceira, às quais poucos agricultores foram beneficiários. Ademais, questões substantivas não foram sequer ensaiadas, como o da *oportunidade*, o da *adequação* e o da *suficiência* do crédito concedido, na forma da legislação do crédito rural, sem falar na má qualidade dos clones utilizados pela grande maioria dos agricultores, independentemente da etapa.

Por outro lado, ao dar alguns exemplos de propriedades com produtividade elevada (poucas), a Nota mais confunde do que esclarece, pois todos sabem que o conceito de produtividade da terra, que é utilizado no argumento, revela uma relação meramente física e não econômica, mesmo se tratando de “grandes” proprietários ou propriedades, o que deve prevalecer é a produtividade do investimento no seu conjunto e não a da terra, daí a precariedade de tais conceitos.

Para efeito de análise não se pode ignorar os custos de produção, portanto, os custos médios, única forma de medir eficiência econômica, algo que os produtores e a própria Ceplac desconhecem, em nível de propriedade. Se o rendimento for negativo, ou abaixo dos custos de oportunidade, mesmo com produtividade elevada, o agricultor só deve ter outras razões para continuar produzindo de forma ineficiente, o que se constitui em algo sombrio que a técnica não pode desconhecer.

A afirmativa de que a redução da produção se deveu aos baixos preços³⁰ e a problemas climáticos é surreal, quando os elementos fáticos utilizados são notoriamente precários para que se conduza a tais conclusões, ao citar uma literatura fundada em dados estatísticos de

³⁰ Numa economia em que os preços variam de forma cíclica, em função da manipulação dos que dominam o mercado, preços baixos existiram sempre na história da cacauicultura, sem que isso implicasse em redução drástica da produção, por tratar-se de uma cultura permanente. Diminuição de liquidez, sim.

frutos infectados que não “destacam a vassoura-de-bruxa como efeito principal desse movimento de declínio da produção de cacau”. A estatística, principalmente utilizando dados de natureza agrônômica, pode ser enganosa, já que os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da vassoura-de-bruxa podem ser observados em toda região, que nunca enfrentou tais dificuldades, nem mesmo na época de preços baixos, problemas climáticos, congelamento da taxa de câmbio, elevação do custo dos insumos. Ainda fazendo reflexões sobre a crise, diz a Nota:

analisar a questão da crise do agronegócio cacau e do endividamento dos produtores, em particular, apenas sob a ótica de problemas tecnológicos é simplificar um problema de grande dimensão, cuja causa tem origem em fatores estruturais e conjunturais do agronegócio cacau. É certo que, a partir de 1989, manifesta-se um novo desafio para a cacauicultura baiana interposto pela vassoura-de-bruxa. Tornou-se usual a afirmação de que a produção regional teria despencado de 397.000 toneladas para 96.000 toneladas, por conta deste fato. Esse entendimento contradiz os fatos e relega a importância de outras variáveis até mais determinantes na queda de produção.

É óbvio apontar razões de natureza conjuntural e estrutural para explicar as assimetrias existentes na cadeia produtiva do cacau, que são seculares, até por que muitos já vêm dizendo isso há décadas, mas não é tão óbvio assim o fato de que essas variáveis *sejam mais* determinantes na redução da produção atual, esquecendo-se que os problemas atuais têm a ver, também, com a utilização de uma tecnologia ineficaz.

Assim, por melhores que sejam as intenções dos seus autores, fica a impressão de que o artigo, além de tentar minimizar os efeitos da vassoura-de-bruxa, não abordou o fulcro da questão, que era situar as limitações do crédito e da tecnologia utilizados na determinação da crise econômica e financeira que a cacauicultura enfrenta, limitando-se à produção de mais um diagnóstico.

3.7 O que resultou dos programas: uma dívida bilionária

Esses programas, pelo alto custo do crédito utilizado, elevaram substancialmente o estoque da dívida, que passou de cerca de R\$ 300 milhões para R\$ 1 bilhão, fazendo com os bancos fechassem as portas para novas concessões. Como se sabe essas taxas na primeira etapa, onde se registra o maior nível de endividamento, chegaram a atingir 29%, em função da TJLP e juros de 12%.

Uma avaliação das políticas públicas executadas põe em relevo tudo que se disse sobre as limitações conceituais e operacionais dessas medidas, evidenciando a importância dos

estudos sobre a análise de políticas públicas, definida por vários autores como algo que não pode ignorar as especificidades territoriais, dos produtos, o compromisso dos políticos, a organização dos atores sociais e a compreensão do governo, notadamente das máquinas burocráticas.

O crédito rural, na forma da Lei, visa a “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios”, dentre outros objetivos. Conceitualmente, é considerado “o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou às suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor”.

Além desses aspectos, sobressai-se no plano da filosofia de planejamento, como instrumento de estímulo à produção agrícola, que tem como finalidade gerar os excedentes necessários à promoção do desenvolvimento econômico. Para isso, é imprescindível que o crédito rural seja oportuno, adequado e suficiente.

Muito se pode dizer sobre as operações de crédito concedidas ao amparo dos programas de governo, que além de não ter atendido as recomendações da legislação pertinente, ainda apresentaram grande viés de formulação, envolvendo manipulação de dados, tecnologias ineficientes, juros bem acima das taxas ideais, descontinuidade de metas.

O endividamento da lavoura é produto de uma combinação de fatores perversos, num momento crucial em que só o setor público poderia equacionar de forma devida as questões do cacau. São dívidas antigas, securitizadas ou não, e dívidas contraídas com a primeira e segunda etapa do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB), todas de difícil liquidação, dada a baixa liquidez da cacauicultura e da economia cacaueira como um todo.

Conceitualmente, empréstimos produtivos devem elevar a renda futura do tomador, uma parte se destinando ao pagamento dos juros aos financiadores e outra se constituindo em benefício líquido para os produtores. Em se tratando de crédito rural, essa exigência é bem mais rigorosa, pois se trata de empréstimos destinados à produção, tendo como agravante o fato de que as liberações estão condicionadas à orientação técnica do financiador, diretamente, ou através de convênios de assistência técnica com instituições especializadas, cabendo ao tomador seguir essa orientação, no pressuposto de que isso elevará sua renda futura, a ponto de poder pagar os juros e ainda obter um resultado líquido positivo.

É público e notório que o PRLCB não possibilitou o aumento da renda futura, contribuindo apenas, em sentido inverso, para o aumento do estoque da dívida. Essa situação

era previsível, *ex-ante*, daí porque os agentes públicos (todos que integravam o Grupo de Supervisão)³¹ envolvidos deveriam assumir, formalmente, o seu fracasso (do ponto de vista dos benefícios gerados), mas não fizeram isso. Apenas o secretário da agricultura assumiu uma posição de “mea culpa”, mais para se contrapor à Ceplac do que para reconhecer os erros cometidos com sua postura autoritária de “dono” do Programa.

É claro que se está tratando de situações gerais e não isoladas. Existirão produtores que terão condições de pagar em qualquer circunstância, porque a sua capacidade de pagamento não será determinada apenas pela atividade cacauicultura. Muitos se quisessem, talvez nem precisassem buscar o crédito oficial. Mas a grande maioria não teve como pagar com o produto da atividade econômica a que se dedicam, e é para esses que as políticas públicas deveriam se destinar na essência.

O crédito tem muita importância no desenvolvimento da agricultura e no crescimento econômico. Para Abramovay & Piketty (2005) “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma exceção inovadora e indica um caminho para que a distribuição de ativos (no caso, o crédito) seja uma das bases do processo de crescimento econômico”.

Essa problemática resultou na atribuição pública à Ceplac pelo endividamento dos cacauicultores, pelo fato de ter o órgão recomendado procedimentos técnicos inadequados, que resultou nas duas notas técnicas da Ceplac, dirigidas ao ministro da Agricultura, já comentadas. E o endividamento da lavoura, pelas várias razões apontadas, criou forte resistência dos bancos à oferta de novos créditos.

³¹ Composto pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Governo do Estado da Bahia, Ceplac, entre outros.

Capítulo 4

Cooperativismo regional: uma trajetória de êxitos e de dificuldades

Neste capítulo, evidencia-se a evolução da Cooperativa Central do Cacau – Copercacau que iniciou as suas atividades no início de 1940, pelo fato de ter sido a maior expressão do cooperativismo regional e baiano, e um dos mais importantes do Brasil, passando a constituir no final da década de 70 o Sistema Copercacau (Cooperativa Central, 13 cooperativas singulares e uma indústria de processamento de cacau). Esse sistema atingiu níveis elevados de integração horizontal e vertical, do ponto de vista operacional, chegando a receber, nos anos 70, medalha de ouro por figurar entre as 500 Maiores, da Revista Exame. Foi uma trajetória de muitos avanços no particular, mas também de muitas dificuldades pela influência que passou a exercer no mercado interno, resultando em reações de todo nível por parte dos demais intervenientes, os comerciantes e os industriais.

4.1 Contextualização histórica

Na década de 30, se defrontava a região cacaueira da Bahia e a sua principal economia com mais uma crise cíclica, decorrente de fatores conjunturais e estruturais, em função do comportamento dos preços no longo prazo, que diminuem quando o suprimento de matérias-primas das indústrias está assegurado; e se elevam quando a oferta deve ser estimulada. Em decorrência dessa situação adversa, o governo do Estado da Bahia criou a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada – Instituto de Cacau da Bahia (ICB), uma sociedade de caráter cooperativo, considerada de utilidade pública. Embora, criada tendo fontes de recursos híbridas, terminou não sendo nem cooperativa nem órgão público, mas ficou marcada a presença dos produtores com o pagamento da chamada taxa de fomento.

Em 27/03/1941, com o Decreto-Lei nº 11.861, o governo transforma a referida sociedade em autarquia estadual, visando sua reestruturação, em função das dificuldades de natureza comercial advindas com o estado de guerra, que afetavam as exportações.

Reagindo a posição do governo, que transformou Instituto de Cacau da Bahia – ICB, em autarquia, 19 produtores, reunidos em Ilhéus, em 17 de março de 1942, criaram a Cooperativa Central dos Agricultores do Sul da Bahia, visando valorizar o cacau e dar suporte econômico à região, atividades que desempenhou com normalidade até 1960.

No início de 1968, o Ministério da Fazenda e o Incra decretaram intervenção federal na então Cooperativa dos Agricultores, que se encontrava em dificuldades de capital e pressão dos concorrentes, numa época de franca prática do subfaturamento nas vendas de cacau para o exterior³², de acompanhamento difícil pela cooperativa. Nesse mesmo ano as lideranças cooperativistas firmaram um protocolo com o fim específico de unificar o Sistema Cooperativo da Região Cacaueira.

Em 1975, entre outras alterações, a citada cooperativa foi transformada em Cooperativa Central do Cacau – Copercacau Central, quando se iniciou o processo de valorização do produto no mercado internacional e do cooperativismo regional.

Em 1978, sob a orientação da Ceplac e do Incra, foi aprovado o Projeto de Implantação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia, como parte do I Programa Nacional de Cooperativismo (I Pronacoop).

Era um momento de grande euforia no setor cacaueiro, em função dos resultados obtidos no período 1974 a 1978, “quando a cacauicultura brasileira registrou desempenho sem precedentes na sua história”, denominado de “quinquênio de ouro do cacau”. Nessa

³² Registro de preços na Cacex, abaixo dos valores efetivamente contratados.

conjuntura, o cooperativismo da região, apoiado principalmente pela Ceplac, diretamente ou por influência junto às autoridades federais em função do prestígio técnico de que era portadora à época, procurou assumir sua real posição em defesa da participação mais efetiva do produtor, nos processos de comercialização e industrialização do cacau.

Em 1981, a Copercacau Central ingressou na industrialização do cacau como acionista da Itabuna Industrial S.A. – Itaisa, empresa que começou a produzir derivados de cacau (liquor), de 1981 até 1983, e manteiga, liquor, torta e pó de cacau (primeiro estágio da industrialização do cacau), a partir de agosto de 1989 até 1992.

A partir de 1985, o Sistema Copercacau, o comércio, a indústria nacional e a população como um todo enfrentaram grave crise, com a diminuição dos preços internacionais do cacau, a elevação do custo dos insumos, problemas climáticos e de produção, culminado, ao final da década, com o surgimento da doença vassoura-de-bruxa.

Em 30/09/92, premido pelas dificuldades financeiras que atingiram o conjunto da economia cacaueira, decorrente da baixa liquidez, e pelo ajuste na economia do país, que implicou em restrições ao crédito e elevação das taxas de juros, a Copercacau foi condicionada a paralisar a quase totalidade de suas atividades de compra e venda em comum.

Tudo que já foi dito encaminha para uma constatação: a de que devem as instituições, os produtores, e a sociedade regional no que tem de mais representativo desenvolver esforços para que a região cacaueira da Bahia se liberte desse estigma de dependência e instabilidade. Não há dúvida que uma solução para se alcançar esse objetivo é o cooperativismo. No entanto, o cooperativismo regional, com o Sistema Copercacau, já houvera atingido estágio elevado de integração e de avanço qualitativo, mas não resistiu aos avassaladores obstáculos que se interpuseram no seu caminho, principalmente no final de 1985 e início de 1990.

Parece relevante conhecer de forma mais aprofundada as razões que determinaram a paralisação do Sistema Copercacau, no sentido de corrigir distorções internas e com isso possibilitar que as novas cooperativas resistam ao embate externo que fatalmente existirá diante de uma concentração de poucos compradores, que reagirão de todas as formas, sempre com a cobertura de agentes públicos descompromissados com seu papel de mudança.

Como se verá adiante, sempre que as cooperativas ultrapassam a fase de “entrada” como na figura 6 acima, começam a enfrentar todos os tipos de obstáculos de natureza externa, desde a simples prática do subfaturamento³³, do aliciamento de produtores pouco

³³ Registro dos preços de venda (interna e externamente) por preço abaixo dos realmente praticados, o que significa o recolhimento de impostos “ad valorem” menores do que deveriam ser, prática que as cooperativas não podem exercer.

conscientes, em função da diferenciação de preços³⁴, até a manipulação junto a entidades públicas e políticos, que se submetem aos interesses privados.

O Sistema Copercacau, que atingiu a quarta fase prevista na Figura 5, a de “inovações”, com o ingresso na industrialização, não ficou imune a todas essas ações predatórias que terminaram influenciando negativamente na superação da crise decorrente da vassoura-de-bruxa. São esses aspectos, além de outros naturais, que serão analisados a seguir, iniciando-se pela intervenção federal na então Cooperativa Central de Agricultores do Sul da Bahia.

4.2 A intervenção federal na Cooperativa Central de Agricultores do Sul da Bahia

4.2.1 Antecedentes

A Cooperativa Central de Agricultores do Sul da Bahia, Resp. Ltda. foi fundada em 17 de março de 1942, em pleno período da 2ª Guerra Mundial, quando as condições de comercialização para o exterior eram as mais difíceis. Estava-se na altura em que começavam os primeiros torpedeamentos de navios brasileiros nas costas do país, causando grandes dificuldades ao escoamento dos produtos de exportação. Naquela ocasião o cacau estava sujeito a preço-teto estabelecido mediante acordo entre os aliados, fixado em 8,38 cents por libra para o Bahia Superior.

Como se observa, o cooperativismo teve que enfrentar grandes dificuldades no início, muita embora estivesse resguardado pela Portaria 63 do Governo Federal, que estipulou o monopólio de compra e venda de cacau pelo Instituto de Cacau da Bahia, que houvera sido criado nos idos de 1930. Essa situação permaneceu até 1947, o que determinou a estagnação do setor.

A partir de 1947 houve a reentrada da liberação do comércio, tendo a Cooperativa Central exercido a sua função de defesa dos produtores. Apoiou a criação da Comissão de Comércio de Cacau da Bahia (Comcauba), de certa forma equivocadamente³⁵, entidade essa que visou disciplinar a sistemática de vendas para o exterior que posteriormente recebeu da Cacex a outorga para efetuar o registro de preços de exportação.

³⁴ Pagam mais à alguns produtores, em praças onde existem cooperativas, em detrimento daqueles que operam em praças onde não existem cooperativas.

³⁵ Se, do ponto vista conceitual, a Cooperativa não comercializa, porque vende mas não compra, e compra mas não vende (vendas e compras em comum), jamais deveria ingressar numa entidade de comerciantes que, vez por outra, se reuniam à revelia da Cooperativa.

No biênio 1950/52, ainda atuou a Cooperativa de forma limitada, em função de um quadro de total desalento por parte dos produtores de cacau, insatisfeitos com a conjuntura.

A partir de 1952, retomou a Cooperativa, gradativamente, a confiança dos associados, traduzida pelo crescimento do recebimento de sacos de cacau e a consequente venda, podendo caracterizar-se o período que vai até 1952 a 1957 como o quinquênio da consolidação da Cooperativa Central como prestadora de serviço à lavoura associada.

A partir da safra 1957/58³⁶, com a intervenção da Cacex, teve a Cooperativa as suas atividades limitadas a um trabalho de cooperação com o Governo Federal, quando serviu de intermediária daquele órgão junto à lavoura cacaueira. Tal fato, embora lhe careasse prestígio, limitou as suas atividades de venda para o exterior.

Nas safras seguintes, com o desenvolvimento da política de intervenção da Cacex na comercialização do cacau, com crescente participação desse órgão nas exportações, a participação da Cooperativa no comércio internacional decresceu, situação que perdurou até quando foi liberado o comércio, fato ocorrido na safra 1961/62.

As vendas de cacau da Cooperativa para o exterior chegaram a representar 24,43% da produção agrícola total, na safra 1960/61. Se bem que significativos os números das operações de venda, a Cooperativa acumulou prejuízos significativos, que redundaram em total iliquidez.

Os desequilíbrios ocorridos nesse último período, mais tarde foram diagnosticados em estudos realizados na Cooperativa, que apontaram os seguintes aspectos:

- a) A incapacidade estrutural da Cooperativa para a retenção das sobras (reincorporação das sobras);
- b) O processo inflacionário em curso, em acentuada espiral, que estava a exigir recursos financeiros maiores.

Os dirigentes da Cooperativa, à época, entenderam que os problemas só poderiam ser resolvidos com a obtenção de recursos, daí porque pleitearam empréstimo junto ao Banco do Brasil. Para análise do pedido, esse banco constituiu um grupo de altos funcionários que, após estudos realizados “in loco”, apresentaram circunstanciado relatório, pelo qual concluíram que a situação da Cooperativa era muito séria, não bastando para a sua recuperação a simples injeção de recursos financeiros. Urgia uma radical modificação na condução das atividades operacionais. O citado grupo concluiu que a Cooperativa experimentou no quadriênio 1964/68:

³⁶ Registre-se que foi no ano de 1957 que o Governo Federal criou a Ceplac, pelo regime de cota de contribuição cambial, com o objetivo precípuo de refinar as dívidas dos cacaucultores, o que se repetiu em 1970.

- a) Acúmulo de perdas desde 1964, transferidas sempre para exercícios seguintes, por mecanismos contábeis, e que só foram efetivamente apropriadas no exercício 1968/69, quando já alcançara alta soma. Até o exercício 1966/67, ao invés de perdas, o balanço estampava sobras;
- b) Incapacidade para operar, decorrente da descapitalização gradativa, que implicou na diluição total do capital social;
- c) Fraca produção agrícola no período 1968/69, com a maioria dos produtores inadimplentes em suas obrigações com a Cooperativa;
- d) Total impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas com o exterior (6.500 sacas para embarque em novembro e 17.000 sacos para dezembro de 1968), pela inexistência de cacau nos armazéns.

O descumprimento das obrigações com o exterior representaria total descrédito da entidade, interna e externamente, recaindo os reflexos de tal posição no conceito comercial do país. Ao analisar o relatório do referido grupo de trabalho, o Conselho Monetário Nacional e a direção do Banco Central do Brasil, em carta ao presidente da Ceplac, assim decidiu:

Na forma de sugestões do Grupo de Trabalho criado pelo Sr. Presidente do Banco do Brasil, autorizar a Ceplac a implementar o esquema proposto por aquele grupo, de assistência às cooperativas de exportação de cacau da Bahia, inclusive com a concessão de financiamento emergencial, intervenção institucional e, posteriormente, estudo da concessão, pelo Banco do Brasil, do esquema de financiamento proposto pelo mesmo Grupo, a vigorar a partir da safra 1969/70.³⁷

No curso dos acontecimentos, o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, em reunião de 03/12/68, assim definiu os pontos necessários para a efetivação do apoio do governo em relação às sugestões de recuperação da Cooperativa Central, com vistas à implantação de um sistema cooperativista eficaz no âmbito da economia cacaueira:

1. Decretação, pelo órgão normativo competente no caso, o Inda, de Intervenção Institucional;
2. Realização de rigorosa auditoria contábil no órgão sob intervenção;
3. Instauração de inquérito administrativo para apuração de eventuais irregularidades.

A intervenção foi decretada em 09/12/68. A auditoria contábil, realizada por técnicos da Fundação Getúlio Vargas, chegou a algumas conclusões positivas depois de 6 meses de exaustivos trabalho. O inquérito administrativo, afinal realizado sob a forma de sindicância administrativa, foi ultimado depois de 10 meses de trabalho, e foi entregue às autoridades

³⁷ Como se verá adiante, uma atitude completamente inversa à adotada pelas autoridades públicas federais quando da crise dos anos 90.

federais para deliberações de cunho corretivo.

4.2.2 A recuperação

Uma das principais providências reputadas como indispensáveis para a saída da Cooperativa da situação em que se encontrava de ingentes dificuldades financeiras, foi a obtenção de empréstimo para aquisição de cacau destinado ao cumprimento de contratos firmados com o exterior, pela inexistência de cacau nos armazéns da Cooperativa.

A safra 1968/69 foi fraca, pois a produção da Bahia atingira apenas 1.767.808 sacos, estando a maioria dos produtores inadimplentes nas obrigações de entrega de cacau. Como não haviam sido adotadas medidas em relação ao problema as vendas feitas pela Cooperativa, muitas delas irregulares, estavam pendentes de embarques.

Desta forma, a Cooperativa pleiteou financiamento emergencial visando a aquisição do produto para cumprimento dos contratos assumidos com o exterior, em 20/12/68, concedido pela Ceplac, no valor de Cr\$ 3.500.000 (Três milhões e quinhentos mil cruzeiros) em função de autorização dada pelo Conselho Monetário.

A aplicação de tais recursos objetivava a aquisição de cerca de 23.500 sacos de cacau, sendo 6.500 para embarques programados para novembro de 1968 e 17.000 para dezembro daquele mesmo ano.

Sanadas as dificuldades iniciais, graças ao suporte financeiro emprestado pelo governo federal, em junho de 1969 pôde a Cooperativa reiniciar suas operações, após analisados os fatos e acolhidos pelas autoridades da administração federal as providências sugeridas em relatório apresentado pelo Interventor, que se dedicou ao exame das principais causas estruturais e de funcionamento, que de longa data comprometia o desempenho da comercialização do cacau.

Com o reinício das operações, o interventor desenvolveu ações no sentido de superar dificuldades que se antepunham ao curso normal dos trabalhos, deparando-se com um mercado ascensional e bastante agressivo por parte dos comerciantes. No plano financeiro, embora o total de créditos da Cooperativa, concedidos aos produtores-associados se elevasse ao vultoso montante de Cr\$ 2.133.957,02, a realização de tais ativos era de muito difícil solução, em razão da asfixiante situação financeira dos devedores, em função da crise gerada pela frustração da safra 1968/69.

Diante da situação, foi exposto o panorama às autoridades responsáveis pela intervenção, do que resultou a concessão de novo financiamento pela Ceplac, no valor de Cr\$

3.200.000 (Três milhões e duzentos mil cruzeiros), concedidos em 28/05/69. Com tais recursos, no início de junho, reiniciou a Cooperativa as operações com os produtores-associados, com enorme desvantagem, porque a metade do temporão³⁸ já estava comercializada.

Sob regime de intervenção, a normalidade administrativa só ocorreu no segundo ano, na safra 1970/71, quando a Cooperativa ampliou sua presença na economia cacaueteira, elevando sua participação no total da produção para 109.547 sacos, o que equivalia a 4,17% do total negociado. Já na safra 1971/72, houve significativa expansão do volume de cacau contratado, quando a Cooperativa vendeu 448.731 sacos, representando 12,98% do total da produção agrícola. Nesse último, foram ainda importantes a atuação da Cooperativa, visando:

- a) A assinatura de contrato de industrialização com a indústria local³⁹, no caso a Cacau Industrial e Comercial S.A., a fim de aproveitar o “ratio”⁴⁰ de preço favorável para manteiga e torta;
- b) A assinatura de contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante penhor mercantil de cacau, para estocagem do produto recebido dos produtores-associados, a fim de aguardar melhor condição de venda, em face dos baixos preços praticados no período de setembro a dezembro de 1971;
- c) A assinatura de contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de cédulas de crédito rural, a fim de atender às necessidades da entressafra e custeio de produção das fazendas de cacau dos produtores-associados.

Na safra 1972/73, a Cooperativa manteve praticamente os mesmos níveis de recebimento de cacau da safra anterior. Nesse mesmo o exercício, a Cooperativa iniciou o fornecimento de adubos, integrando-se à rede revendedora operada pela Ceplac, por meio de convênio, de forma a prestar melhor assistência técnica e financeira aos associados⁴¹. Para tanto, utilizou-se do crédito de Cr\$ 5.600.000 (Cinco milhões e seiscentos mil cruzeiros) junto ao Banco do Brasil.

Naquela época, já definia o grupo interventor que o ingresso na industrialização do cacau era um dos maiores desafios reservados ao cooperativismo, num futuro que se avizinhava, uma meta, segundo o documento, de elevada prioridade pelo seguinte:

³⁸ Período de produção que vai de abril a outubro.

³⁹ Nessa época, só operavam empresas nacionais. As empresas transnacionais surgiram posteriormente.

⁴⁰ Relação entre o preço do derivado e o preço da amêndoa, de acordo com as cotações da Bolsa Nova de Iorque.

⁴¹ Mais adiante, verificou-se que esse foi um esquema que causou grandes prejuízos à Cooperativa, que não tinha nenhum controle sobre as vendas e sobre os estoques, limitando-se às informações prestadas pelos escritórios locais da Ceplac.

- a) A gradativa influência do setor industrial deverá transferir as vantagens decorrentes da exportação, diminuindo o poder de barganha dos produtores;
- b) A experiência da Cooperativa, na área industrial, mostrou-se bastante positiva, embora esse fato tenha se registrado de forma esporádica;
- c) Impõe-se a industrialização como forma estratégica de participar de toda extensão de mercado, já que o preço dos derivados não é cotado em bolsa, ficando os produtores à mercê da manipulação das indústrias;
- d) A exportação de manufaturados é uma das metas principais do governo federal, como medida capaz de gerar divisas necessárias à promoção do desenvolvimento.

Não há dúvida de que, do ponto de vista estritamente quantitativo, a ação da intervenção federal foi coroada de êxito, o que revelou a viabilidade do cooperativismo mesmo quando as condições são adversas. A ação da intervenção federal foi de caráter estritamente saneador, se concentrando na recuperação econômico-financeira da Cooperativa Central, que havia perdido toda liquidez, o que dificultava as relações com associados e instituições que atuavam na área.

4.3 Implantação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia

A implantação do “Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira” é preconizada desde 1964, quando a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) dava seus primeiros passos em cooperativismo, com o então Departamento de Cooperativismo. Em 1968 as lideranças cooperativistas da área se conscientizaram da necessidade de ser desenvolvido um esforço de integração, tendo sido firmado protocolo “com o fim específico de unificar o sistema cooperativo na região cacaueira, para garantir resultados de produtividade para a Região, para o Estado, para o País e em particular para o produtor de cacau...”⁴².

Posteriormente a este esforço de integração, e em razão da intervenção decretada pelo Governo Federal na Cooperativa Central do Cacau e na Cooperativa dos Fazendeiros de Cacau da Bahia, a Ceplac intensificou seu apoio ao cooperativismo regional com vista à consolidação do pretendido sistema, colocando recursos humanos e financeiros à disposição das mencionadas entidades.

⁴² Protocolo firmado pelas Cooperativas: Mista Central de Agricultores do Sul da Bahia, Resp. Ltda., Mista de Agricultores de Itabuna, Resp. Ltda. E Mista dos Fazendeiros de Cacau da Bahia, Resp. Ltda., em agosto de 1968.

Ainda durante a intervenção federal na Cooperativa Central de Agricultores do Sul da Bahia, Resp. Ltda. cuidou a Ceplac de criar outros mecanismos capazes de sustentar e garantir a continuidade dos resultados alcançados pelo cooperativismo no período de 1968 a 1975. Para tanto um Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) , em que esse órgão federal delegava à Ceplac atribuições no sentido de assistir, coordenar e supervisionar o crescimento ordenado do cooperativismo na área do cacau. Esse instrumento determinou uma reformulação na própria estrutura da Ceplac, criando-se a Coordenação do Programa Especial de Cooperativismo (Copec), com os principais objetivos:

- a) coordenar o desenvolvimento integrado do sistema cooperativista nas áreas de atuação da Ceplac;
- b) prestar assistência às Cooperativas localizadas nas áreas de atuação da Ceplac, objetivando o aumento da produção e da produtividade das atividades rurais;
- c) desenvolver as atividades necessárias à remoção das causas que comprometem a organização e o pleno funcionamento do cooperativismo nas áreas de atuação da Ceplac;
- d) desenvolver trabalhos específicos, visando criar as condições necessárias para o incremento da poupança e investimentos nas áreas de atuação da Ceplac;
- e) exercer todas as atribuições delegadas pelo Incra à Ceplac, para desenvolvimento do programa nos termos do convênio firmado ou que venham a ser firmados entre duas entidades;
- f) conduzir outros assuntos ou trabalhos, relacionados á sua área de atuação ou que lhe forem delegados pela Diretoria Regional.

Em 1978, o “Sistema Cooperativo da Região Cacaueira” era composto de uma Central e 5 cooperativas singulares, além de 15 depósitos recebedores⁴³ diretamente vinculados à Cooperativa Central do Cacau – Copercacau Central (Figura 6).

Das cooperativas, apenas a dos Fazendeiros de Cacau da Bahia (Cofaba), em grau maior, e a Cooperativa Agrícola Mista de Bateia (Coamb), em menor escala, mantinham operações com a Central. O maior volume de produção entregue era de responsabilidade dos associados individuais.

⁴³ Denominação dada às unidades de contratação e recebimento de cacau, em municípios da região cacaueira, que funcionavam na verdade como meros compradores de cacau, tendo um chefe que recebia comissão por quantidade “comprada”, situação que não poderia perdurar. Nesses depósitos, as operações eram feitas com associados, pessoas físicas, vinculados diretamente à Central, como faculta a lei excepcionalmente, mas que deveriam pertencer às cooperativas de primeiro grau (singulares)



Figura 6: Prédio-sede da Cooperativa Central do Cacau Ltda., em Ilhéus-BA

Em 02/06/78, foi assinado o Protocolo de Implantação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), a Comissão Estadual do Programa Nacional de Cooperativismo (Pronacoop-Bahia) e as cooperativas Central do Cacau Resp. Ltda., dos Fazendeiros de Cacau da Bahia Resp. Ltda., Grapiúna dos Criadores de Bovinos Resp. Ltda., Agrícola de Ilhéus Resp. Ltda., Agrícola de Coaraci Resp. Ltda., Agrícola de Camacã, Resp. Ltda., Mista de Bateia, Resp. Ltda., Mista Agro-Pecuária Conquistense Resp. Ltda., bem como o delegado dos Associados Individuais da Central do Cacau.

A implantação do sistema visava “o aperfeiçoamento do sistema cooperativo vigente no âmbito regional”, e definiu, entre outros, os seguintes princípios básicos:

- a) A sigla comum a todas as cooperativas integrantes do Sistema será Copercacau

- anteposta à sua própria denominação;
- b) Durante o período de implantação de novas ou de reativação de cooperativas singulares, o Incra, a Ceplac e a Copercacau Central prestar-lhes-ão toda assistência e orientação técnicas necessárias, sendo a aceitação do presente item, pelas cooperativas, requisito indispensável à sua participação;
 - c) As vendas e compras em comum, tanto no âmbito interno como externo, serão realizadas pela Copercacau Central;
 - d) O CCPC, o Incra, a Ceplac e a Copercacau Central organizarão um “Comitê Educativo”, com base em projetos específicos, o qual se encarregará de difundir os princípios cooperativistas na região, bem como preparar dirigentes e técnicos para atender às necessidades das cooperativas singulares e da Copercacau.

Embora tenha havido o comprometimento de instituições importantes ligadas à economia cacaueira na difusão dos princípios cooperativistas e formação de técnicos especializados para as cooperativas, mas uma vez nada foi feito no particular, resultando ações pontuais e individuais nesse sentido. Aliás, como já ocorrera na época da intervenção federal, que recebeu instruções nesse sentido, mas nada fez no particular.

Com a constituição do Sistema Integrado, a partir de 1982, a Copercacau passou a transferir os depósitos recebedores para as cooperativas singulares existentes, fomentando a criação de novas cooperativas singulares, em áreas aonde ainda não existiam.

Todavia, contrariando o que já era previsto no normativo que determinou tanto na intervenção federal, em 1968, quanto no Protocolo de Implantação, em 1969, essa transferência de associados individuais, ou a formação de novas cooperativas, ocorreu sem nenhuma preocupação com a formação e organização dos quadros sociais locais, visando a educação e a informação cooperativistas, essenciais para um grupo que se acostumou às relações meramente comerciais entre “cooperados” e os agentes dos escritórios recebedores.

4.4 O ingresso da Copercacau na industrialização do cacau: participação na Itaisa

O ingresso definitivo da Cooperativa Central do Cacau na industrialização se deu com a sua participação na Itabuna Industrial S. A. – Itaisa, que foi criada em 1966, em Itabuna, por iniciativa de associados da Cooperativa dos Fazendeiros de Cacau da Bahia – Cofaba, entre os quais se destacaram Wilson Maron, João Fontes, Gerson Gonçalves do Couto, Washington Setenta, Adelindo Kfoury da Silveira, José Luiz Rubini, Moisés Hage, entre outros. No final

da década de 70, os acionistas venderam as suas ações à Copercacau, que reativou o projeto, que se encontrava paralisado na Sudene, transferindo-a para a cidade de Ilhéus (VIEIRA, 2002).

Mesmo, com os óbvios problemas estruturais, o Sistema Copercacau avançou bastante do ponto de vista operacional, em função de razões circunstâncias que permitiu oportunizar ações nesse sentido, devido ao grande apoio material possibilitado pela Ceplac, mas que não foi precedido de um tratamento educativo adequado e sistemático que, adiante poderia fazer com que o Sistema pudesse enfrentar com segurança os diversos obstáculos que se interporiam no seu caminho.

A Copercacau resolveu ingressar na industrialização assumindo o controle de uma empresa localizada em Itabuna – a Itabuna Industrial S.A. – Itaisa, que se encontrava com o projeto paralisado há algum tempo, na Sudene. Ao assumir o projeto, cuidou a Cooperativa de promover a sua reativação na Sudene, promovendo alterações substanciais na composição do capital e na localização, que passou de Itabuna para Ilhéus, onde montou uma moderna planta física (Figura 7).

Mal sabiam os dirigentes que, ao inovar, recrudesceria novo período de “luta”, já que a partir dessa decisão, comerciantes e industriais fizeram de tudo para inviabilizar a Itaisa, sempre tendo políticos ou agentes públicos, como lobistas. Tentaram impedir a sua implantação; tentaram aprovar medida restritiva no Ministério da Indústria e Comércio, que obrigava a Itaisa a vender seus produtos somente na Europa, mas foram rechaçados o que fez o MIC recuar; pressionaram o governo federal a baixar normas que proibissem a Itaisa de importar equipamentos essenciais, mas chegaram tarde, porque a Itaisa já havia registrado as encomendas; divulgaram notícias falsas junto a *dealers* e chocolateiros de Nova Iorque, para impedir que a empresa vendesse os seus produtos.

Durante muitos anos ocorreram situações cruciais nos bastidores do cacau, de cuja dramaticidade a opinião pública jamais tomou conhecimento. A questão da organização do produtor e da sociedade regional inclui-se entre os temas que se tornaram tabus para os grupos que sempre pretenderam (e continuam pretendendo) perenizar a situação de dominação das populações locais, que resultou em sistemáticas pressões de grupos econômicos e políticos, junto aos governos, visando à derrubada de dirigentes da Ceplac, notadamente devido ao apoio institucional que, legítima e eticamente, baseado em dispositivos constitucionais, procuraram emprestar ao cooperativismo, mecanismo econômico capaz de reduzir as disparidades existentes na Cadeia Produtiva do Cacau.

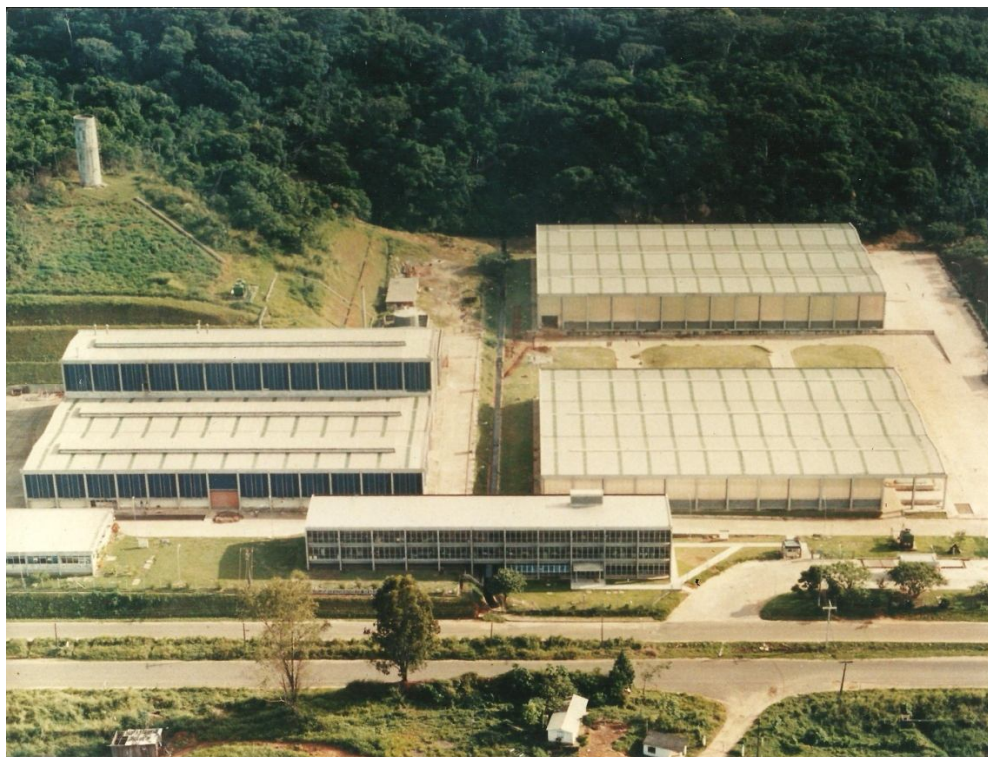


Figura 7: Instalações da Itabuna Industrial S.A. – Itaisa, no Distrito Industrial de Ilhéus

Preliminarmente, é importante revelar alguns fatos importantes que ocorreram antes do início da Copercacau ingressar na industrialização do cacau, que dão bem a dimensão das dificuldades naturais e artificiais que se interporiam no encaminhamento do projeto Itaisa, conforme relatos escritos de dirigentes da Copercacau, datados de 1996.

Quando o projeto Itaisa ainda estava em andamento, um diretor de um banco, credor de uma indústria de processamento localizada Ilhéus, na ocasião, tentou convencer a Copercacau a adquirir o que restava dessa “moderna” indústria regional, insistindo com veemência para que o projeto original fosse abandonado.

Outro episódio surreal, que remonta aos idos de 1971, foi a tentativa de um industrial localizado em Ilhéus de inviabilizar os entendimentos entre a Copercacau e o grupo francês Cacao Barry, depois que a Copercacau, em má hora, em função da crise de preços, resolveu industrializar parte do estoque de amêndoas contratando a sua empresa para fazer o referido processamento, tendo escapado de grandes prejuízos graças a presteza na fiscalização da produção contratada. Esse industrial, que assinava uma coluna em jornal local, sob o pseudônimo de Al Castro, e era cáustico crítico da Ceplac, da Copercacau e da Itaisa, foi duramente contestado por alguém que se identifico como Castro Al (Anexo C)

Por volta de 1974, quando descartada pela Copercacau a assunção do acervo da falida

empresa do industrial acima referido, não obstante o empenho do seu maior credor e de outros interessados, lançou-se o citado empresário ao trabalho obstinado de impedir a concretização do projeto Itaisa, para ele injustificável, já que queria vender as suas sucatas à Copercacau, a peso de ouro. Esquecia-se que sua empresa, endividada e insolvente, possuía máquinas e equipamentos obsoletos, em precárias condições de uso. Além do mais, já implantado o projeto Itaisa no Distrito Industrial de Ilhéus, nada justificava soerguer uma empresa nessas condições, além de mal localizada.

Insatisfeito com o fato de a Copercacau dar curso ao projeto, o referido empresário foi à França, estabelece contatos com a direção da Barry e propõe substituir a Copercacau na “joint venture” que estava para ser formada. Surpresos com a estranha visita e certamente perplexos com a proposta, a direção da Barry francesa apressou-se em colocar a Copercacau a par do sucedido, frustrando a inconcebível iniciativa.

Quando o citado projeto encontrava-se em fase final de análise, o ministro da Indústria e Comércio, por sinal baiano, encaminhou carta à Sudene recomendando a não-aprovação de novos projetos industriais de cacau, o que retardou a decisão, obrigando os dirigentes da Copercacau a dirigir “carta aberta” ao então ministro Golbery do Couto e Silva, publicada nos principais jornais do país. Logo após discussão do projeto Itaisa, outros foram aprovados sem esse tipo de interferência.

O projeto Itaisa foi incluído na pauta de reunião do Conselho Deliberativo da Sudene com a estranha imposição de que essa indústria nascente só poderia vender os produtos para o mercado europeu (certamente os outros mercados já tinham “donos”). Uma restrição oficial absurda, para privilegiar grupos já instalados, uma verdadeira simbiose burocrática, mas que foi rechaçada de forma veemente por um governador do Nordeste, presente à reunião.

4.4.1 Arranjo financeiro inadequado: não cumprimento da capitalização pelos sócios

Em 1976, para implantação da Itaisa, a Copercacau Central atraiu com capital de risco, e sob a forma de *joint venture*, a firma francesa Cacao Barry, que decidiu participar do projeto em função dos seguintes fatores:

- a) os incentivos fiscais então vigentes, da ordem de 20% (vinte por cento) para liquor, sendo 14% do IPI e 6% do ICM; 12% (doze por cento) para manteiga e torta, sendo 6% de IPI e 6% de ICM;

- b) as promessas de apoio governamental aos projetos na área da Sudene, quando o referido órgão passou a viver a expectativa de lhe serem destinados recursos expressivos para o desenvolvimento regional do Nordeste;
- c) a presença do poder público no projeto, seja pela participação da Ceplac, no plano federal, seja do ICB, no plano estadual.

Como se observa, o projeto Itaisa foi concebido com a participação da Copercacau Central, dos governos federal e estadual e de um investidor estrangeiro que detinha tecnologia, como acionistas majoritários, de um lado, e da Sudene, como investidor institucional, de outro. Raciocinando-se em termos relativos, a composição do capital total da Itaisa ficou definido como descrito na coluna A da tabela abaixo apresenta também o que foi efetivamente realizado (Tabela 3).

Tabela 3: Itaisa: capitalização prevista e realizada pelos acionistas, em %

ACIONISTAS	PARTICIPAÇÃO %	
	Prevista (A)	Realizada (B)
Sudene	50.00	8.35
Copercacau Central	21.00	90.04
Cacao Barry	21.00	0.46
Ceplac (governo federal)	5.50	0.51
ICB (governo estadual)	2,50	0.20
Diversos, inclusive produtores individuais		0.44

Fonte: Copercacau, Informações básicas (2000)

Em 1979, quando a Itaisa já se encontrava em implantação, a área econômica do governo federal retirou, de forma gradativa, os incentivos fiscais à exportação, que deveriam sofrer diminuição progressiva até atingir o nível 0 (zero) no segundo semestre de 1983. No entanto, com a saída do ministro Simonsen e a entrada do ministro Delfim Netto, esses prazos foram revistos e os incentivos fiscais retirados de forma abrupta.

Em 1981, tanto a Ceplac quanto o Instituto de Cacao da Bahia deixaram de aportar recursos ao capital, na proporção que haviam se comprometido, sobrecarregando os demais acionistas principais, o que seguramente comprometeu o esquema de capitalização idealizado, prejudicando o projeto, que foi formulado considerando a participação integral de todos.

No esquema de capitalização, a Copercacau deveria participar apenas com 20% (vinte por cento) do capital total, que inclui ações preferenciais e ordinárias, mas no final terminou assumindo mais de 90%, o que revela o descompromisso das instituições e explica as dificuldades na consolidação do projeto.

Como se observa, 58% do capital total da Itaisa (ações ordinárias e preferenciais) eram de responsabilidade dos parceiros institucionais (Sudene, Ceplac e ICB), ou seja, a União e o Estado da Bahia, que não cumpriram sua parte, aportando de fato no conjunto algo em torno de 9%. A Copercacau e o outro grupo privado participariam cada um com apenas 20% das ações.

Há claras evidências de que a gradativa crise de liquidez da Cooperativa – que lhe impediu de continuar cumprindo seus compromissos pontualmente – se acentuou pelo fato de que os seus parceiros no projeto de industrialização do cacau – a Itaisa – não cumpriram de forma devida as responsabilidades de capitalização.

Além do mais, aceitou-se que o projeto Itaisa fosse aprovado na Sudene mantendo-se uma relação de 1:1 (um de capital dos investidores privados para um da Sudene), quando o normal era 1:3 em projetos semelhantes a Itaisa, o que comprometeu o arranjo financeiro do projeto e o processo de capitalização além do fato de que esses não eram liberados de forma concomitante. Como os desembolsos não eram corrigidos monetariamente, apesar dos elevadíssimos índices de inflação, é fácil avaliar o grande prejuízo causado ao projeto, embora poucos tenham conhecimento desse fato. Para se ter uma idéia, em 01.06.86, quando praticamente se iniciava a retomada do projeto, os acionistas privados contavam com 81,67% do capital e a Sudene com apenas 18,33%. Isso sem falar nas tentativas de boicote ao projeto que resultou em denúncia da Ceplac às autoridades federais, pois não pode esquecer-se das dificuldades para aprovação do projeto Itaisa por parte da Sudene e, mesmo quando levado ao Conselho Deliberativo, a sua aprovação estava condicionava à venda dos produtos somente ao mercado europeu. Talvez o único caso da história do órgão em que um projeto privado – por pressão de outros setores privados – deveria se dirigir a um mercado pelo qual as outras empresas não tinham muito interesse, mas paradoxalmente tal exigência nascia sob o patrocínio do poder público, quando as indústrias nascentes deveriam receber outro tratamento do governo.

Ainda em 1981, já desestimulados pelas constantes mudanças da política econômica do Brasil em relação às indústrias voltadas para a exportação, os parceiros estrangeiros passaram a restringir os aportes de capital de que carecia a Itaisa, pelo fato de ser mais conveniente aplicar na Costa do Marfim e República dos Camarões, onde possuíam indústrias, conforme Vieira (2002):

(...) com a ascensão do governo socialista de Mitterrand à presidência da França, a controladora da Cacao Barry mudou-se para a Suíça e resolveu vender as suas empresas, entregando a um banco um dossiê nesse sentido. A primeira providência do

grupo foi sustar novos investimentos da Barry em seus empreendimentos, inclusive na Itaisa, gerando um impasse, pois a empresa francesa não queria mais acompanhar os aumentos de capital que se faziam necessário. Por outro lado, havia um claro desinteresse da Barry em continuar participando do projeto, fazendo rarear as visitas dos técnicos responsáveis pela assistência técnica. Tudo isso ao lado de um mercado que continuava negativo. A solução dada pelo Conselho de Administração da empresa, que na época nada devia à curto prazo, foi paralisar a operação da fábrica, reduzir os seus custos, “hiberná-la temporariamente”, até que ocorresse uma melhoria da situação geral, inclusive a venda da participação da Barry, que seria previamente discutida e aceita pela Copercacau, pois teria de ser uma empresa com conhecimentos para o prosseguimento da assistência técnica.

Registra-se, “an passant”, o falecimento repentino, de forma misteriosa, do diretor da Barry designado para permanecer no Brasil, com residência em Ilhéus.

(...) o Instituto de Cacau da Bahia foi extinto pelo estado e mesmo antes ele já havia parado de acompanhar os aumentos de capital (na Itaisa). E a Ceplac, no Governo Collor, devido a mudanças administrativas que a descaracterizaram inteiramente, sem que o seu comando a defendesse, foi forçada a retirar-se da sociedade por decisão do Tribunal de Contas da União.

Com a omissão dos investidores institucionais, a Copercacau tinha duas alternativas: vender suas ações ou comprar as dos franceses. Desfazer-se do projeto, segundo os dirigentes, seria um retrocesso irreparável diante de todo esforço que foi empreendido. Optou pela continuidade no projeto, na expectativa de mudar o perfil da dívida e contar com o apoio maciço dos produtores e a manutenção do suporte financeiro.

É por tudo isso que, mesmo funcionando parcialmente, a perspectiva de retorno pleno da Copercacau afetava tantos interesses. Na verdade era um projeto viável, com elevado benefício social, ímpar como mecanismo auto-sustentável para promover as alterações qualitativas que a região precisa experimentar.

4.4.2 A compra das ações ordinárias do grupo francês

Tanto a Barry quanto a Copercacau possuíam 42% das ações com direito a voto, mas isoladamente eram minoritários. Para que a Barry conseguisse vender sua parte a terceiros era necessário que a Copercacau concordasse ceder parcela de suas ações, possibilitando ao comprador somar 51% do capital votante já que os interessados não aceitavam a posição minoritária.

Juntos, Copercacau, Ceplac e ICB, tinham o comando da Itaisa porque tinham mais de 50% das ações ordinárias. A Copercacau não poderia transferir esse comando para terceiros sob pena de comprometer os objetivos estratégicos do projeto. Por isso, o impasse durou algum tempo, até que os franceses apresentaram uma proposta razoável, finalmente aceita. É

oportuno registrar o fato de que a Copercacau, se quisesse, poderia vender a sua parte por preço superior ao pago pela mesma quantidade de ações a Barry.

Na época das negociações, o raciocínio imediatista indicava que vender a Itaisa era solução mais fácil. Melhoraria a capitalização da Copercacau e aparentemente muitas questões seriam “resolvidas”. No entanto, trilhar esse caminho seria uma opção desastrosa para o futuro do cooperativismo e da própria lavoura pelas seguintes razões⁴⁴:

- o mercado de cacau cada vez mais se afunilava internamente, ampliando o poder de compra de algumas firmas, como se previra e de fato aconteceu;
- a existência de cooperativas sem uma indústria, com alto nível de valor agregado, portanto, com visão transformadora, não teria sentido, porque sem condições de avançar do ponto de vista qualitativo, impossibilitando de elevar a renda do setor ;
- o governo, a sociedade e os produtores perderiam sua única referência do ponto de vista do mercado, e de políticas específicas, inclusive as tributárias;
- seria praticamente impossível conceber novo projeto industrial com o mesmo perfil captador de recursos, fixador e desconcentrador de renda gerada na região.

O passo seguinte seria a Sudene. Embora com uma presença tímida no projeto, do ponto de vista do que foi assumido em termos de aporte de capital e dos desembolsos efetivamente realizados, a desclassificação do projeto pela Sudene teria repercussões negativas, o que reclamou providências imediatas visando os primeiros investimentos privados que redundaram no reconhecimento, pelo órgão, da reativação do projeto.

O projeto Itaisa, além de ter sido exaustivamente analisado pela Sudene, também o foi por organismos internacionais que se prontificaram a financiá-lo, como é o caso do Banco Mundial, cuja agência, o International Finance Corporation (IFC), assim se expressou no seu Relatório de Avaliação:

O projeto Itaisa contribuirá para o desenvolvimento econômico do nordeste brasileiro, possibilitando que uma grande cooperativa de cacau possa incrementar o aumento de sua produção agrícola. O projeto substituirá a exportação de cacau em amêndoas por produtos de cacau semi-processados, valorizando mais o produto e aumentando a entrada de divisas. O aumento dos benefícios ocorrerá graças ao melhoramento do processo e dependerá da eficiência da transformação e da diferença entre o preço do cacau em amêndoas e dos produtos de cacau semi-processados (IFC – Project Appraisal Report).

⁴⁴ Como de fato ocorreu posteriormente, por outras razões, principalmente pelo surgimento da vassoura-de-bruxa, que determinou um quadro de perplexidade e incerteza por parte dos bancos, devido a concordata das principais empresas comerciais.

O IFC, compreendendo a importância do projeto da Copercacau, ofereceu recursos da ordem de US\$ 10 milhões, sendo US\$ 1 milhão para subscrição e integralização de capital, na forma de ações preferenciais, o restante na forma de financiamento, não aceitos à época devido às elevadas taxas de juros, que eram fixas, além do risco cambial.

Diante de tais problemas concretos, aliada às dificuldades que atingiram toda a economia cacaueira a partir de meados da década 80, a Copercacau teve de suportar o ônus, praticamente sozinha.

Como se observa, um quadro adverso. Já era 1986 e o advento do chamado Plano Cruzado criou expectativas positivas para a retomada do projeto, em função da estabilização. O Plano Cruzado não obteve sucesso, com o recrudescimento da inflação, as taxas de câmbio permaneceram congeladas por logo tempo enquanto os preços dos insumos eram atualizados, e experimentou-se o início da perda de liquidez da lavoura acentuada depois por problemas climáticos, redução dos preços internacionais, plano Bresser, vassoura-de-bruxa, concordada das principais empresas comerciais.

4.4.3 A nova fase após a saída dos franceses

A compra das ações da Barry pela Copercacau só foi efetivada em 1985. A partir daí vários problemas concretos teriam de ser enfrentados com objetividade e equacionados de forma adequada, entre os quais se destacavam:

- a) o pagamento aos franceses do valor das ações ordinárias compradas ao grupo Barry;
- b) os compromissos com o Befiex (Programa Federal de Incentivos Fiscais à Exportação) estavam vencidos, gerando um contingenciamento de US\$ 1 milhão;
- c) o projeto Itaisa entrava em fase de caducidade na Sudene, o que resultaria em sua desclassificação por aquele órgão, se não fosse reativado imediatamente;
- d) até então a fábrica só tinha condições de produzir liquor, sem nenhuma flexibilidade do ponto de vista do mercado de derivados quando todas as demais já produziam também manteiga e torta de cacau;
- e) a aquisição de pelo menos duas prensas era imperativo, afim de se produzir manteiga e torta libertando-se da camisa de força representada pelo fato de somente produzir liquor.

Resolvida a questão da compra das ações e obtido o sinal verde da Sudene, considerando o projeto reativado, restava a negociação dos compromissos com o Programa Befiex. Para os entendimentos com o Ministério da Indústria e do Comércio, condutor do Programa, a Copercacau contou com o apoio decisivo da Ceplac na solução, inclusive tendo o secretário geral de então, Josuelito Britto, comparecido pessoalmente ao Ministério, e o acordo com o Befiex foi assinado no início de 1990.

Vencidas essas etapas preliminares, as providências da administração se concentraram nas seguintes metas, segundo informações de um ex-dirigente: construção das obras civis previstas no projeto aprovado pela Sudene; reformulação do processo tecnológico, tendo em vista a necessidade de adequá-lo a todos os mercados compradores; introdução da linha de manteiga, torta e pó, o que exigia a compra de 2 prensas. Já se sabia que a fábrica não poderia depender apenas de um derivado o líquido, já que o seu funcionamento no início dos anos 80 foi uma experiência de certo modo negativa, que retardou o processo produtivo.

É que o acordo do Brasil com a Polônia⁴⁵, no qual se incluía a venda de líquido, quase não beneficia a Itaisa – uma indústria nascente que deveria receber tratamento adequado justamente por ser nova e por ser estratégica para os interesses do país, e que foi excluída dessas vendas, que tinham preços subsidiados pelo governo brasileiro, em função dos critérios fixados pela Comcauba, uma entidade privada que reunia comerciantes e industriais. Uma manobra tolerada pela Cacex, que delegou atribuições oficiais para setores privados, no caso a entidade que reunia comerciantes e industriais de cacau – a Comcauba.

Depois de muita discussão atribuíram à Itaisa uma pequena quota de 300t de líquido e o bolo mais uma vez era partilhado entre poucos, embora financiado pelo governo brasileiro, na forma de subsídios à Polônia. Mas, o pior estava por acontecer. Esgotada a fase de vendas à Polônia, que comprava o líquido por preço superior ao do mercado internacional, os detentores da delegação oficial intentaram contra a Itaisa, impedindo-a que registrasse suas vendas na Cacex de acordo com os “ratios” oferecidos pelo mercado, com a alegação de que deveriam prevalecer os níveis de preço de venda à Polônia, completamente artificiais. Assim relatou Vieira (2002) sobre o assunto:

Não foi feliz a entrada da Itaisa, em momento de preços depressivos. Além da debilidade de demanda para o “líquor”, as cotações dos produtos estavam em declínio e os concorrentes alardeavam, inclusive no exterior, que a empresa não teria condições de se impor no âmbito internacional. Era o início de outra guerra em novo front.

Nesse íterim, aconteceu de o Brasil negociar a venda de 300 toneladas de manteiga de cacau para a Polônia. A Cacex, que sempre prestigiou a Comcauba e as

⁴⁵ Que mais tarde se transformou no que se chamou pejorativamente de “polonetas”.

organizações de classe do cacau, confiou à ABIC a tarefa de distribuir cotas de fornecimento entre as indústrias existentes, inclusive do Espírito Santo e São Paulo. A Abic, mesmo tendo participado da inauguração da Itaisa, não a incluiu no rateio, adotando uma cínica alegação de desconhecer o seu início de fabricação (a inauguração teria sido simbólica), numa clara demonstração de parcialidade e deboche. Foi necessária uma denúncia à Cacex do que estava ocorrendo, para que houvesse uma interferência, difícil de resolver pois ninguém queria ceder.

Como a Itaisa só produzia liquor e não poderia vendê-lo pelos preços do mercado, mesmo remuneradores, e as demais indústrias tivessem a alternativa de produzir também manteiga, torta e pó, suportou por quase 6 meses essa exigência absurda, mantendo estoques que chegaram a atingir 2.132 toneladas e acumulando prejuízos expressivos. Só depois da ameaça da administração de ingressar com mandado de segurança na Justiça, o órgão oficial – a Cacex – autorizou as vendas aos preços de mercado.

Essa experiência negativa, perpetrada com a total conivência de agentes públicos, que deveriam considerar apenas o interesse do país, evidenciou que era necessário e urgente a aquisição de equipamentos para a produção de manteiga, torta e pó, os últimos estágios do processamento. Nesse ínterim, dirigentes da Copercacau foram informados de que a Abic estava trabalhando junto ao governo no sentido de ser proibida a importação de máquinas e equipamentos para a indústria de cacau, seguramente para atingir a Itaisa. De fato, o normativo com a proibição foi divulgado pouco tempo depois, mas dessa vez não conseguiram o intento, simplesmente porque esqueceram que a indústria dos produtores já era beneficiária do programa anteriormente aprovado.

As prensas foram adquiridas, e teriam de ser importadas da Itália, o que foi motivo para que se iniciasse mais uma história rocambolesca. Seis meses depois da aquisição (esses equipamentos são sempre produzidos por encomenda), as prensas foram embarcadas no Porto de Santos, já que não havia navios disponíveis para Ilhéus. Ao chegarem a São Paulo, as autoridades locais impediram que as máquinas fossem transportadas por via rodoviária, se não fosse feito o pagamento do imposto que só seria devido, na forma da legislação, a partir do ingresso no estabelecimento. Em vão, foram feitas tentativas de entendimento com o fisco, o que levou a Itaisa a contratar advogados na cidade de Santos e só por meio de mandado de segurança conseguiu finalmente liberar a mercadoria.

Mas os caminhões só conseguiram chegar até o último posto fiscal do estado de São Paulo, quando novamente foram impedidos de continuar viagem para Ilhéus, o que só foi resolvido com outro mandado de segurança. Mesmo com essas dificuldades, impostas com o único objetivo de impedir o avanço do projeto, a fábrica voltou a funcionar em março de 1989, produzindo todos derivados de cacau, e não teve dificuldade de atingir mercados mais

exigentes, como os Estados Unidos, em função da qualidade dos seus produtos⁴⁶.

O que explicaria tanto empenho dos grupos econômicos estabelecidos para impedir a industrialização do cacau pelos produtores, com a total cobertura do setor público, reproduzindo a relação público/privado que Galbraith (2004) chamou de simbiose burocrática?

Para se ter uma ideia, no início de funcionamento, a industrialização cooperativa possibilitou ao estado que arrecadasse a mais cerca de US\$ 10 milhões de ICMS e a União obtivesse a maior algo em torno de US\$ 60 milhões de divisas com exportação, além de um valor maior de impostos “ad valorem” por unidade vendida⁴⁷, evidenciando sua importância estratégica para a economia baiana e para o país.

Projetos como esses são mais difíceis de ser operacionalizados, porque pressupõem uma base associativa sólida e consciente, em condições de enfrentar inevitáveis conflitos de interesses, que fatalmente surgirão, e sem o apoio indispensável do setor público.

4.5 Os efeitos negativos da vassoura-de-bruxa

Concomitantemente com os problemas normais que a economia cacaueira já enfrentava, no final da década de 80, veio a vassoura-de-bruxa, com seu efeito devastador, as concordatas de empresas comerciais importantes (segmento que era a ponte entre produtores e industriais), o encolhimento dos bancos, o corte total do crédito (numa economia que era alimentada por recursos de terceiros), passando o cacau a ser considerado palavrão no meio bancário. O produtor, em decorrência, reduziu de forma significativa sua renda e capacidade de pagamento, com liquidez chegando a zero.

Com a crise que se abateu sobre a região cacaueira, em função da vassoura-de-bruxa, a produção de cacau reduziu-se em 65%, a produtividade em 51%, a exportação em 70%, a receita de exportação em 70,8%, o preço em dólar em 8,14%, tendo o Brasil passado à condição de importador do produto, condição que se acentuou, com a redução da receita de exportação no período 1989/99 equivalente a US\$ 1,5 bilhão (VIEIRA, 2002, p.196).

Ainda segundo Vieira (2002), outros efeitos sérios decorrentes da doença podem ser registrados: desemprego de cerca de 180.000 trabalhadores rurais nas fazendas de cacau,

⁴⁶ Embora tivesse que enfrentar campanha desenvolvida nos Estados, pelos concorrentes, visando desqualificar os produtos da Itaisa e difundir a informação de que essa empresa não tinha condições de cumprir os contratos, o que foi superado com a contratação de profissional no exterior e com a visita de compradores tradicionais às instalações da Itaisa que verificaram “in loco” a inveracidade das notícias.

⁴⁷ Estimava-se, à época, que as exportações de manteiga das indústrias eram feitas por valor médio de US\$ 400 por tonelada a menor, ou seja, vendia-se por um preço e registrava-se por outro menor.

atingindo suas famílias (totalizando algo em torno de 800.000 pessoas), que se deslocaram para os centros urbanos maiores, buscando a sobrevivência, inclusive invadindo até mangues; redução da participação do Brasil no mercado internacional, cujo cacau foi praticamente eliminado dos “blendings” de fabricação do chocolate; fechamento de 25 empresas comerciais e industriais, algumas com 50, 60 e até 100 anos de atuação no cacau; paralisação do Sistema Copercacau; extinção da Comcauba e das associações que integravam os exportadores de amêndoas e os industriais; enfraquecimento e esvaziamento e perda de liderança da Ceplac com a saída de vários cientistas; retirada do Banco Brasil das operações de penhor agrícola; interferência do Incra na região visando desapropriar fazendas, gerando invasões e inúmeros processos; redução da área com abandono das propriedades; enfraquecimento dos sindicatos e das entidades de defesas dos produtores.

4.6 A redução do crédito para a lavoura

Em função dos efeitos decorrentes da vassoura-de-bruxa, notadamente o encolhimento dos bancos, a região cacaueira experimentou talvez o maior problema de liquidez de todos os tempos, diante do quadro de perplexidade e incerteza⁴⁸, considerando-se ainda que a economia cacaueira, em função da forma em que se operava a comercialização interna, com muitos comerciantes, que realizavam contrato a termo, os produtores tinham acesso a crédito para custeio e investimento, que reduziu substancialmente no quadriênio 1989/92 (Tabela 4), praticamente sendo nulo em 1992, quando a crise da lavoura havia chegado ao ápice.

Na verdade, apenas para ilustrar, no quinquênio 1978/82, a cacauicultura recebeu de crédito oficial (crédito rural para custeio e investimento) 655,4 milhões de dólares, o que equivale à média de aproximadamente R\$ 400 milhões por ano (NASCIMENTO, 1994). No ano de 1982, por exemplo, a liberação de recursos alcançou algo em torno de R\$ 450 milhões, e em 1986, a preços da época, quando já se esboçava a crise, o crédito rural atingiu cerca de R\$ 300 milhões, recursos efetivamente contratados e recebidos pelos agricultores sem contar outras fontes privadas decorrentes da venda antecipada do produto, concedidos pelas empresas comerciais.

No quadriênio 1977/80, os cacauicultores obtiveram junto aos bancos o equivalente a US\$ 487 milhões, o que foi reduzido drasticamente na medida em que os efeitos da vassoura-

⁴⁸ Há grande diferença entre essa crise, de natureza estrutural, quando se disseminou um quadro midiático de incerteza quanto ao futuro da cacauicultura, e as crises passadas, de natureza conjuntural, como a redução dos preços e as variações da produção, por problemas climáticos.

de-bruxa se tornavam mais evidentes. Contudo, mesmo com as dificuldades que enfrentava, a dívida junto ao Banco do Brasil, no início da década de 90 era algo em torno de US\$ 68 milhões, o que equivalia a pouco mais da metade de uma safra (NASCIMENTO, 1994). Isso revela que, não fosse a omissão das autoridades públicas (municipais, estaduais e federais), e a decisão dos bancos de não mais atender às demandas da lavoura, a questão da dívida poderia ter sido equacionada de forma adequada em tempo razoável. Os cacauicultores, que sempre foram fortemente influenciados pela grande oferta de crédito (custeio, investimento, pré-comercialização), condicionando e sendo condicionados pelo mercado de crédito, se viram subitamente excluídos do processo, em função também da eliminação dos contratos a termo⁴⁹, que eram sempre feitos em função de ACC dos comerciantes.

Tabela 4: Crédito rural destinado a custeio e investimento na cacauicultura baiana, no período 1977/92 e médias quadrienais. Valores em dólares.

ANOS	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	Nº de Contratos	US\$ 1,00	Nº de Contratos	US\$ 1,00	Nº de Contratos	US\$ 1,00
1977	4.123	41,731.503	2.001	48,053.260	6.124	89,784.763
1978	5.089	78,557.825	2.440	61,798.822	7.529	140,356.647
1979	5.190	78,450.762	2.534	50,601.711	7.724	127.052.473
1980	6.432	94,563.445	2.660	34,991.290	9.092	129,554.735
Médias	5.208	72,825.884	2.409	48,861.271	7.717	121,687.155
1981	6.911	96.159.692	1.750	17,359,681	8.661	113,519.373
1982	7.368	128,691.447	1.974	16,262.801	9.342	144,954.248
1983	8.121	53,373.713	751	3,051.026	8.872	56,428.739
1984	5.859	42,095.701	240	720,676	6.099	42,816.377
Médias	7.065	80,000.138	1.179	9.348.546	8.244	89,429.684
1985	5.970	37,982.099	232	1,015.228	6.202	38,997.325
1986	7.640	80,558.717	1.048	24,538.754	8.688	105,127.471
1987	7.081	38,497.455	515	3,569.847	7.596	42,067.302
1988	4.854	30,037.617	137	645,757	4.991	30,683.374
Médias	6.386	46,776.472	483	7,442.396	6.869	54,218.868
1989	670	4,613.868	2	4.290	672	4,618.158
1990	243	2,225.368	1	69,540	244	2,294.908
1991	743	4,480.461	2	41,981	745	4,522.442
1992	791	2,392.416	18	126,922	809	2,520,338
Médias	612	3,428.278	5,75	60,238	635	3,448.962

Fonte: Nascimento (1994), alterado.

⁴⁹ Contratos que os produtores faziam com os comerciantes, mediante adiantamento em reais, fixando preços antecipados, que facultava ao setor comercial efetuar vendas ao exterior e utilizarem ACC (adiantamento sobre contrato de câmbio), que lhes permitia obter recursos a taxa de juros baixa, repassando-os aos produtores de forma extorsiva. O ACC, que podia ser feito até sem vendas para o exterior (o chamado câmbio descoberto) seguramente foi o mecanismo mais deletério que existia na economia do cacau e responsável pelos seus maiores desequilíbrios. Isso demonstra o esquema que condicionava a posição dos produtores, que era produto de uma situação mais geral, o que evidencia a fragilidade dos argumentos que sempre atribuem os problemas da região à monocultura, ignorando completamente o papel deletério de mecanismos institucionalizados pelo governo, como o ACC.

Segundo Nascimento (1994) no período de 1989/92, que cristalizou a crise advinda a partir de meados da década de 80, e que coincidiu com os preços mais baixos dos 25 anos antecedentes, a cacauicultura praticamente não foi contemplada com recursos de crédito rural, concorrendo para agravar a crise de liquidez da região cacaueira (Figura 8).

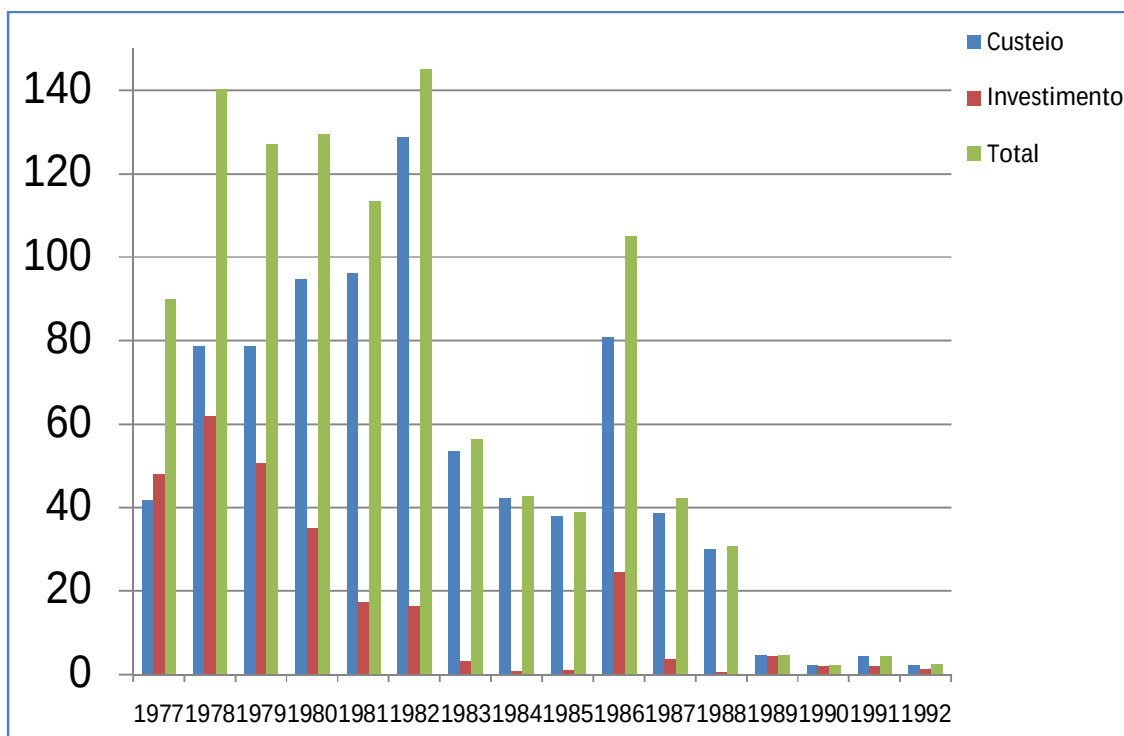


Figura 8 – Crédito rural destinado para custeio e investimentos na cacauicultura, no período 1977 a 1992. Valores em US\$ 1.000,00

Fonte: Nascimento (1994)

4.7 Problemas de liquidez da Copercacau Central e das cooperativas singulares

Diante desse quadro, em que fatores externos foram os grandes responsáveis pela instalação definitiva da crise, sem que nenhum mecanismo institucional fosse acionado, não se pode falar em responsabilidade isolada, pessoal ou de algum setor. No caso das cooperativas, então, que são meras *extensões dos produtores*, seguramente não estariam imunes a problemas de natureza coletiva, que atingiram toda população. Mas, mesmo assim, foram as últimas a encerrar suas operações de compra e venda, - quando as principais empresas comerciais do ramo já o haviam feito.

Por outro lado, informações disponíveis em documentos e outras fontes públicas

revelam que, já em 1980, a Copercacau já vinha enfrentando problemas financeiros, em razão de recursos que foram gradativamente transferidos para outras áreas, além de perdas sucessivas em áreas cujos resultados positivos eram aparentes, quando a Cooperativa registrou dificuldades sérias em setores operacionais importantes, como as áreas de cacau e de insumos, esta última, notadamente, pelo fato de que todo estoque era posto nos armazéns da Ceplac, sem maiores controles.

Na época, havia volume significativo de operações especulativas na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque, sem cobertura de físico, que resultou em prejuízos significativos para a Cooperativa e que levou meses para serem liquidadas. Também, a decisão de inaugurar a Itaisa, fora de época, apenas com a produção de liquor, resultou em prejuízos de milhões, já que a Sociedade não pôde suportar as pressões do setor industrial, que forçou a indústria nascente a manter estoques do produto meses seguidos, sem condições de vender, acumulando resultados negativo.

A situação de baixa liquidez era tão evidente que a administração apresentou proposta para obtenção de empréstimo ao BNDES, para atenuar a crise de liquidez, cuja viabilidade foi extremamente prejudicada pela reduzida capacidade de pagamento.

Essa sangria de recursos financeiros corroeu os ativos financeiros, elevando o passivo de forma desproporcional, razão pela qual a Cooperativa tentou mudar o perfil do endividamento, até que a crise começasse a se desenhar a partir de 1985, situação que se tornou incontornável no final da década, com os impactos avassaladores da vassoura-de-bruxa, segundo documentos da época.

4.8 As dificuldades de natureza trabalhista

Os bancos continuavam céticos com relação às possibilidades econômicas do cacau, as principais empresas comerciais haviam pedido concordata, causando impactos negativos.

Apesar da concordata das principais empresas comerciais e do fechamento de indústrias locais, o Sistema Copercacau, inclusive Itaisa, ainda permaneceu operando até 1992, de forma plena. As concordatas geraram um clima de desconfiança total no cacau e todos terminaram sofrendo as conseqüências, ampliando significativamente as dificuldades para entendimento com os bancos. O futuro do cacau para esses continuava incerto e o governo se limitava apenas a acompanhar os acontecimentos. A crise de liquidez já era brutal a essa altura.

Em 13/02/92, parte dos empregados da Copercacau ingressou com ação de rescisão indireta do contrato de trabalho, por intermédio do Sindicato dos Empregados no Comércio do Município de Ilhéus, o que na prática forçou a empresa negociar a saída do grupo remanescente. Segundo ex-dirigente entrevistado, certamente, se não fosse a precipitação de algumas lideranças, se encontraria soluções mais consentâneas aos interesses de todos.

À ação dos empregados da Copercacau somou-se a dos empregados da Itaisa, com repetidas greves, acompanhadas de uma estratégia política de execração pública dos dirigentes que, embora reconhecendo o direito legítimo de muitos empregados, tinham convicção de que não apenas o seu interesse estava em jogo, mas de toda sociedade regional.

As ações intentadas criaram dificuldades muito grandes, considerando que a Cooperativa não tinha condições para promover as defesas de forma plena. A situação se tornou mais aguda ainda quando alguns apresentaram proposições individuais na tentativa inquestionável de inviabilizar a defesa. Alguns conseguiram sucesso na Justiça, obtido somente por absoluta falta de condição material da Cooperativa para promover a defesa.

Com esse conjunto de problemas, a Itaisa ainda permaneceu funcionando até meados de 1992. Mas a partir daí se configurou a conjugação de muitos fatores perversos, de difícil assimilação por parte da sociedade:

- a) o interesse de parcela dos empregados que, por ter condição privilegiada, achava que o caminho era a proposição em massa de ações desde que isso facilitasse o recebimento;
- b) o interesse de grupos econômicos que, com a destruição do Sistema, poderiam ter facilitados os seus domínios sobre a economia cacaueira, o que tornava factível alianças com os primeiros;
- c) paradoxalmente, o interesse compreensível de alguns produtores, devedores do sistema, que encontrariam uma forma de não pagarem as dívidas com o esfacelamento do Sistema, facilitando o trabalho dos demais.

No período, a Copercacau enfrentou ações judiciais, em diversas instâncias, notadamente de natureza trabalhista. Os registros revelam que a administração sempre se empenhou para manter a integridade dos bens patrimoniais, de suma importância para a continuidade do processo, o que chegou a ser registrado pela imprensa, e aqui se destaca excertos do artigo “À quem interessa o leilão da Itaisa?”, do jornalista Raimundo Nogueira que, diante da possibilidade de serem leiloados bens da Copercacau e da Itaisa, assim se expressou:

Se a Itaisa for à leilão, como querem alguns, não se beneficiarão os ex-empregados e suas famílias, cujo bem maior nessa quadra difícil de desemprego é assegurar de forma permanente os postos de trabalho mantendo em consequência a continuidade da renda familiar. Além do mais, a presença da Itaisa não é só importante pelos empregos diretos e indiretos que gera, mas pelos impactos macroeconômicos que produz. A hipótese de um leilão não trará qualquer resultado positivo do ponto de vista da produção de riqueza, o que seria socialmente injustificável.

Por outro lado, reconhecendo objetivos políticos nas greves patrocinadas pelo Sindicato dos trabalhadores, o Diário da Tarde de Ilhéus, principal jornal local, produziu editorial de primeira página, intitulado “Sindicalismo irresponsável”, do qual se transcreve os seguintes textos que confirma o caráter político das greves (Anexo D):

NUMA ATITUDE POLÍTICA E IRRESPONSÁVEL, o Sindicacau vem, já há algum tempo, incitando os seus filiados a fazerem greves freqüentes, levando as indústrias do Distrito Industrial a uma situação de freqüentes dificuldades, agora mais do que nunca, em razão do estado de recessão por que passa o país e do difícil momento vivido pela região cacaueira.

A ITAISA - ÚNICA INDÚSTRIA QUE PERTENCE aos cacaucultores, porque faz parte do Sistema Copercacau – enfrenta enormes dificuldades, com equipamentos quebrados e, por causa disso, sem poder industrializar e comercializar os seus produtos,. Sabendo disso, cabia aos seus funcionários, para preservarem os seus empregos, entrar em acordo com os dirigentes da empresa. Mas, levados pela ação dos dirigentes do Sindicacau, radicalizaram e um acordo ficou difícil de ser feito, porque, é de todos sabido, que a situação financeira da Itaisa, neste instante, é muito difícil, difícilíssima até.

RADICALIZARAM LEVADOS PELOS ‘POLÍTICOS’ DO SINDICATO, não fizeram acordo e nem reconheceram a difícil situação da empresa em que trabalham. Agora, estão nas ruas pedindo ajuda “para amenizar a situação de 156 famílias de trabalhadores”, conforme panfleto distribuído por toda cidade. A nosso ver, isso é vergonhoso, porque, mesmo ganhando pouco, os trabalhadores vinham sustentando suas famílias, mesmo porque, ganhar pouco neste país não é privilégio dos empregados nas indústrias de cacau de Ilhéus. É sim, um problema nacional, que não será resolvido com brigas insensatas e nem como com comportamentos radicais.

Nesse processo de dificuldades, não faltou também a interferência do deputado Haroldo Lima, em panfleto distribuído em Ilhéus, que pretendia emprestar “solidariedade” aos trabalhadores, com informações equivocadas segundo os dirigentes da Itaisa, que lhe encaminharam telex esclarecendo os fatos (Anexo E).

4.9 Esforços desenvolvidos para a recuperação

4.9.1 O acordo com os bancos

Em 29/06/93, pela Portaria nº 297, foi criada a Comissão Interministerial do Cacau,

integrada por representantes dos ministérios da Fazenda, da Agricultura e das Relações Exteriores, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco Central do Brasil e da Ceplac, que recomendou em seu relatório:

O saneamento financeiro do Sistema Copercacau, com a participação de todos os credores (financeiros, fiscais, trabalhistas e outros)... embasado no diagnóstico sobre a situação do Sistema Copercacau que o Banco do Brasil estaria ultimando.

Em 03/08/95, o Banco do Brasil resolve criar o Comitê de Bancos Credores com vistas à reanálise da situação do Sistema.

Segundo relatório do Comitê de Bancos Credores, “diretores e representantes do Sistema, lideranças da região, entidades institucionais, políticos e produtores associados, vêm buscando alternativas para restabelecer as atividades totais do Sistema Copercacau”, sendo desenvolvidas diversas ações nesse sentido de 1993 até 1998.

Relatório Geral da Copercacau descreve as principais providências adotadas entre janeiro de 1996 e dezembro de 1999, visando a ideia de soerguimento do Sistema e a preservação do seu patrimônio, condição essencial para reduzir e/ou eliminar a indesejável concentração do mercado de cacau, que vem causando impactos extremamente negativos para o conjunto da sociedade regional.

Como relatado pela direção, técnicos da GCOOP do Banco do Brasil produziram o primeiro documento com alternativas de solução para o Sistema em 1994 e já então os obstáculos se pontificavam, a ponto de o processo haver “sumido” em algum setor do Banco, em Brasília, o que fez o presidente da Copercacau se deslocar por duas vezes com a finalidade de localizá-lo.

Nas audiências, com o diretor de Crédito Rural, Sayde José Miguel, os dirigentes da Copercacau confirmaram que a superintendência da Bahia, responsável pelos estudos, não adotara a providência de encaminhamento à direção geral apesar da informação prestada por seus administradores. Naquela oportunidade, tomaram conhecimento de documento encaminhado às autoridades federais, por entidade que representava exportadores e industriais, que tecia inverdades a respeito da Copercacau e de seus dirigentes, segundo carta dirigida ao superintendente do Banco, Frank Dickman, onde se manifestavam a estranheza de todos sobre a paralisação do processo e ao mesmo tempo tecendo considerações sobre as posições do setor industrial, pelo seu despropósito (Anexo F).

Nesse período, o diretor do Banco do Brasil esteve na Região Cacaueira, oportunidade em que visitou as instalações da Itaisa e pôde constatar de perto quão distorcida eram as

informações que circulavam em Brasília sobre o estado precário dos equipamentos da citada fábrica. Determinou esse diretor, juntamente com os diretores da área Internacional e de Crédito Geral, a criação de nova equipe de trabalho e a formação de um comitê negocial, que seria composto de representantes de todos os bancos credores e do Sistema.

De fato, no início de 1995, o Comitê Negocial apresentava em detalhes os estudos, consubstanciados no *“Plano de Saneamento Financeiro e Readequação Operacional”* elaborado pelo Banco do Brasil cujas conclusões (solução final), transcreve-se em parte:

Boa parte dos cooperados, dirigentes, lideranças regionais e institucionais da sociedade civil organizada, lutam com todas as suas forças e esperanças no sentido de reativar as atividades do Sistema, tidas como de caráter estratégico para a economia cacauêira do estado da Bahia, capaz de impulsionar ações de estímulo e ânimo aos produtores que viabilizarão a continuidade da cacaucultura.

Esta situação impõe derradeiramente, aos credores do Sistema, em especial aos Bancos, posição final sobre a continuidade das operações sociais do sistema cooperativo do cacau.

Em 03/08/95, o Comitê Negocial, sob a coordenação do Banco do Brasil, apresentou em sessão Especial e Pública na Câmara de Vereadores de Itabuna, a proposta de soerguimento do Sistema Copercacau, discutida e aprovada pelos mais expressivos segmentos da sociedade regional, prefeitos, vereadores, deputados, lideranças comunitárias conforme relatório apresentado pelo conselho de administração da Copercacau à assembléia geral extraordinária, em 14/07/97 (Anexos G e H).

Baseados no anúncio do Banco do Brasil, representando o Comitê de Credores do Sistema, e dando curso aos entendimentos para solução dos problemas da Copercacau, a Associação dos Municípios da Região Cacaueira – Amurc, a Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC e a Cooperativa Central do Cacau – Copercacau firmaram Protocolo de Intenção, em reunião realizada na agência do Banco do Brasil em Ilhéus, no dia 01/08/99, que contou com a presença de prefeitos e representantes de câmaras de vereadores da região, visando apoiar o Sistema (Anexo I).

Depois de exaustivas discussões, no dia 15/11/96, na superintendência do Banco do Brasil, com a presença de representantes do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Baneb, Desenbanco e Banco Econômico, além de dirigentes da Copercacau, da Central Nacional dos Produtores de Cacau e da Associação Brasileira de Cacaucultores, que testemunharam o fato, ficou definido o acordo final, nos moldes anteriormente propostos pelo superintendente regional, José Ronaldo de Melo, posteriormente confirmado pelo gerente de Carteira UEN-RECUP, conforme comunicação efetuada à direção da Copercacau, em 22/11/96, de cujo

termo final destaca-se o seguinte:

A dívida de todo Sistema (entendido Central e singulares) e da Itaisa será composta em um único instrumento, pelo valor das garantias, que serão compartilhadas entre todos os credores na mesma proporção de seus direitos creditícios;

Previamente, os credores atualizarão as dívidas, desde a data da atualização, aplicando-se índice comum a todos (TR, IGP-DI, Dólar, etc.) com o fito de obter-se nível de participação de cada instituição no montante total da dívida;

No instrumento de composição, deverá constar cláusula que assegure ao Desembanco o privilégio sobre as garantias, no caso de surgimento de qualquer insucesso.

Quando tudo parecia encaminhar-se para um desfecho final, novas mudanças ocorreram na administração estadual do Banco do Brasil, assumindo a superintendência o Sr. José Ronaldo Melo que, no primeiro contato com os dirigentes, teceu duras críticas ao estudo realizado pelos técnicos do próprio Banco, já divulgado publicamente, diante de representantes da lavoura que se encontravam presentes na audiência.

A descontinuidade administrativa sempre foi a tônica em todo processo de discussão, e sob a orientação do novo superintendente os entendimentos continuaram, mas os acertos anteriores foram totalmente ignorados, evidenciando a ausência de profissionalismo no trato do problema, já que certos prepostos do Banco não conseguiam dissimular as dificuldades que vinham enfrentando diante dos interesses poderosos que envolviam o problema, as vezes em detrimento do próprio Banco.

De qualquer sorte, apesar da crítica pública ao trabalho dos técnicos do próprio Banco, o superintendente terminou sugerindo nova avaliação do patrimônio do Sistema Copercacau, mas o seu comportamento daí por diante sempre suscitou dúvidas sobre o real propósito, o que depois foi confirmado por ex-funcionários do Banco, que também não entenderam a postura do citado dirigente.

Na verdade, todos se surpreenderam com a postura inicial do citado dirigente que parecia disposto a resolver de forma definitiva o problema, quando propôs, e o Sistema aceitou, a negociação da dívida pelo valor do patrimônio, estimado, segundo ele, em R\$ 15 milhões.

Para que o acordo fosse realizado, o Banco do Brasil exigiu que o Desembanco compartilhasse a garantia de 1º grau que detinha da Itaisa, o que era sensato, coerente e justo. E aí surgiram os primeiros impasses, não tanto pelo fato em si, que poderia ser resolvido se fosse considerados os interesses maiores de todos os envolvidos e não fatos anteriores havidos entre os 2 bancos, em função de uma questão de outra empresa baiana.

No período de negociação, o Banco do Brasil sempre foi assediado por lobistas, geralmente políticos, que apresentavam as mais desencontradas propostas, desde a compra da Itaisa à substituição de dirigentes, sob forte pressão de grupos econômicos com interesses no cacau.

Só isso justificaria o comportamento dúbio do superintendente do Banco do Brasil que, sabe-se, chegou a ameaçar os técnicos que foram responsáveis pelos estudos sobre o sistema Copercacau, que foram divulgados publicamente. Um dos entrevistados, funcionário do Banco do Brasil que esteve à frente dessas discussões, assim se expressou:

Em 1995/96, já decorrido muito tempo da crise instalada e do sistema parado, foi elaborado um magnífico projeto de reestruturação do sistema, para ser apresentado ao Banco do Brasil. Contaram com a participação de técnicos doutores em cooperativismo, vindos de Brasília e Porto Alegre, engenheiros especialistas em avaliação industrial e técnicos em administração do próprio banco com formação na área – uma grande equipe. Envolveu inclusive os poderes executivos e legislativos das cidades sede das cooperativas singulares, com reuniões em todas as Câmaras de Vereadores, bastante participativas e muito bem representadas. Seria a redenção do sistema. Porém, o que se viu ao final de mais de seis meses de trabalho, foi um superintendente do Banco em Salvador-BA jogar – literalmente – o projeto no lixo (brincando, ainda disse que iria para a “sexta secção”). Foi o fim.

Afinal, segundo indagação dos próprios dirigentes da Copercacau, por que o Sr. José Ronaldo Melo levou ao lixo a proposta que servia inclusive aos interesses do Banco? A quem servia, prejudicando a própria instituição que dirigia?

4.9.2 O Pedido de inclusão no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira

Paralelamente, concebia-se o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB, destinado à modernização tecnológica da cultura do cacau, via crédito rural, considerado pelos burocratas do governo federal como algo de propriedade do governo estadual, diante das agressões técnicas cometidas.

Na verdade, os normativos que tratam do referido Programa, de forma coerente, enfatizaram a necessidade de serem concebidas ações complementares para que o Programa se tornasse eficaz do ponto de seus objetivos, entre as quais se incluiria necessariamente a recuperação do Sistema Copercacau, que já houvera sido objeto de inserção nas recomendações da Comissão Interministerial do Cacau, que tratou do apoio financeiro ao Sistema.

Os dirigentes da Copercacau procuraram o político mais influente da Bahia, em 13/03/96, o senador Antônio Carlos Magalhães, pedindo-lhe a inclusão do Sistema como

beneficiário do referido Programa, ocasião em que o citado político se mostrou totalmente receptivo, mas indicou que tal pedido fosse efetivado oficialmente pela representação da lavoura.

De fato, em 18/03/96, o que se constituía na representação da lavoura, a Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC e a Associação Brasileira de Cacaucultores – ABC, representando os produtores de cacau, e a Associação dos Municípios da Região Cacaueira – Amurc, representando a comunidade regional, endereçou documento ao Senador (Anexo J), solicitando:

1 – Inclusão das cooperativas de cacau como beneficiárias dos recursos do Plano de Recuperação da Lavoura cacaueira, para obtenção de financiamento com aval do Tesouro nacional, no valor de R\$ 10 milhões, a ser concedido pelo Banco do Brasil...

2 – Inclusão das cooperativas de cacau como beneficiárias do programa de aplicação dos recursos originários do “Buffer Stock” no valor de R\$ 7 milhões, destinados a investimentos na Itaísa...

Tendo em vista esses entendimentos, a direção da Copercacau encaminhou solicitação formal ao coordenador do Programa, José Gerardo Fontelles e a todos os integrantes do Grupo de Supervisão (Anexo K), inclusive para o secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Sr. Pedro Barbosa de Deus.

Também a CNPC (Anexo L) reiteraram o pedido diretamente à Secretária de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE) e, em resposta, recebeu o Ofício nº 1087/96-SEAE, de 28/05/96, com a seguinte informação (Anexo M):

(...) a proposta dessa entidade de aplicação de R\$ 10 milhões pelo Banco do Brasil, com aval do Tesouro Nacional, em favor das cooperativas de cacau, será apreciada no bojo desses estudos compreendendo toda a problemática da cacaucultura regional.

No início de maio de 1996, o Grupo de Coordenação Regional do PRLCB, que era coordenado pelo secretário da Agricultura, divulgou relatório confirmando tudo que já era óbvio desde o início do Programa: a) que crédito e tecnologia eram necessários, mas não suficientes; b) que eram necessárias outras ações; c) que as soluções para o Sistema Copercacau estavam a caminho, evidenciando que era inquestionável uma solução para o Sistema. As informações prestadas por representantes do Grupo evidenciam que uma solução para o Sistema estaria sendo cobrada por setores do governo federal.

Evidentemente, em função dos mais variados interesses que seriam afetados por uma solução para o Sistema Copercacau – de natureza econômica, corporativista e até política – o seu encaminhamento seria politizado negativamente. Apesar das informações existentes,

configuradas em vários documentos oficiais, o coordenador do Grupo de Supervisão do PRLCB produziu uma Nota “técnica” que informava (Anexo N):

(...) registramos que a sua proposta de aplicação de R\$ 10 milhões pelo Banco do Brasil, com aval do Tesouro Nacional, em favor das cooperativas de cacau, seria apreciada no bojo dos estudos compreendendo toda a problemática da cacauicultura regional (...)

Nesse contexto, o pleito dessas entidades da aplicação de R\$ 10 milhões em favor de cooperativas de cacau teve seu exame prejudicado, dada a conscientização geral de que, primeiramente, é preciso salvar a cultura.

Para um dirigente da CNPC, entrevistado pelo autor, nada tão absurdamente inaceitável. A afirmativa do coordenador do Grupo de Supervisão de que havia uma “conscientização geral” e de que era “preciso salvar a cultura” apenas com as diretrizes impostas por ele com o PRLCB era totalmente destituído de verdade, em função do esforço que os principais segmentos da comunidade vinham fazendo para recuperar a Copercacau.

De fato, em contraponto a inusitada resposta de quem teria a responsabilidade de equacionar a questão da cacauicultura de forma adequada e transparente, mas que não o fez, a CNPC contestou os argumentos “técnicos” do coordenador, deixando bem claro que essa “conscientização geral” se resumia a ele (Anexo O).

4.9.3 As propostas do FNA, do Pacto do Cacau e do CDAC

Com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira em andamento, o Governo Federal criou o Fórum Nacional da Agricultura – FNA⁵⁰ com o objetivo de instituir políticas públicas para o setor agrícola com a participação da sociedade, com a inclusão de 33 grupos temáticos, entre os quais, 17 cadeias produtivas.

Em outubro de 1996, o presidente da Copercacau foi convidado pelo ministro da Agricultura e Abastecimento para coordenar o Grupo Temático Cacau, com a incumbência de *“apontar soluções que permitam o pleno desenvolvimento do setor cacau”*.

No final de 1997, o Grupo Temático Cacau do FNA (Fórum Nacional da Agricultura) produziu exaustivo documento sobre a crise, apontando soluções mais consistentes para

⁵⁰ Mecanismo criado pelo governo federal para sistematizar ações conjuntas de políticas públicas, coordenado por um representante do setor público e outro do privado, relacionadas com 13 produtos, entre os quais o cacau. Em entrevista à revista *Agroanalysis*, de outubro de 1997, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, afirmou: “O FNA foi criado como um instrumento para a sistematização do pensamento estratégico voltado para o aprimoramento do agronegócio nacional, órgão do qual possam sair propostas que tenham abrangência geográfica e representatividade dos interesses dos agentes econômicos, consumidores e trabalhadores”.

solução dos problemas, baseado no pré-diagnóstico dos estrangulamentos dos diversos elos da Cadeia Produtiva do Cacau (Anexo P).

Os trabalhos do FNA-GT Cacau foram desenvolvidos em todo território nacional, significando uma oportunidade de manifestação da sociedade civil organizada, no pressuposto de que houvesse articulação entre setores dos governos estadual e federal, possibilitando o aperfeiçoamento do único programa existente.

Houve tentativa de rotular o trabalho do Fórum como algo que se contrapunha à posição do governo da Bahia, como se o fato de a sociedade se manifestar pudesse se caracterizar como afronta aos poderes políticos locais, o que causou prejuízos incalculáveis.

Na verdade, quando se iniciou o trabalho do FNA, o secretário da Agricultura era o coordenador do Programa de Recuperação da Lavoura, e foi procurado para tomar ciência do que seria desenvolvido, além de ter sido convidado oficialmente pelo coordenador nacional do FNA para participar das atividades do Fórum. Indicou representante para participar das discussões, que compareceu apenas uma vez.

Concluído o relatório final do FNA-GT Cacau, o secretário da Agricultura foi a primeira autoridade a recebê-lo, em audiência, da qual participou também o presidente da CNPC, quando lhe foi assegurado mais uma vez a intenção de um trabalho de parceria entre setor público e privado.

Pela importância técnica do trabalho, pela sua legitimidade e representatividade a proposta foi discutida na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, por solicitação dos membros da Comissão do Cacau, não tendo o secretário comparecido, apesar de convidado pela direção da Assembléia.

O fato de a Secretaria da Agricultura ignorar a proposta técnica do FNA, sob o argumento de que se tratava de uma iniciativa contra o governo estadual, resultou numa grande oportunidade perdida de se desenvolver algo com maior amplitude visando à recuperação da lavoura cacaueira, já que o seu elemento indutor – os recursos – já estava definido, apesar do programa em andamento que carecia, de mudanças profundas do ponto de vista conceitual e operacional.

Apesar do esforço comum, em que o setor privado deu mostras efetivas de querer contribuir com o setor público no seu elevado papel de empreender medidas importantes de políticas públicas, algumas autoridades terminaram se deixando envolver pelas circunstâncias, assumindo posturas desagregadoras, o secretário da Agricultura ignorou totalmente as propostas do FNA e preferiu encaminhar medidas que repetiram erros anteriores. As alterações apresentadas pelo secretário da Agricultura para melhorar as condições do PRLCB,

parciais e insuficientes, receberam crítica contundente das entidades estabelecidas porque igualmente repetiam erros da proposta original.

A proposta do GT-Cacau do FNA fez críticas severas ao PRLCB, como “a erradicação de cacauais dentro de um programa que seria de recuperação da lavoura” e a “desarticulação dos setores de pesquisa e extensão quanto a geração e difusão do conhecimento”. Foi além, quando asseverou que

o Programa instituído em 1995 enfatizou aspectos parciais de natureza agrônômica, por si só insuficientes para alcançar resultados em termos das eficiências que se pretende alcançar. Exige-se uma nova configuração, que empreste o mínimo de lógica ao Programa, cujos recursos devem ser utilizados racionalmente em esforços adicionais que ampliam as ações do ponto de vista tecnológico.

O tratamento dispensado ao Programa nessa primeira etapa – de plena parcialidade – só fez acentuar a gravidade da situação e frustrar a expectativa de produtores mais preocupados com o prejuízo causado pelo domínio da vassoura de bruxa em suas plantações.

As posições do FNA, um documento elaborado em conjunto pelo setor público e privado, foram rechaçadas pelo governo estadual, apesar de serem chanceladas por mais de uma centena de entidades nos estados onde se produzia cacau. Tudo fizeram para desqualificar o esforço dessas entidades, de regiões produtoras de cacau no país que, durante meses, a pedido do governo federal, produziram uma proposta debatida com toda a cadeia produtiva. Foram criadas comissões para legitimar a posição do governo, entidades foram pressionadas para não assinar o documento, tudo com o objetivo de se contrapor as propostas do Grupo Temático Cacau, tidas pela intolerância de setores do governo estadual como “contrárias ao governo”⁵¹.

Em 2000, entidades ligadas à cacaucultura, que constituíram o Pacto de Cacau⁵², apresentaram uma Proposta de Readequação do citado Programa, que lhe permitia ter uma dimensão compatível com as reais necessidades da lavoura do cacau. A *Proposta de Readequação* do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, que modificava conceitualmente o programa lançado em 1994, previa recursos no montante de R\$ 1,075 bilhão para serem aplicados em oito anos na recuperação do cacau. O documento, amplamente debatido pelo conjunto da sociedade regional, foi novamente ignorado pelo governo estadual, porque os representantes do governo, tanto estadual quanto federal, não entenderam que uma política pública é, antes de tudo, um construto social (MULLER &

⁵¹ Seguramente porque havia um conflito entre as lideranças políticas da Bahia e o presidente da República, a ponto de o secretário da Agricultura se recusar a indicar representantes para compor o GT-Cacau do FNA.

⁵² Designação dada ao acordo assinado entre a Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC, a Associação Brasileira de Cacau – ABC e a Cooperativa Central do Cacau – Copercacau (Anexo 17).

SUREL, 2004).

Criado o CDAC, por decreto presidencial⁵³, representantes da cacauicultura apresentaram proposta de novo programa – o PDAC – interrompido devido a pressões de interesses subalternos, inclusive com ação refratária do secretário da Agricultura.

Os mesmos grupos agiram para destruir o CDAC, e tentaram até fazer passar uma fantasiosa câmara setorial da Mata Atlântica. Não conseguiram emplacar os seus objetivos difusos e o ministro da Agricultura resolveu mesmo implantar a Câmara Setorial do Agronegócio do Cacau, na qual se incluem representantes de várias entidades⁵⁴, embora se saiba das limitações desses mecanismos, por ser imposição de cima para baixo do governo e os representantes do setor privado não tenham, quase sempre, organização suficiente para fazer prevalecer ações coerentes⁵⁵, que até então nada apresentou de concreto para a solução dos problemas, dedicando-se apenas a discursos pontuais.

Os equívocos foram repetidos, apesar das advertências assinaladas no texto do FNA e do Pacto do Cacau. Não há dúvida que a imprevidência e o arbítrio colocaram os produtores que fizeram a primeira e segunda etapa do Programa numa situação difícil. Por isso, em 03/12/02, a Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC, a Associação Brasileira de Cacaicultores – ABC e o Sindicato Rural de Itabuna, compreendendo a gravidade, apresentaram ao Ministério Público Estadual pedido para que esse órgão ingressasse com “ação própria contra o Banco do Brasil S.A. e todos os integrantes do Grupo de Supervisão do Programa”, visando a “salvaguarda de interesses sociais”, de cujo texto se destaca as seguintes afirmativas:

A inadequação do programa foi sistematicamente colocada de forma pública pelas entidades da cacauicultura, em vão... A ideia de um programa sem concepção adequada haveria de fracassar, como realmente fracassou, por exclusiva culpa e insensibilidade dos seus mentores e executores, que excluíram a sociedade do processo de discussão e elaboração.

Na primeira e segunda etapa, os responsáveis pelo Programa induziram os produtores a tomar um dinheiro caro, insuficiente e com prazos inadequados, cujos resultados da aplicação foram negativos. É importante salientar que os maiores valores foram utilizados nessas etapas, que tinham como recomendações técnicas as práticas de “rebaixamento de copas” e de controle completamente ineficazes.

Juntos, a Ceplac, o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste e o Governo do Estado, tinham plena consciência de que não se dispunha de técnicas confiáveis que dessem resposta do ponto de vista econômico, mas induziram o produtor ao erro, o

⁵³ Decreto Presidencial de 24.08.01, publicado no Diário Oficial de 27 de agosto de 2001.

⁵⁴ Hoje com 38 membros do setor público e privado, representando 19 órgãos.

⁵⁵ Como as demais Câmaras Setoriais, a do cacau não é diferente no sentido de possuir o mesmo viés autoritário da burocracia, no nível de governo, que sempre quer impor medidas de cima para baixo, e das limitações da representação do setor privado, em termos organizativos, por isso nunca funcionou. Ver, a propósito, TAKAGI (2002).

que implica agora numa dívida de quase R\$ 500 milhões!⁵⁶ Uma dívida impagável nas condições operacionais mantidas para o Programa, mesmo com a redução da taxa de juros para a quarta etapa, à qual poucos, pouquíssimos, terão acesso.

4.9.4 O RECOOP

Mais um mecanismo de governo foi instituído em janeiro de 1998, desta feita com o objetivo de “revitalizar as cooperativas de produção agropecuária”. Finalmente, o cooperativismo passava a ser alvo de preocupações oficiais com a implementação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias – Recoop, coincidentemente também coordenado por funcionário do ministério da Fazenda, José Gerardo Fontelles, o mesmo que coordenava o PRLCB, em íntima articulação com o secretário de Agricultura da Bahia.

Do Recoop muito se esperava, principalmente cooperativas com estrutura altamente verticalizada, como era o caso da Copercacau. O que não se esperava era o fato de que se tratava de um programa montado para grandes cooperativas do sul, que engendraram uma metodologia em que essas cooperativas se enquadrariam como luva. O que não se esperava também é que a burocracia governamental, já especializada em postergar soluções, cumprisse de forma aplicada o papel de obstaculizar, frustrando inclusive as expectativas dos que pensaram no Programa direcionando apenas para interesses específicos, como se o cooperativismo que precisa de apoio governamental – aliás, definido constitucionalmente – se reduzisse às entidades localizadas no centro-sul.

O Sistema Copercacau contratou consultoria especializada para elaborar a carta-consulta que foi apresentada ao Recoop e todos tinham a mais absoluta certeza de que seria aprovada, por duas razões principais: a) a presença da Copercacau em quase todos os estudos sobre cacau, onde se incluía a recomendação de apoio governamental; b) a Copercacau, na Bahia, era a que mais se ajustava às exigências do Recoop do ponto de vista de exigências dos normativos.

As propostas das cooperativas baianas, na forma do normativo específico, deveriam ser encaminhadas à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB por intermédio da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – Oceb. Antes desse encaminhamento, dirigentes da Oceb estiveram com o governador da Bahia, quando foram pedir o apoio aos pleitos baianos e se surpreenderam com a postura do secretário da Agricultura, também

⁵⁶ Na atualidade, estima-se que a mesma dívida ultrapasse o valor de R\$ 1 bilhão, em termos contábeis.

presente, que criou restrições a algumas cooperativas, como se esse fosse o seu papel e não o de promover o apoio institucional do Estado, independentemente dos dirigentes dessas cooperativas e dos vínculos políticos ou de outra natureza que os unem.

O que se dizia é que os critérios definidos para o Recoop seriam totalmente ignorados, substituídos por outros de exclusão, não divulgados antecipadamente, mas que já eram do conhecimento de algumas cooperativas. E o que é pior, muitas teve as cartas-consultas devolvidas para correção de dados e informações, o que não aconteceu com o caso da Copercacau e de tantas outras.

Em julho de 1998, os dirigentes da Copercacau receberam comunicação da OCB, informando o não enquadramento dessa Cooperativa. Surpresa, pelo fato de que não cabia à OCB, como entidade de representação política das cooperativas, assumir o papel de governo efetivando uma comunicação para a qual não tinha condição formal, pelo inusitado da justificativa. Mas a OCB aceitou essa tarefa, por exigência do ministério da Fazenda, porque assim estaria “legitimada” a decisão, por mais incoerente que fosse.

Em 22/07/98, as organizações estaduais do nordeste, lideradas pela Oceb encaminharam documento ao Comitê Executivo do Recoop solicitando revisão dos pareceres, o que provocou a realização de reunião na sede da OCB, em Brasília, onde o assunto foi exaustivamente discutido, ficando acertado que a entidade promoveria a reapresentação dos casos selecionados por cada organização Estadual.

A Copercacau apresentou PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO em 28/07/98 que, juntamente com o de mais 13 cooperativas foi encaminhado a OCB pela Oceb em 12/08/98.

Em algumas oportunidades, as cooperativas interessadas de todo país cogitaram a possibilidade de ingressar com ação na Justiça para fazer prevalecer direitos assegurados pela Constituição, e que foram feridos pela decisão do Comitê do Recoop.

Em 02/07/99, o superintendente da OCB encaminhou circular ao presidente da Oceb prestando informações sobre o assunto e dando conta sobre nova proposta para atendimento às cooperativas excluídas.

Integrando comissão que estudava o assunto, a Copercacau defendeu uma solução dentro do próprio Recoop e nunca a criação de novo programa, o que redundou numa proposta que foi negociada antecipadamente com o presidente do Senado, via Pesa, para atendimento das 63 cooperativas brasileiras excluídas do Recoop e que tiveram seu pedido de revisão efetivado pelas respectivas organizações estaduais.

Essa proposta foi apresentada diretamente ao presidente do Senado pelo presidente da OCB, que se comprometera a defendê-la junto aos setores do governo Federal.

Evidentemente, sua exequibilidade estaria associada à conclusão do Recoop, sem a qual seria difícil defender qualquer iniciativa do particular. Como sempre, a aliança estranha que envolvia a OCB, setores do Ministério da Fazenda, cooperativas do sul do país, o secretário de Agricultura da Bahia, por razões políticas, terminou excluindo cooperativas importantes.

Capítulo 5

Obstáculos internos e externos impostos ao cooperativismo regional

A perpetuação da crise da lavoura, que tem quase três décadas sem que os seus problemas tenham sido equacionados devidamente, é um convite à reflexão, notadamente porque ela tem componentes diferentes das demais: a total ausência de apoio institucional e a fragilidade das estruturas locais de representação, seja no campo político, seja na esfera dos principais interessados, os produtores e a população.

Neste capítulo, a primeira parte é reservada à abordagem dos problemas de natureza interna que prevaleciam à época da paralisação da Copercacau. Sabe-se que os produtores de cacau sempre foram fortemente condicionados pelo arranjo bancário/comercial/industrial que prevalecia na economia cacaueira, e terminaram ingressando num processo de total iliquidez, o que não os exime de responsabilidade pelo desmoronamento do cooperativismo.

Na segunda parte, tenta-se associar as dificuldades à ação nem sempre ética de agentes privados e públicos, que tudo fizeram para inviabilizar os mecanismos de defesa da lavoura, ao reduzir a Ceplac a uma mera repartição burocrática, com a retirada do imposto que lhe conferia autonomia administrativa e financeira, com a eliminação da cota que sustentava a CNPC, e com o permanente trabalho para inviabilizar a solução para os problemas da Copercacau, todos esses aspectos associados.

5.1 Os principais problemas internos

Sem embargo da existência de fatores externos da maior significação para explicar as razões que levaram as cooperativas à paralisação, como o surgimento da vassoura-de-bruxa, a situação do próprio país e a ação permanente de grupos econômicos e de políticos junto às instituições públicas, visando desqualificar a presença da Copercacau, há que se reconhecer também a existência de entraves internos, nem sempre perceptíveis pelos envolvidos, e em muitas situações, pelos próprios atores do processo, os produtores-associados, por absoluta falta de educação cooperativista.

Embora a ideia de Sistema estivesse formulada desde 1978, inclusive com a criação de novas cooperativas de primeiro grau, começou a ser executada efetivamente a partir de 1981, quando a Copercacau Central apressou a transferência dos associados individuais e de parte do seu patrimônio para as citadas cooperativas singulares⁵⁷, de acordo com a Lei Cooperativista. Na época, isso significou grande avanço na consolidação do Sistema, porque jamais poderia se conceber a idéia de integração regional, com uma cooperativa central e estruturas locais de recepção de produto.

Mas, embora previsto no projeto de Implantação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia, nada foi feito do ponto de vista da informação e educação cooperativista, o que levaram algumas cooperativas singulares a se distanciarem da Copercacau Central, chegando algumas a trilharem caminhos que conduziam à duplicação de estruturas.

De um lado, em grande monta, as dificuldades dessas sociedades se originaram na falta de doutrina e de educação cooperativa, de cuja carência surge os problemas de capitalização, de endividamento, de não participação, de total falta de identidade, de integração, de solidariedade. Sem resolvê-las adequadamente, não se conseguirá nenhum êxito permanente e a continuidade da cooperativa estará sempre em risco, por maior que seja a profissionalização dos seus quadros gerenciais.

Daí o paradoxo: qualquer sinal de crise, ao invés de motivar a coesão dos “associados”, como donos levam-nos ao afastamento quando, justamente nessas ocasiões, deviam promover e preservar as suas entidades. Tudo isso ocorre porque não existe educação cooperativista nem organização do quadro social, que alcance toda estrutura de integração, resultado da ausência de formação doutrinária e teórica, que, na origem, se deve à inexistência

⁵⁷ Reconheceu a administração da Copercacau, depois, que foi um equívoco adotar essa providência de forma apressada, sem qualquer preparo das lideranças locais para a tarefa de cooperação. Não a transferência em si, mas a forma como ocorreu.

de cursos consistentes, que formem competências específicas para serem oferecidas às cooperativas, em todos os seus estágios de desenvolvimento.

Na região cacaujeira da Bahia, a experiência cooperativista tem registrado inúmeras dificuldades para sobreviver, principalmente a partir do advento da doença conhecida como vassoura-de-bruxa. Se esse fato foi importante na redução da liquidez de toda economia não podem ser atribuído somente a ele as razões do desmantelamento do chamado Sistema Copercacau, que era constituído de uma central e 13 cooperativas singulares, tendo uma indústria de processamento de cacau e outra de insumos, a principal referência do cooperativismo regional há cinco décadas. Para se entender esse processo, que envolve um conjunto de fatores e de atores que se interagem de forma não solidária, é preciso ir mais além das análises superficiais.

A existência de um conjunto de atores que atuam objetivamente como obstáculo ao crescimento das cooperativas que convergem para atuar de forma predatória, mesmo quando os interesses são distintos (como no caso dos trabalhadores da indústria com o interesse das multinacionais), está a exigir trabalho de conscientização, educação e informação cooperativista, o que é uma tarefa do Estado, com as suas instituições próprias (a Universidade é uma delas), e da sociedade.

Era reconhecido por todos, no setor público e privado, que a configuração do cooperativismo regional não poderia ficar circunscrita a uma grande regional, com matriz em Ilhéus, e vários depósitos recebedores em diversas praças, além de poucas cooperativas singulares, duas delas inoperantes. O Sistema foi implantado, mas não sem que deixassem de haver grandes divergências entre os dirigentes da Central e os dirigentes das singulares, que continuaram sendo acentuadas à medida que as singulares iam crescendo operacionalmente.

Vários problemas começaram a surgir, a ponto de alguns preconizarem o retorno do modelo anterior, embora outros tantos reconhecessem que se isso viesse a ocorrer, seria um retrocesso altamente prejudicial ao avanço do cooperativismo regional. O crescimento puramente quantitativo, sem sólida base educativa que implique em comportamento racional e solidário, é enganoso, como a experiência demonstrou de forma cabal.

É provável que a tarefa de conduzir uma grande regional, com depósitos recebedores nas principais cidades, e com prepostos cumpridores de ordens, tornasse mais fácil e conveniente a ação administrativa e gerencial. Mas, seguramente, o cooperativismo não se consolidaria como tal e, em toda região, o produtor continuaria encarando sua presença como mais uma opção comercial, e se isso continuou predominando, não se deveu ao modelo implantado, mas a erros de execução, derivados do despreparo dos atores envolvidos.

Com efeito, as primeiras modificações de vulto que o cooperativismo regional experimentou, efetivamente, ocorreram 40 anos após a sua implantação, no início da década de 40. Por isso, pretender que a ideia de “sistema” ocorresse de forma harmônica seria exagerado numa região caracterizada pela autofagia, pelo individualismo, pelo imediatismo, e ainda com fortes componentes bairristas, que sempre dificultaram atingir-se o nível de integração regional e de interação interpessoal.

No seu curto período de funcionamento do Sistema Copercacau, que vai do final da década de 70 ao início da década de 90, identificaram-se alguns aspectos internos que dificultaram a desenvoltura mais coerente do Sistema, que lhe permitiria enfrentar com maior segurança as dificuldades.

5.1.1 A Adesão dos associados e a inexistência de assistência técnica

As cooperativas foram criadas como uma opção de resistência aos compradores de cacau, sem, no entanto, se constituírem em grupamentos de agricultores coesos e absolutamente conscientes do verdadeiro papel dessas entidades. O oportunismo sempre predominou durante o período de permanência, na sua forma mais desagregadora, impedindo a solidariedade mesmo para que objetivos individuais fossem alcançados. Mesmo assim, o Sistema funcionou como inquestionável regulador nas relações com o mercado, impedindo a diminuição da renda, em que pese o fato de que a adesão voluntária não tenha implicado em adesão absoluta, nas condições favoráveis e nas desfavoráveis.

A ideia de que cooperativas são meras alternativas comerciais consolidou-se de tal ordem que “comprar” e “vender” cacau parece ter sido a função principal. Esse falso dilema não foi resolvido inicialmente junto aos dirigentes e funcionários, e dificilmente o seria junto aos associados. Não se pode ficar diante do impasse que se colocou, de “comercializar” bem o cacau ou mostrar ao produtor que o cooperativismo é a única alternativa que lhe restava, como se verá adiante. Se necessário a primeira, pelo inegável imediatismo que caracteriza o produtor, imprescindível e inadiável é a segunda, como forma até de reduzir esse imediatismo. Todos deveriam se capacitar para o exercício dessa tarefa global, que não se resume no atendimento burocrático ao produtor, como se ele fosse um cliente. Mas isso não aconteceu.

De fato, fora do âmbito dos negócios sociais, eram nulas as relações com o quadro social, principalmente em função da Ceplac que, além da pesquisa, tinha uma atuação direta com os produtores, por meio dos seus inúmeros escritórios locais de extensão, que

formulavam projetos e prestavam assistência técnica. Mas, é óbvio que, a depender da orientação desses escritórios, o apoio ao cooperativismo poderia ser positivo ou negativo, em função dos humores ou dos interesses dos técnicos de extensão, preocupados ou não com o processo de mudança.

Como as cooperativas não tinham condições de manter setor de extensão rural nos níveis da Ceplac, e com o número de técnicos que esse órgão punha à disposição dos agricultores, para prestar assistência técnico-agronômica direta, o que implicaria em duplicar estruturas desnecessariamente, essa foi uma grande lacuna, porque nem sempre a extensão oficial estava em sintonia com o cooperativismo, o que seguramente inviabilizou o processo educativo dos produtores-cooperados. Ao contrário, mesmo que a direção do órgão sempre se manifestasse favorável ao cooperativismo, não havia sinergia nas bases.

Essa assistência, que deveria ser permanente e incorporada às tarefas diárias dos dirigentes, era algo crucial, mas não ocorreu. Dela dependeria o maior grau de fidelidade dos associados e o crescente nível de participação, o que se tornou mais agudo com o enfraquecimento da Ceplac, mas o ingresso das cooperativas nessa área já se tornara impossível com o desmantelamento do cooperativismo, que já não tinha fôlego para manter uma estrutura de assistência técnica direta.

5.1.2 Superdimensionamento de estruturas: infidelidade às idéias de integração

O que se convencionou chamar de “Sistema” é uma abstração. Mas a integração do produtor de forma vertical e horizontal pode ser algo concreto, se fundada em postulados valorativos básicos. Por vários motivos, inclusive por imitação, algumas cooperativas dimensionaram de forma inadequada os seus custos fixos, o que tornou obrigatória uma “competição” desnecessária, inclusive entre cooperativas. O “tamanho” de uma cooperativa está associado às demandas do seu corpo social e não ao mercado. Dimensioná-la de forma diferente é um equívoco que sempre terá um preço a ser pago no futuro.

Existem tarefas que só os produtores podem desenvolver. Existem tarefas que só as cooperativas singulares devem fazer. E existem tarefas que são especificamente da Central. Se existe um Sistema, cada atribuição deve ser absolutamente nítida, e todos, devem contribuir para que o funcionamento se faça de forma harmônica, em benefício do produtor e da sociedade, o que não ocorreu com o Sistema Copercacau.

Observou-se que o conjunto de funções não foi dividido de forma racional,

prevalecendo projetos de natureza conflitante, o que implicou em duplicidade de funções que persistiram por longo tempo, gerando significativos custos marginais.

Havia, indiscutivelmente, um problema não superado de integração, que foi ampliado de forma gradativa, a ponto de algumas cooperativas singulares realizarem operações de compra e venda em comum, atribuições da Central. Referindo-se à questão da integração, Mário Kruel Guimarães (1988) afirmou:

No Brasil (e não só na região cacaueira⁵⁸), inúmeras cooperativas se deturparam nesse particular. Nessas, o agricultor procura a cooperativa para vender a sua produção ou para comprar insumos e bens de consumo como se ela fosse uma casa comercial como qualquer outra. Se o “preço do dia” da cooperativa estiver melhor do que dos comerciantes da redondeza, ele lhe vende o produto ou lhe compra insumos. Se, porém, por qualquer circunstância, o preço do dia do comerciante for maior, ele vende ao comerciante e a cooperativa que se dane.

Isso é um paradoxo incompreensível, que dá bem a medida da ignorância dos produtores rurais brasileiros sobre os fundamentos básicos do cooperativismo e da cooperação. Ele investe capitais em armazéns, silos, equipamentos, indústrias, lojas, etc., e depois pouco se importa com a sua empresa, considerando-a como algo que lhe é estranho.

É tão herético o comportamento cooperativista de alguns agricultores que eles chegam ao cúmulo de associarem a várias cooperativas ao mesmo tempo, apenas para alargarem o número de suas opções de compra e venda⁵⁹. Antes de vender a produção indagam os preços de cada uma e vendem àquela que eventualmente estiver pagando mais. No ano seguinte vendem para outros e assim sucessivamente. Que espécie de cooperado é esse?

Mas, por que tais e tão grosseiros absurdos acontecem? Por uma simples e exclusiva razão: falta de educação cooperativista⁶⁰.

Quando se elegem para a direção das cooperativas, geralmente as pessoas estão imbuídas de bons e honestos propósitos. Na maior parte das vezes, querem efetivamente ser úteis e servir aos seus companheiros... Apenas desconhecem os princípios da cooperação, (...) ignorando que a entidade cuja administração lhe é entregue foi constituída justamente para combater esse estado de coisas.

No caso da região cacaueira da Bahia, é possível mensurar que todos esses aspectos abordados por Guimarães não foram observados, revelando que esse comportamento é produto de um construto coletivo, que envolve agricultores, agentes públicos, complementados por superposição no campo associativo-representativo, com muitas entidades falando ao mesmo tempo, sempre de forma divergente⁶¹; político, com vários

⁵⁸ Esse autor, responsável por vários projetos cooperativistas no Brasil, deveria estar se referindo originariamente ao cooperativismo no Rio Grande do Sul.

⁵⁹ Pelo menos isso não se registrava na região cacaueira, com o Sistema Copercacau.

⁶⁰ Esse não é um problema que ocorre apenas com os chamados pequenos, médios ou grandes agricultores, em que se fundamenta a vertente ideologizada. Mas também com a agricultura familiar, porque as cooperativas se transformam em meras extensões do Estado.

⁶¹ Houve determinado momento que se expressavam como representantes da lavoura, além de dezenas de sindicatos rurais, a CNPC, a ABC, o MVRCA, a APC, e outros menos dotados.

parlamentares se posicionando junto ao governo federal de forma desconectada⁶²; técnico-acadêmico, em muitos casos, na Universidade ou fora dela, com visão segmentada, parcial ideologizada dos problemas⁶³. Tudo isso contribui para a degradação da racionalidade e da solidariedade, implicando na falta de unidade do produtor.

5.1.3 Múltiplo endividamento

Os dados evidenciam que o produtor se endividou; as cooperativas se endividaram; a Central se endividou, em função de uma realidade de oferta de crédito ilimitada, na época. Na verdade, endividamento triplo, muitas vezes com a mesma finalidade, já que o fim era o associado. Segundo informações disponíveis em declarações de dirigentes da Copercacau, as cooperativas singulares deviam à Central, à época, algo em torno de R\$ 15 milhões, em decorrência de adiantamentos concedidos para repasse aos associados.

Mas existia ainda um agravante. De todas as 13 cooperativas singulares, apenas 3 deviam somente à Copercacau Central. Todas as demais estavam em débito também com os bancos. O que se conclui é que esse endividamento paralelo era absolutamente desnecessário, já que algumas cooperativas puderam prescindir deles.

Por outro lado, o endividamento das cooperativas singulares decorria, principalmente, de financiamento de contratos a termo realizados com os associados, para entrega futura de cacau. É bom salientar que outros agentes também participaram desse processo, como o Banco do Brasil, com custeio agrícola, e os comerciantes e as indústrias que compravam o cacau diretamente⁶⁴. Portanto, todas as relações que ajudaram a construir a crise de liquidez da lavoura foram determinadas pela ação comum de vários atores: bancos, órgãos públicos, entidades de classe, o que sugere que é equivocada a avaliação que coloca os agricultores no centro das responsabilidades, para justificar a omissão e os erros.

5.2 A pressão de setores comerciais e industriais e a Ceplac

A atuação de setores econômicos (comércio e indústria) contra o cooperativismo e a

⁶² No caso das questões do cacau, um ministro da Agricultura chegou a queixar-se dessa postura dúbia de políticos e das representações de classe, chegando a afirmar que em relação a cacau essas “lavaria as mãos”.

⁶³ Isso se reflete de forma negativa no comportamento das autoridades públicas, diante da perplexidade das várias “opiniões”, como disse um ministro da Agricultura.

⁶⁴ Assim, os produtores, diretamente, tinham acesso a créditos de custeio junto ao Banco do Brasil, créditos de pré-comercialização junto aos agentes de comércio, esses últimos propiciados pela facilidade que as firmas comerciais tinham de acesso aos adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC).

industrialização do cacau sempre foi pautada no uso frequente da desinformação passada às autoridades públicas visando criar dificuldade ao avanço do setor. Quando a Ceplac tinha dirigentes com compromisso público e com identidade suficiente para firmar posições concretas, também ela sempre foi alvo de pressões, principalmente pelo fato de ter assumido com clareza o projeto de industrialização da Copercacau. Por razões óbvias, já que se tornaria enfadonho, o relato que se fará a seguir representa uma parcela ínfima dessas tentativas, mas já é o suficiente para se perceber a dimensão do problema.

Tudo começou no ano de 1964, quando a Ceplac criou o Departamento de Cooperativismo (Decoop), uma estrutura especializada para desenvolver um programa de desenvolvimento do cooperativismo regional, tendo convidado para dirigi-lo um técnico conhecido, Mário Krueel Guimarães, ex-funcionário do Banco do Brasil. Para setores conservadores do comércio e da indústria, era inaceitável que a Ceplac comesse a se preocupar com o processo comercial, porque a sua função deveria se restringir apenas à assistência técnica de acordo com visão produtivista, como se apenas tecnologia fosse suficiente para a permanência do processo produtivo.

Por isso, embora incipiente a iniciativa de fomentar o cooperativismo, esses setores, poderosos à época, localizados em Salvador, tudo fizeram junto ao governo do Estado da Bahia para inviabilizar essa pretensão, e conseguiram graças à influência do governador da Bahia, Luiz Viana Filho, que resultou na saída do secretário geral da Ceplac, Carlos Brandão⁶⁵, alvo permanente de produtores ligados a setores comerciais e industriais com força junto aos políticos do Estado⁶⁶.

5.2.1 As intenções nem sempre ocultas dos comerciantes

Em correspondências (duas) dirigidas ao chefe do gabinete civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, em abril de 1978, a centenária empresa Manoel Joaquim de Carvalho & Cia Ltda. fazia críticas severas a ação da Ceplac, que sempre teve posição coerente do ponto de vista dos interesses maiores da economia cacaueira, em função de suas responsabilidades como “plano de recuperação da lavoura cacaueira”. Dessa queixa,

⁶⁵ Que só saiu da Ceplac devido as ligações do então do governador da Bahia com o regime militar. No entanto, em reconhecimento às suas qualidades técnicas e profissionais, assumiu a presidência do Banco Central e ainda indicou o futuro dirigente da Ceplac, José Haroldo Castro Vieira.

⁶⁶ Na época em que foi homenageado pela lavoura, no auditório da Ceplac, Carlos Brandão fez relato minucioso sobre o seu trabalho à frente do órgão, desde o início, quando o órgão tinha apenas o objetivo de refinanciar as dívidas dos cacaucultores, tendo se transformado numa das mais respeitadas instituições técnicas no país, referência para o Ministério da Agricultura, já que era vinculada ao Ministério da Fazenda. Nessa reunião, ele disse que nunca teve pressões políticas, e só começou a experimentá-las a partir do apoio ao cooperativismo

resultou em resposta da Ceplac ao ministro da Agricultura (Doc. 4)⁶⁷, de cujo texto se transcreve:

É normal o surgimento periódico de questões como as ressaltadas pela firma acima referida, geradas pelo confronto da atividade de agentes intermediários exportadores de matéria-prima com a exercida por empresas que se dedicam à industrialização, ou semi-processamento dessa matéria-prima (raw-material). O problema, resultante do conflito de interesses, no caso específico do cacau, vem recebendo intermitentes análises...

E continua o referido documento, quando trata do cooperativismo regional, ainda em resposta ao ministro da Agricultura:

O cooperativismo na região cacaueira, liderado pela Cooperativa Central do Cacau e suas filiadas, que já exportam 30/40 mil toneladas de cacau em amêndoas e é responsável pela obtenção de cerca de 80 milhões de dólares, vem procurando se desdobrar num sistema mais completo, com a criação de novas cooperativas singulares, de forma a exercer naturalmente o papel de aferidor entre o grupo exportador da amêndoa e o grupo industrial.

Por outro lado, a Cooperativa Central do Cacau – Copercacau – segundo a orientação que vem sendo encaminhada pelo governo para a atuação comercial no mercado exterior – e no caso da industrialização, em consonância até mesmo com as palavras estimuladoras e pessoais do presidente Geisel, há 4 anos vem batalhando para introduzir seus associados no processo industrial. O processo para implantação dessa indústria (...) encontra-se na Sudene aguardando despacho, o qual vem sendo inexplicavelmente protelado, devido, acreditamos, principalmente à difusão de informações contraditórias e tendenciosas, oriundas ora do grupo exportador, ora do grupo industrial, que não desejam ver o aparecimento desse novo competidor com a característica de *ponto de equilíbrio* para o governo federal.

Analisar as questões do cacau sem se debruçar sobre o que é substantivo, principalmente a partir do advento da Ceplac, que teve, nos seus dois primeiros dirigentes (Carlos Brandão e José Haroldo) uma ação essencialmente pública na sua dimensão política, é ignorar os fatos. Por isso é de suma importância que se resgate o que é real nessa trajetória dificultada da lavoura do cacau. Mais uma vez, toma-se emprestado de José Haroldo Castro Vieira uma observação importante sobre as atividades dos comerciantes:

Sem demérito do papel que tiveram os estrangeiros e suas extensões locais no início da comercialização do cacau, se vocês realizarem uma pesquisa ao longo dos últimos cinquenta anos nos cartórios da região, irão encontrar centenas de escrituras de uma figura jurídica denominada “dação em pagamento”, que não é nada mais, nada menos, do que o produtor entregar a sua fazenda (anos de luta e trabalho cabrucando a mata) em pagamento de dívidas que lhe foram habilmente induzidas por exportadores e industriais, aproveitando-se do menor conhecimento, ingenuidade e despreparo.

Assim, milhares de cacauicultores, pioneiros inclusive, voltaram ao ZERO, enquanto essas firmas, que nunca plantaram um pé de cacau, tornaram-se proprietárias de

⁶⁷ O-2001/817, de 4 de maio de 1978 (RESERVADO) endereçado ao ministro Alysson Paulinelli.

centenas de fazendas prontas. Havia uma delas, de origem inglesa, salvo engano, que chegou a deter 161 propriedades tomadas dos cacaucultores. Isso explica porque, até hoje, existem fazendeiros que moram na Europa, herdeiros da espoliação e falta de organização dos produtores. Meu pai foi um deles, não tanto castigado como os outros, pois reagiu, e mantendo três advogados em Ilhéus, Salvador e Rio de Janeiro (capital do país na época), conseguiu retomar sua Quixadá, pagar o valor correto da sua dívida retirando os indevidos “enchimentos”. Para verticalizar o seu negócio agrícola, alcançando o comércio e a indústria, para cooperativar-se, os produtores não o farão impunemente. Não faltarão, inclusive, os produtores “traíras”, entregando a classe.

Também empresas exportadoras pressionaram de todos os modos visando inviabilizar a presença da Ceplac no projeto Itaisa, em documentos encaminhados ao general Golbery do Couto e Silva, Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Pois bem, da resposta dada aos seus superiores por José Haroldo Castro Vieira, então dirigente máximo do órgão, com o ofício de ref. 0-2001/818, de 04.05.78, transcreve-se o seguinte texto, pela importância histórica, e pela coerência de um agente público compromissado com a região e o cacau:

Torna-se imprescindível (...) que na comercialização do cacau brasileiro exista um núcleo orientado pelo próprio governo e que possa exercer um policiamento auxiliar, concreto e indireto nas vendas de cacau em amêndoas e seus derivados. Como vem defendendo a Ceplac, esse núcleo seria o sistema de cooperativas produtoras dedicando-se à exportação de amêndoas, como já vem fazendo com êxito, e ao seu processamento em derivados para exportação. Os registros das vendas para o exterior, na Cacex, pelo sistema cooperativo, e a conseqüente transformação no equivalente em cruzeiros, representariam a garantia de que os preços em moeda estrangeira, obtidos tanto pelos exportadores de amêndoas, como os industriais, seriam realmente vigentes nos mercados internacionais, pois o comparativo de registros com outras entidades atuantes seria o inevitável denunciador de distorções.

O cooperativismo na região cacaueira, liderado pela Cooperativa Central do Cacau e suas filiadas, que já exportam entre 30/40 mil toneladas de cacau em amêndoas e é responsável pela obtenção de cerca de 80 milhões de dólares, vem procurando se desdobrar num sistema mais completo, com a criação de novas cooperativas singulares, de forma a exercer naturalmente o papel de aferidor entre o grupo exportador da amêndoa e o grupo industrial.

Processo para implantação dessa indústria, que, como dissemos, introduz o lavrador nacional de cacau na industrialização do seu produto, encontra-se na Sudene aguardando despacho, o qual vem sendo inexplicavelmente protelado, devido, acreditamos, principalmente à difusão de informações contraditórias e tendenciosas, oriundas ora do grupo exportador, ora do grupo industrial, que não desejam ver o aparecimento desse novo competidor com a característica de ponto de equilíbrio para o governo federal.

Essa luta é bastante evidente pelo fato de a Sudene já haver aprovado e financiado sem tanta delonga um projeto da subsidiária nacional da firma NESTLÉ, enquanto aguarda o necessário sinal verde de outras áreas governamentais que parecem indecisas.

A atividade do cooperativismo, tanto na exportação de amêndoa como na sua transformação em derivados, exercerá papel fundamental para que tenham as autoridades brasileiras integral conhecimento da complexa atividade comercial, do

custo de transformação industrial e conseqüentes reais preços internacionais, podendo disciplinar atuação dos grupos que as exercem, com o máximo benefício para o País, **assim eliminando as distorções que em determinados momentos** possam beneficiar irregularmente qualquer um dos grupos em detrimento da economia nacional.

Assim sendo, Senhor Ministro, reafirmamos o nosso pedido de, ao transmitir ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República estes nossos esclarecimentos, confirmar a Sua Excelência, mais uma vez o apoio do Ministério da Agricultura ao projeto Itaisa dos produtores de cacau, a fim de que possa haver uma interferência junto às áreas competentes, notadamente à Sudene e ao Banco do Nordeste do Brasil para a solução do assunto, pois somente aí antevemos uma diretriz capaz de harmonizar de uma vez o conflito econômico sempre latente, cuja indefinição já se vem tornando prejudicial e cansativa.

Seguramente, alguns políticos regionais agiam associados a esses interesses estranhos ao cooperativismo, como o deputado Jorge Viana, que já em 1985 intentara contra a Copercacau, chegando a pedir intervenção federal nessa sociedade, aparentemente pelo fato da oposição sistemática que fazia a Ceplac. Na época, havia, de fato, um projeto para desarticular as organizações ligadas ao produtor, e para isso o referido deputado, com a saída de José Haroldo, guindou ao cargo máximo da Ceplac Joaquim Cardoso e à direção regional um de seus irmãos, cuja atuação será discutida adiante.

Outro deputado federal, Felix Mendonça, sem conhecer os dirigentes e os problemas da Copercacau e da Itaisa, motivado pelos interesses de setores ligados ao cacau, segundo depoimento de um dirigente, negou-se a apoiar o Sistema. Depois de apelo feito pelo presidente do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC, em audiência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados⁶⁸, para que apoiasse o “reescalonamento da dívida do Sistema Copercacau/Itaisa, fornecendo um crédito adicional de 5 milhões de dólares”, o deputado manifestou-se de forma enfática contra esse apoio, apesar da solicitação da CNPC estar embasada “no diagnóstico sobre a situação do Sistema... que o Banco do Brasil informou estar ultimando”, depois de exaustivos levantamentos feitos por técnicos do Banco, *in loco*.

Existem evidências de que ação dos políticos, como lobistas de interesses comerciais e industriais ligados ao cacau, não se resumem apenas aos exemplos citados, que se tornaram públicos⁶⁹.

⁶⁸ Vide notas taquigráficas da reunião 248/94, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara.

⁶⁹ Coincidentemente, o diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, à época, revelou abertamente à dirigentes da Copercacau que fora procurado por um deputado baiano, de notórias ligações com um ex-banqueiro e com um grande comerciante de cacau, para oferecer a bagatela de R\$ 2 milhões pela Itaisa, que não contou com o benelácito do Banco.

5.2.2 O que fizeram e fazem os industriais para manter o mercado dominado

A Associação Brasileira das Indústrias de Cacau – ABIC, em ofício no. 059/78, de 11/04/78, dirigido ao ministro João Baptista de Figueiredo, chegou ao limite de achar que caberia a esse setor determinar as políticas públicas para o cacau, ao sugerir que o governo deveria:

Limitar a atuação da Ceplac ao campo da pesquisa e extensão agrícola na área do cacau, evitando o envolvimento do órgão com aspectos políticos de natureza econômica, racionalizando também a alocação dos recursos orçamentários.

Incomodava-lhe o alinhamento da Ceplac com os interesses mais representativos da região cacaueira, e novamente a mesma Abic, em ofício 058/79, de 26/03/79, desta feita dirigido ao ministro da Agricultura à época, Antônio Delfim Neto, acusando a Ceplac por que:

preocupa-se substancialmente em defender e tentar explicar a participação (12%) no investimento para a construção de mais uma indústria de cacau na cidade de Ilhéus – Itaisa – associando-se ao grupo francês Cacao Barry (40%) e à Cooperativa Central do Cacau – Copercacau.

E continua na mesma tese para criar dificuldades à participação da Ceplac no projeto, questionando o aporte de recursos: “consideramos sim, discutível a incursão da Ceplac, órgão voltado para o desenvolvimento agrícola⁷⁰, nos setores comercial e industrial”.

Para se ter uma idéia da magnitude dessas pressões exercidas sobre o dirigente do principal órgão interessado em solucionar os reais problemas do cacau, à época, transcreve-se trecho do importante depoimento de José Haroldo Haroldo Castro Vieira sobre a politização dos problemas da Copercacau (VIEIRA, 2002):

A Ceplac foi chamada para uma reunião no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, com os Ministérios da Agricultura e da Indústria e do Comércio, além da Sudene e do próprio MF, para estabelecer uma definição final do projeto (Nestlé), considerando-se tratar-se de uma empresa multinacional. A pedido dos ministros da Agricultura e do Comércio e Indústria, o secretário geral da Ceplac deveria representá-los e dar apoio total ao projeto, igualando-se à posição da própria Ceplac. Surpreendentemente, na reunião, estavam presentes dois diretores da Abic – Associação Brasileira das Indústrias de Derivados de Cacau, que, embora sem direito a voto, tomaram uma posição contrária ao unânime pensamento governamental, tentando induzir à Sudene a recusar o pleito da Nestlé, felizmente não obtendo sucesso. A Ceplac demonstrava coerência, não apenas defendendo o projeto que poderia permitir aos produtores ganhar experiência e a busca da sua própria indústria, como também o da Nestlé, ou

⁷⁰ Para esses grupos seria possível entender “desenvolvimento agrícola” confinando os produtores às fronteiras da fazenda, esquecendo-se das restrições impostas à jusante e a montante da produção.

outros, no processo de livre concorrência da economia de mercado. A sua participação na Itaisa não a condicionava, e havia o raciocínio nacional de que os recursos ali alocados também provinham dos cacaucultores, via o pagamento da Cota de Contribuição Cambial, que era recebida pela Ceplac.

Colocado em condições de assinatura o contrato inicial de assistência técnica entre a Barry e a Copercacau, ambos demonstraram o desejo de fazê-lo na sede da Ceplac em Brasília, com a presença de Madame La Carré, presidente da Barry. *Convidado para participar da reunião, em virtude de suas íntimas ligações com o cacau, o ministro da Indústria e do Comércio de então recusou-se a comparecer e, via telefônica, diferentemente do seu comportamento em relação ao projeto da Nestlé, insistiu com a Ceplac para não dar cobertura ao projeto da Itaisa, tomando posições contrárias à qualquer assinatura, condenando-o e solicitando recuar nas aprovações já firmadas.*

Diante do ocorrido, um conselheiro do CCPC (hoje CNPC) que estava divergente do governo estadual, mas que já havia dado apoio anterior ao projeto, convida o ministro da Indústria e do Comércio⁷¹ para, em sessão Plenária do Conselho, expor as suas discordâncias com o projeto Itaisa, o que fez livremente, e de forma contundente com os seus conhecimentos e autoridade, conseguido disseminar dúvidas entre os produtores, abalando sua convicção inicial... Tomando conhecimento da reunião e o seu desfecho, o ministro da Agricultura, que apoiava o projeto, seguindo a linha do Presidente da República, determinou ao secretário geral que solicitasse nova Assembléia do CCPC e ali buscasse uma definição final da posição das lideranças dos produtores. ...

Como previsto, não pararam aí os obstáculos ao projeto Itaisa. Informado pela CCPC da decisão de sua Assembléia, o ministro da Indústria e Comércio, aparentemente deuse por satisfeito. O projeto prosseguiu e a Sudene o incluiu na agenda de uma das suas reuniões. Por determinação do Ministro da Agricultura, compareci à reunião, representando-o, e com autorização para defender o projeto, no caso de alguma dificuldade. Na reunião, para minha surpresa, pude verificar que, em mais de cinquenta projetos analisados, o único com restrições foi exatamente o da Itaisa. A restrição partiu outra vez do MIC⁷², que declarava “apoiar o projeto, porém condicionando-a a vender unicamente para o Mercado Comum Europeu”, exatamente onde o produto brasileiro encontrava uma barreira alfandegária de 11%. Ou seja, admitia a indústria dos cacaucultores, entretanto queria que fosse criada com reserva de mercado negativa. Não precisei defender. De início levantaram-se três (lembro-me bem do governador Tarcísio Maia, do Rio Grande do Norte e pequeno cacaucultor em Ubaitaba, um representante do Itamaraty e outro que não me recordo), os quais estranharam e ridicularizaram a proposta do MIC, que foi taxada de inacreditável, parcial, estranha, “sui gêneris” e esdrúxula. O plenário, entre risos, retirou a restrição e o projeto foi aprovado.

No caso dos bancos, a influência do setor industrial era tão grande que sempre apareceram administradores que terminaram se servindo do Banco do Brasil para atender interesses menores, muitas vezes em prejuízo do próprio Banco. Um desses assumiu a superintendência em Salvador justamente quando a situação do sistema Copercacau estava definitivamente acertada com todos os bancos, que haviam concordado em negociar a dívida pelo valor estimado do patrimônio, além do aporte de recursos adicionais necessários ao

⁷¹ Nessa época, o ministro era o banqueiro Ângelo Calmon de Sá, com fortes vínculos com setores comerciais e industriais da Bahia.

⁷² Não convencendo os produtores na reunião havida na CNPC, o ministro determinou aos seus prepostos que inviabilizassem a aprovação do projeto Itaisa, na reunião da Sudene, o que deixou todos estupefatos.

reinício das atividades, conforme ata de reunião do Comitê de Bancos, coordenado pelo BB. Tudo isso, depois de exaustivo estudo feito por funcionários da agência de Ilhéus, da própria Superintendência Estadual e de Brasília.

Esse superintendente, nomeado seguramente sob influência de políticos estaduais, não só mandou “arquivar” o processo da Copercacau, ameaçando jogá-lo na lata de lixo, como afastou os técnicos do Banco que até então haviam conduzido as negociações de forma responsável e competente. Antes de demonstrar tão grande e inusitado desprezo por um assunto que era de interesse geral, discutido há anos, ele se tornara amigo de um ex-diretor de multinacional do cacau, com o qual partilhava caminhadas diárias e trocava confidências auriculares, o que nada tinha de errado, mas em decorrência dessa simbiose, teria recebido afagos dos que se habituaram ao trabalho de destruir tudo que neutralizava sua ganância, os mesmos que em outra ocasião já haviam enviado correspondência à Superintendência, encaminhada à direção geral do BB, com críticas severas aos dirigentes do Sistema.

Agora há de se perguntar: como ficaram, então, os interesses do próprio Banco, do sistema Copercacau e da sociedade regional, que perdeu a oportunidade de recompor um mecanismo estratégico importante, por causa da audácia de um corrupto e de seus corruptores?

É inquestionável que essas empresas, especialmente as multinacionais, diante de condições que lhes eram favoráveis, ao assumir o domínio absoluto do mercado interno, devido à ausência das cooperativas e de outras empresas, sempre procuraram impor, cada vez mais, maiores exigências aos produtores, que não contam com nenhum mecanismo que lhes confira poder de barganha e sirva de referência⁷³.

Por outro lado, evidenciando a que níveis podem chegar, documentos existentes registram nebuloso episódio, ocorrido no dia 21/02/92, não devidamente esclarecido, que levanta suspeitas sobre os métodos utilizados por determinados agentes privados, como se ver pelo documento encaminhado pelo diretor superintendente da Itaisa à Cargill de Ilhéus, do seguinte teor:

Foi-nos proposto prestação de serviço para transformação de torta de cacau em pó. Após as negociações de praxe, preparamos um contrato onde o valor do serviço foi considerado de somenos importância. Acontece que, para surpresa nossa, recebemos outros produtos e não torta de cacau, conforme o pactuado no contrato e considerando os padrões que, supomos, tenha essa empresa para a produção de torta de cacau. Inclusive, não nos foram remetidos os laudos analíticos, que hoje entendemos não serem cabíveis ao produto tão exótico que nos foi encaminhado.

⁷³ Recentemente, entidades como a APC e o IPC se manifestaram sobre os preços baixos a importação de cacau pelas indústrias locais.

Dada a ausência de iniciativas comuns às boas normas do negócio... o grupo (de técnicos da Itaisa e da empresa) vistoriou o produto, encontrando na verdade, um *blend* de papel higiênico, restos de corda de sisal, pedaços de prego e um sapo morto. Não querendo imaginar que houve premeditação para uma sabotagem industrial, um primeiro de abril, ou um despacho de magia negra (o sapo levantou suspeitas), acreditamos que o ocorrido foi um colapso geral da administração dessa empresa, em Ilhéus. Suspendemos em caráter definitivo quaisquer serviços que possam ser prestados a essa empresa e comunicamos o prazo de 2 horas para retirada do exótico produto de nossas dependências, sem o que chamaremos um caminhão de limpeza urbana para fazê-lo.

Ainda segundo o documento, no mesmo dia, a empresa autora da inusitada façanha respondeu a correspondência do diretor da Itaisa, confirmando o fato:

Realmente foram encontrados materiais estranhos nos sacos abertos de torta de cacau. Imediatamente solicitamos ao nosso pessoal de logística que trouxesse de volta o lote de produto para posterior avaliação. Ressaltamos também que em hipótese alguma houve ou haverá a intenção de nossa parte em prejudicar a Itaisa.

Após averiguação em nossa fábrica teremos maiores subsídios para chegada a uma conclusão sobre o incidente. Esperamos também que o fato ocorrido não venha afetar o alto nível e as cordiais relações que sempre nortearam as negociações com a Itaisa.

De acordo com informações disponíveis, a Itaisa não recebeu os resultados da averiguação prometida. Esse episódio, entre tantos, confirma a suspeição de que por trás dos leilões da Itaisa sempre existiu interesses que ultrapassavam querelas trabalhistas.

Toda sorte de artifícios foi usada para obstaculizar uma solução definitiva para os problemas do Sistema Copercacau. Toda tentativa de desmoralização foi concebida para atingir os dirigentes, que resistiram durante anos, com sacrifícios pessoais e de suas famílias. Todas as formas de cooptação foram utilizadas durante esse tempo para que a capitulação viesse facilitar os interesses que movem e motivam toda essa estranha aliança – empresários e setores de governo.

A Ceplac continuaria sendo alvo de industriais e de exportadores, que não tinham o menor interesse na abertura da “caixa preta” que sempre foi o dito mercado do cacau, até quando se convenceram de que a estratégia mais eficaz, ou porque o momento era propício, seria a indicação de um lobista para dirigir o órgão, desde que tivesse a roupagem técnica e algum conhecimento de cacau. E isso seria o divisor de águas: a Ceplac que efetivamente se empenhou em favor do cooperativismo, assumindo compromissos institucionais que não poderiam ser ignorados, porque legítimos, é a mesma que se utilizou de expedientes menores para prejudicá-lo. Essa ambigüidade só é justificada pelo comportamento dos seus dirigentes, diferenciado pelo compromisso público e pela seriedade de cada um, em momentos distintos.

Quando uma dessas comissões interministeriais divulgou relatório que incluía medidas de apoio ao sistema Copercacau, as pressões recrudesceram junto à direção do Banco do Brasil e instituições do governo. Fizeram ameaças de todo tipo, se o cooperativismo fosse apoiado; ameaçaram os técnicos que trabalharam no Projeto Copercacau/Itaia, conforme declaração do coordenador do grupo. Com se não tivessem interesses subalternos a defender, uma entidade chamada Comcauba, que reunia comerciantes e industriais e que, por delegação do governo, tinha total liberdade de registrar as vendas de cacau aos preços que mais convinhassem aos seus membros, onde tecia comentários desqualificados a respeito do Sistema Copercacau e dos seus dirigentes, de acordo com informações de um dirigente do Banco do Brasil.

5.3 A outra face da Ceplac

A Ceplac, que foi dirigida por Carlos Brandão, José Haroldo Castro Vieira e Josuelito Brito, mesmo com problemas e dificuldades naturais, que foram enfrentados com responsabilidade pública, tendo apenas como objeto os interesses maiores da região, era uma. A Ceplac, que sucedeu esses dirigentes passou a ser outra completamente diferente. Não só pela perda da fonte de receita que lhe dava autonomia financeira e administrativa, portanto, poder político, mas porque tinha objetivos diferentes ao assumirem o cargo.

Paradoxalmente, o exemplo mais contraditório foi dado justamente pelo órgão que tem a responsabilidade de cuidar da recuperação da lavoura, a Ceplac, em 2 momentos diferentes, para confirmar o que os agentes públicos podem fazer quando motivados por boas e más causas. Uns dirigentes defenderam com as mais elevadas intenções; outro, Joaquim Cardoso, guindado à função por políticos notoriamente contrários à Ceplac e ao cooperativismo, serviu-se da instituição para fins subalternos.

Muitas pessoas se surpreendiam com a postura de políticos conhecidos que sempre se manifestaram contrários à Copercacau, quando os seus dirigentes não pertenciam e nem dirigiam partidos políticos, não exerciam função pública e não tinham qualquer militância partidária. Na verdade, a surpresa decorre simplesmente do fato de ignorarem que a ação de políticos conhecidos não era determinada por razões partidárias, mas por razões estritamente econômicas, e a política é o canal pelo qual esses interesses se manifestam, por isso não se surpreenderiam se tivessem a percepção de que a exposição a que foram submetidos esses dirigentes era ditada não em função da disputa por espaços eleitorais, mas porque se

contrapunham aos interesses econômicos que eles representavam.

Para atingir seus objetivos predatórios, os comerciantes e os industriais, quase sempre, contaram com a conivência de agentes públicos que se valem do aparato estatal para que objetivos estranhos fossem alcançados; poucas vezes, entretanto, se deparam com homens com vocação para a causa pública, portanto, em consonância com a sociedade, que, no passado, demonstraram coragem cívica para se contrapor aos interesses menores.

As dificuldades enfrentadas pelo Sistema Copercacau têm a ver com o descaso, a negligência e a omissão de tantos que, não agindo com correção diante dos compromissos institucionalmente assumidos, hoje se arvoram em justiceiros, e tentam imputar responsabilidades de natureza coletiva aos que permaneceram nas trincheiras em defesa de algo da maior importância social.

A Ceplac não honrou com inteireza o compromisso de capitalização no projeto Itaisa, que assumiu com os demais parceiros, sem que por isso tivesse sido responsabilizada, mas, com Joaquim Cardoso, adotou uma posição extremamente rigorosa com a Copercacau quando esta não pôde pagar um financiamento contratado. Com um agravante: enquanto o descumprimento da Cooperativa apenas adiou o retorno dos capitais emprestados, sem danos maiores no nível de caixa, o descumprimento da Ceplac contribuiu para ruir todo esquema de capitalização, comprometendo mortalmente um projeto estratégico importante, aliás, como ela mesma o definiu ao justificar sua participação.

Aliás, uma das suas primeiras providências ao assumir a direção da Ceplac foi desativar o setor de cooperativismo do órgão, que vinha prestando grandes serviços à região, colocando em disponibilidade 11 técnicos especializados, alguns, inclusive com pós-graduação na área, o que já revelava as suas motivações com relação ao cooperativismo, o que implicou em pronta reação da Copercacau, em telex que lhe foi dirigido em 3 de julho de 1990 (Anexo R). Posição completamente oposta à da administração anterior.

De fato, foi sob sua gestão que caiu o imposto de exportação que mantinha a Ceplac e que lhe emprestava autonomia administrativa e financeira, numa articulação com industriais e exportadores de cacau. É bom ressaltar que todos os outros dirigentes que lhe precederam, em função do compromisso que tinham com o órgão e com a região, defenderam com todas as armas a permanência do imposto, mecanismo importante não só para a manutenção do órgão, mas notadamente pelo fato de conferir-lhe grande poder político. Isso resultou numa redução drástica dos recursos a disposição da Ceplac, que passaram de US\$ 30 milhões, em 1986 para US\$ 2,2 milhões em 1994 (Tabela 5), o que praticamente paralisou o órgão num momento crucial, devido o aparecimento da vassoura-de-bruxa, que exigiria maiores esforços de

planejamento, de pesquisa e, especialmente de assistência técnica nas fazendas, o que se tornou inviável na dimensão desejada.

Tabela 5: Orçamentos aprovados para a Ceplac no período de 1986 a 1994, em US\$ mil

Anos	Despesas correntes		Investimentos		Total	
	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice
1986	30,272	100.0	7,791	100.0	38,036	100.0
1987	30,294	108.8	8,476	108.8	38,870	102.1
1988	12,145	40.1	1,096	14.1	13,241	34.6
1989	7,147	23.6	515	6.6	7,662	20.1
1990	9,663	31.9	857	11.0	10,520	27.6
1991	5,904	19.5	1,370	17.6	7,274	19.1
1992	1,362	4.5	194	2.5	1,556	4.1
1993	2,275	7.5	89	1.1	2,364	6.2
1994	2,263	7.5	67	0.9	2,330	6.1

Fonte: Nascimento (1994).

Foi também durante a gestão de Cardoso, e por sua iniciativa, que a CNPC ficou desfalcada dos recursos que lhe davam sustentação econômica e lhe permitiam relativa independência de ação na defesa dos produtores de cacau. Uma manobra sua junto ao Ministério da Agricultura redundou na eliminação dos recursos que supriam esse órgão de representação da lavoura.

Esvaziada a Ceplac, pela perda de autonomia financeira e administrativa, e também pelo fato de a nova administração não está interessada na solução dos problemas da lavoura, e limitada a ação do CNPC em função da retirada da cota que a sustentava, era preciso também o enfraquecimento do Sistema Copercacau, sem o que o trabalho destrutivo não estaria concretizado. E aí o empenho desse dirigente foi permanente e sistemático nos gabinetes dos bancos, nos corredores de órgãos federais, em Brasília, e em todos os lugares onde ele pudesse prestar informações tendenciosas sobre o Sistema e seus dirigentes, muitas vezes acatadas devido a sua condição de condutor de um órgão federal.

Acostumado com os desígnios para os quais foi guindado à direção da Ceplac, aproveitou-se do fato da criação da Comissão Interministerial do Cacau, em 06/11/91, da qual fazia parte a Ceplac, em condições de influenciar a quase totalidade das decisões do grupo, que seguramente se louvavam nas sugestões “técnicas” do seu dirigente, para avançar na sua missão destruidora.

Era a grande oportunidade para “legitimar” uma postura política contra os dirigentes,

já que o relatório da Comissão terminaria refletindo a posição do governo federal sobre as questões do cacau, a partir de sugestões que ele tivera todo o cuidado de produzir, assinar e entregar aos demais membros da Comissão, alguns dos quais, soube-se, se posicionaram contra a introdução no relatório da absurda, irresponsável e perversa restrição de conteúdo político, de condicionar o apoio às cooperativas à substituição dos dirigentes.

Depois, ele negou que tenha sido o autor da posição de restrição aos dirigentes, mas foi identificado um documento, intitulado “Proposta Preliminar” apresentada pelo diretor da Ceplac aos seus pares, que serviu de base à elaboração do relatório final da Comissão, onde ele reconhece categórico que:

A cacauicultura brasileira, ao apresentar sinais evidentes de desagregação de sua estrutura através da redução expressiva da utilização de tecnologia, da queda de sua produtividade, do aumento significativo do endividamento dos produtores e da incidência da enfermidade “Vassoura-de-bruxa” nos cacauais aliados à sua condição de monocultura, produtora apenas de matéria-prima e de total dependência do mercado externo, está a exigir, segundo esta Comissão, providências imediatas por parte dos agentes envolvidos na economia cacauêira com vistas à sua recuperação.

Esse dirigente foi tão preciso no seu diagnóstico quanto leviano em algumas providências que ele mesmo adotou como agente envolvido e preocupado com a “recuperação”: condicionar a retirada dos dirigentes num documento oficial e logo em seguida mandar executar a Cooperativa Central do Cacau e os seus dirigentes, a quem ele certamente terá atribuído a responsabilidade por toda situação relatada. A autorização para executar a Cooperativa Central do Cacau e os seus dirigentes, avalistas da operação, partiu do então diretor geral da Ceplac, ele que ingressara no citado órgão, de fato, com a missão de desestruturar todo esforço de organização da lavoura representado pelo tripé CNPC/Copercacau/Ceplac, missão que lhe fora confiada por grupos econômicos ligados ao cacau.

A ação judicial movida pela Ceplac tinha na verdade, a juízo de um ex-dirigente, o objetivo de criar constrangimento para os dirigentes e para suas famílias, algo tão absurdo que nem os bancos agiram com tal requinte de perversidade. A atuação de setores econômicos (comércio e indústria) contra o cooperativismo e a industrialização do cacau sempre foi pautada no uso freqüente da desinformação passada às autoridades públicas visando criar dificuldade ao avanço da organização da sociedade. Quando a Ceplac tinha dirigentes com compromisso público e com identidade suficiente para firmar posições concretas, também ela sempre foi alvo de pressões terríveis, principalmente pelo fato de ter assumido com clareza o projeto de industrialização da Copercacau.

É curiosa a lógica desse dirigente. Diante de um quadro de generalizada dificuldade, de amplo conhecimento público, a ponto de justificar providências imediatas, ele sugeriu a dos dirigentes da Copercacau, mas não se sabe por que deixou de sugerir a sua própria demissão, pela imprevidência à frente do órgão⁷⁴; nem a dos dirigentes de bancos que concederam crédito aos produtores de cacau; nem a punição de firmas comerciais e industriais que terminaram pedindo concordata; nem a responsabilização dos governos que postergaram e continuam postergando soluções para problemas de interesse geral.

Os dirigentes do Sistema sabiam das intenções do diretor geral da Ceplac, e tão logo tomaram conhecimento do relatório, encaminharam telex ao então ministro da Agricultura, Antônio Mano Cabrera Filho, por intermédio do qual repeliram de forma veemente a posição assumida pelo referido dirigente, de interferência nas cooperativas.

O citado dirigente, além de “montar” uma situação para constranger os dirigentes, ainda instruiu os seus áulicos no sentido de difundir a idéia de que o relatório significava “uma posição do Governo Federal contra os dirigentes da Copercacau”. No entanto, o ministro da Agricultura repôs a verdade, determinando a assessores que encaminhassem ao presidente da Copercacau a verdadeira posição do Ministério, o que foi feito por intermédio do Ofício GAB./DENACOOB Nº 1320/92, de 02.10.92, assinado pelo diretor da Denacoop, nos seguintes termos:

Incumbiu-me Sua Excelência, o Ministro Antônio Cabrera, no que se refere ao relatório da Comissão Interministerial do Cacau, de assegurar a Vossa Senhoria que as restrições ali consignadas são de caráter genérico, não se tratando do caso específico da Cooperativa Central do Cacau Ltda.

Portanto, é do desejo de Sua Excelência manifestar o seu reconhecimento pelo relevante trabalho que essa cooperativa vem fazendo ao longo dos anos na organização dos produtores de região, pelo seu desenvolvimento agro-industrial e na defesa permanente dos interesses da lavoura cacaueira.

O assunto se encerrou aí, com a Comissão totalmente desacreditada, depois que o autor da “Proposta Preliminar” ter sido abordado de forma incisiva por todos os integrantes da comissão, que ignoravam a trama urdida. Mas o trabalho perverso desse senhor causou danos irreversíveis à Cooperativa, à região e à própria Ceplac, em função do que “plantou” de negativo junto aos bancos e autoridades públicas, em função do cargo que exercia, usando o disfarce institucional. Os prejuízos decorrentes da sua ação são incalculáveis.

⁷⁴ Afinal, foi ele quem coordenou a elaboração técnica do PRLCB e providenciou a derrubada de cacaueiros em uma fazenda de cacau, que depois o Tesouro Nacional teve que indenizar.

5.4 A atitude do secretário da Agricultura da Bahia

O secretário da Agricultura do Estado da Bahia, Pedro Barbosa de Deus, prejudicou o Sistema Copercacau em pelo menos quatro circunstâncias, que se tornaram públicas:

1. Impediu a inclusão da Copercacau Central no PRLCB, quando já estava encaminhada com o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda.
2. Não participou, dificultou e inviabilizou a proposta do Grupo Temático Cacau do Fórum Nacional da Agricultura - FNA⁷⁵, tida por ele como “contrária ao governo”.
3. Impediu que a Copercacau fosse enquadrada no Programa de Revitalização das Cooperativas Brasileiras – Recoop, encaminhando ao Ministério da Fazenda apenas as cooperativas que lhe interessavam.
4. Recusou-se a participar do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Cacau, criando toda sorte de dificuldades, e inviabilizando a criação do Fundo de Desenvolvimento da Cacaucultura – Funcacau.

Depois de todo esse comportamento negativo, é provável que o secretário tenha se convencido dos males causados por suas ações injustificáveis, e tomou a iniciativa de manter contatos com os superintendentes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste que, ignorando os acertos já definidos, deram novo encaminhamento às discussões sobre a Copercacau e a Itaisa, interrompendo assim todas as negociações ultimadas. Em função do acerto entre o secretário e os bancos, ficou definido:

- a) a contratação, pelo Estado, de consultoria especializada, para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira;
- b) após os estudos, se a viabilidade fosse demonstrada, seria ultimada reunião entre os dois superintendentes e o secretário para definições finais;
- c) reunião com os dirigentes do Sistema.

De fato, era absolutamente desnecessária a realização de novos estudos, aliás, como também entendera desde o início o superintendente do Banco do Brasil, que assim se manifestara na primeira reunião. Mas não foi criada qualquer dificuldade para que o secretário contratasse, com recursos públicos, o citado estudo; pelo contrário, segundo a informação dos dirigentes, foram colocadas inteiramente à disposição dos consultores todas as informações solicitadas, na certeza de que as melhores intenções moviam as ações dessas autoridades.

A partir de então, as informações divulgadas por prepostos do Banco do Brasil sempre

⁷⁵ Documento assinado por mais de 100 entidades, públicas e privadas, da Bahia, do Pará e do Espírito Santo, inclusive empresas comerciais e industriais ligadas ao cacau.

davam conta de que a solução, em consequência, estava a depender dos estudos contratados pelo secretário, o que emprestou grande importância a sua feitura e conclusão.

Essa labuta perdurou até meados de 1997, quando os dirigentes da Copercacau foram surpreendidos com artigo no jornal “A Tarde Rural”, de autoria de Thomaz Hartman⁷⁶, cujo texto refutava o documento preliminar apresentado pelos consultores, razão pela qual a diretoria da Copercacau lhe dirigiu carta confidencial em 07/10/97, manifestando-lhe a preocupação em função da divulgação de algo que os maiores interessados desconheciam.

Concluídos os estudos pela ALM Consultoria e Projetos S/C Ltda., mais uma vez todos foram surpreendidos com a informação de que o secretário não permitira a entrega de cópia do trabalho à Copercacau, na verdade a maior interessada na conclusão do estudo realizado sob os auspícios do governo estadual, o que retomava a suspeição de que o secretário não estava interessado em encontrar uma solução, mas demonstrar que o Sistema era inviável.

Depois de dois meses da entrega do estudo ao Secretário da Agricultura, sem qualquer providência objetiva, a Copercacau dirigiu correspondência a ALM Consultoria Empresarial, em 22.01.98, de cujo teor se destaca (Anexo S):

Concluídos os estudos, que apontaram para total viabilidade, mantidos os acordos já efetuados com os bancos credores, tínhamos absoluta certeza que “a forma protelatória e desatenta com que as instituições financeiras, maiores credores as do Sistema, vem conduzindo as negociações com o Sistema Copercacau”, seria substituída por ações objetivas e conseqüentes visando o equacionamento imediato do problema, o que infelizmente não ocorreu até o momento.

De prepostos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste sempre tivemos a exequibilidade do Sistema, e que o assunto seria imediatamente resolvido. Afinal, a contratação dos serviços profissionais dessa Consultoria foi iniciativa do Secretário de Agricultura, após acordo com os superintendentes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

Há quase um mês recebemos telefonema do chefe de Gabinete do Secretário, dando conta que aquela autoridade havia recebido o trabalho e ultimaria a citada reunião.

Também a Central Nacional dos Produtores de Cacau encaminhou carta ao recém-eleito governador do Estado ressaltando a importância do estudo e sua disponibilidade, mas mesmo com o seu despacho encaminhando-o ao secretário, não houve qualquer manifestação em resposta.

Fica evidenciado que a interferência política do governo da Bahia, por intermédio do secretário da Agricultura, visou a interrupção das tratativas com os bancos. A propósito, é

⁷⁶ Jornalista ligado a uma multinacional do cacau, localizada em Ilhéus, que posteriormente se tornou assessor para assuntos de cacau, do secretário da Agricultura.

importante registrar as denúncias públicas feitas por um vereador de Ilhéus, Alysson Mendonça, na Câmara de Vereadores de Ilhéus. Em pronunciamento no mês de outubro de 1998, registrado pela imprensa regional, o vereador assumiu defesa intransigente do Sistema Copercacau, pronunciando em discurso no plenário, de cujo texto se destaca:

Sr. Presidente, senhores vereadores, comunidade presente e principalmente a imprensa que gostaria que ficasse atenta ao pronunciamento desse vereador pois o assunto que vou abordar é grave.

Todos sabem, é uma luta desse vereador, tenho trazido a discussão para esta Casa, é o plano de recuperação das cooperativas Recoop, instituído pelo presidente da República que destinou verba no valor de (...).

Pois bem, entregamos o pedido de reconsideração ao comitê e fomos em busca de políticos que têm influência junto aos senador Antônio Carlos Magalhães, à procura de instrumentos de pressão. e acionamos o secretário estadual da agricultura Sr. Pedro Barbosa de Deus, esse cidadão eu já disse aqui nesta Casa qual é o seu papel, o que ele fez por Ilhéus, absolutamente nada, nunca sentou à mesa para discutir os problemas da região cacauera (...).

No pronunciamento do vereador, outros interesses também são enfocados, ligados a empresas localizadas em Ilhéus, o que termina envolvendo políticos empenhados em criar condições que facilitassem a venda da Itaisa, na hipótese de um possível leilão, tarefa pela qual também estariam se dedicando de forma espúria pretensos representantes de alguns empregados (Anexo T).

Coincidentemente, também o dirigente da Ceplac, citado anteriormente, terminou sendo o principal assessor do secretário na feitura e execução do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (vassoura-de-bruxa). Diante de tais evidências, dirigentes da Copercacau, de acordo com documento do qual se teve acesso, formularam algumas perguntas que jamais foram respondidas:

- 1) Por que o secretário da Agricultura contratou uma consultoria especializada, não divulgando seus resultados, quando já existiam estudos aprofundados do Banco do Brasil?
- 2) Por que o secretário impediu que os consultores entregassem cópia do trabalho ao Sistema, quando se tratava de informação do seu interesse, produzida com dinheiro público?
- 3) Por que o secretário não marcou as reuniões com o Banco do Brasil e Banco do Nordeste, já que dependia apenas dos resultados dos estudos?
- 4) Por que o então governador da Bahia, em entrevista à TV, chegou a anunciar que o problema da Copercacau estava resolvido e nada se concretizou?

- 5) Por que os principais bancos credores, mesmo sabendo dos estudos positivos da ALM, cuja contratação foi negociada com o secretário antecipadamente, não deram continuidade ao encaminhamento da solução, que era do seu interesse?
- 6) Por que mesmo com recomendação do atual governador, o secretário não atendeu pedido da CNPC no sentido de entregar cópia do trabalho?
- 7) Porque o secretário concordou com a exclusão das ações complementares do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, previstas desde a primeira fase e que incluíam soluções para o Sistema Copercacau?

Em 2000, depois de confirmado o desastre do Programa defendido e coordenado pelo secretário da Agricultura, que sempre teve forte objeção do chamado Pacto do Cacau, constituído pela CNPC, ABC e Copercacau, no sentido de sua readequação, o secretário cria uma comissão consultiva de “notáveis”, não porque quisesse fazer consulta a quem quer que fosse, em assuntos de cacau, mas porque essa seria uma forma de contrapor-se às entidades estabelecidas, que optaram pelo enfrentamento às teses totalitárias do secretário, que se achava dono do Programa.

Houve grande decepção pela forma como foi criado mais um órgão “consultivo”, não tanto pelos seus objetivos, um tanto obscuros, mas pelos critérios de exclusão que terminaram prevalecendo na sua composição, principalmente por existir outros colegiados. A propósito, tal fato repercutiu de forma negativa em muitos setores, como se pode deduzir do comentário do jornalista Eduardo Anunciação (coluna Política, Gente Poder, do Diário do Sul, de 26/10/00), do seguinte teor:

O governo do Estado, através da Portaria 147, de 11 de agosto de 2000, criou a Câmara Consultiva do Cacau. A empreitada tem a seguinte finalidade: legitimar, assessorar as ações governamentais sobre política do cacau.

Nomeara como suplentes (Diário Oficial) Humberto Salomão Mafuz e Armando Uzeda, nomes com vínculos históricos e fecundos com os problemas do cacau. No entanto, o secretário da Agricultura Pedro de Deus não incluiu na Câmara Consultiva os órgãos representativos da lavoura cacaueira: CNPC, Copercacau e ABC.

Injustificável. Lamentável. Condenável. É preciso, Pedro de Deus, ter uma visão acelerada dessa questão, para evitar exclusões desrespeitosas e injustas. Não basta um ato de vontade para criar uma Câmara Consultiva do Cacau. Há no início, meio e fim dos movimentos, uma dose média de sensibilidade política.

Conforme ata da primeira reunião dos “notáveis”, no dia 09/10/2000, no gabinete do secretário da Agricultura, um produtor presente, além de outras considerações, falou

das várias propostas entregues ao Ministério da Agricultura, lamentando a ausência da representação das entidades de classe como a CNPC, a ABC, a Faeb e o Sistema

Copercacau e sugeriu a aglutinação de forças numa PROPOSTA ÚNICA. Informou que existe uma proposta em andamento (...) preparada pela CNPC, ABC e Sistema Copercacau com a colaboração do Sr. Jaldir do BNDES.

Sem qualquer discussão, em flagrante desrespeito ao manifestante, e repetindo seu autoritarismo, o secretário respondeu prontamente que não iria

(...) encampar propostas que contemplem a recuperação do Sistema Copercacau⁷⁷ (...) por achar inviável para o momento, preferindo concentrar seus esforços em propostas aparentemente viáveis e que ainda assim têm encontrado enormes dificuldades. Vai direcionar seus esforços para o PESA ESPECIAL na cacaucultura⁷⁸.

Não faltaram outros comentários, igualmente intrigantes, de alguém que coordenava o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, como os que levaram o relator da reunião a sintetizar:

(...) se conseguiu um crédito caro com uma proposta empírica que atendeu a cerca de 8,5 mil produtores para a recuperação da região cacaueira e o projeto inicial previa a convivência com a vassoura-de-bruxa com o chamado manejo integrado que culminou em resultados frustrantes e avolumado endividamento do produtor... Que o Estado apoiou a Ceplac desde 1995 com o Fundecau o que permitiu a identificação de plantas tolerantes. O programa depois reformulado pela Ceplac, sendo direcionado para enxertia, mas os produtores já estavam muitos endividados... (sic).

Coincidentemente, dirigia a Comcauba, na ocasião, um ex-executivo de multinacional, que depois terminou abrigando-se nos gabinetes do governo estadual, com o pomposo título de assessor internacional para questões do cacau, lotado na secretaria de Agricultura.

Paradoxalmente, em matéria publicada no jornal *Agora*, de 15 a 17 de outubro de 2005, intitulada *Preços baixos do cacau preocupam o governo*, foi divulgado que “a queda dos preços do cacau, comercializado no mercado interno a R\$ 45,00 por arroba, como consequência da sobrevalorização do real em relação ao dólar, é um problema que preocupa seriamente ao secretário da Agricultura da Bahia”. Tal afirmativa é um escárnio aos que ainda possuem um pouco de memória. Primeiro, porque a “queda” de preço não pode ser atribuída às variações da taxa de câmbio, mas à manipulação imposta pelos compradores, porque o mercado hoje é uma “caixa-preta”, em função da ausência de cooperativas integradas

⁷⁷ É reconhecido o fato de que o secretário, agindo politicamente, sobraçou as várias propostas de financiamento pelo Recoop, aprovando as que eram do seu interesse, em função da relação que mantinha com o Sr. José Gerardo Fontelles, do Ministério da Fazenda, mas excluindo a Copercacau, quando se sabe que eram das únicas que se adequavam aos normativos da medida e já havia estudos conclusivos do Banco do Brasil.

⁷⁸ O Pesa especial, com o qual o secretário pretendia equacionar os problemas da lavoura, não passou de um engodo, pois resultou na transformação de dívidas agrícolas, fundadas em cédulas de rural, em dívida fiscal porque transformadas em Dívida Ativa da União, com o único objetivo de manter a integridade dos ativos das instituições financeiras do que resolver problemas dos agricultores.

verticalmente, que serviam de contraponto. Segundo, porque a preocupação do secretário não era coerente, porque nada fez para ajudar a remover as causas estruturais que ocasionam as debilidades que pareciam lhe preocupar.

Como não se ignora que o cooperativismo pode elevar os preços ou, pelo menos, eliminar a manipulação interna, fica a dúvida sobre as razões que levaram o secretário a tratar com desdém o sistema Copercacau, que hoje poderia dar grande contribuição como mecanismo de correção das atuais distorções, em benefício dos produtores, da região e do próprio Estado.

Como demonstração das contradições do secretário, depois de conduzir um programa que considerava inatacável, diante do indiscutível fracasso das iniciativas sob sua condução, denunciou o programa que até então coordenava com mão de ferro, atribuindo a responsabilidade desse fracasso à Ceplac (Anexo B):

O secretário da Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, defendeu, ontem na abertura da 25ª Semana do Fazendeiro, na Emarc-Uruçuca, a anistia das dívidas dos produtores de cacau que recorreram a financiamentos para o combate à vassoura-de-bruxa na primeira e segunda etapa do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Ele argumentou que a prática fitossanitária e restrita à poda de árvores para o controle da doença foi recomendada pelos técnicos da Ceplac, mas se mostrou inadequada e causou prejuízos financeiros.

Não há dúvida que os agentes públicos mais influentes sobre os destinos da cacauicultura a partir do início da década de 90 foram José Gerado Fontelles (representante do Ministério da Fazenda e coordenador geral do grupo de supervisão do PRLCB), Pedro Barbosa de Deus (secretário da Agricultura do Estado da Bahia e coordenador do comitê executivo) e Joaquim Cardoso (diretor da Ceplac e integrante do grupo executivo).

Por isso, procurou-se a apreender dos entrevistados principalmente o sentimento de cada um sobre a atuação desses servidores públicos. Lideranças entrevistadas manifestaram de forma dura com relação à atuação da tríade que comandou os destinos da cacauicultura a partir da criação do PRLCB, em 1994.

Sobre Joaquim Cardoso, assim se pronunciaram:

Tinha visão claramente oposta ao cooperativismo, pondo-se mais a serviço de industriais e exportadores.

Defendia os interesses privados. Nenhuma atenção dispensava aos interesses coletivos dos produtores. Hoje, aposentado, é executivo do grupo Odebrecht, grupo que ele sempre defendeu os interesses como funcionário público (entrevistado C).

Tinha visão claramente oposta ao cooperativismo, pondo-se mais a serviço de industriais e exportadores (entrevistado A).

Sobre Pedro Barbosa de Deus:

Agente do governo estadual sobrepunha os interesses da agricultura a equivocados interesses do Estado (como se tais interesses fossem antagônicos). Via nas propostas da região, como o Grupo Temático Cacau, “ameaças” ao grupo político que defendia. Agente do governo estadual sobrepunha os interesses da agricultura a equivocados interesses do Estado (como se tais interesses fossem antagônicos). Via nas propostas da região, como o Grupo Temático Cacau, “ameaças” ao grupo político que defendia (entrevistado A).

Há evidências de que o secretário estadual da Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, com ações de bastidores, impediu a resposta dos bancos, enquanto criava órgãos paralelos às entidades representativas do cacau (entrevistado D).

Secretario de Estado de Agricultura por força de amizades pessoais. Sem nenhum conhecimento sobre o setor e em especial a cacaucultura. Por força disto errou na formulação de todos os programas que conduziu como secretario de Estado. Desapareceu da cena política da mesma forma que apareceu. Tornou-se grande proprietário de terras no sul da Bahia. Afinal foram 16 anos a frente da SEAGRI-Bahia (entrevistado C).

Os interesses dos processadores de cacau e da indústria chocolateira impediram, com o apoio do secretario Pedro Barbosa, que os acordos se concretizassem (entrevistado E).

Sobre José Gerardo Fonteles;

Como coordenador do PRLCB, programa que deveria favorecer o cooperativismo regional, beneficiou as grandes organizações cooperativas do Sul do País, ignorando a Copercacau (A).

Burocrata de estado (...). Fez o jogo dos interesses políticos e econômicos dos que comandavam os programas. Permanece um burocrata, atual Secretario Geral do MAPA, continua sem entender a civilização cacau e vinculado a processadores e industriais e pequenos grupos de interesses da cacaucultura (entrevistado C).

Esse três servidores públicos podem ser apontados como os principais responsáveis pelo malogrado PRLCB, porque foram seus formuladores, a partir de projeções irrealistas, juro e prazos incompatíveis, e seus executores, baseado numa tecnologia experimental e numa assistência técnica contraditória. Por outro, parece evidente que eles protagonizaram verdadeira simbiose burocrática para obstruir todo e qualquer esforço de soerguimento do Sistema Copercacau, em várias oportunidades.

Capítulo 6

Uma proposta de recomposição do setor

Nos capítulos anteriores ficou evidenciado que a região cacaueira enfrenta uma crise cuja duração se aproxima de três décadas, sem qualquer solução efetiva para equacionamento dos seus principais problemas. Paralisado o Sistema Copercacau, pelas variadas razões já assinaladas, ressentem-se os produtores do papel importante que esse modelo representava para a região, como regulador natural das relações comerciais, vácuo que está permitindo às empresas multinacionais do cacau manipular os preços internos de acordo com a sua conveniência, deprimindo-os, além de promoverem importações de amêndoas de outros países, de baixa qualidade, que representa elevados riscos fitossanitários, devido ao baixo poder de barganha dos produtores.

Existem fundamentos reais para recomposição do setor cooperativista, porque persistem as mesmas condições prevaletentes na época em que o Sistema foi implantado. Mas, seguramente, as ações previstas não podem ser confundidas com as medidas pontuais em curso no momento, que, ao invés de emancipar os atores interessados, tendem a perpetuar a dependência.

Nesta parte, serão desenvolvidas ideias que visam a recomposição do setor, com o envolvimento de instituições públicas e privadas, criando-se mecanismos que levem a população, por meio de educação apropriada, principalmente, “a querer desenvolver-se e a saber organizar-se”.

6.1 O “insucesso” de cooperativas não significa a decadência do cooperativismo

Qualquer dificuldade que tenham as cooperativas, por questões internas e por influências negativas externas, não significa “*decadência do cooperativismo*”, conforme se costuma divulgar. O cooperativismo tem como fundamento ideologia de cunho moral, doutrina sistematizada ao longo dos séculos e base teórica suficiente para incorporá-lo aos estudos avançados da Ciência Econômica, como instrumento corretivo dos “mercados” concentrados (monopolistas) tanto na compra quanto na venda de bens e serviços. Trata-se de cooperativismo, como conteúdo normativo, que tem um ideário de transformação, e não simplesmente de cooperativas, que deveriam ser os instrumentos de viabilização desse ideário, que se tornará tanto mais distante quanto for o distanciamento dessas sociedades cooperativas de postulados básicos, quando optam pela reprodução de práticas das empresas mercantis e se utilizam de procedimentos especulativos.

Com efeito, a exemplo dos sistemas conhecidos (capitalismo e socialismo), mesmo sendo apenas um regime corretivo, tem uma ideologia de mudança. Ideologia entendida como crença de que só é possível mudar as situações tradicionais de concentração e construir a democracia, de forma pacífica, juntando os indivíduos, que atuam isoladamente, sem liberdade, em instituições capazes de exercer o contraponto e propiciar o equilíbrio dentro do desequilíbrio (muitos comprando e poucos vendendo, ou vice-versa, o que causa uma relação desigual e assimétrica).

Do ponto de vista teórico, existe significativo aparato lógico, que tenta sistematizar o papel do cooperativismo e das cooperativas em mercados imperfeitos, e a contribuição que podem dar à redução dos desequilíbrios, na busca de eficiência, principalmente em países subdesenvolvidos.

Por ser uma instituição universal, com fundamentos sociológicos, econômicos e políticos, testada em circunstâncias onde se leva a sério os seus postulados filosóficos e doutrinários, a idéia de decadência não se aplica ao cooperativismo, enquanto perdurar os desequilíbrios, que são o seu substrato, que estão longe de serem eliminados.

As cooperativas “aparecem” e podem “desaparecer”, porque são constituídas e liquidadas em função da vontade exclusiva dos sócios, por ação ou por omissão, o que não torna o cooperativismo mais, ou menos, decadente. Quando uma cooperativa se fecha, apenas fica evidente a ausência de conteúdo doutrinário, e a falta de apoio institucional (que é preceito constitucional), pela incúria dos governos. Afinal, não se fala em decadência do sistema capitalista apenas pelo fato de as estatísticas comerciais registrarem a falência de

centenas de empresas mercantis todo o dia, por razões variadas.

6.2 Os “novos chocolateiros” e as cooperativas isoladas

A agroindustrialização regional vem sendo discutida há algum tempo por alguns “visionários”. Entre outros, cita-se o trabalho de José Maria de Vasconcelos (1975), então interventor na Cooperativa Central do Cacau. Ali, com outros autores, ele esboçou as bases de uma visão verdadeiramente moderna de industrialização regional, com a verticalização da produção de cacau, em escala adequada, algo estratégico porque incorporava a ideia de mudança por meio da organização horizontal.

É fato que algumas pessoas não absorveram a diferença de se produzir chocolate com preocupações apenas microeconômicas, mantendo-se o *status quo*, e a produção que visa a transformação dos sistemas tradicionais.

A corrente fundada simplesmente na construção de pequenas fábricas de chocolate ignora as limitações dessas iniciativas do ponto de vista do desenvolvimento local, tendo em vista que a cadeia produtiva do cacau se caracteriza pelas suas grandes assimetrias. Sem se preocupar com a perversidade desse arranjo, querem agora reproduzir o “modelo” de atomização e dependência também na produção de chocolate, com unidades isoladas, sem economias de escalas tecnológicas, produtivas e comerciais. Mas não é só isso, já que se deve pensar num modelo agroindustrial para frente, a partir da porteira da fazenda, que produza um produto que tenha aceitação nos mercados interno e externo⁷⁹, e possibilite que milhares de produtores alcance outros elos da cadeia produtiva, única forma de elevar e estabilizar as remunerações e melhorar a renda dos trabalhadores.

Afinal, pouco pode se esperar de tais fábricas do ponto de vista das mudanças esperadas. O equívoco da vertente que as defende é pensar que, a partir das amêndoas de cacau, sem passar pela fase de processamento, se poderia produzir de maneira eficiente, com custos unitários menores, com qualidade, com competitividade. Para produzir chocolate de bom padrão bastaria apenas a quantidade de manteiga, líquido e torta usada por bons chocolateiros, nas suas diversas proporções, o que conflita com a “racionalidade” dos “novos chocolateiros” que pretende usar todo derivado extraído da amêndoa (100%), o que implicaria em desperdiçar parcela ponderável de matéria-prima nobre, como é manteiga e a torta. Não se

⁷⁹ A Itaisa já havia contratado estudos de uma consultoria externa, que indicara que a melhor opção seria a produção de cobertura de chocolate de boa qualidade, ao invés da venda de varejo de chocolates, como forma de suprir as pequenas fábricas no país e no exterior.

pode confundir chocolate com 70% de gordura como produto orgânico ou fino e muito menos como terapêutico, já que essas as fábricas adicionam mais gordura adquirida de fontes externas, que não se sabe se é extraída de cacau ou é gordura hidrogenada.

É indiscutível que produzir chocolate orgânico é bom, mas depende de mudança de paradigma tecnológico na produção de matéria-prima, que afeta rendimentos físicos e econômicos. Como se sabe, até o mercado de amêndoas “orgânicas” que vem sendo estimulado de forma mais agressiva por chocolateiros franceses, com o apoio de interesses internos, se baseia no mesmo referencial de preços da amêndoa convencional – as bolsas de mercadorias – mas é preciso saber se os compradores continuarão pagando um valor percentual acima das cotações de bolsa, a título de ágio, quando aumentar a oferta desse produto. E principalmente investigar se esse valor adicional compensa as perdas de eficiência decorrentes da mudança tecnológica, em termos de custo unitário.

A produção de chocolate, se não concebida de forma integrada, não altera a correlação de forças econômicas existente no mercado de cacau, que continuará sendo desfavorável ao produtor e à sociedade regional, mantendo-se os mesmos mecanismos extratores e até ampliando a transferência de renda. Esse é um tema que deve ser tratado de forma responsável pelo setor público, considerando elementos variados, a fim de que não se induza os produtores a uma aventura “ecológica” que pode interessar apenas aos “ecologistas”. É bom salientar que a base de sustentação produtiva expressa pela cabruca nada tem a ver com “cacau fino” ou “cacau orgânico”. A cabruca, embora mantenha quantidade razoável de árvores/ha, não muda de forma substancial a tecnologia em uso, pois os produtores, inclusive os “pequenos”, continuam usando os chamados insumos destrutivos.

A perspectiva da produção de chocolate, como instrumento de modificação das relações de troca, não se confunde com as preocupações pontuais, “ecologicamente” segmentadas, mas totalmente fora de sintonia com uma realidade que se pretende de mudança. Inovar na produção de chocolate, objetivando que a sociedade se aproprie de uma parcela proporcional do que é gerado na cadeia produtiva do cacau, com impacto na geração e distribuição de renda, não é apenas produzir um chocolate “diferenciado”.

Com efeito, por mais fabricas de chocolate que sejam implantadas em cada município elas não modificarão os sistemas tradicionais de comercialização, se atreladas à atual estrutura, de forma dependente e caudatária. Cooperativismo com essa visão é realidade sem mudança, e mudança se constrói com a perspectiva de confronto com estruturas tradicionais e coerência das ações ao longo do tempo, mesmo diante de dificuldades reais. Nesse particular é preciso entender a estrutura de mercado monopolista, a evidenciar que só se pode pensar

em modificações qualitativas relevantes do ponto de vista do conjunto da sociedade se forem buscadas condições para viabilizar mecanismos emancipacionistas que sejam capazes de elevar a renda agrícola e ao mesmo tempo reduzir o preço do produto final.

É possível produzir os melhores chocolates do mundo, com cravo ou com canela. Pode-se até usar o cupuaçu ou qualquer outro produto exótico, com a pretensão de ser diferentes e inovadores, mas na verdade não o será. Essa “novidade” continuará sendo tão velha como a produção de chocolate no mundo, não contribuindo para reduzir as desigualdades, mantendo termos de troca extremamente desfavoráveis para os segmentos essenciais dessa cadeia produtiva, os produtores e os consumidores.

Finalmente, as pequenas fábricas de chocolates, na forma como estão sendo ensaiadas, servem aos políticos que gostam dos discursos fáceis, aos industriais de equipamentos e aos que são intermediários de suas vendas, mas seguramente não trarão benefícios qualitativos e amplos aos produtores e à sociedade regional. Poderão até beneficiar “meia dúzia” de produtores – como poderia ocorrer com um empreendimento individual – mas para atingir o conjunto seriam necessárias centenas delas, o que seria uma irresponsabilidade concebê-las com investimentos públicos. Empreender com recursos privados é uma alternativa de repercussões microeconômicas, que interessa apenas aos que investem no negócio, sem que isso signifique qualquer alteração substancial. Afinal, existem centenas de dessas fábricas em todo país, mas o que interessa é a produção do chocolate que transforma.

Aliás, quando perguntados se as fábricas de chocolate que vêm sendo difundida, criadas com recursos não reembolsáveis do Estado, poderiam modificar o atual quadro de concentração do mercado, assim responderam alguns entrevistados:

Creio que o quadro geral de dificuldades em que a cacauicultura vem padecendo não será removido com ações de microeconomia, os empreendimentos de “fundo de quintal”, como bem foi intitulado acima. A questão é grave, e questões graves pedem medidas profundas: planejamento de médio e longo prazo, investimento em quantidade adequada, no tempo requerido e com “preço” acessível aos produtores (Entrevistado A).

Óbvio que não. As tentativas feitas até o momento não foram coroadas de êxito (Entrevistado B).

Não. Mesmo por que, não atuam perseguindo ou praticando a economia de escala. O lado positivo é que alguns associados numa condição isolada começam a enxergar o cooperativismo como um instrumento de defesa para aquele ou este momento. Cairão fora no primeiro revés, ou aparentes vantagens extra-cooperativa que surgirem (Entrevistado D).

Estranhamente, alguns técnicos do setor público, sob o manto das suas instituições, continuam tratando a questão de forma parcial. No momento, apesar do elevado grau de

concentração das indústrias chocolateiras – elas estão se fundindo cada vez mais, como é o caso de duas grandes empresas que operam no Brasil – continua-se insistindo em ser “pequeno” (pequeno, do ponto de vista da teoria econômica, é o agente que não influencia preço). Estão aí as propostas mirabolantes de criação de pequenas indústrias, se possível em cada município. Se vingar a ideia de se reproduzir, na área industrial, a pulverização já existente na agricultura, estará feita a festa da indústria de máquinas, que significa mera transição, mas não mudança.

Portanto, a organização empresarial, que não se resume simplesmente no uso eficiente dos recursos, passa necessariamente por uma visão estratégica e de integração vertical da produção (integração para frente), ou seja, agregação de valor em decorrência de investimentos que devem ocorrer simultaneamente antes e depois da porteira, possibilitando escala econômica adequada para influenciar positivamente os mercados. Só assim os agricultores terão condições de êxito: produzindo com eficiência, se organizando para fazer investimentos em conjunto e se encarregando eles mesmos da maior parte das demais etapas da cadeia agroalimentar, como acentuou Lacki (1995).

6.3 O papel do Estado como indutor: dever e não apenas opção

É universal o entendimento do importante papel que as cooperativas podem assumir, principalmente em países subdesenvolvidos, o que lhe empresta uma posição diferenciada em relação às demais empresas, pois contribuem para que sejam alcançados objetivos micro e macroeconômicos, com a melhoria da eficiência da economia, devido às alterações e aperfeiçoamentos introduzidos na estrutura de mercado.

Isso só se tornará possível se existirem políticas públicas indutoras que direcionem ações de natureza qualitativa, capazes de transformar o que precisa ser transformado e preservar o que deve ser preservado. Por outro lado, as políticas públicas precisam se fundamentar numa conceituação adequada do seu objeto para não se transformarem em distributivismo faccioso nem em concentração indesejável, sob pena de gerar distorções maiores e resultar em desperdício de recursos públicos.

A cooperativa é, de fato, mero instrumento corretivo privado, como poderiam sê-lo outros, de natureza governamental – desde que destituídos dos desvios comuns do intervencionismo. Como o Estado tem revelado notórias dificuldades para assumir funções corretivas, deve fazê-lo de forma indireta, induzindo e consolidando meios que se prestem a

esse fim. É crucial reconhecer a necessidade de estrutura institucional eficaz, que administre os desequilíbrios, com o estímulo para a presença de mecanismos emancipacionistas, que podem servir de referência para o próprio Estado.

Se existe grande atraso cultural para a consecução desses fins, é porque os estratos mais fracos não têm consciência de que só poderão melhorar suas condições de vida adotando posições solidárias, e com isso forçar os centros de poder a tomar decisões mais compatíveis com o interesse geral. E o termo mais fraco não é utilizado para exprimir somente pobreza, mas incapacidade, inclusive dos ricos, de enfrentar individualmente as condições de concentração que também lhes são adversas, o que Sen (2000) chamou de liberdade.

Na verdade, se a cooperação é um processo natural para que se alcancem relações mais harmônicas entre os diversos atores sociais, mesmo que o objetivo seja individual, condição fundamental para que se opere o desenvolvimento, o importante é criar suportes que tornem a prática cooperativista algo rotineira, gerando assim a cultura necessária ao seu desenvolvimento pleno. Nesse processo, o engajamento das universidades tem grande significação como centros irradiadores de conhecimento.

Apesar da retórica neoliberal, os países desenvolvidos continuam ensinando, e, mais do que isso, praticando o intervencionismo, sob todas as formas. Portanto, o que se coloca não é o dilema entre intervir e não intervir, mas a forma como deve operar a intervenção.

Diante do conflito que caracteriza o processo de acumulação, via concentração, cabe ao Estado o papel de neutralizar os efeitos perversos decorrentes, por isso o poder de intervir para preservar e não para destruir; de intervir para corrigir e não para ampliar as desigualdades. Mas os efeitos só se operarão se as relações entre os diversos segmentos não forem assimétricas, balanceando o poder de negociação. Os que detêm maior poder de barganha têm condições de se beneficiar nas disputas geradas pelas políticas públicas.

Em muitos países, onde existe razoável compreensão desses elementos restritivos, o cooperativismo é realçado pelas constituições respectivas e o debate é colocado nas universidades, propiciando que o trabalho de educação e o esforço de pesquisa contribuam para o entendimento da sociedade e condicione políticas públicas. Como disse Coelho (1979), apud Myrdal em situações de estagnação, baixo nível de renda, de educação, de estruturas econômicas e sociais rígidas e desiguais,

As dificuldades para construir instituições de auto-governo, cooperativas e grupos de barganha são imensas. O problema fundamentalmente diferente que os estados subdesenvolvidos têm de enfrentar é que eles justamente têm de desenvolver estas instituições.

Para Benecke (1980), em países em desenvolvimento, o Estado, “como responsável pela política econômica, já não pode se mostrar indiferente ao êxito das cooperativas” e nem a sociedade passiva e omissa em cobrar dos governantes medidas concretas nesse sentido.

Nos países subdesenvolvidos, as condições estruturais que impedem o caminho para o desenvolvimento exigem a presença do Estado no sentido de viabilizar soluções que induzam a sociedade a se organizar.

No entanto, embora o cooperativismo figure na Constituição Federal como mecanismo ao qual se lhe empresta atenção especial, a ponto de o legislador constitucional o distinguir, de forma efetiva pouco foi feito no particular. Com efeito, esse apoio não pode continuar sendo apenas um argumento político, no governo ou nas universidades. É preciso que as políticas públicas enfatizem o seu papel para a estratégia de desenvolvimento.

Não há dúvida que existem dificuldades reais para implantação de cooperativas numa sociedade com características antropofágicas. Mas esse é exatamente o grande desafio e, longe de negar o cooperativismo, afirmam-no como necessário e, mais do que nunca, reforça a tese de Myrdal de que a superação dos problemas passa necessariamente pela ação indutora do Estado que, segundo Benecke (1980),

como responsável pela política econômica de países em desenvolvimento como o Brasil, já não pode se mostrar indiferente ao êxito das cooperativas, pois a existência de cooperativas fracassadas ou sua não existência significa uma oportunidade perdida para o país, tendo em vista a contribuição que elas podem trazer ao desenvolvimento. Por isso, nos países que procuram maior desenvolvimento, não cabe perguntar se o Estado deve influenciar as cooperativas, mas como deveria fazê-lo.

De certa forma, muito do que o Estado poderá fazer no particular está associado à atitude profissional dos técnicos e docentes, que, segundo o autor citado, “deveriam incentivar os políticos a tomar medidas concretas para que os impulsos ao desenvolvimento realmente cheguem a uma ampla base da população”, o que torna crucial a existência de centros de ensino, de estudos e de pesquisas, que incorporem definitivamente o cooperativismo ao estudo de Economia Política.

Em tese, o Estado tem dois papéis fundamentais nesse cenário: de promoção e de fiscalização. Este último deveria ser concebido com a parceria de setores ligados ao cooperativismo, a partir de critérios normativos tecnicamente consistentes relacionados à doutrina, à teoria e à legislação.

Por isso, é necessário que os agentes públicos saibam como agir para que o processo de intervenção se torne eficaz. Benecke (1980) diz que se entende necessário outorgar às

cooperativas importante papel na estratégia de desenvolvimento “deve-se procurar que orientem sua atividade em benefício dos associados”, aduzindo que:

Unicamente quando o interesse de progredir dos sócios coincide com o propósito da direção, pode-se esperar que as cooperativas produzam maior permeabilidade para os impulsos existentes e consigam maior efeito de integração

Este resultado seria de grande importância porque ajudaria a resolver o grave problema do dualismo (...).

Cabe aos governos, porque dever do Estado, criar as condições para que floresçam as cooperativas, fomentando a sua criação e desenvolvimento e, na forma da Lei, criando os estímulos creditícios adequados. Essa é uma forma de, no mais longo prazo, gerar poupança para financiar o desenvolvimento, porque educativa.

Por outro lado, essa preocupação com a debilidade de o Estado, por si, se tornar a instituição capaz de promover mudanças, aliás, como pensava no início o próprio North, se tornou presente em institucionalistas históricos, como Galbraith (2004), para quem

O sistema econômico praticado por todos os países economicamente adiantados do mundo e, em formas mais difusas, pelos demais – com exceção da Coreia do Norte, de Cuba e, formalmente, mas não de fato, da China – confere o mais alto poder econômico àqueles que dominam as indústrias, os equipamentos e as terras de maior importância, e aos que controlam recursos financeiros. Antigamente, o dono era o chefe; agora as grandes empresas e as que executam tarefas de maior complexidade têm uma administração. Nas empresas modernas, quem detém o poder real não são os donos do capital, (...) os administradores (...). Nos Estados Unidos, como em outros países economicamente avançados, nenhuma referência é tão comum, tão aceita, como a que se faz aos dois setores do mundo econômico e político. Antes, havia capitalismo e socialismo. Agora... a palavra “capitalismo” foi em parte esquecida pela linguagem e, quando usada, ainda tem uma conotação um tanto negativa. Nos Estados Unidos, socialismo e iniciativa e ação governamentais são profundamente inaceitáveis. Poucos desejam ser conhecidos como socialista. Assim sendo, tolera-se a diferenciação de um setor privado e um setor público.

Por isso, a dimensão sustentável está ligada ao tema das desigualdades sociais, algo que o Estado, sozinho, não tem condições de resolver no contexto das relações econômicas atuais. Se existe ainda grande concentração de ativos fundiários, o poder político desses grupos concentrados, no seu conjunto, é inexpressivo face ao poder dos centros de poder comerciais e industriais, que são capazes de exercer influência efetiva na geração de políticas públicas que ampliem o nível da concentração.

A história dos povos e os acontecimentos recentes no Brasil evidenciam que cabe à sociedade papel substantivo no processo de desenvolvimento. Essa discussão perpassa a visão estritamente ideológica, que contrapõe o liberalismo ao não-liberalismo, e a idéia de estado

“mínimo” ou “máximo”, como se esses limites pudessem incorporar a ética na ação pública.

Diante das limitações do Estado para realizar a tarefa de correção dos desequilíbrios inerentes às disfunções dos mercados, com efetividade, devido às pressões de grupos que se defrontam, as políticas públicas são direcionadas para interesses mais específicos, enquanto muitos ficam à margem, objetos apenas das políticas assistencialistas que não resgatam. O setor público carece de condições objetivas para reduzir a desigualdade nos países subdesenvolvidos. Em tese, se o Estado tem papel fundamental nesse cenário, é indispensável que os agentes públicos saibam como agir para que o processo de intervenção se torne eficaz, com a consciência de que é necessário emprestar *dimensão política* às suas ações, sem que isso implique em *engajamento* político (STEINER, 2006).

É necessário salientar que as pessoas têm aspirações latentes que precisam ser potencializadas. Para potencializá-las devem adotar simultaneamente o comportamento racional e solidário, o que é produto da *práxis* ou cultura, em função do trabalho permanente de educação e informação que absorveu intuitiva ou induzidamente. O cooperativismo é uma doutrina que transforma essas aspirações em crescimento e dinamização da sociedade, o que exige que a presença das cooperativas se opere com essa perspectiva, entendimento esse necessário para o exercício de uma prática consistente.

O estímulo, apoio formal e material à constituição e permanência da cooperativa, pelo setor público, situa-se no campo da sua obrigação institucional e, mais do que isso, se constitui em forte instrumento de promoção dos recursos humanos, que não deve ficar indiferente à situação de empobrecimento gradativo da população, submetida inexoravelmente às soluções convencionais que só ampliam a sua dependência.

Para melhor entendimento sobre os benefícios esperados da ação cooperativista, dois pressupostos são necessários: que existam aspirações econômicas, de um lado, e aspirações sociais, de outro, mesmo que formalmente isso não esteja claro para a população. São essas aspirações potenciais, encontradas em todo ser humano, que será o motor para que se atinja o comportamento racional e o comportamento solidário.

Mas a condição para que isso ocorra é que haja esforço sistemático e permanente do trabalho de educação e informação, em todos os níveis, já que a dificuldade de apreensão desses atributos não é observada apenas nos que pretendem constituir cooperativas, mas, e principalmente, nos agentes públicos que lidam com o problema.

É o comportamento racional que introduzirá o efeito de concorrência nos mercados até atingir-se o crescimento econômico. Do outro lado, o comportamento solidário levará à prática da democracia e do comunitarismo (Figura 9).

As cooperativas devem ser estimuladas justamente onde elas são mais necessárias, como no caso da Região Cacaueira da Bahia. No entanto, é importante que elas sejam implementadas observando-se valores essenciais, seguindo etapas coerentes de organização do quadro social, senão os seus problemas de origem permanecerão se os associados continuarem a encará-las como *opção comercial*.

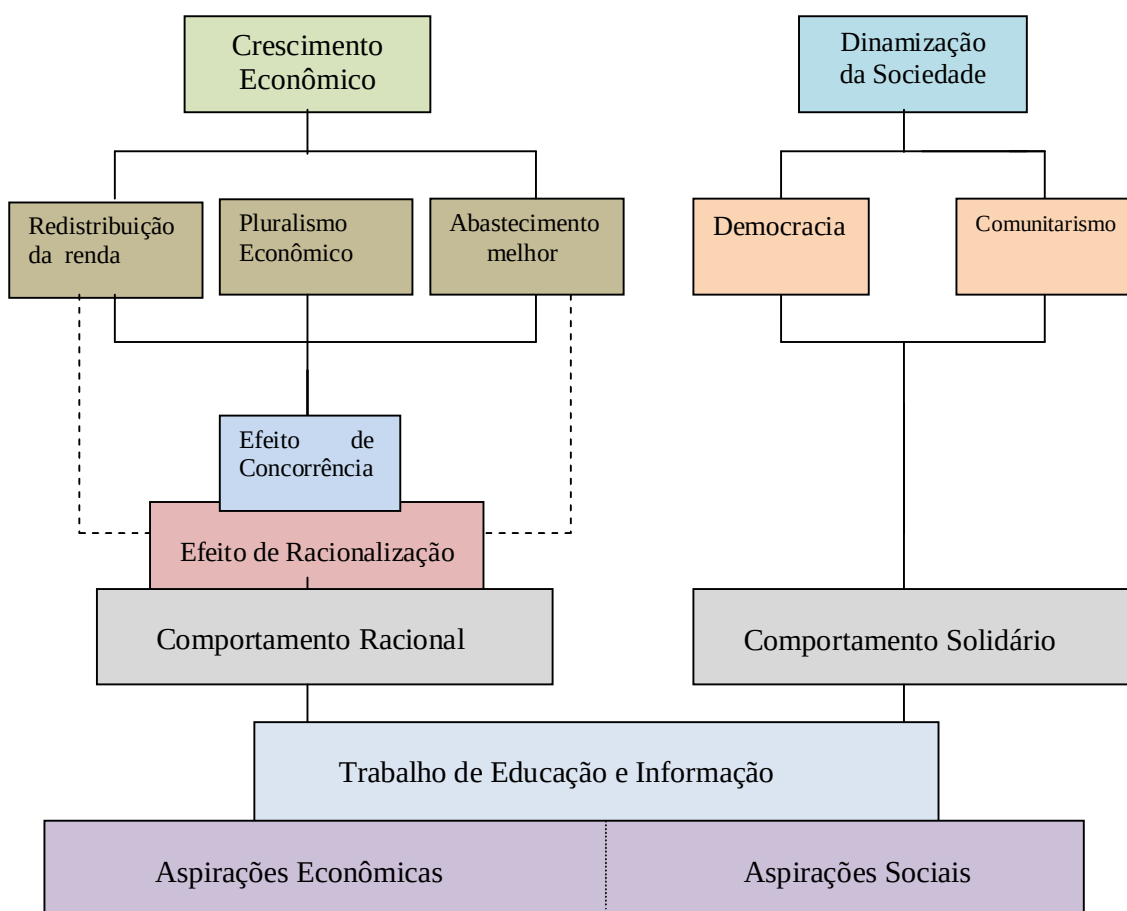


Figura 9: Efeitos esperados da cooperação cooperativa

Fonte: Benecke (1980)

Benecke (1980) afirma que

grande número de cooperativas não satisfaz as aspirações de seus associados nem de seus promotores, mas isso não se deve ao modelo cooperativo e sim à sua implementação pouco realista, pouco adequada ao seu meio ambiente e sobretudo muito pouco conectada com a doutrina. Contudo, os êxitos mostram que a cooperativa é realmente uma das ferramentas mais eficazes para um desenvolvimento econômico e social, para a estrutura competitiva (organizando mercados internos), para incentivar a iniciativa privada, para ensinar a responsabilidade e participação à população.

A prática cooperativista, envolvendo todo corpo social, estimula a cidadania e, para muitos, é a maneira pacífica de construir a democracia. Sabe-se que os benefícios econômicos e sociais decorrentes do uso de recursos públicos e privados não são apropriados de forma proporcional pelo conjunto da sociedade, devido à dispersão de diversos setores (caso dos assalariados) vis-à-vis grandes estruturas concentradas (caso dos bancos) que compõem o pano de fundo da realidade econômica contemporânea que, têm dificuldades de captar recursos, de poupar e de acumular, devido à ação predatória e extratora das grandes unidades financeiras, comerciais e industriais.

O crescimento econômico, o aperfeiçoamento da democracia e a valorização do ser humano estão entre os efeitos esperados da ação cooperativa, para que as cooperativas possam desempenhar o seu relevante papel, sem altos e baixos, é necessário que passem por um choque de doutrina. Por isso, é preciso que a academia, da mesma forma que cuida de difundir o conhecimento no campo das diversas ciências, cuide também de promover a discussão acadêmica, nessa área, a fim de sistematizar a difusão de vasta teoria que existe, e colocá-la à disposição de pessoas “positivamente interessadas” em desenvolver o cooperativismo de acordo com preceitos normativos aceitos universalmente.

Produtores rurais, pequenos, médios ou grandes, têm dificuldades em se apropriar de parcela equitativa da renda gerada, em função da existência de uma estrutura concentrada de fornecimento de insumos que lhe cobra preços altos; ou quando são meros tomadores de preço, diante de um “mercado” que lhes impõe preços baixos. A organização lhe permite modificar as relações impostas por essa estrutura, tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta, fazendo o contraponto e melhorando suas condições de compra e venda.

É incompreensível que certos setores pretendam restringir o crescimento de atividades que precisam de escala econômica, mantendo “pequenas” iniciativas que podem ser potencializadas com dimensão econômica adequada, única forma de enfrentar as grandes estruturas comerciais e industriais. Esse é o caso, por exemplo, das associações que, além de operar com nítidas desvantagens em relação às cooperativas, estão condenadas a subsistir sob a tutela oficial.

A propósito, Maia (1985), ao apresentar a cooperativa como um instrumento dos mais eficazes para o trabalho social diretamente vinculado às necessidades da população, alerta para o risco de intervenção técnica vertical, impositiva, que, sob o disfarce de um discurso de promoção social e de liberação humana, oculta, repetidas vezes, um propósito de dominação. A ação do técnico, diz a autora, deve ser indutora e facilitadora da ação popular, mas nunca sucedâneo da mesma.

6.4 A Lei Cooperativista Estadual de 2009 e a necessidade de articulação institucional

A partir do reconhecimento sobre o seu papel no processo de desenvolvimento, o cooperativismo foi consagrado nas constituições de vários países. No Brasil, a Constituição Federal trata do assunto de forma explícita nos artigos 5º, 21, 174, 187 e 192.

Se não bastassem a Constituição e a Lei Federal 5.764/71, que prevê incentivos ao cooperativismo, o Estado da Bahia avançou qualitativamente com a Lei Nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009, cujos artigos primeiro, segundo, terceiro e quarto se transcreve, em parte:

Art. 1º - Fica instituída no Estado da Bahia a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo como o conjunto de princípios, diretrizes, regras e ações a cargo dos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado da Bahia, com os seguintes objetivos.

I - incentivar a atividade cooperativista e contribuir para o seu desenvolvimento no Estado da Bahia;

II - fomentar e apoiar a constituição, a consolidação e a expansão de cooperativas no Estado;

III - estimular a captação e a disponibilização de recursos financeiros destinados a apoiar ações desta Política;

IV - apoiar técnica e operacionalmente o cooperativismo no Estado, promovendo as parcerias necessárias ao seu desenvolvimento.

Art. 2º - A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo tem como base os seguintes princípios e diretrizes:

I – prevalência de ações de natureza emancipatória;

II – perenização das ações de fomento ao cooperativismo;
.....

Art. 3º - São beneficiárias da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo as cooperativas com sede e atuação no Estado da Bahia, e seus

respectivos sócios.

Art. 4º - Para efetivar a Política instituída por esta Lei, compete ao Poder Público Estadual, através dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta:

I - prestar assistência educativa e técnica às cooperativas sediadas no Estado;
.....

IV - promover a formação e a capacitação técnica e profissional em cooperativismo, bem como em gestão e operação de tecnologias aplicadas a processos econômicos cooperativos;

V - estimular a inclusão de estudos sobre cooperativismo nos ensinamentos fundamental, médio e superior, bem como na educação profissional e tecnológica;
.....

VII - autorizar, permitir, ceder e conceder o uso de bens públicos a cooperativas, na forma da lei.

Parágrafo único - As ações previstas neste artigo poderão ser executadas mediante contratos e/ou convênios, conforme o caso, na forma da legislação em vigor.

A Lei sancionada pelo governador da Bahia, depois de aprovada pela Assembleia Legislativa, é uma construção da sociedade, que estabeleceu regras impositivas que devem ser obedecidas pelos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado da Bahia. Logo, não cabe a qualquer dirigente ou agente público interpretar de forma diversa.

Ao instituir na Bahia a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, o governo estadual se baseou em elementos concretos sobre a importância da organização de grupos que enfrentam desigualdades, e da eficácia do cooperativismo para reduzir os desequilíbrios. Mas, paradoxalmente, não se tem conhecimento de qualquer iniciativa por parte dos “órgãos e das entidades” referidas na Lei, para dar consecução aos seus objetivos⁸⁰.

A legislação, cujo cumprimento deve ser exigido por todos os segmentos sociais que buscam mudanças qualitativas nos esquemas tradicionais, tem como princípios e diretrizes básicas dois aspectos importantes: a criação de mecanismos emancipacionistas e a definição de ações de fomento permanentes, o que revela a consciência do legislador ao condicionar as ações dos agentes públicos no sentido de induzir à libertação dos atores envolvidos e não simplesmente a transferência da dependência de grupos concentrados para o Estado.

É importante realçar ainda o que está contido nos incisos I, IV e V, do Art. 4º, que torna evidente o reconhecimento de que ao Estado tem de estimular a organização da população, no caso, dos agricultores, mas evitando que a imposição vertical predomine na ação pública.

6.5 Configuração de um novo modelo: ênfase na educação

Criar novas cooperativas e adequar o funcionamento das que existem é algo necessário e urgente, mesmo porque as situações estruturais que determinaram a presença de cooperativas tornaram-se mais agudas: a) a inexistência de estrutura competitiva no mercado interno, com o esfacelamento de todas as empresas comerciais e industriais; b) total ausência de assistência técnica e financeira aos produtores; c) a total ausência do Estado como mecanismo regulador, já que a sua interveniência foi extremamente prejudicial aos produtores e à

⁸⁰ De fato, muitos dos que lidam com cooperativismo, no setor público e no setor privado, desconhecem o Direito Cooperativo, como ramo do Direito, e jamais leram a Constituição Federal, no particular e as leis cooperativistas federal e estadual.

sociedade regional, nos últimos 30 anos.

6.5.1 A definição do novo sistema

Portanto, é indiscutível o papel do Estado no sentido de influenciar as cooperativas (BENECKE, 1980, COELHO, 1979), cabendo apenas saber como fazê-lo, a fim de possibilitar o seu êxito e possibilidade, daí porque se propõe a recomposição do cooperativismo regional, tendo o Estado como elemento impulsionador, mas não do modo como ocorreu nas intervenções anteriores e como vem ocorrendo no momento, que se descuraram e descuram totalmente da educação e da formação cooperativista, apesar de hoje existir uma legislação específica.

Considerando que os fatores externos (ação de políticos, de comerciantes, de industriais e a eclosão da vassoura-de-bruxa) exerceram grande influência, isso não quer dizer que o cooperativismo na forma como estava concebido do ponto de vista estrutural está esgotado. A essa altura é possível afirmar que a Copercacau teria vencido todas as dificuldades financeiras se:

- a) não eclodisse a doença vassoura-de-bruxa;
- b) os produtores não tivessem redução brutal da sua capacidade de pagamento, em função da baixa liquidez;
- c) os bancos não tivessem se encolhido, reduzindo brutalmente a oferta de crédito;
- d) os produtores-associados tivessem consciência plena da importância da presença da Cooperativa, justamente naquele momento crucial.

Essas constatações revelam que mesmo com os fatores externos predominando no processo de desmantelamento do Sistema, ao produtor e ao setor público se atribui a maior responsabilidade pelo que ocorreu⁸¹. Ao primeiro por que não tinha consciência sobre a importância da manutenção do Sistema, o que é um problema de origem na constituição de cooperativas; ao segundo, porque não só ignorou ou se omitiu diante dos acontecimentos – notadamente o surgimento da vassoura-de-bruxa – que modificavam um quadro que durara quase três séculos sem interrupções, que resultou numa inflexão de produção nunca vista, mas pelo fato de que agiram de forma irresponsável para prejudicar o Sistema.

Quando se fala em sistema, está se referindo a uma estrutura que envolva agricultores “positivamente interessados”, pessoas físicas, que se unam para a formação de cooperativas

⁸¹ Os maiores reclamos na atualidade de produtores e de algumas entidades refletem o equívoco de muitos durante todo esforço que foram desenvolvidos pela Copercacau. Parece que se tornou imperativo o seu desmantelamento para que muitos dos seus detratores reconhecessem a importância estratégica para uma região desarticulada estruturalmente

singulares, de acordo com o tamanho de cada grupo, que, por sua vez, integram em cooperativas de segundo grau, a Central. No caso do sistema proposto, o nível de integração terá no ápice a cooperativa central, e terá dois elementos de apoio, conforme figura 10.

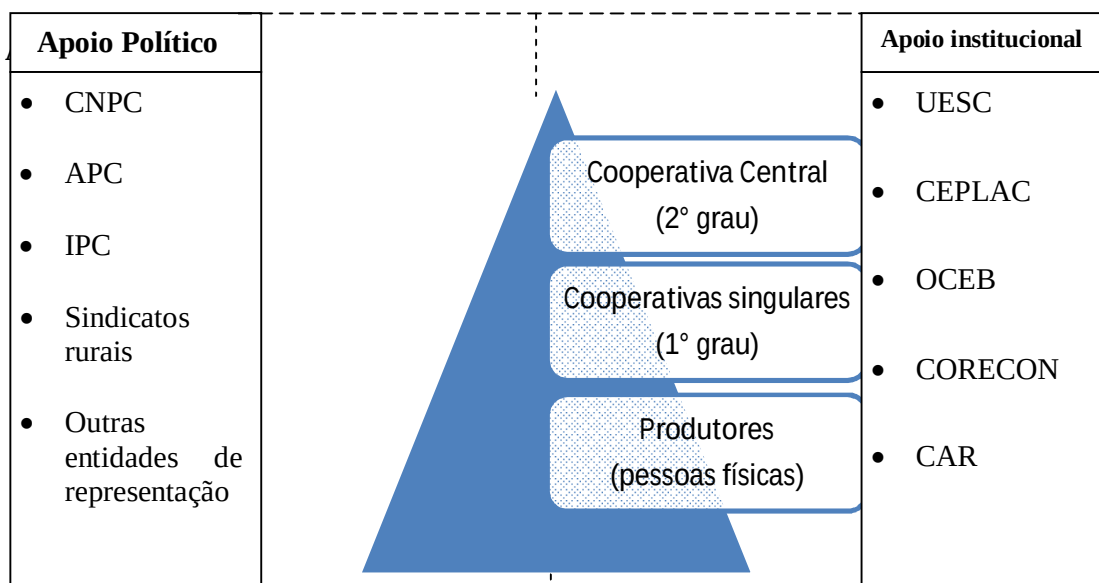


Figura 10: Nível de integração horizontal e vertical das cooperativas do novo Sistema

A ideia de Central pressupõe a busca de economias de escalas em todo processo, visando reduzir custos e emprestar maior poder de barganha ao grupo cooperativado. Assim, a ação da Central consistirá fundamentalmente na concentração de esforços e recursos nas seguintes áreas:

1. Vendas em comum (cacau e outros produtos).
2. Compras em comum (bens de produção, insumos agropecuários e bens comuns).
3. Industrialização.
4. Serviços administrativos de apoio.

No modelo proposto, a realização pela Central dos serviços administrativos de apoio caracteriza uma mudança radical, por representar a concentração de um conjunto de serviços desenvolvidos isoladamente por cada singular, com custos elevados e pouca eficiência. Desta forma, a Central deverá estruturar-se para prestar os seguintes serviços:

- Contabilidade;
- Organização, Sistemas e Métodos;
- Desenvolvimento de recursos humanos;
- Controles gerais (cacau e insumos);

- Auditoria interna;
- Assistência técnica, educacional e social;
- Captação de recursos financeiros.

Como consequência, as cooperativas singulares deverão desenvolver as seguintes atividades:

1. Contratação, classificação e recebimento de produtos.
2. Distribuição de insumos, bens de consumo e de produção.
3. Assistência técnico-agronômica aos produtores.

É defeso às cooperativas singulares realizar individualmente as atividades de venda e compra em comum, ou efetuar operações de crédito junto à rede bancária, sem prévia análise de um comitê financeiro.

A experiência passada do Sistema Copercacau, que é recente, mostra o distanciamento que houve entre cooperativas e associados, que se deu também pela forma tentacular que as cooperativas singulares assumiram, em função da definição anterior de áreas que ampliou de forma excessiva seus raios de ação.

Em muitos casos, a experiência da Copercacau demonstrou que muitos associados dos chamados depósitos recebedores se comportaram de forma hostil, passando a considerá-los meros pontos comerciais. Resultado: a cooperativa termina não se identificando nem com os associados de “fora” nem com os de “dentro” da sede, dificultando de forma comprometedora a interação social. Quanto mais essa situação se amplia, mais os problemas crescem.

Por outro lado, dissociadas desses aspectos essenciais que devem ditar o seu “tamanho”, as cooperativas terminaram por se estruturar baseadas em custos fixos incompatíveis com um crescimento autosustentado o que as obrigou a evoluir para ação puramente mercantil – uma descaracterização do cooperativismo. Neste contexto não adianta ampliar o número de associados, dentro ou fora da sede, baseado apenas em cooperativados que continuarão a entregar às cooperativas parcelas reduzidas das suas produções. É importante assimilar o conceito de crescimento sistêmico do cooperativismo, bem mais adequado para orientar a expansão ordenada.

Se for possível definir um tamanho, este deverá ser o menor possível, a partir do qual é possível crescer de forma auto-sustentada. Nas pequenas e médias (e grandes) comunidades, quaisquer que sejam elas, as cooperativas devem ser estruturadas de forma proporcional ao tamanho do seu quadro social efetivo. São essas cooperativas, com altos graus de coesão e integração, que poderão se tornar extremamente eficientes e eficazes. O nível de integração é que dirá a operacionalidade “ótima” de cada uma.

Com efeito, segundo diagnóstico realizado pelo Centro de Extensão da Ceplac, em 2011, existiam 103 municípios produzindo cacau no Estado da Bahia (Tabela 6), inclusive alguns fora da área que compõe o Sul da Bahia, com produção inexpressiva. Esses municípios serão classificados em subáreas, a partir das quais se escolherão os que fazem convergir interesses comuns, para serem definidas as sedes das cooperativas singulares comunitárias e o seu raio de ação. Em cada comunidade definida se criará uma cooperativa singular, que reúna “pessoas positivamente interessadas” e que estejam dispostas a participar de treinamento específico antes da associação⁸².

Tabela 6: Cacau: diagnóstico por município: nº de propriedades e de produtores, área plantada e produção, em 2011.

MUNICÍPIOS	Nº DE PROPRIEDADES	Nº DE PRODUTORES	ÁREA PLANTADA COM CACAU (hectare)	PRODUÇÃO (Sacos de 60 kg)
Aiquara	281	215	5,277.97	22.300
Alcobaça	4	4	77.00	22
Almadina	129	130	3,986.08	17.148
Amargosa	105	96	577.60	4.530
Apuarema	292	299	2,837.60	17.541
Arataca	667	706	20,285.49	56.754
Aratuípe	4	4	40.00	375
Aurelino Leal	371	372	7,990.50	30.824
Barra do Rocha	220	203	7,223.50	29.571
Barro Preto	291	319	9,050.19	28.742
Belmonte	380	188	11,173.96	45.332
Boa Nova	39	37	505.00	2.925
Buerarema	486	436	7,241.20	27.995
Caatiba	52	52	940.30	4.285
Cachoeira	12	11	97.00	300
Camacan	682	686	14,251.35	40.455
Camamu	1,025	1,080	11,902.82	47.984
Canavieiras	565	400	9,045.34	21.417
Candeias	3	3	7.00	32
Caravelas	1	1	120.00	750
Coaraci	275	287	7,881.50	32.459
Cravolândia	11	10	151.00	1.127
Dário Meira	270	243	5,780.00	32.459
Elízio Medrado	4	4	25.50	91
Eunápolis	55	50	963.45	4.047
Firmino Alves	74	64	1,199.50	5.313
Floresta Azul	307	374	3,915.14	15.666
Gandu	432	370	8,552.80	60.176
Gongogi	210	188	3,725.17	12.752

⁸² Sabe-se que em muitas cooperativas do sul do país, os interessados em participar de cooperativas, antes que se tornem sócios, devem se submeter a cursos que visem deixar claro princípios, deveres e direitos dos associados. Alguns, depois de cientes das suas responsabilidades como provedores, e não como clientes, terminam desistindo.

Guaratinga	323	112	5,565.70	20.962
Ibicaraí	414	536	5,332.21	16.317
Ibicuí	111	109	1,508.00	8.311
Ibirapitanga	1.043	916	20,850.00	91.818
Ibirataia	510	392	13,251.10	60.946
Igrapiúna	240	279	1,997.70	10.400
Iguaí	153	142	2,303.50	14.172
Ilhéus	2.412	2,408	54,876.56	183.457
Ipiaú	669	763	8,980.10	36.166
Itabela	122	141	3,405.90	17.732
Itabuna	445	459	11,202.94	43.756
Itacaré	731	678	13,870.70	59.586
Itagi	383	517	6,061.40	32.577
Itagimirim	8	40	104.00	315
Itajibá	469	466	9,755.50	66.366
Itaju do Colônia	52	41	1,126.90	2.944
Itajuípe	558	770	16,883.21	50.207
Itamaraju	601	612	13,590.20	80.506
Itamari	345	333	4,891.80	41.493
Itambé	125	134	2,388.50	12.520
Itanhém	55	52	558.60	3.796
Itapé	123	119	1,098.40	4.339
Itapebi	205	167	4,483.50	17.738
Itapetinga	2	6	17.00	75
Itapitanga	159	195	2,152.30	13.465
Itororó	272	230	5,200.20	22.965
Ituberá	404	417	2,795.56	20.945
Jaguaquara	223	196	2,794.00	18.587
Jaguaripe	10	9	20.50	85
Jequié	905	888	7,902.50	36.606
Jiquiriçá	626	589	4,869.00	41.939
Jitaúna	420	343	6,009.50	23.261
Jucuruçú	156	154	2,019.30	11.590
Jussari	236	422	4,592.09	13.610
Lage	928	875	3,006.80	27.587
Macarani	3	3	35.00	211
Maiquínique	2	2	6.00	-
Maraú	706	688	13,324.08	48.968
Mascote	440	395	10,076.14	31.330
Mata de São João	3	7	33.00	275
Mucuri	149	124	3,593.90	13.208
Muniz Ferreira	3	3	43.00	317
Mutuípe	1,268	1,201	5,079.39	42.887
Nazaré	4	2	17.30	70
Nilo Peçanha	461	441	4,919.00	31.355
Nova Canaã	29	28	353.00	1.865
Nova Ibiá	359	315	6,083.00	49.117
Nova Viçosa	11	10	220.70	772
Pau Brasil	364	878	8,013.08	24.990
Piraí do Norte	296	261	3,093.40	23.346

Porto Seguro	39	37	791.00	1.570
Potiraguá	41	39	1,035.00	4.106
Prado	103	93	2,402.70	16.440
Santa Cruz da Vitória	68	69	762.20	3.227
Santa Cruz de Cabralia	12	9	130.00	284
Santa Luzia	756	650	14,997.88	41.416
Santo Amaro	13	16	332.00	1.750
Santo Antonio de Jesus	65	63	131.20	1.105
São Francisco do Conde	4	6	150.00	1.500
São José da Vitória	82	72	2,653.00	11.340
São Miguel das Matas	235	221	963.00	9.577
Tancredo Neves	688	659	4,221.10	20.467
Taperoá	856	960	2,201.00	12.775
Teixeira de Freitas	24	25	214.00	980
Teolândia	670	695	4,915.73	23.953
Terra Nova	1	1	2.00	10
Ubaíra	810	729	4,778.89	35.301
Ubaítaba	299	262	7,945.10	25.671
Ubatã	245	212	5,322.30	20.858
Una	896	814	17,544.41	71.225
Uruçuca	471	471	17,301.43	56.964
Valença	916	817	4,559.70	28.343
Varzedo	23	22	92.60	979
Vereda	26	23	272.00	1.499
Wenceslau Guimarães	1,080	982	13,433.37	83.309
Total	34.206	33.910	552.331.48	2.415.649,32

Fonte: MAPA/CEPLAC – Centro de Extensão da SUEBA, 2011.

6.5.2 A formação das cooperativas singulares

É importante que se faça uma distinção entre associações, que têm objetivos fundamentalmente de natureza política, sem possibilidades de integração vertical do ponto de vista formal, e cooperativas que tem funções econômicas e pode se integrar de várias formas visando à obtenção de economias de escalas. Na forma da Lei 5.764/71, as sociedades cooperativas são consideradas:

I – Singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II – Cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associado individual;

III – Confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou diferentes modalidades.

Tomando-se como base os dados da tabela 6, pode-se construir uma proposta tentativa de criação de cooperativas singulares (de primeiro grau), localizadas em municípios da região cacauzeira da Bahia, que, depois de constituídas, criarão a cooperativa central (segundo grau), em município pólo regional, que poderia ser Itabuna. Evidentemente que essas definições podem e devem ser modificadas em função do interesse efetivo que for demonstrado pelos produtores de cada comunidade, a partir do trabalho de informação educativa que for realizado. O ideal é que se criem cooperativas comunitárias, desde que o número de associados e respectiva produção se justifique, o que, grosso modo, poderia possibilitar a presença de cerca de 20 cooperativas na região cacauzeira.

A ação proposta se diferencia da atual situação, por que elimina a atuação fragmentada dos órgãos públicos que atuam na área, atuando de forma muitas vezes conflitantes, o que implica no isolamento das cooperativas e na dificuldade de integração. A formulação de um programa específico de desenvolvimento de cooperativismo regional poderá propiciar um esforço de coordenação e articulação, necessário para o crescimento sustentável do cooperativismo.

6.5.3 Estratégia de ação

As lições resultantes da experiência do Sistema Copercacau, durante cinco décadas, longe de sugerir o abandono do cooperativismo, como forma de enfrentamento de estruturas concentradas de mercado, tanto do lado da oferta quanto da demanda, indica que é necessário corrigir alguns problemas centrais enfrentados pela Copercacau e as cooperativas, entre os quais se destacam:

1. O baixo grau de coesão do quadro social: verificou-se que o oportunismo que imperou no corpo social dificultou sobremaneira uma atuação articulada e a obtenção de economias de escala, inerentes às ações cooperativas. Observou-se ainda conflito de interesses cada vez maior entre as cooperativas e os associados, caracterizados por seu crescente afastamento (ausência nas assembléias), baixo grau de fidelidade, pequena participação no capital social e elevado índice de inadimplência;

2. Falta de assistência aos associados: a atuação das cooperativas singulares careceu de maior aproximação entre os seus dirigentes e o quadro social. Tal falta de integração contribuiu para que nem sempre os objetivos perseguidos pela diretoria coincidissem com os almejados pela maioria dos associados, por falta de informação e esclarecimentos. Desse modo, tornou-se muito difícil conseguir maior engajamento, promoção do crescimento do quadro social e dos níveis de participação;
3. Super-dimensionamento da estrutura administrativa/operacional: as cooperativas singulares apresentaram um quadro funcional superior aos níveis de recebimento da produção que historicamente vinham conseguindo, fazendo com que os custos fixos onerassem de forma comprometedora o custo;
4. Financiamento da indústria com recursos de terceiros: fundamentalmente, os investimentos na Itaisa, indústria de processamento do Sistema, se basearam em créditos bancários, mesmo porque os acionistas institucionais (Sudene, Ceplac, ICB) não realizaram os aportes de capital na forma pactuada. Isso levou às dificuldades de liquidez, quando os bancos deixaram de aportar recurso, em função da eclosão da vassoura-de-bruxa.

Tudo isso demonstra que o novo sistema que é necessário desenvolver deve obedecer a outra lógica operacional, na implantação e no funcionamento. Para que o cooperativismo floresça sob novas bases, que permitam permanência e continuidade, é imprescindível que, antes de qualquer iniciativa na criação de novas cooperativas ou no apoio às já existentes, os órgãos de apoio político e institucional assumam um pacto de ação, que defina as condições para que isso ocorra de forma consistente.

Dáí porque, diante de todos os fatos relatados, e do grande potencial que detém a região cacaueira, como um todo territorial homogêneo e com identidade própria, deve-se pensar novo enfoque que faça interagir de forma responsável e pró-ativa órgãos como a Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC, sindicatos, outras entidades de produtores, como apoio político, a Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, a Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – Oceb, a Ceplac, o Conselho Regional de Economia – Corecon, além de outros, como apoio institucional.

Existem pré-condições operacionais para o êxito das cooperativas, e quanto melhor elas se concretizem maiores serão as possibilidades de contribuir para desenvolvimento. Para Benecke (1980, pg.99-105), algumas características devem ser observadas quando da criação

de cooperativas, para que tenham êxito, dentre às quais se destacam para adequação local:

1. Abertura para pessoas “positivamente interessadas”. O ingresso numa cooperativa exige como premissa básica que as pessoas estejam interessadas em melhorar os seus negócios, criando as condições para elevar o seu poder de barganha dentro dos mercados.
2. Disposição para cooperar por parte dos associados, mesmo que os indivíduos não estejam familiarizados com a colaboração econômica... é indispensável preparar os associados para a cooperação cooperativa. Se isso não ocorrer de forma adequada, com trabalho de informação e educação, possivelmente surgirão conflitos, causando até a dissolução da cooperativa.
3. Escolha de um campo operacional adequado. Evidentemente, a presença de cooperativas não se justifica por si, já que não existindo situações de concentração de mercados e, portanto, grandes desigualdades, a criação de cooperativas seria mera duplicação de estruturas. Por isso, o que indicará a necessidade da cooperativa, não é a viabilidade econômica determinada pelos critérios convencionais e usada pelas sociedades mercantis, mas a existência de campo operacional adequado.

De acordo com essas premissas, é necessário mobilizar as pessoas “positivamente interessadas”, em cada comunidade, com as quais deve ser desenvolvido um trabalho de educação cooperativista, pelo tempo necessário para que as pessoas entendam o que a cooperação cooperativa e sua necessidade em situações de desigualdade e desequilíbrio estrutural, quando serão definidas, em projetos específicos, os recursos necessários para o funcionamento da cooperativa e a forma de obtê-los.

Considerações finais

O cacau como diferencial

A cacauicultura tem de ser vista com a sua dimensão exata e não de forma simplista, que vez por outra, de forma preconceituosa, qualifica essa atividade como algo em decadência. Basta usar apenas um exemplo, entre tantos outros, para evidenciar a pobreza dessa visão. Graças ao cacau, no sul da Bahia a Mata Atlântica possui os mais significativos remanescentes, tendo desenvolvido o melhor modelo de agricultura até então praticado nos trópicos úmidos e apontado como um dos exemplos mais importantes de sistema agro-florestal do planeta, do qual nem os próprios produtores têm consciência plena. Além do mais, existe uma grande contradição na percepção daqueles que professam a extinção do cacau e ao mesmo tempo proclamam o crescimento do consumo de chocolate, como o se fosse possível a sua produção sem o uso do cacau, porquanto existem normas que não permitem a produção de chocolate sem o mínimo de 28% de sólidos de cacau.

Pode-se afirmar que o cacau ainda é das poucas atividades econômicas que tem condições de gerar benefícios mais amplos e imediatos para o conjunto da população. E se isso é perceptível para quem detém o mínimo de conhecimento e informação sobre o assunto, não menos visível é a necessidade de organização do setor, para que esses benefícios se repartam de forma simétrica para a sociedade como um todo. E o cooperativismo é a forma universalmente usada para que isso seja alcançado. Com efeito, a necessidade de se implantar medidas concretas na direção desses objetivos não pode pautar-se na perspectiva imediatista do senso comum, em prejuízo de uma visão real de longo prazo.

É certo que se as questões do cacau tivessem sido encaradas de forma objetiva, muitos

dos seus problemas teriam sido equacionados de forma devida há muito tempo. Muitos produtores não teriam derrubado árvores para no seu lugar, plantar capim; muitos não teriam substituído “as árvores frondosas” e conservacionistas por culturas predatórias; muitos saberiam que o mercado de cacau é cíclico (preços sobem num período, caem em outro, e vice-versa) e que isso pouco tem a ver com oferta e procura; muitos não teriam “diversificado” para o nada. E quando se fala do convencimento sobre as reais possibilidades da cacauicultura, não está se referindo apenas aos produtores, mas a todos os agentes, especialmente os públicos, que não detendo conhecimentos que lhes permitiam avaliações *ex-ante*, se debruçaram sobre o simplismo das “análises” *ex-post* para justificar a omissão na solução de problemas históricos.

Alguns economistas importantes falam das vantagens comparativas para demonstrar que esse é um conceito que se sobrepõe à idéia pouco precisa da competitividade em mercados que não são competitivos. De acordo com essa visão, o cacau possui vantagens comparativas extraordinárias, principalmente por que: existem solos e clima adequados; dispõe-se tecnologia; e um produto que, justamente por causa das condições anteriores, possui sabor diferente e condições intrínsecas que permitem a produção de um *blending* de melhor qualidade do ponto de vista da aceitação dos consumidores de chocolate; existe uma cadeia produtiva que fatura algo em torno de R\$ 5 bilhões; existem possibilidades concretas de ampliar a participação dos produtores nessa cadeia, reduzindo as relações assimétricas que desfavorecem os elos principais. Do ponto de vista estritamente econômico-financeiro, tem-se, portanto, para usar a linguagem dos *experts* em entretenimento, um diferencial para produzir cacau de forma rentável e com aceitação dos mercados consumidores.

Os que consomem cacau, e que são pessoas de renda elevada, precisam saber de forma sistemática que a parcela de Mata Atlântica aqui existente se deve à natureza conservacionista da cacauicultura, precisam ser informados de que aqui existe grande concentração de biodiversidade, precisam saber que aqui existem condições naturais excepcionais, que não se resumem apenas ao sol e à praia, devidas à existência do cacau. E precisam, também, saber que se pode produzir cacau ecológico, que amplie as conhecidas qualidades terapêuticas do chocolate (como antioxidante e agora – a descoberta mais recente – como elemento de combate ao câncer), o que evidencia a necessidade de se adicionar quantidades cada vez maiores de derivados de cacau na composição do chocolate.

Portanto, existem amplos elementos de convencimento do ponto de vista econômico, social, ambiental e turístico, que conferem ao cacau um diferencial como negócio dentro e fora da porteira da fazenda. Essa dimensão da cacauicultura, como atividade econômica, como

cultura, como história, como entretenimento, como conservadora das florestas, deve ser discutida da forma mais ampla possível, ensejando à sociedade um alcance que vá além da visão preconceituosa que no mais das vezes aponta os seus integrantes como meros perdulários ou contumazes devedores, ao generalizar exemplos isolados, que terminam sendo difundidos de forma estereotipada por alguns meios de divulgação. Por isso, ainda que se entenda a integração da unidade produtiva como necessária, não há como partilhar das desencontradas idéias sobre diversificação, entendidas como a mera superposição de atividades econômicas, sem qualquer preocupação com a organização empresarial.

Em países como o Brasil, os benefícios econômicos e sociais decorrentes do uso de recursos públicos e privados não são distribuídos de forma equitativa para o conjunto da população, devido à atomização dos diversos setores que se confrontam com grandes estruturas concentradas que compõem o pano de fundo da realidade econômica atual. Em tais circunstâncias, pequenas unidades têm dificuldades de se organizar de forma natural, contribuindo para aprofundar as diferenças, o que evidencia a importância da intervenção institucional. Sem embargo, não se pode deixar de reconhecer a importância da equidade – que deve ser um componente das políticas públicas – como elemento fundamental na elaboração de categorias desenvolvimentistas que objetivem melhorar as condições de vida do ser humano, apesar das suas diferenças naturais, o que estaria associado como um atributo da liberdade.

Diante das dificuldades advindas com a vassoura-de-bruxa, somadas a outras de natureza conjuntural e estrutural, o discurso habitual era sobre o ocaso do “cacau acabou” e o estado de perplexidade levou a população, sem rumo, a tentar toda sorte de aventura, que terminou cunhando de “diversificação”. Desse empenho em sair da “crise” resultou pouca iniciativa consistente, a não ser a confirmação de que o cacau é mesmo o melhor negócio para a região, como elemento dinâmico, e ainda uma das principais economias do Estado da Bahia, sem se levar em conta um conjunto de fatores positivos para o desenvolvimento da atividade decorrente. Não se produz cacau para o consumo das amêndoas, mas para produzir chocolate e produtos farmacêuticos.

Sempre se ouviu afirmativas categóricas, como a que o cacau jamais seria o mesmo e dificilmente voltaria a ter os mesmos preços de antigamente, o que revela pouco conhecimento histórico sobre o problema e uma segurança sobre “mercado” que nem os chamados *experts* ousariam exhibir. De fato, esse mesmo discurso já foi proferido em passado recente, em momentos de instabilidades cíclicas mais agudas, em que o produto chegou a ser

queimado em praça pública e depois a realidade negou totalmente tais vaticínios, tendo o produto obtido preços equivalente a US\$ 4 mil a tonelada.

Essa vertente se incorpora às idéias que apontam a monocultura como responsável por todos os males, achando que o desenvolvimento é produto isolado de uma atividade econômica e não da atitude do ser humano e da forma como se interage, pessoal e institucionalmente. Atitude e não a monocultura, um termo sempre utilizado para justificar a impotência histórica diante da realidade que muitos insistem em perpetuar com avaliações simplistas, parece ser o maior drama, que seguramente não será resolvido com o discurso maniqueísta. Dentro desse contexto é obviamente impreciso o termo monocultura, usado como expressão econômica, num negócio que, do ponto de vista do conjunto da população, encontra-se no primeiro estágio e existe enorme espaço a percorrer do ponto de vista da verticalização. É impressionante a importância que dão a esse aspecto, a ponto de esquecer questões substantivas como a desorganização da oferta, – portanto da economia no nível de fazenda e da sociedade como usufrutuária desse processo.

Por outro lado, não se pode atribuir ao cacau, intrinsecamente considerado, a responsabilidade pela não dinamização do desenvolvimento da região. Por que, então, serviu de elemento dinâmico para o desenvolvimento de outras áreas? Afinal, admitir que o crescimento econômico de uma região dependa da capacidade de sua de organização social (o que envolve vários atores) e achar, ao mesmo tempo, no caso da região cacauzeira, que o cacau é que foi incapaz de propiciar o desenvolvimento, é incoerente.

Condenar a monocultura pelo atraso da região é uma visão simplista, que não leva em conta os reais fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento. Afinal, o que é monocultura? Pode-se falar em monocultura quando existe um grande excedente que é apropriado fora da porteira das fazendas? O que adianta a policultura se mantidas as condições de dependência e as mesmas instabilidades de preço?

E o sistema agro-florestal existente, em função do cacau, com grande biodiversidade, que nunca foi explorado econômica e adequadamente? A idéia de qualificar o cacau como monocultura só pode ser aceita se aceita for a precondição de que ser produtor de matéria-prima é um determinismo. Se não, há muito por fazer com o próprio cacau, da fazenda até os grandes centros consumidores de chocolate do mundo, em benefício dos produtores, dos trabalhadores e de toda sociedade. O ponto central está na forma como o excedente é apropriado pelos integrantes da cadeia produtiva. Nesse caso, não se pode condenar senão a institucionalidade existente, por não haver avanços concretos no processo de verticalização (em conjunto e não isoladamente), pois para isso são necessárias políticas públicas

consistentes, daí a necessidade da presença do Estado, como indutor. Veja o caso da Ceplac. Em passado recente, conseguiu convencer os produtores a usar tecnologias ditas modernas, que jamais tinham usado antes, mas isso não bastou.

Por outra parte, na atual conjuntura, a produção de cacau interna já não é suficiente para atender a demanda. Portanto, o enfoque da industrialização em si só se justifica a partir da formulação de novo conceito, já que do ponto de vista da cadeia existe elevado valor agregado e o fato de se faturar algo em torno de R\$ 5 bilhões na ponta final do consumo de chocolate em nada alterou a lógica do processo; ao contrário, cristalizou relações desiguais. Logo, é inadmissível que os segmentos que dão suporte (crédito, acadêmico, tecnologia, governo) continuem raciocinando que o problema da cacauicultura reside apenas dentro das fazendas, enfatizando somente questões tecnológicas, de produtividade, de eficiência, de competitividade e, o que é pior, continuem induzindo os produtores a agirem de forma equivocada, quando deveriam habilitá-los à tarefa de se conscientizar da absoluta necessidade que têm de realizar investimentos fora das fronteiras da fazenda. Duplicar investimentos e fomentar a idéia de produtividade física, a partir de tecnologias “competitivas”, só terá sentido se os agricultores tiverem condições objetivas de se apropriar dos ganhos advindos, o que é pouco provável, mantido o atual arranjo político-econômico-institucional.

Mesmo racionando-se que não existisse um só pé de cacau, seguramente que fabricantes potenciais – havendo condições de investimento – escolheriam a cacauicultura como atividade econômica, porque intuitivamente sabem mais sobre vantagem comparativa do que muitos que se dizem racionais. De fato, é pueril vaticinar o fim do cacau quando se sabe existir uma cadeia produtiva que movimenta o equivalente a mais de US\$ 60 bilhões na ponta do consumo, no mundo. E que as indústrias nacionais de processamento (multinacionais) precisam importar o produto para continuarem produzindo liquor, manteiga e torta. E que as florestas precisam ser mantidas.

A história recente da economia cacaueira revela que nem sempre os interesses do comércio e da indústria são convergentes com os produtores, no seu conjunto, porque os primeiros sempre lutaram contra a cota de contribuição cambial, que terminou esvaziando a Ceplac, em prejuízo desses últimos, que nunca se beneficiaram com acréscimos no preço, quando governo eliminou o imposto de exportação, que sucedeu o confisco cambial, pois o imposto foi “engolido” pelo mercado em poucos dias. Isso também aconteceu quando o governo estadual reduziu a zero a alíquotas de ICMs, como estímulo ao setor produtivo. Mas, o exemplo mais apropriado aconteceu com a maxidesvalorização cambial de 1998, de mais de 30%, depois de 4 anos de persistência de uma taxa fixa nominal, que não foi incorporada aos

preços internos na sua totalidade, nos primeiros dias, e diluída nos dias seguintes, evidência de que a taxa de câmbio, como instrumento de equilíbrio dos preços, só faz sentido num ambiente de relações de troca estáveis.

O significado da agricultura no seu conjunto

Deixando de lado a importância estratégica da agricultura para a segurança alimentar, essas assertivas não têm correspondência com os fatos, que revelam a discriminação sofrida pelo setor ao longo dos anos. Ao contrário do que se diz a transferência de renda dos campos para as cidades foi brutal nas últimas décadas, em função de diversos mecanismos extratores. No caso do cacau, por ser uma cultura de exportação, essa situação é bem mais séria. Além de pagar todos os impostos, durante anos submeteu-se a um confisco cambial e a taxas de câmbio sobrevalorizadas, recursos que se tornaram públicos e se não foram usados de forma adequada do ponto de vista do desenvolvimento, não se deve à atividade, mas à ausência de políticas públicas voltadas para esse fim e à omissão da sociedade regional no sentido de cobrar dos governos (em todas as instâncias) medidas nessa direção.

A condição que têm os setores mais estruturados, de controlar o preço dos fatores e ao mesmo tempo do produto final, determina uma lógica nesse mercado que subordina os elos mais importantes, e ao mesmo tempo mais fracos (atomizados), que são os produtores e os consumidores, aos interesses dos grupos com maior poder de barganha (concentrados). De acordo com essa visão, é um despropósito a ênfase que se dá às questões tecnológicas como base para a “competitividade” e à industrialização nos moldes convencionais, como alternativas para romper a dependência. Os grilhões só serão rompidos quando o produtor avançar, a jusante a montante da produção, realizando investimentos em conjunto para, de forma integrada, atingir outras etapas dentro da cadeia produtiva; ou seja, neutralizar o modelo expropriador que aí está, cuja reprodução em nada contribuirá para modificar a situação de desigualdade e de perenização do processo de crise. Portanto, pelo menos dentro de uma perspectiva de mudança, não adianta implantar uma ou uma dúzia de indústrias de chocolate com a mesma concepção das que já existem, o que apenas ampliará as disfunções existentes: os produtores continuarão enfrentando uma situação de instabilidade, com reflexos no conjunto da população, e os consumidores continuarão pagando preços altos, o que implica no desestímulo à produção de cacau e ao consumo do chocolate.

Além do mais, quando se trata de produtos de exportação com elevado grau de

tecnologia, como são os produtos agrícolas brasileiros, que dependem da importação dos ditos insumos modernos, a moeda tem duas faces. Quando há uma desvalorização cambial, os exportadores recebem mais reais por unidade vendida (exportada); mas, quando ocorre o inverso, com a importação de insumos, é preciso também maior quantidade de reais para comprar a mesma unidade de dólar. Portanto, essa questão tem dois lados. E é preciso ter a certeza de que os preços internacionais não cairão mais a ponto de anular a diferença positiva entre a unidade vendida e a unidade comprada, evidenciando que não apenas preço, mas também custos de produção devem ser colocados nessa avaliação.

É desnecessário muito esforço para entender porque outros povos consideram o setor rural essencial à sobrevivência, emprestando-lhe atenção especial. Com efeito, a principal necessidade da população se origina da agricultura (ou da agroindústria). No caso dos países europeus, desde o mercantilismo – e já se vão quase três séculos – a agricultura era uma atividade primordial, daí porque todo e qualquer pequena área de terra deveria ser cultivado, comportamento que se impregnou no seio da população como princípio, por que para essas sociedades a questão de sobrevivência era crucial. Tornou-se ideologia; tornou-se doutrina; tornou-se paradigma. Não é sem razão que a fisiocracia, primeira escola a sistematizar o conhecimento na área das ciências econômicas, considerava a agricultura como a única atividade capaz de gerar excedente e, portanto, riqueza e desenvolvimento.

Os Estados Unidos, ao se tornar nação livre e independente, definiu como ponto de honra garantir aos seus cidadãos a segurança militar e a segurança alimentar, acima de quaisquer interesses. “Após 226 anos de prática, eles continuam sustentando esses princípios e por isso protegem a sua siderurgia e agroindústria da competição externa” (DELFIN NETTO, 2002). Se os povos ditos desenvolvidos tinham essa percepção sobre a agricultura, os ditos subdesenvolvidos acharam que podiam dar saltos e utilizaram um modelo reflexo que os economistas chamam de dicotômico, que resultou em brutal transferência de renda do campo para as cidades.

Se a sociedade urbana, no geral, não cultiva valores que coloquem sobrevivência em primeiro plano, não pode condenar os que assim agem. Por isso, “em lugar de aceitar as regras de *bom comportamento* que os formuladores de políticas do primeiro mundo recomendam, vamos entender os nossos reais interesses”, disse Delfim Netto (2002), o que soa como alerta à sociedade e às autoridades públicas, principalmente as municipais, de quem se espera atitude afirmativa em relação à economia regional, que rompa o imobilismo, a omissão e a indiferença.

A necessidade de cooperação – a universalidade do cooperativismo

Desde as sociedades primitivas já era presente o sentimento de cooperação dos seres humanos, apesar da característica de individualidade. A necessidade de sobrevivência, em condições adversas, estimulava a solidariedade, com o objetivo de enfrentar a fome, as doenças e a morte. A cooperação, portanto, se incorporava à prática dos povos como elemento importante para vencer dificuldades comuns, ditada pela intuição, que foi adormecida a partir do momento em que o homem foi se evoluindo de acordo com os valores presentes.

A própria ciência econômica surgiu a partir de uma idéia de existência de caos, de caos apenas aparente, ao se perceber que a interação entre seres humanos e atividades econômicas se fazia de forma cooperativa. As feiras e os comerciantes que emergiam, os mascates e os “banqueiros” que começavam a aparecer, as trocas que se despontavam e o lucro que passou a ser tolerado, evidenciavam que havia uma “lógica” entre todos esses procedimentos, que não era percebida pelos comuns, mas que tinha como impulso a cooperação natural. Daí a idéia de que a economia se baseou nas ciências naturais, para definir os seus primeiros paradigmas, tendo como base uma das mais importantes invenções da humanidade, na visão de filósofos importantes: *o mercado*. Na época, as cidades eram extensões dos campos, e, em comunidades onde essa visão se arraigou, as pessoas mantêm ainda forte vínculo com a terra.

Se a urbanização, e a criação das cidades, distanciaram cada vez mais a população desses primados “naturais”, porque o individualismo passou a ser uma manifestação dominante, não reduziu a importância da cooperação e da solidariedade como impulso para a realização de metas pessoais. Ao contrário, com os indivíduos se tornando cada vez mais “urbanos”, os problemas se tornaram mais complexos, aumentando a necessidade de juntar-se, mesmo que, paradoxalmente, tenham reduzido também o nível de percepção no particular. A adaptação da Academia a esses valores circunstanciais, ao longo dos tempos, reproduzindo-os de forma massificada, ao invés de recriá-los, ajudou a consolidar uma cultura de não interdependência entre os seres que povoam o planeta, o que impediu de manter-se a idéia de cooperação natural, às vezes mascaradas pela “competição”.

A cooperação ressurgiu, assim, num contexto em que o ser humano desperta para os valores da solidariedade, sem os quais, a continuar como está o mundo não subsistirá. A questão ambiental parece ser a grande referência para esse processo de mudança, e é pena que tenha de ser feito à custa de tanto sacrifício e perdas para a humanidade no seu conjunto, o que às vezes ocorre pela omissão de uns, pelo oportunismo de outros e pela irresponsabilidade

de tantos.

O exemplo do cooperativismo, na região cacaujeira, evidencia que se pode reconstruir muita coisa se os atores racionais do presente se mirassem um pouco na irracionalidade racional de outros seres, abdicando um pouco do individualismo para que pudessem manter a individualidade. Muita coisa foi destruída por esse instinto predatório dos que ainda continuam pensando que deve prevalecer a lógica do perde-ganha, isto é, que para que poucos ganhem é preciso que muitos percam. Com a cooperação e a solidariedade que se observa na natureza é possível entender que todos os seres poderão sobreviver à competição preservativa, mas nunca à destrutiva inspirada na racionalidade torta.

No Brasil, de forma geral, e na Bahia, especificamente, as cooperativas não contam com instituições de fomento articuladas para as tarefas de educação, de assessoria e de gerenciamento, impregnadas por ideologia de mudança. O desempenho dessas sociedades sempre ficou à mercê da boa vontade de profissionais de outros setores, com as limitações conhecidas, que terminaram improvisando e até distorcendo o verdadeiro papel das cooperativas. Portanto, a ausência de conhecimento específico sobre a natureza operacional diferenciada das cooperativas, não é um problema apenas dos associados, mas também dos seus quadros dirigentes e gerenciais e mais graves ainda, dos agentes públicos que lidam com o problema.

A produção de conhecimento e, principalmente, sua difusão é uma das principais tarefas das instituições públicas que tratam da educação e do desenvolvimento, para que se desenvolva uma cultura cooperativista. Por isso, as expectativas que a sociedade tem em relação às universidades públicas que estão inseridas em realidades desiguais não são as mesmas de outras populações que não enfrentam tal magnitude de problemas, o que exige um nível diferenciado de percepção dos atores que compõem essas instituições, sob pena de isolamento.

A criação de cursos de graduação e de pós-graduação, nas universidades, visando sistematizar o estudo do cooperativismo, fundamenta-se nos objetivos dessas instituições que, nas condições atuais do país, devem ser mecanismos criadores das formas do desenvolvimento, objetivo que se distancia dos paradigmas atualmente em vigor, que apenas reproduz o conhecimento. Na Bahia, conhecem-se apenas as experiências da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, com o Curso de Pós-Graduação em Economia das Sociedades Cooperativas, que funciona desde 2004, e um curso de graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. No entanto, é preciso que se busque sinergia institucional para que essas iniciativas, da maior importância para a consecução do desenvolvimento local, não

se transformem em objeto da visão refratária e do obscurantismo tão comum no ensino e nas ações convencionais.

É essencial que o Estado, em toda sua dimensão federativa, desenvolva estruturas formais de apoio ao cooperativismo, que nada têm a ver com as ações pontuais que têm sido a tônica nas ações públicas, que mais têm perpetuado as situações de exclusão do que assegurado a cidadania, preceito fundamental inserido na Constituição Federal.

Por outro lado, apenas uma boa legislação cooperativista não é suficiente. Para que a lei se torne eficaz, é necessário que se crie um núcleo operativo, que pouco tem a ver com as funções deliberativas do Cecoop, melhor localizado na secretaria de Planejamento, que, em articulação com outras secretarias e as instituições de ensino, ficaria responsável pela elaboração de um programa de desenvolvimento do cooperativismo no Estado da Bahia, com definições de longo prazo, sem embargo de medidas concretas, de curto prazo, que pudessem adequar a situação atual das cooperativas e as ações do governo a uma visão maior de planejamento. Essa estrutura atuaria em cooperação com as universidades estaduais e com os municípios, cujo papel seria a realização de estudos e o desenvolvimento do cooperativismo, especialmente formando competências, por meio de cursos regulares e de extensão, além da concepção de projetos de empreendimentos econômicos, e orientação técnica.

Para que os objetivos da Lei sejam alcançados, muitos outros normativos serão necessários – se não ela não se justificaria – como, por exemplo, para inclusão do cooperativismo como disciplina obrigatória em todos os cursos públicos, que é uma necessidade se realmente busca-se uma formação cooperativa, é indispensável que se aprove uma lei com esse objetivo. As mudanças que se espera com o trabalho educativo, que não significa apenas o domínio conceitual, mas a absorção da capacidade de identificar os problemas reais, além da sistemática e permanente geração de informações, não ocorrerá apenas com a legislação cooperativista.

Todo ser humano tem aspirações econômicas e sociais, mesmo que a exclusão e a desigualdade, independentemente do nível de renda, lhes impeçam de enxergar isso com clareza. Por isso não pode dar o passo seguinte, para desenvolver o comportamento racional e solidário, sem que seja desenvolvido um grande esforço de educação e informação qualificada, uma tarefa da qual o Estado e todas as suas instituições não devem descurar.

O comportamento racional e o solidário são os vetores que poderão conduzir os grupos humanos organizados a atingir o crescimento econômico e a dinamização da sociedade, pelas alterações qualitativas que engendrarão, convergindo no ápice para o desenvolvimento real. Só com essa lógica, e não com as suas repetidas reinvenções, que muitas vezes se transforma

em moda intelectual, o cooperativismo atingirá os seus objetivos transformadores.

De certa forma, é contraditória a ideia de que é possível dar um salto qualitativo, sair dessa fase de dependência histórica, que caracteriza o subdesenvolvimento, com grande predomínio das grandes concentrações econômicas, sem uma perspectiva doutrinária, utópica e até mística. Schumpeter (1961), um grande economista inovador, vaticinou que as Doutrinas Econômicas só subsistiriam enquanto mantivesse o seu caráter profético, além de ciência, o que, para alguns, envolve certo misticismo e utopia (PINHO, 1974). Não custa lembrar, ainda, pensadores, como Henri Desroche, para quem “no cooperativismo a ausência de utopia é o mesmo que a certeza sem esperança, o cotidiano sem sonhos, a prosa sem poesia, a memória sem imaginação, a realidade sem mudanças” (PANZUTTI, 1997).

Conclusão

Observou-se que a paralisação do Sistema Copercacau deveu-se a um conjunto de fatores convergentes, como a falta de educação cooperativista dos associados, a presença predatória de comerciantes e de industriais, que atuaram para inviabilizar o cooperativismo, a simbiose burocrática que resultou na relação espúria entre o público e o privado, acentuados em função do problema maior, a vassoura-de-bruxa, a redução do crédito, a perplexidade da população e a omissão de atores importantes, no que diz respeito ao futuro da cacauicultura.

Os problemas que ocorreram com o Sistema Copercacau a partir de 1992, e que determinaram a sua paralisação, não são uma construção de um ou outro ator, isoladamente, mas devem ser atribuídos a um conjunto de fatores internos e externos. A impotência dos produtores de cacau, diante de um mercado dominado, o aparecimento da vassoura-de-bruxa, as políticas públicas fracassadas adotadas só a partir de 1994, configuraram um quadro perverso de crise que já dura quase três décadas, que levou de roldão não só o cooperativismo, mas também as principais empresas comerciais que pediram concordata, as indústrias de processamento de cacau nacionais, as representações políticas dos produtores, dos comerciantes e dos industriais, resultando no quadro de total falta de liquidez dos produtores e da economia como um todo.

Verificou-se que as cooperativas, além de problemas de origem, como a falta de educação cooperativista que possibilitasse uma ação pró-ativa, enfrentaram dificuldades operacionais como: a) o endividamento elevado; b) a duplicidade de estruturas; c) infidelidade tanto dos associados em relação às singulares quanto dessas em relação à Central; d) o

ingresso na industrialização sem o suporte de capital adequado; e) o descumprimento por parte do setor público (Sudene, Ceplac, ICB) dos aportes de recursos desnecessários, o que comprometeu o arranjo financeiro acordado para o projeto Itaísa.

Esses problemas, no entanto, não eram novos. Eles existem desde a origem da Cooperativa, na década de 1940, e a Cooperativa Central sobreviveu a todos eles. Desta vez ocorreram questões supervenientes, de natureza externa, que prevaleceram sobre os demais, que foram aproveitados de forma oportunista pelos que tinham interesses contrários ao cooperativismo e razões suficientes para inviabilizar o esforço de organização horizontal.

Do ponto de vista externo, o aparecimento da vassoura-de-bruxa gerou expectativas negativas quanto ao futuro da cacauicultura, com a total ausência dos bancos e da ação dos governos, o que facilitou as ações oportunistas de trabalhadores, de comerciantes, da indústria e de políticos vinculados a esses interesses. Especificamente, ficou evidenciado que: a) foram permanentes as ações dos comerciantes e de industriais para inviabilizar a Copercacau e a Itaísa; b) a esse esforço destruidor de setores privados, juntou-se a atuação de agentes públicos, constituindo-se verdadeira simbiose burocrática, como é o caso de representantes da Ceplac, da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, além das greves precipitadas de empregados da Itaísa, em função de interesses políticos.

O clima de perplexidade, que se instalou na região desde o fim da década de 80, reflete a inexistência de uma visão objetiva sobre os problemas reais, fazendo com que o imaginário se manifestasse (e se manifeste) de maneira contraditória. A ausência de políticas públicas, capazes de induzir o setor produtivo de forma conseqüente, seguramente é produto de uma percepção enviesada dos problemas regionais, que abriu espaço para ações clientelistas e cartoriais, o que põe em evidência o papel fundamental de estudos que possam resultar numa ação institucional permanente e articulada, que estimule a discussão de alternativas de interesse da sociedade.

Nesse contexto, mantidas as condições estruturais, com o mercado interno cada vez mais se concentrando – sob o domínio de 2 ou 3 indústrias multinacionais e considerando que, não só do ponto de vista dos produtores, mas da sociedade no seu conjunto, há necessidade de recompor o setor cooperativista. Evidenciou-se que, apesar das dificuldades, o setor pode ser recomposto em novas bases, emprestando-se ênfase no trabalho de doutrina e educação, daí porque propõe-se a formulação de um programa de desenvolvimento agroindustrial cooperativado (integração para frente), como forma de reduzir as assimetrias existentes na cadeia produtiva, condição necessária para elevar a remuneração da atividade e assegurar melhor nível de renda para os trabalhadores, o que é fundamental para manter as florestas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo & PIKETTY, Marie-Gabrielle. *Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (prona): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

ASMAR, Selen Rachid. *Itabuna ilusionista*. Publicado no Jornal **Agora**, Itabuna 27 de maio de 2010.

BAHIA. Lei nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009. Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, Salvador, BA, v. 93, n. 19.902, 27 jan. 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231135/lei-11362-09-bahia-ba>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BENECKE, Dieter W. *Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo*. Porto Alegre: Coojournal; Recife: Assocene, 1980.

BILLAS, Richard A. *Teoria Microeconômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

BONNAL, P. et al. “Multifuncionalid de la agricultura” y “Nueva Ruralidad”: reestruturación de las políticas públicas a la hora de la globalización?. Seminário Internacional *El Mundo Rural: Transformaciones y Perspectivas a la luz de la Nueva Ruralidad*. Universidad Javerian, CLACSO, REDCAPA. Bogotá, octubre 15-17 de 2003.

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BRIGHT, Cris. *O chocolate pode resgatar a floresta*. World.Watch, UMA Unesco, vol. 14, Nº 6.

CAR. *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Sul da Bahia - Salvador*, 1997. p.: i

CEPLAC. *Marco referencial: conservação produtiva da Região Cacaueira da Bahia*, Ilhéus, fevereiro de 2012.

COELHO, Carlos Nayro de Azevedo. *Organização do sistema de comercialização e desenvolvimento econômico*. Brasília, CFP, 1979. 64 p. (**Coleção Análise e Pesquisa, 18**)

DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. CPDA/UFRRJ, fevereiro de 2009.

Diário da Tarde. *Sindicalismo Irresponsável*, Ano LXIV, Ilhéus, 01 de agosto de 1991.

DOPFER, Kurt. *A economia do futuro – em busca de um novo paradigma*. Rio de Janeiro: Zarah, 1979.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *A política da avaliação de políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18 (59): 97-69.

FAVARETO, Arilson. *Três instantâneos sobre a gestão social do desenvolvimento territorial nos anos 2000 – notas para um balanço*. III Fórum Internacional Desenvolvimento Rural Sustentável – Modelos e Gestão Social dos Territórios. Fortaleza: IICA 5 a 7 de nov. 2008.

FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA – FNA. *Propostas dos grupos temáticos*. Brasília: NUCEX/MA; São Paulo: NGE/ABAG, 1998.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GALA, Paulo. *A teoria institucional de Douglass North*. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

GALBRAITH, John Kenneth. *A economia das fraudes inocentes – verdades para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GARCIA, Fernando & GOLDBAUM, Sérgio. *A nova economia institucional e o conceito de subdesenvolvimento*. In: FUSFELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2001.

GUIMARÃES, Mário Kruel. *Cooperativismo não é comércio*. Informativo Copercacau. Ilhéus: Copercacau Central, maio de 1988.

HARROD, Roy. *Dinâmica econômica e política econômica*. In: DOPFER, Kurt. **A economia do futuro** – em busca de um novo paradigma. Rio de Janeiro: Zarah, 1979.

Jornal Agora, Ano XXII – Nº 1.246, sul da Bahia, 18 de novembro de 2003.

KOHL, R. L. *As cooperativas como parte do sistema de livre empresa*. In: *Jornal Paper nº 893*, Indiana Agricultural Experiment Station, s/d.

LACKI, Polan. *Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor*. **Série Desenvolvimento Rural**, n. 9, 4. ed. FAO, Santiago, Chile, 1995.

LAMOUNIER, Bolívar (Coord.). *Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão*. Brasília: IPEA, 1994.

LEFTWICH, Richard H. *O sistema de preços e a alocação de recursos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

LEIBENSTEIN, Harvey. *Teoria micro-micro, comércio entre agentes e eficiência X*. In: DOPFER, Kurt. *A economia do futuro – em busca de um novo paradigma*. Rio de Janeiro: Zarah, 1979.

LEITE, Sérgio Pereira *et al.* *Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais.* Série Desenvolvimento Rural (mimeo).

LEITE, Sérgio Pereira. *Política das análises públicas* (mimeo).

LOBÃO, Dan Érico *et al.* *Cacau-Cabruca: um modelo sustentável de agricultura tropical.* Índícios Veementes, São Paulo, v. 3, p.10-24, 1997.

MAIA, Isa. *Cooperativa e prática democrática.* 4 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

MAPA/CDAC. *Programa de Desenvolvimento do agronegócio do cacau - PDAC.* Documento para discussão. Brasília: fevereiro de 2002.

MULLER, Pierre & SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas.* 2. ed. Coleção Desenvolvimento Social 3. Pelotas: EDUCAT, 2004.

MYRDAL, Gunnar. *O significado e a validade da economia institucional.* In: DOPFER, Kurt. **A economia do futuro** – em busca de um novo paradigma. Rio de Janeiro: Zarah, 1979.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. *Metodologia do trabalho científico – teoria e prática.* Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como alternativa de mudança – Uma Abordagem Normativa.* Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NASCIMENTO, Fernando Rios do (Coord.). *A crise da lavoura cacaueira: sua natureza e soluções.* Brasília: IPEA, 1994.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Um antigo mercado global.* Fórum Nacional da Agricultura – FNA. **Agroanalysis.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, out. de 1997.

NASCIMENTO, Fernando Rios. *Diferenciais de preços no mercado interno do cacau: uma análise da atuação de cooperativas.* Viçosa/MG, 1981. 128 p. (Tese M.S.).

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Políticas públicas recentes para o cacau: uma sucessão de erros e fracassos.* Apresentado ao I COLOQUIO INTERNACIONAL de Administração Política, Desenvolvimento e Inovação: Saberes e Práticas da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Ilhéus: UESC, 2010.

NETTO, Antonio Delfim. *Prestigiar a agricultura.* **Jornal do Comércio**, de 11.02.02

NIERDELE, Paulo André. *Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França.* Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2010. Tese (doutorado). 263 f.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance.* Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

PACTO DO CACAU. *Programa de recuperação da lavoura cacaueira: resumo da proposta de readequação.* Região Cacaueira Sulbaiana, maio de 2001.

PANZUTTI, Ralph. *Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo, caso da Cooperativa dos Agricultores da região de Orlândia*. São Paulo: ICA, 1997, 236 p. (Série Estudos e Pesquisa, 1/97)

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas*. São Paulo: Pioneira, 1966.

PERICO, Rafael Echeverri. *Articulação de políticas e participação social*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. In: MIRANDA, Carlos & TIBURCIO, Breno (Orgs.) *Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*. Brasília: IICA, v. 8, outubro/2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SETENTA, Wallace & LOBÃO, Dan Érico. *Conservação produtiva: cacau por mais 250 anos*. Itabuna-BA, 2012.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias. Porto Alegre ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

TAKAGI, Maia. *As câmaras setoriais agroindustriais: da reivindicação para a auto-regulação*. São Paulo, Agric., 49(2): 1-16, 2002.

THODARSON, Bruce. *As cooperativas e o desenvolvimento econômico sustentável*. Brasília, Aliança Cooperativa Internacional, /sd/, p. 11.

TINBERGEN, Jan. *Mais pesquisas empíricas*. In: DOPFER, Kurt. *A economia do futuro – em busca de um novo paradigma*. Rio de Janeiro: Zarah, 1979.

VASCONCELOS, José Maria de *et. al.* *Agroindústria cacaueira da Bahia: estratégia de desenvolvimento integrado*. Ilhéus, ADESG, 1975. 58 p.

VEIGA, José Eli. *Indicadores de sustentabilidade*. Estudos avançados nº 68, jan-abr. de 2010, pg. xx-xx

VIEIRA, José Haroldo Castro. *ITAISA – Um desafio permanente*. Ilhéus, 2002.

VIEIRA, José Haroldo Castro. *Últimas cicatrizes*. Os desafios do cacau (documentário). São Paulo: Edições GRD, 2002.

WILKINSON, John. *A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agro-alimentares – algumas considerações iniciais*. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.64-80, 1999.

ANEXOS

Anexo A – Informativo Copercacau, documento onde é demonstrado que o imposto de exportação foi “engolido” pelo mercado



COPERCACAU

Ilhéus - BA, 20 de novembro de 1989

Circulação nacional

Os dirigentes do Sistema COPERCACAU, de forma exaustiva, em documentos, entrevistas e debates na televisão, sempre sustentaram a tese muitas vezes heróica - de que, extinto o imposto de exportação, este não seria incorporado ao preço. Essa posição não entendida por alguns produtores, estava baseada no conhecimento do mercado que, "dominado", sempre teve maneiras de canalizar qualquer benefício para os agentes que comandam esse mercado.

Isso ficou bastante claro num documento que a COPERCACAU encaminhou ao Ministro da Agricultura, no dia 03 de maio de 1988, do qual destaca-se o seguinte texto.

Mais uma vez os jornais divulgam que alguns setores pedirão a eliminação do imposto de exportação, que hoje mantém a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

O Sistema COPERCACAU, complexo agroindustrial que reúne 1 Central com 46 anos de funcionamento e 12 cooperativas singulares, representando milhares de produtores cooperativados, que integra verticalmente a produção, com duas fábricas de calcário, uma misturadora de fertilizantes, uma indústria de produtos de cacau, além de 70 unidades receptoras de cacau e distribuidoras de insumos localizadas em toda região cacaueira, tendo exportado nos últimos anos cerca de 400 milhões de dólares, não aceita a pura e simples eliminação do imposto. Ao contrário, se alia às posições do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau - CNPC, pelo retorno da cota de contribuição cambial.

A economia cacaueira está estruturada de forma oligopsonista, interna e externamente, sendo o produtor mero tomador de preços. Já é hora de acabar com o discurso repetitivo de que as mazelas dessa economia estão associadas ao imposto de exportação. Só a desinformação ou o interesse subalterno poderiam considerar argumento tão pueril. A sociedade regional tem de começar a discutir as reais questões da economia

cacaueira, mudando o **fulcro** do debate. Afinal, numa economia em que os preços variaram de janeiro até abril cerca de 500 dólares a tonelada, não podemos continuar discutindo o que interessa aos outros. **Essa variação, em apenas 3 meses, representa o imposto de exportação e o ICM juntos.**

Numa economia em que "nos seus tempos áureos (1978), o cacau já alcançou cotações próximas de US\$ 5 mil por tonelada... e no ano passado, a cotação máxima atingiu US\$ 2 mil 160 por tonelada", hoje estando na faixa dos US\$ 1.500 a tonelada insinuar que a eliminação do imposto é algo fundamental esconde, na verdade, um interesse muito claro em desarticular um dos braços da organização do produtor. Do seu ponto de vista, já que é o pagador do imposto está bastante claro que não poderá se tornar empresário rural apenas com ações circunscritas à fronteira da fazenda.

De qualquer sorte, não somos favoráveis ao pagamento de impostos especiais, caso eles possam ser eliminados **com vantagens claras para o produtor**. Todavia, o que se pretende é a desarticulação da CEPLAC como instituição integrada que, sem a unidade de recursos, se transformaria numa instituição amordaçada, sem peso político específico. O imposto se diluiria, como se diluiu o que recentemente foi retirado do café, evidenciando que em mercados oligopsonistas os que dão as cartas são aqueles que podem interferir de forma efetiva. O preço do café, que deveria subir internamente na mesma proporção do imposto eliminado, até diminuiu.

O cooperativismo defenderá os interesses legítimos dos produtores, desenvolvendo ações coerentes com esses princípios. Não confundir esses interesses com

Imposto de Exportação: E agora?

Assim, quais os argumentos para reduzir ou mesmo extinguir as atividades da CEPLAC? - o que ocorrerá, extinto o imposto. Nenhum, que pelo menos seja razoável. Os quais ainda apregoam essas possibilidades são incapazes de perceber o contexto econômico que lhes é extremamente desfavorável. São imediatistas e acham que poderão se apropriar dos 10 por cento do imposto na eventualidade deste ser eliminado. Não sabem que, como se encontra organizada a economia cacaueira, outros segmentos fatalmente se beneficiarão, não havendo portanto, elevação de sua renda. Numa região em que todos dormem na sexta e acordam na segunda com o mercado variando para baixo cerca de US\$ 180,00 por tonelada, precisamos de uma CEPLAC eficaz que nos ajude a equacionar os problemas estruturais desta economia — esses, sim, determinantes da instabilidade secular da renda do produtor de cacau.

os de pequenos grupos que muitas vezes recebe concessões de natureza imediata, em detrimento de uma maioria desamparada e desassistida, tornando-se conivente com situações de desigualdade gritantes, esquecendo-se que os benefícios de hoje, artificiais, podem implicar em perdas substanciais no futuro.

Como se vê, a questão não é tão simples para reduzir-se a sua discussão apenas a argumentos contrários ou favoráveis, dentro de uma visão utilitária e imediatista. Mesmo sem se considerar as razões de natureza macroeconômica, que são amplas, e para raciocinar apenas do ponto de vista micro, do produtor, mesmo assim seria necessário uma visão clara de que, num mercado concentrado do lado dos compradores, qualquer benefício seria utilizado por setores organizados, além de que os problemas da cacaucultura têm uma dimensão muito maior.

E por demais conhecida as análises que, com cálculos e tabelinhas, procuravam demonstrar como ficaria o preço depois de extinto o imposto, insinuando que uma "gorde" diferença iria para o bolso dos produtores. Agora já se sabe, pois foi divulgado por entidade ligada a esses interesses, que houve um entendimento entre os que forçaram a derrubada do imposto para anunciar a incorporação do mesmo ao preço. Tal não aconteceu, pois a tabela abaixo demonstra que o imposto, em apenas 3 semanas, já foi "engolido", evidenciando que a COPERCACAU sempre teve razão. Vejamos:

No primeiro dia, 26.10.89, foram incorporados ao preço

Dia	O preço que o mercado pagou NCz\$ (a)	Correção cambial	O preço que o mercado deveria pagar NCz\$ (b)	Diferença NCz\$	(b-a) %
25.10.89	57,00	—	57,00	—	—
26.10.89	62,50	1,615	66,43*	3,93	6,3
27.10.89	64,00	1,610	67,50	3,50	5,4
30.10.89	64,33	1,743	68,68	4,35	6,7
31.10.89	64,57	1,693	70,01	5,44	8,4
01.11.89	65,18	1,608	71,13	5,95	9,1
03.11.89	65,71	1,601	72,27	6,56	11,7
06.11.89	66,35	1,613	73,44	7,09	10,7
07.11.89	65,72	1,624	74,63	8,91	13,6
08.11.89	65,19	1,634	75,85	10,66	16,4
09.11.89	66,36	1,625	77,08	10,72	16,2
10.11.89	68,89	1,686	82,36	13,47	19,6
13.11.89	69,63	1,675	83,80	14,17	20,3
14.11.89	70,14	1,681	85,21	15,07	21,4
16.11.89	69,44	1,687	86,65	17,01	24,4
17.11.89	68,60	1,711	88,13	19,53	28,5
20.11.89	68,94	1,713	89,64	20,70	30,0

(*) Inclusive 14% correspondentes ao impacto da suspensão do imposto.

O que é o ágio

O mercado interno sempre costumava pagar o preço oferecido pelo mercado **externo**. Assim, se o exterior estivesse pagando 100, este também era o preço que se pagaria internamente. De uns tempos para cá, por razões as mais diversas que este informativo contará numa outra edição, o mercado interno vem pagando um diferencial acima do mercado externo, comumente chamado de **ágio**.

Ao produtor, e por extensão suas cooperativas, interessa vender pelo melhor preço, não importa que seja para o mercado externo ou para o mercado interno. O mercado é um só e seria uma insanidade alguém vender o produto por **100** apenas para dizer que exportou, quando poderia vendê-lo por **160** - pois o ágio já chegou a atingir **60%** no ano passado. Mas a desinformação é tão grande que alguns, que nada têm a ver com as cooperativas, cobram o fato de seus dirigentes não cometerem a ingenuidade de vender para um mercado que paga menos.

Copercacau estava com a razão

Sempre defendeu-se a tese de que o problema do imposto era político. A preocupação dos que sempre tentaram derrubá-lo não era de elevar a renda do produtor, mas a de mantê-lo desorganizado. E a existência do imposto representava permanente ameaça, na medida em que poderia ser instrumento para reduzir o "fosso" entre setores organizados e não organizados. Daí o combate sistemático que alguns setores, seguramente por má-fé,

Agora, o imediatismo de uns, os interesses subalternos de outros e a desinformação de tantos, não permitiram transformá-lo num seguro definitivo para a economia cacaueteira, na forma de uma solução inteligente que poderia ser perseguida. Seguramente, o melhor era forçar para que o imposto fosse utilizado eficaz e eficientemente em benefício do produtor e da economia, porque, como comprovado, ele não retornaria. É preciso que a percepção esteja além do

cionais. Por isso, em documento recente, encaminhado ao Ministro da Fazenda, sugeriu-se que o imposto fosse utilizado parcialmente visando os seguintes objetivos:

- a) formação de estoques reguladores;
- b) complementação de preços em caso de gravosidade comprovada;
- c) apoio creditício aos produtores;
- d) melhoria da infraestrutura das

Por que a lavoura perdeu?

também fazem ao cooperativismo, a única trincheira de resistência organizada com que contam os menos amparados, principalmente os mini, pequenos e médios produtores.

Em 1957, em meio a crise, as lideranças regionais pediram e o governo teve a lucidez de instituir o tributo.

meramente circunstancial, sob pena dessa região nunca sair do atraso em que se encontra há mais de um século.

É uma necessidade premente dotar a economia cacaueteira de mecanismos eficientes, capazes de conjurar crises, principalmente decorrentes de frustração de safras ou queda nos preços interna-

- regiões produtoras de cacau;
- e) apoio ao desenvolvimento de projetos agroindustriais de produtores de cacau;
- f) expansão do consumo interno do chocolate;
- g) incentivo ao cooperativismo, visando reduzir o desequilíbrio.

De quem cobrar?

Uns prometeram, outros sofismaram, alguns assinaram até documento assegurando a incorporação do imposto. Todos estão aí e têm o dever moral de sustentar as suas teses, na prática; têm a obrigação de pagar ou forçar o pagamento do preço do dia da suspensão do imposto, acrescido deste e das correções cambiais do período.

O produtor que ingenuamente acreditou no "conto" aprende três lições: a) cada segmento têm interesses distintos dentro da economia; b) muitas vezes esses interesses

são antagonísticos; c) o produtor é o único segmento perdedor, porque não é organizado. Espera-se que ele entenda que só poderá ser ganhador nesse processo se ampliar sua participação nas cooperativas, deixando de considerá-las como mais uma opção de venda, uma mera casa comercial.

Por outro lado, a exemplo do que ocorre em outras partes, é preciso que a sociedade regional se habilite a cobrar comportamento mais digno e mais qualificado dos que ocupam funções públicas, etc.

Conclusão

Só existe uma alternativa para o produtor solucionar os seus problemas: o cooperativismo. Aquele cooperativismo que tem coragem para promover avanços qualitativos, tornando-se efetivo instrumento de mudança, mesmo correndo o risco de ser incompreendido pelos que resistem às transformações.

O cooperativismo é a única maneira de reduzir a distância que existe entre setores não organizados, os produtores, e os poderosos grupos que dominam o mercado.

Entretanto, essa não é uma tarefa para uns poucos, enquanto muitos de fora e sem nenhuma participação, cobram resultados que não ajudam a construir, numa total inversão dos fatos. O cooperativismo **resulta** da vontade política de pessoas que, dotadas de auto-estima, **unem** esforços para produzir uma realidade melhor. Se to-

lações, sem dubiedades, os objetivos podem ser alcançados mais rapidamente, livrando o produtor da insegurança que o tem atormentado de ganhar hoje e perder amanhã. Mas essa opção é inteiramente sua, de se libertar ou continuar dependente.

De qualquer forma, no dia que os produtores tiverem consciência da sua fragilidade, optando por se organizar, essa lavoura será poderosa, e aí não haverá espaço para os quem se envolvem fácil nem para os que cultivam o campo fértil da dubiedade.

Resistindo, a COPERCAU cumpriu o seu papel, ingressando numa luta que era mais política do que técnica. Uma resistência em defesa da manutenção de instrumentos que podiam ajudar na organização mais rápida dessa classe historicamente desorganizada de produtores de cacau, aliás, a única preocupação objetiva dos que lutaram

A POSIÇÃO DO CNPC

Ilmo. Sr.
Dr. Fernando Rios
M.D. Presidente da Copercau
Ilhéus (BA).

Para conhecimento V.Sa. transcrevemos abaixo teor Telex encaminhado ontem Srs. Ministros: Fazenda, Planejamento et Interior, Presidentes Bancos: Brasil Central, bem como diretor Cacex e presidente Conselho Monetário Nacional.

O Imposto de Exportação

Não concordamos com as ações dos exportadores et industriais no sentido da suspensão ou revogação do imposto de exportação de dez por cento, do que serão os únicos beneficiários com a futura exportação de um milhão et quatrocentos mil sacas de cacau já adquiridas com desconto do imposto ao produtor.

A extinção ou suspensão do imposto equivale ao acréscimo de apenas dez por cento na variação cambial que já atinge mil por cento nos últimos onze meses, enquanto somente cem por cento foi repassado ao preço do cacau pago ao produtor, ainda que a queda de cotação internacional, no período, esteja abaixo de cinquenta por cento. Se o governo admite dispor do imposto, será preferível que o repasse ao Banco do Brasil, no limite necessário ao financiamento dos débitos da lavoura com subsídios à correção monetária. Afora essa alternativa conjuntural, o imposto é imprescindível à viabilização dos objetivos da CEPLAC na região cacaueteira, sob pena de negarmos a nossa própria capacidade de renovar et reconstruir a CEPLAC dos EMARC'S, CEPEC, da Universidade de Santa Cruz, do Sistema Cooperativista, da recuperação da lavoura et da organização do produtor.

Atenciosamente,
Hélio. Bandeira Neves
Presidente do Conselho Nacional dos

Anexo B – Matéria publicada pelo jornal Agora, Ano XXII – Nº 1.246, sul da Bahia, 18 de novembro de 2003, sobre declaração do secretário da Agricultura do Estado da Bahia, Pedro de Deus

Agora

AroXXI - Nº 1.246 - Sul da Bahia
Terça-feira, 18 de novembro de 2003 - R\$0,50

Beta
P A P E L A R I A

Avenida: Luca Leão, 65-A Centro
Fone: 73.612.6897 - Itabuna - Bahia

www.agora-online.com.br
e-mail: agora@agora-online.com.br

Seu futuro passa por aqui

Marcus Alencar
Tel: (73) 311.4488
Das 9h às 18h no 3º Andar

Adelta
da Coligada

Secretário quer anistia para produtores rurais

O secretário de Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, defendeu, ontem, na abertura da 25ª Semana do Fazendeiro, na Emarc-Uruçuca, a anistia das dívidas dos produtores de cacau que recorrem a financiamentos para o combate à vassoura-de-bruxa na primeira e segunda etapa do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira. Ele argumentou que a prática fitossanitária e restrita à poda de árvores para o controle da doença foi recomendada pelos técnicos da Ceplac, mas se mostrou inadequada e causou prejuízos financeiros.

Páginas 03 e 05



Foto: Jorge Conceição

Previsão do Tempo			
Itabuna:	Nublado	Máxima	Mínima
		30°	23°
Ilheus:	Nublado	Máxima	Mínima
		29°	24°
www.tempoagora.com.br			
Dólar			
		Segunda-feira	
Comercial:	Compra	R\$ 2,93	Venda
		R\$ 2,93	
Paralelo:	Compra	R\$ 2,83	Venda
		R\$ 2,87	
Eixo Itabuna/Ilheus: Segunda-feira			
@ R\$ 60,00 (leve alta)			
T. New York: \$ 1,552,00			
Boi Gordo			
Itapetinga:	@	R\$ 52,00	
Feira de Santana:	@	R\$ 57,00	
Jequié:	@	R\$ 52,00	
Itulaba/MG:	@	R\$ 59,00	
Araçatuba/SP:	@	R\$ 61,50	
Barretos/SP:	@	R\$ 59,00	
Nesta Edição			
Cotação do dia: 17-11-2003			

Agora

Itabuna (BA), terça-feira, 18 de novembro de 2003

Política - 05

Secretário defende anistia para produtores

Pedro de Deus justifica sua proposta alegando que a poda de cacauzeiros, recomendada pela Ceplac, causou prejuízos aos agricultores

Diante de um público estimado em 800 pessoas, o secretário estadual de Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, defendeu ontem na abertura da 25ª Semana do Fazendeiro, na Emarc-Uruçuca, a anistia das dívidas dos produtores de cacau que adquiriram financiamentos para o combate à vassoura-de-bruxa.

O representante do governo disse ser a favor da anistia apenas para os cacauicultores que aderiram as práticas recomendadas pela Ceplac durante a primeira e a segunda etapas do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueteira, lançado em 1995 pelo governo federal.

Pedro de Deus sustentou sua idéia com o argumento de que a prática (poda de árvores) de controle da doença recomendada à época pelos técnicos da Ceplac era inadequada e causou prejuízos financeiros.



Pedro de Deus criticou métodos da Ceplac

Anexo C – Artigo “Falta alguém em Nuremberg”, publicado no jornal **Agora**, Itabuna-BA, 23 à 29 de maio de 1993, que aborda as ações de um industrial de Ilhéus para prejudicar o Sistema Copercacau

AGORA

Itabuna(BA), 23 à 29 de maio de 1993

Falta alguém em Nuremberg

Castro Al

Um certo Al Castro, que aparece no jornal *Tribuna do Cacau* com frequência “halleyana”, tem demonstrado obstinação passional por certos temas: Ceplac, Copercacau e Itaisa.

O objetivo deste artigo é evidenciar algumas das inúmeras razões pelas quais o Sr. Al Castro tanto insiste em suas alevoisias contra a Copercacau e a Itaisa. Como ele tem demonstrado gosto pelas estórias, vamos contar uma historinha que tem um personagem acima de qualquer suspeita, Mister Z.

“A história é antiga. Remonta aos idos de 1971 quando, na crise de pregos do cacau, resolveu a Copercacau industrializar parte do estoque que possuía. Em má hora, foi escolhida para o referido processamento a empresa de Mister Z, tendo a Copercacau, ao tempo, escapado de grandes prejuízos, graças a lances dignos de filme policial. Essa história, verdadeira, fica por enquanto no “trailler”, para ser contada com detalhes, depois.

Posteriormente, em razão de ter a empresa de Mister Z efetivado a ven-

da de uma partida de manteiga para a URSS, contrato esse não cumprido, os exportadores baianos foram exortados no sentido de se cotizar para cumprir a referida obrigação pela empresa de Mister Z, considerando a posição assumida pela URSS de não voltar a comprar cacau em amêndoas e derivados do Brasil enquanto não satisfeito o compromisso de embarque. Chamada a participar dessa cotização, negou-se a Copercacau a fazê-lo.

Por volta de 1974, quando descartada pela Copercacau a assunção do acervo da falida empresa de Mister Z, não obstante o empenho do seu maior credor e de outros interessados, lançou-se o citado empresário ao trabalho obstinado de evitar a concretização do projeto Itaisa, para ele injustificável, já que queria empurrar suas sucatas à Copercacau, a peso de ouro.

Esquecia-se Mister Z que a sua empresa, endividada e insolvente, possuía máquinas e equipamentos obsoletos, em precaríssimas condições de uso. Além do mais, já

implantado o projeto Itaisa do Distrito Industrial de Ilhéus, nada justificava a Copercacau tentar soerguer uma empresa nessas condições, além de mal localizada.

Com as medidas da Copercacau de dar curso ao projeto, qual o comportamento de Mister Z? Vai à França, estabelece contatos com a direção da Barry e propõe substituir a Copercacau na “joint venture” que estava para ser formada.

Surpresos com a estranha visita e certamente perplexos com a moralidade da proposta, a direção da Barry francesa apressou-se em colocar a Copercacau a par do sucedido, frustrando a inconcebível iniciativa de Mister Z.

Episódios mais recentes mostraram a ação insidiosa de Mister Z, bastando citar os artigos denunciando o controle acionário da Itaisa pelos franceses, compras de máquinas e equipamentos referidos como obsoletos e outras sandices.

Triste região, cujas imagens transparecem sempre ao contrário. No caso, o conto dos sucateiros não sensibilizou os di-

rigentes de então, mas os vendedores de sucata de ontem se arvoram de juízes, com autoridades (!) para criticar os que no passado souberam decidir com dignidade e soberania”.

Agora, num artigo datado de 27/04/93, retoma o Sr. Al Castro o seu filão preferido querendo contar estórias tristes de cooperativismo regional. Como contador de “causos” fantasia-se de exegeta para comentar uma lei que nunca deve ter lido, tal o despropósito das observações. Exibe rasgos de saudosismo, insinua-se defensor do cooperativismo contra as multinacionais (!) e certamente sob ressaca de um golpe mal sucedido fala em intervenção nas cooperativas, revelando total ignorância sobre os avanços do movimento nos últimos anos em busca da auto-gestão.

Não há dúvida que o articulista Al Castro (não confundir com Castro Al, autor destas mal traçadas linhas) tem agora elementos de sobra para enriquecer as suas “estórias tristes”. E os seus leitores a certeza de que “falta alguém em Nuremberg”.

Anexo D – Editorial do jornal Diário da Tarde de Ilhéus, intitulado “Sindicalismo irresponsável”, tratando da questão das greves na Itaisa

DIÁRIO DA TARDE

FUNDADO EM 1.º DE FEVEREIRO DE 1928 POR FRANCISCO

Ano LXIV — Ilhéus (Ba), Quinta-feira, 01 de agosto de 1991 Nº 16.436 Preço deste exemplo

SINDICALISMO IRRESPONSÁVEL

NUMA ATITUDE POLITICA E IRRESPONSÁVEL, o Sindicacau vem, já há algum tempo, incitando os seus filiados a fazerem greves frequentes, levando as indústrias do Distrito Industrial a uma situação de frequentes dificuldades, agora mais do que nunca, em razão do estado de recessão por que passa o país e do difícil momento vivido pela região cacauífera.

A ITAISA — ÚNICA INDÚSTRIA QUE PERTENCE AOS CAUCAICULTORES, porque faz parte do Sistema Copercacau —, enfrenta enormes dificuldades, com equipamentos quebrados e, por causa disso, sem poder industrializar e comercializar os seus produtos. Sabendo disso, cabia aos seus funcionários, para preservarem os seus empregos, entrar num acordo com os dirigentes da empresa. Mas, levados pela ação dos dirigentes do Sindicacau, radicalizaram e um acordo ficou difícil de ser feito, porque, é de todos sabido, que a situação financeira da Itaisa, neste instante, é muito difícil, difficilima até.

RADICALIZARAM LEVADOS PELOS “POLÍTICOS” DO SINDICATO, não fizeram acordo e nem reconheceram a difícil situação da empresa em que trabalham. Agora, estão nas ruas pedindo ajuda “para amenizar a situação de 156 famílias dos trabalhadores”, con-

forme panfleto distribuído por toda a cidade. A nosso ver, isso é vergonhoso, porque, mesmo ganhando pouco, os trabalhadores vinham sustentando suas famílias, mesmo porque, ganhar pouco neste país não é privilégio dos empregados nas indústrias de cacau de Ilhéus. E sim, um problema nacional, que não será resolvido com brigas insensatas e nem com comportamentos radicais.

SE O SINDICACAU LEVOSSE OS FUNCIONÁRIOS DA ITAISA a essa situação, deveria ter em caixa recursos suficientes para aquisição de gêneros de primeira necessidade, que a eles seriam distribuídos gratuitamente, enquanto o problema se mantivesse. Mas, como vive de cofres vazios, preferiu expor os seus associados ao ridículo, saindo por aí pedindo ajuda, que pode ser em forma de dinheiro, de comidas, etc.

UMA ATITUDE QUE POR CERTO NÃO SENSIBILIZARÁ os ilheenses que na sua maioria, não concordam com as atitudes que vem sendo tomadas pelo Sindicacau e por outros sindicatos onde a política impera e o sindicalismo pra valer nunca é posto em prática.

REIVINDICAR É PRECISO. Mas é preciso também que haja um mínimo de bom senso. E isso não está acontecendo no Brasil de hoje, o que é de se lamentar.

Anexo E – Telex dirigido ao deputado Haroldo Lima em 26 de setembro de 1991, esclarecendo informações sobre a Itaisa

612082CDEPB BR
732113CCCA BR

ILHEUS(BA), 26 DE SETEMBRO DE 1991.

EXMO. SR.
DEPUTADO HAROLDO LIMA
CAMARA FEDERAL
BRASILIA-DF

SENHOR DEPUTADO,

A RESPEITO DO TEXTO "HAROLDO LIMA SOLIDARIZA-SE COM TRABALHADORES GREVISTAS DA ITAISA", DISTRIBUIDO PELO GABINETE DE V. EXA., QUEREMOS EXTERNAR-LHE A NOSSA ESTRANHEZA PELO SEU CONTEUDO, CERTAMENTE BASEADO EM INFORMACOES DETURPADAS QUE LHE FORAM PASSADAS.

CONHECENDO SEU PASSADO DE LUTA EM FUNCAO DE ALGO EM QUE ACREDITA, EH EXTREMAMENTE DESAGRADAVEL REGISTRAR QUE ALGUMAS COLOCAÇÕES ATINGEM COMO NODOA ESSE PASSADO, CERTAMENTE CONSTRUIDO PELO COMPROMISSO COM A VERDADE ET PELA FIRMEZA NA DEFESA DE PRINCIPIOS QUE V.EXA. DEVE TER UTILIZADO PARA NORTEAR AS SUAS AÇÕES. POR ISSO, JULGAMOS PRECIPITADOS ALGUNS JUIZOS ET CONCEITOS EMITIDOS NO SEU PRONUNCIAMENTO.

TEMOS FEITO UM ESPORÇO GIGANTESCO PARA CRIAR CONDIÇÕES EFETIVAS DE MUDANÇA DESTA ECONOMIA, REDUZINDO SUA DEPENDENCIA DOS MERCADOS INTERNACIONAIS. ISSO, POR SI SOH, CONTRARIA INTERESSES CRISTALIZADOS AO LONGO DE SECULOS, PORQUE CERTAS MUDANÇAS SOH SAO POSSIVEIS COM A EXISTENCIA DE INSTRUMENTOS CONCRETOS. ESSA POSTURA DE RESISTENCIA CONTRARIA FRONTALMENTE AFIRMAÇÕES CONTIDAS NO SEU PRONUNCIAMENTO.

AO ENSEJO, ET NO SENTIDO DE COLABORAR PARA QUE POSTULADOS ETICOS ET MORAIS SEJAM MANTIDOS EM QUALQUER RELACIONAMENTO HUMANO, QUE SABEMOS CULTIVADOS POR V.EXA., TEMOS O PRAZER DE CONVIDA-LO PARA UMA VISITA AA FABRICA, QUANDO TEREMOS OPORTUNIDADE DE EVIDENCIAR-LHE FATOS QUE CERTAMENTE LHE PROPICIARAO MELHORES CONDIÇÕES DE JULGAR OS "PATROES" DA ITAISA.

ATENCIOSAMANTE,

DIRETORIA DA ITABUNA INDUSTRIAL S/A. - I T A I S A.

732113CCCA BR+
612082CDEPB BR

Anexo F – Carta dirigida ao superintendente do Banco do Brasil, em 12/11/93

Ilhéus, 12 de novembro de 1.993

Ilustríssimo Senhor
Dr. FRANK DYKEMAN
DD. SUPERINTENDENTE DO BANCO DO BRASIL
Salvador - BA.

Senhor Superintendente,

Na última terça-feira, quando estivemos com o Dr. Sayde José Miguel, Diretor de Crédito Rural desse Banco, e com técnicos da GCOOP, tomamos conhecimento de que até aquele momento essa Superintendência não havia encaminhado oficialmente os estudos sobre o Sistema Copercacau, já concluídos há algum tempo, segundo informações que obtivemos, e que deverão nortear também a posição dos demais bancos credores.

Como é do seu conhecimento, o fato de a Comissão Interministerial do Cacau (Portaria nº 297, de 29.06.93) ter incluído nas suas recomendações o apoio ao Sistema Copercacau desencadeou reações agressivas por parte do cartel que se acha com poder, outorgado não se sabe por quem, de continuar mantendo esta região dependente de relações extremamente desiguais.

Não nos surpreende a posição adotada pela COMCAUBA, mesmo que para isso se utilize da prática corriqueira de atuar nos bastidores, como é o caso da carta recentemente encaminhada às autoridades do governo federal. Igualmente não surpreende a postura de certo deputado que, mesmo comparecendo a esta região de 4 em 4 anos, se sente encorajado a criar dificuldades para o Sistema Copercacau, fiel a compromissos que não consegue dissimular. Também não ignoramos o papel de certo colunista do jornal "A Tarde", antigo industrial, agora travestido de agricultor que, usando linguagem deselegante e fora de propósito ironizou até a Comissão Interministerial, revelando desespere e impotência diante de fatos que gostaria de modificar.

E de tantos outros que pretendem apenas manter privilégios em detrimento de grande maioria desamparada, desempenhando o sórdido papel de atacar o Sistema Copercacau.

A COMCAUBA representa "meia dúzia" de empresas comerciais e industriais, muitas das quais implantadas com dinheiro público. Durante o longo período que funcionaram como meras extensões de interesses localizados fora, nunca conseguiram inovar em benefício da sociedade como um todo.



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LIMITADA - COPERCACAU CENTRAL
SEDE: ROD. ILHÉUS-URUÇUCA, KM 4,5 - DISTRITO INDUSTRIAL - ILHÉUS - BA - PABX: 231-1011 - TELEX: 732113
ESCRITÓRIO EM SALVADOR: RUA MIGUEL CALMON, 555 - 5º ANDAR
ED. CITY BANK - TELEFONES: 241-4455 - 241-4612 - TELEX 0711243

Algumas delas e mais os seus áulicos, hoje se arvoram de guardiãs do erário público (?). Outras tem endividamento elevado, que conseguem rolar graças ao tráfico que dispõem, mesmo às portas da insolvência e sem qualquer perspectiva operacional, mas se acham no direito de reivindicar. E o que é pior, os destituídos de qualquer ética tentam obstacular ações do Sistema Copercacau nas suas legítimas aspirações.

Esse conjunto de fatores termina por inibir algumas pessoas que, tomadas pela dúvida, tem dificuldades de discernir entre opções que se justificam socialmente e outras que beneficiam apenas a grupos.

O Sistema Copercacau não desviou recursos para atividades estranhas, prática que tem tornado ricos os empresários e pobres as suas empresas. Todo esforço que foi feito é visível e só o comportamento subalterno não é capaz de reconhecer. Talvez o grande erro tenha sido ingressar na industrialização, construindo uma fábrica que alguns tem se empenhado de todas as formas para possuir e que representa o único instrumento estratégico que dispõe esta região para enfrentar as instabilidades cíclicas.

O Sistema Copercacau significa um dos poucos redutos de resistência de uma região que se comporta como colônia há mais de um século e de um produto que sempre foi refém das grandes corporações internacionais. Possui 2 fábricas de calcário, uma misturadora de fertilizantes, instalações para beneficiamento de café e uma moderna indústria de produtos de cacau. Além de tudo isso, se inclui entre as poucas empresas com conceito no mercado internacional.

Destruir tudo, de forma consciente ou inconsciente, ou por simples omissão, é inconcebível e só atende aos interesses imediatistas de alguns comerciantes e industriais. Por tudo isso, não é mais aceitável que a solução para o Sistema Copercacau continue a mercê de idas e vindas e ao sabor de investidas de pessoas com objetivos pouco onessáveis.

A solução para o cooperativismo e para a lavoura como um todo não pode mais ficar atrelada as questões de natureza microeconômica - vale dizer do setor industrial e comercial. Os que efetivamente produzem devem aos bancos valor em torno de 1/3 de uma safra agrícola, mas estão estrangulados financeiramente, sem a menor condição de cuidar das suas propriedades, correndo o risco de não se beneficiarem dos bons preços que virão (aliás, tese sempre defendida com convicção pela Copercacau, que todos agora aceitam) porque serão forçados a transferi-las para setores capitalizados.

Objecções ao Sistema Copercacau sempre existirão; aos seus dirigentes, também, enquanto cooperativistas e

Lucy



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LIMITADA - COPERCACAU CENTRAL
 SEDE: ROD. ILHÉUS - URUÇUCA, KM 45 - DISTRITO INDUSTRIAL - ILHÉUS - BA - PABX: 231-1011 - TELEX: 732113
 ESCRITÓRIO EM SALVADOR: RUA MIGUEL CALMON, 555 - 5º ANDAR
 ED. CITY BANK - TELEFONES: 241-4455 - 241-4612 - TELEX 0711243

condutores do processo. É ilusão pensar-se que as transformações ocorrerão sem reações de setores incomodados, mesmo as pacíficas promovidas pelo cooperativismo. O que é importante é saber identificar as razões que existem por trás de todas elas.

Os arquivos dos diversos órgãos públicos que lidam com cacau, no passado como agora, estão cheios de documentos contra o cooperativismo, contra a ITAISA e contra tudo que se refira ao esforço de organização do setor produtivo. E até de pleitos absurdos de favorecimento do Estado por parte de algumas empresas, que homens públicos responsáveis souberam rechaçar com independência e dignidade.

Algumas pessoas, com o objetivo de confundir, tem procurado colocar para a opinião pública a idéia de que as cooperativas são empresas iguais as que estão no mercado. Não são ! Do ponto de vista doutrinário, filosófico, teórico e, sobretudo, jurídico.

Existe todo um arcabouço que distingue as cooperativas, colocando-as no domínio do interesse maior da sociedade. Esses fundamentos tem origem na universalidade de sua ação e na capacidade que tem de melhorar qualitativamente as relações sociais. Mesmo que uns não considerem assim e tudo façam para desacreditar esses preceitos.

Esses dispositivos estão na Lei nº 5.764/71 (art. 2º), na Constituição Federal (art. 174) e na Lei 8.694/93, que define "prioridades e metas da administração pública federal" (art. 7º).

Como se observa, independentemente das relevantes questões econômicas, sociais e estratégicas que envolvem o cacau, o apoio ao cooperativismo é determinação legal, ditada pelos mais elevados interesses da sociedade brasileira, contra os quais não se justificam atitudes arrogantes e pretensiosas como a da COMCAUBA.

A COMCAUBA tem todo direito de defender os interesses que representa e deve fazê-lo legitimamente. Mas não tem qualquer autoridade - qualquer mesmo - para se insurgir contra soluções para o Sistema Copercacau, ingerência absurda que subverte qualquer conceito de prioridade, e que deve ser repelida com veemência.

Estamos certos de que Vossa Senhoria, fiel aos compromissos que assumiu perante os dirigentes do Sistema Copercacau, adotará as providências necessárias ao encaminhamento adequado da questão.

Atenciosamente,



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LIMITADA - COPERCACAU CENTRAL
SEDE: ROD. ILHÉUS - URUCUCA, KM 4,5 - DISTRITO INDUSTRIAL - ILHÉUS - BA - PABX: 231-1011 - TELEX: 732113
ESCRITÓRIO EM SALVADOR: RUA MIGUEL CALMON, 555 - 5º ANDAR
ED. CITY BANK - TELEFONES: 241-4455 - 241-4612 - TELEX 0711243

Anexo G – Termo de Resolução da Câmara Municipal de Itabuna: União de forças em torno do Sistema



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

TERMO DE RESOLUÇÃO: UNIÃO DE FORÇAS EM TORNO DO SISTEMA COOPERCACAU

As entidades, pessoas e autoridades presentes à Sessão Especial da Câmara Municipal de Itabuna, em 03/08/95, tomando conhecimento e discutindo de forma exaustiva a proposta de soerguimento do Sistema Cooperacau apresentada pelo Comitê Negocial, constituído de representantes dos Bancos e do Sistema Cooperacau, e pelo Comitê de Apoio Político-Institucional, constituído por CNPC, AMURC, OCEB, FAEB, ABC, Sindicatos dos Comerciantes de Ilhéus, Comissão do Cacau da Assembléia Legislativa, CEPLAC, Câmara de Vereadores de Itabuna e Câmara de Vereadores de Ilhéus.

E ainda CONSIDERANDO:

- a) O Histórico e caótico quadro de instabilidade vivido pela região cacaueira;
- b) Os impactos negativos dessas instabilidades para o conjunto da população regional - de mais de 3 milhões de pessoas - afastando a estrutura de prestação de serviços, comércio e atividades agro-industrial;
- c) Que as medidas de apoio creditício são necessárias e urgentes para o enfrentamento conjuntural da "Vassoura-de-bruxa", mas insuficientes para reduzir o problema estrutural;
- d) Que é necessário o fortalecimento das instituições e entidades regionais, principalmente aquelas que podem contribuir para eliminar as causas geradoras das crises;
- e) Que o Sistema Cooperacau é um importante mecanismo econômico que pode de imediato contribuir para elevação dos preços e da renda regional; o uso adequado de insumos agrícolas; implementação de um Polo Tecnológico regional em geração de 500 empregos diretos e mais de 2.500 indiretos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

- f) Que os estudos realizados pelo Comitê Negocial evidenciam a viabilidade econômica-financeira do Sistema e acentua a sua importância nas transformações qualitativas que a região precisa experimentar a médio e longo prazos;
- g) Que os maiores esforços para o enfrentamento de crise devem originar-se das bases municipais;

RESOLVEM:

- 1- Aprovar o referido projeto de soerguimento e elegê-lo como prioridade regional.
- 2- Somar esforços e recursos para viabilizar as ações necessárias ao seu imediato e pleno funcionamento.
- 3- Criar os meios para conscientizar a comunidade regional da importância estratégica e econômica do Sistema.
- 4- Externar para as autoridades estaduais e federais, bem como para as instituições financeiras, a necessidade de prover em caráter de urgência os recursos materiais e humanos, necessários ao funcionamento do Sistema Copercacau.
- 5- Exigir que se cumpram dispositivos constitucionais que tratam do apoio ao cooperativismo, como instituição diferenciada no mundo dos negócios, (art.174, inciso 2º da Constituição Federal).

Sala de Sessão da Câmara, em 03 de Agosto de 1995.

José Raimundo Souza
José Raimundo Souza
Presidente da Câmara Municipal de Itabuna.

Geraldo Simões
Geraldo Simões
Prefeito Municipal de Itabuna.

Antonio Olimpio Rehem da Silva
Antonio Olimpio Rehem da Silva
Prefeito Municipal de Ilhéus

J. Pedral
José Pedral Sampaio
Prefeito Municipal de Vitória da Conquista

Aldemir Cunha de Oliveira
Aldemir Cunha de Oliveira
Diretor Regional da CEPLAC

Av. Mário Padre, S/N - Espaço Cultural - Bairro Conceição - CEP - 45600-000 - Itabuna-Ba.
Telefone (PABX) 073 - 211-2618 - Fax (073) 212-1703



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

Roberto Setúbal
Roberto Setúbal
Prefeito Municipal de Itacaré

Romualdo Pereira
Romualdo Pereira
P/ Presidente da Câmara Municipal de Ilhéus

Gilka Badaró
Presidente da Associação dos Municípios da região Cacaueira - AMURC

Wallace Coelho Setenta
Wallace Coelho Setenta
Presidente da Central Nacional dos Produtores de Cacau - CNPC

Associação Brasileira de Cacauicultores - ABC
Associação Brasileira de Cacauicultores - ABC

Organização das Cooperativas do Estado da Bahia - OCEB
Organização das Cooperativas do Estado da Bahia - OCEB

Comissão do Cacau da Assembleia Legislativa
Comissão do Cacau da Assembleia Legislativa

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Derivados de Cacau - SINDICACAU
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Derivados de Cacau - SINDICACAU

Grupo de Ação Comunitária de Itabuna - CAC
Grupo de Ação Comunitária de Itabuna - CAC

Sindicato dos Comerciantes de Itabuna

Associação Comercial de Itabuna
Associação Comercial de Itabuna

Sindicato dos Portuários de Ilhéus



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

Emília de Souza - Presidente - COOPAGRI - Itabuna - Ba.

João Valdo Nunes Reis - " " "

JOÃO WILSON LEITE RAIMO - COOP - IPIAU

Joana Angélica Mesquita S. de Oliveira - COOP - IPIAU

João de Deus - COOP - IPIAU

MURCINO SCARPA DE OLIVEIRA - COOP - IPIAU

Domingos S. Souza - COOP - IPIAU

ELIAS RODRIGUES MENDES - COOP - IPIAU

Luiz Fernando T. Adachi - Sindicato

Luiz Gualberto Santa - API

Mari Melo Reis - COOPEDI

Celia Alves Reis do Nascimento - API

Adalberto

Adalberto S. do Rosário - CNPC

Adalberto S. do Rosário - CENAC

Adalberto S. do Rosário - CEPLAC

Adalberto S. do Rosário - Prof. de UFSC

Adalberto S. do Rosário - Agricultor

Adalberto S. do Rosário - Agricultor

Adalberto S. do Rosário - Agricultor

Adalberto S. do Rosário - Agricultor

Adalberto S. do Rosário - Agricultor

Adalberto S. do Rosário - OCEB - Sindicato Rural Local

Adalberto S. do Rosário - Advogado e jornalista



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA

~~Pres. Bell~~ ~~Prós. J. Prós. J.~~ - DIÁRIO DA MANHÃ
 Mariana Teodoro L. do S. - Proprietária
 CARLOS AUGUSTO RANDOSO DA SILVA - SINDICADO
 ALEXANDRE M. DE MEIRELES - SINDICADO
 Prímago de Oliveira - PMS
 Luiz Ramos de Souza - Copiracem/Itabuna
 GENO (B) NAMUNDO - AGRICULTOR
 PISCOS R. C. PEREIRA - COPMAC
 Celso Navarro de Brito - agricultor
 José Amador J. Torres - DIRETOR COFABA
 Paulo Henrique André de Rocha - PRESIDENTE CARIANA EQUIPADO
 José Adir de Oliveira - Agricultor
 Fernando Rey L. Almeida - Coop. Unia. - Presid.
 FERNANDO MARTINS - COOPMAC - U.T. DA CONQUISTA
 ANTONIO CESAR MEIRA DE SOUSA SANTOS - COOPMAC - U.T. COMUNISTA
 EDILSON MENDES GUIMARÃES - ALEMU - ASSOC. DAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS DE ITABUNA
 Hélio Lourenço Pinheiro - 2º Ten. em Ar. Promovido 250 BPM
 Edivaldo Magalhães - Atleta e rec. Davidson
 Edione Ramos Costa - Professora da COOPEDI
 Wilson Pinares Neto - Presidente do Grêmio do CEI
 Alfredo Mattos - ASSOC. Comercial ITABUNA
 DERCYDON ROCHA DIAS - Sec. Pref. PARA O CHOÇA
 GILBERTO CASTRO - COPELACAN COCAM - CAMACAN
 CELSO DA SILVA - UNIÃO DAS LIBERANÇAS DO INTERIOR DA BAHIA
 ULIBA

Anexo H – Matéria divulgada pela Câmara Municipal de Itabuna, em 17 de junho de 1995

INFORME DA CÂMARA

Câmara debate revitalização do cooperativismo regional

A definição de providências para a reestruturação do Sistema Cooperacau e a reabertura da Itaisa reuniu na última quinta-feira, 3 de agosto, organizações ligadas ao cacau, produtores, políticos, clubes de serviço e expressivas lideranças regionais na Câmara Municipal de Itabuna em uma Sessão Especial convocada pelo seu presidente, José Raimundo de Souza. Durante a reunião foram discutidas estratégias de apoio político e financeiro ao sistema cooperativista, considerado essencial para a superação da crise que afeta a Região Cacaueira.

Na abertura da Sessão Especial foi lido um pronunciamento do Presidente do Legislativo Itabunense no qual, referindo-se às dificuldades enfrentadas pela região, afirmou que "nenhuma providência de caráter paliativo, nenhuma ação 'quebra-galho' surte mais qualquer efeito. Quando nos deparamos com uma situação de crise, ou assumimos uma atitude realista de solução global ou o colapso será inevitável".

O mesmo ponto de vista foi defendido pelo presidente do Sistema Cooperacau, Fernando Rios, quando declarou que "a sociedade tende a abandonar as posições individualistas e somar num grande número até para resgatar historicamente o esforço dos pioneiros que nos legaram

mudar essa realidade, e a reativação da Itaisa criará um sentimento de unidade para que não continuemos sendo expoliados pelos grandes produtores econômicos que enriquecem cada vez mais enquanto o produtor empobrece".

No decorrer dos trabalhos, vários outros oradores defenderam o fortalecimento do Sistema Cooperativista e, no final da sessão, foi elaborado um documento subscrito por representantes de várias entidades representativas da região e do Estado. O documento conclama a união de forças em torno do Sistema Cooperacau, listando uma série de fatores que justificam essa iniciativa, e representa o primeiro passo para que esse objetivo seja alcançado.

A Mesa que dirigiu a Sessão Especial foi formada pelo presidente da Câmara Municipal de Itabuna, José Raimundo de Souza, pelo presidente do Sistema Cooperacau, Fernando Rios, pelo Assessor para Assuntos Cooperativistas da Secretaria de Agricultura do Estado, Almir Miranda, representante da Amure, Roberto Setúbal, presidente do Comitê Negocial, Celso Rosas, representante do Executivo Municipal, Everaldo Anunciação, representante da Câmara de Vereadores de Ilhéus, Adalberto Galvão, presidente do Sindicato, Gilson Souza, e José Pedral, prefeito de Vitória da Conquista.



Aspecto da reunião

uma grande riqueza. Riqueza esta que só será preservada se os instrumentos que temos hoje, inclusive a Cooperacau e a Itaisa, não forem abandonadas à sua própria sorte".

O presidente do Comitê Técnico-Negocial e Gerente da agência do Banco do Brasil, em Ilhéus, Celso Rosas, disse que "o Banco do Brasil e demais credores do Sistema Cooperacau, com a ajuda de técnicos especializados em cooperativismo, está redesenhando um sistema cooperativo para a região do cacau".

Acrescentou que o Banco do Brasil, assim como BNB, tem uma missão desenvolvimentista e nenhum esforço será poupado para fortalecer o cooperativismo e colaborar para a reativação da Itaisa, "um patrimônio desta região".

Em seu pronunciamento, o presidente da CNPC, Wallace Setenta, falou dos grandes lucros que firmas comercializadoras de cacau tiveram às custas do produtor no passado, situação que, segundo ele, não mudou em nada nos dias atuais. Disse ainda que "o momento é de se

Wallace Setenta: "A recuperação do cacau depende do cooperativismo".

Com a finalidade de dar legitimidade e sustentação política às gestões para a reativação do Sistema Copercacau e também promover a reabertura da Itaisa, foi criado recentemente um Comitê Institucional coordenado pelo presidente da CNPC, Wallace Setenta, para quem a revitalização do cooperativismo é indispensável à recuperação da lavoura cacauífera. Este é o assunto da entrevista que se segue:

Câmara Municipal - Quais as organizações que formam esse Comitê Institucional?

Wallace Setenta - Além da CNPC, que funciona como instituição coordenadora, temos a Câmara de Vereadores de Itabuna, Câmara de Vereadores de Ilhéus, Amurç, Uesc, Associação Comercial de Ilhéus, Sindicato e Federação de Agricultura do Estado da Bahia.

Câmara - Qual a estratégia adotada para que os objetivos desse Comitê

sejam alcançados?

WS - Paralelo ao Comitê Institucional, existe um Comitê de Crédito formado pelos bancos credores do Sistema Copercacau que realiza levantamentos e transfere informações que nos permitem traçar metas e estabelecer parâmetros para as nossas ações.

Câmara - Como surgiu esse movimento de reestruturação do cooperativismo e reabertura da Itaisa?

WS - Foi uma iniciativa da Câmara de Vereadores de Itabuna através do seu presidente, Sargento Raimundo. Ele convocou uma reunião preliminar, quando ficou combinado que no dia 3 de agosto será realizada uma Sessão Especial na Câmara Municipal. Dessa sessão irão participar produtores, sindicalistas, prefeitos da região e outros políticos, além de segmentos ligados à cacauicultura e a comunidade em geral. Nesse dia será dado

o primeiro passo para a efetiva atuação do Comitê Institucional.

Câmara - A recuperação do cacau depende do cooperativismo?

WS - Sem dúvida. Uma das vertentes para a retomada do desenvolvimento regional é a recuperação do Sistema Copercacau. E também incluir novamente o produtor no sistema de industrialização do cacau. E isto é importante porque a gente passa a dominar esse processo e ganha novos instrumentos para eventuais enfrentamentos com os industriais. No caso da importação de cacau pela Cargil, somente eles dispunham de argumentos técnicos contra a área de produção. Os produtores não tinham informações da área industrial para saber realmente se havia ou não necessidade de se trazer cacau de fora. Estivesse a Itaisa em funcionamento, teríamos dados sobre custos e fluxo de



produção, época de manutenção e todo conjunto de dados necessários a um posicionamento absolutamente seguro quanto à questão. Como estão as coisas, nós, produtores, continuaremos nessa posição de inferioridade em relação aos industriais. Só a reativação da Copercacau e a reabertura da Itaisa podem reverter esta situação.

Anexo I – Protocolo de Intenções assinado por várias instituições, em 01/08/95, visando apoiar o Sistema Copercacau

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

A Associação dos Municípios da Região Cacaueira - AMURC, representando as prefeituras municipais da região cacaueira, compreendendo a importância econômica e estratégica do SISTEMA COPERCACAU -- 1 cooperativa central, 12 cooperativas singulares, 1 indústria extrativa de calcário, 1 misturadora de fertilizantes, 1 indústria de produtos de cacau, milhares de produtores associados e seus dependentes e trabalhadores -- para o conjunto dos interesses regionais e a necessidade do engajamento dos municípios em projetos com estas características, que visam o desenvolvimento regional de forma auto-sustentada, e ainda de acordo com o que preceitua o art. 174, parágrafo 2o. da Constituição Federal, se COMPROMETE a aportar recursos financeiros equivalentes ao mínimo de R\$ 1,7 milhões para o apoio à industrialização do cacau e seus derivados através da ITAISA - Itabuna Industrial S.A., utilizando-se do produto da venda de ativos não operacionais das prefeituras vinculadas, verbas orçamentárias específicas e/ou qualquer fonte aprovada.

Intervém neste protocolo a Central Nacional dos Produtores de Cacau - CNPC, que coordena o Comitê Político Institucional, que trabalhará juntamente com a AMURC no sentido de incorporar o maior número de municípios com esse objetivo e difundirá a nível regional a importância do Projeto COPERCACAU.

Por outro lado, a Cooperativa Central do Cacau - COPERCACAU CENTRAL - se compromete a direcionar sua produção de alimentos contendo cacau e seus derivados, visando ao atendimento da merenda escolar e o suprimento aos municípios que integram este acordo, fornecendo produtos a preços especiais.

Presentes a este Ato, os senhores Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmaras de Vereadores dos municípios que integram a AMURC e o Coordenador do COMITE DE CREDITORES DO SISTEMA COPERCACAU, firmam, também, o presente documento, validando o seu conteúdo.

Ilhéus(BA), 01 de agosto de 1.975

Gilva Radaró
Gilva Radaró -
Presidente da AMUN

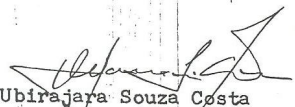
Wallace Coelho Setenta
Wallace Coelho Setenta -
Presidente da CNPC

Fernando Rios do Nascimento
Fernando Rios do Nascimento -
Presidente da COPERCACAU CENTRAL

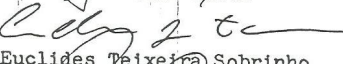
DE ACORDO:

<i>Antonio Olimpio Rehem da Silva</i> Antonio Olimpio Rehem da Silva	-	P. M - ILHÉUS Prefeito Municipal de Ilhéus
<i>Roberto Setubal</i> Roberto Setubal	-	P. M - ITACARE Prefeito Municipal de Itacaré
<i>Jose Raimundo Souza</i> Jose Raimundo Souza	-	<i>Presidente da Câmara Municipal de Itabuna</i> Presidente da Câmara Municipal de Itabuna
<i>Jose Vanderlino Barbosa</i> Jose Vanderlino Barbosa	-	<i>Presidente da Câmara Municipal de Coaraci</i> Presidente da Câmara Municipal de Coaraci
<i>Everaldo Amuniação Farias</i> Everaldo Amuniação Farias	-	P. M. Itabuna Prefeito Municipal de Itabuna
<i>Geraldo Simões</i> Geraldo Simões	-	P. P. P. M CAMACAN Prefeito Municipal de Camacan
<i>Jaquisson de Deus Guimarães</i> Jaquisson de Deus Guimarães	-	C. M. Ilhéus Presidente da Câmara Municipal de Ilhéus
<i>Romualdo Pereira</i> Romualdo Pereira	-	<i>Sindicacau</i> Diretor do Sindicacau
<i>Gelson Angelo de Souza</i> Gelson Angelo de Souza	-	PM Coaraci - Vice-Prefeito Municipal de Coaraci
<i>Carlos Roberto Fernandes</i> Carlos Roberto Fernandes	-	

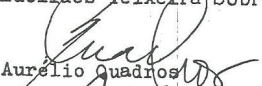
- 3 -


 Ubirajara Souza Costa

- Prefeito Municipal de Ipiatã


 Euclides Teixeira Sobrinho

- Presidente da Câmara Municipal de Ipiatã


 Aurelio Quadros

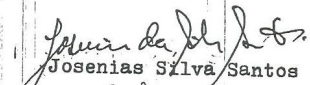
- Prefeito Municipal de Itagibá


 Fernando Guedes

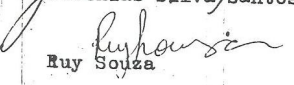
- Prefeito Municipal de Gandu


 Almir Ramos Carneiro

- Vice-Prefeito de Gandu


 Josenias Silva Santos

- Presidente da Câmara Municipal de Gandu


 Ruy Souza

- Prefeito Municipal de Wenceslau Guimarães


 Andre Aurelino Barbosa Neto

- Presidente da Câmara Municipal de Wenceslau Guimarães

Anexo J – Carta dirigida ao senador Antonio Carlos Magalhães, pela CNPC, ABC e Amurc, de 18 de março de 1996



CNPC

Central Nacional dos Produtores de Cacau

Itabuna (BA), 18 de Março de 1996

Excelentíssimo Senhor
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Brasília - DF

Prezado Senhor,

As entidades abaixo subscritas, representando a lavoura de cacau do Brasil e a comunidade regional, solicitam o prestimoso apoio de Vossa Excelência para a solução dos problemas do Sistema Copercacau, a ser consubstanciado nos seguintes pleitos:

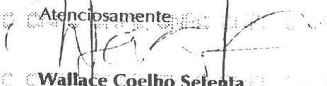
- 1 - Inclusão das cooperativas de cacau como beneficiárias dos recursos do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, para obtenção de financiamento com aval do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 10 milhões, a ser concedido pelo Banco do Brasil (a cargo do Min. da Fazenda).
- 2 - Inclusão das cooperativas de cacau como beneficiárias do programa de aplicação dos recursos originários do "Buffer Stock" no valor de R\$ 7 milhões, destinados a investimentos na ITAISA (a cargo da CEPLAC).

Como é do seu conhecimento, o projeto Copercacau, elaborado pelo Banco do Brasil e pela CEPLAC, conta hoje com o apoio unânime dos segmentos mais representativos da comunidade regional, representando o surgimento do Sistema a forma mais rápida e eficaz para reverter o atual quadro de concentração quase-monopolista do mercado de cacau, cuja persistência trará repercussão negativa para o conjunto da sociedade.

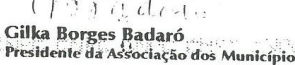
Temos certeza de que o seu apoio valioso se fará presente mais uma vez, complementando o elogioso trabalho que tem feito em defesa da cacaucultura.

Renovamos-lhe nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Wallace Coelho Selenia
 Presidente da Central Nacional dos Produtores de Cacau - CNPC


José Antônio Chalhoub
 Presidente da Associação Brasileira de Cacaucultores - ABC


Gilka Borges Badaró
 Presidente da Associação dos Municípios da Região Cacaueira - AMURC

Órgão de Representação dos Produtores de Cacau do Brasil

Av. Anílio Amado, 331 - Fone.: (073) 212-3133 - Fax.: (073) 212-3783 - Itabuna - Bahia

Anexo K – Carta dirigida pela Copercacau ao coordenador do Grupo de Supervisão do PRLCB, José Gerado Fontelles, em 11 de março de 1996

AS 1170 16

**COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA.
COPERCACAU CENTRAL**

Ref.: PRESI-96.35
Ilhéus(Ba), 11 de março de 1996.

Ilmo. Sr.
Dr. JOSÉ GERARDO FONTAINE
Digníssimo Coordenador do Grupo de Supervisão do Programa de Recuperação da
Lavoura Cacaueira Baiana.
Brasília- DF.

Prezado Senhor,

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria., encontra-se em fase final de análise no Banco do Brasil o Plano de Saneamento Financeiro Copercacau, que contempla definitivamente a diversificação regional, via instrumentos adequados.

A nova configuração sugerida pelo Banco do Brasil se pela C.E.P.L.A.C., responsáveis pela elaboração do projeto, inclui a produção de cobertura de chocolate em pó, produtos que propiciarão elevado valor adicionado, o que permitirá ampliar a renda regional, além de criar a possibilidade de outras alternativas agro-industriais de forma integrada.

O projeto elaborado pelo Comitê Negocial coordenado pelo Banco do Brasil foi discutido inicialmente em sessão especial e pública da Câmara de Vereadores de Itabuna e hoje tem apoio de toda sociedade regional, conforme atesta a vasta documentação que estamos anexando para seu conhecimento.

Já em 29.06.93, o Governo Federal criou a Comissão Interministerial do Cacau (Portaria nº 297), integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e das Relações Exteriores, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco Central da C.E.P.L.A.C., de cujas recomendações se incluía:

"o saneamento financeiro do Sistema Copercacau, com a participação de todos credores (financeiros, fiscais, trabalhistas e outros) ... embasado no diagnóstico sobre a situação do Sistema Copercacau que o Banco do Brasil estaria ultimando".

Também a Câmara Setorial do Cacau, criada por portaria do Ministério da Agricultura e gerenciada pela C.E.P.L.A.C., aprovou em reunião de 30.08.95 o Projeto Copercacau, apresentado por esta CNPC. Recentemente a Associação dos Municípios da região Cacaueira, AMURC, compreendendo a importância estratégica do Sistema-Copercacau para a região firmou protocolo de intenções visando o aporte de recursos financeiros no projeto agro-industrial do Sistema.

Apesar do inconformismo de grupos e pessoas, isoladamente, por razões subalternas, a reativação do Sistema Copercacau em bases plenas não é uma necessidade apenas dos produtores de cacau, mas um imperativo reclamado pelos segmentos mais representativos da sociedade regional, que integra Prefeituras, Câmara de Vereadores, Deputados, órgãos comunitários, Sindicatos de produtores e de empregados, ou seja, o conjunto dos verdadeiros Interesses Regionais.

Por outro lado, apoiar o cooperativismo, principalmente quando se encontra integrado como o Sistema Copercacau é dever constitucional do estado e obrigação prevista na Lei nº 8.171, de 17.01.91, cujo Art. 45 determina:

Rodovia Ilhéus/Urucuca, Km. 4,5 - Distrito Industrial - Ilhéus-Bahia
Fones: (073)231-4043 - (073)231-8871 - (073)231-6993 (Fax)

COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA. COPERCACAU CENTRAL

"O Poder Público apoiará e estimulará os produtores rurais a se organizarem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos, condomínios e outros, através de:

- I - ...
- II - ...
- III - ...
- IV - ...
- V - a implantação de agroindústrias".

Como se vê, não existem apenas razões de natureza econômica, social e estratégica para apoiar o Sistema Copercacau, mas sobretudo dispositivos legais que respaldam esse apoio, notadamente se considerar que o esforço de industrialização promovido pela Copercacau contou no início com a parceria do Poder Público, que infelizmente não cumpriu os compromissos de capitalização assumidos com o projeto ITAISA, comprometendo-o estruturalmente.

Todos reconhecem o grande esforço para viabilizar o controle da vassoura-de-bruxa, que redundou no aporte de recursos federais da ordem de mais de R\$ 300 milhões. Por outro lado, a eficácia desse programa está associada ao fortalecimento de mecanismos que possibilitem ao produtor e à sociedade regional a apropriação dos ganhos de produtividade que venham a ser alcançados.

É conhecido a crescente tendência de concentração dos mercados interno e internacional do cacau e só o cooperativismo organizado e verticalizado como se encontra pode reverter a atual situação de dependência dos mercados quase-monopolistas. Ignorar esse fato incontestável, que trará fortes repercussões negativas para a sociedade regional no futuro, não pode ser aceito por homens públicos que, como Vossa Senhoria tem como objetivo da sua ação o interesse maior da sociedade. E por isso mesmo sabem que apenas aplicar recursos nas fazendas e elevar a produtividade é necessário mas não suficiente.

Aliás, a própria Medida Provisória que instituiu o programa aborda a necessidade de outras ações, além do mero financiamento às lavouras, como a verticalização e diversificação da economia cacaueira.

Por outro lado, as cooperativas, na forma da lei, da doutrina e da filosofia, são meras extensões dos produtores, razão pela qual os financiamentos que lhes são concedidos o são aos produtores. Na verdade, o segmento Copercacau é o único integrado de forma horizontal e vertical dentro da economia cacaueira, detendo atualmente em condições de imediato funcionamento:

- 12 cooperativas singulares, com estrutura física nas principais praças da região, e uma Central em Ilhéus;
- fábrica de calcário dolomítico com capacidade para 33.60 t/ano;
- misturadora de fertilizantes (NPK e orgânico-mineral), com capacidade para produzir 36.000 t/ano;
- fábrica de produtos de cacau, com capacidade para transformar 15.000 t/ano, com possibilidade de ser duplicada ou triplicada com apenas investimentos em máquinas e equipamentos;
- usina para beneficiamento e rebeneficiamento de café, com capacidade para 340.000 sacos/ano;
- capacidade estática de armazenamento para 400.000 sacos de cacau em amêndoas (24.000 t);

Sua

Rodovia Ilhéus/Uruçuca, Km. 4,5 - Distrito Industrial - Ilhéus-Bahia
Fones: (073)231-4043 - (073)231-8871 - (073)231-6993 (Fax)

COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA.
COPERCACAU CENTRAL

- capacidade estática de armazenamento de café para 100.000 sacos (6.000 t);
- patrimônio estimado em R\$ 40 milhões;
- tradição no mercado internacional, tendo como clientes as principais empresas do mundo;
- produtos oferecidos: cacau em amêndoas, café, adubos químicos e orgânicos, calcário, licor, manteiga, torta, pó e outros produtos de cacau, de produção própria.

Assim sendo, solicitamos de Vossa Senhoria a inclusão das cooperativas de cacau como beneficiárias dos recursos destinados ao Programa de Recuperação, com aval do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 10 milhões, a ser concedido pelo Banco do Brasil.

Atenciosamente,

Rodovia Ilhéus/Uruçuca, Km. 4,5 - Distrito Industrial - Ilhéus-Bahia
Fones: (073)231-4043 - (073)231-8871 - (073)231-6993 (Fax)

Anexo L – Carta 96/173, dirigida pela CNPC, em 17/09/96, ao secretário de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda



CNPC

Central Nacional dos Produtores de Cacau

Itabuna, 17 de Setembro de 1996
CNPC-XXXI-II-96/173

Ilmº Sr.

Dr. BOLIVAR MOURA ROCHA

M.D. Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

Brasília - DF.

Senhor Secretário,

No documento “Evolução das **AÇÕES COMPLEMENTARES** ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira”, datado de 12.07.96, elaborado pelo Dr. Joaquim Cardoso Filho - Coordenador do Comitê Executivo do referido Programa e que só recentemente chegou ao nosso conhecimento, no item que ele chama de REVISÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA REGIONAL, em sintéticas 4 linhas, assinala:

“A Superintendência Estadual do Banco do Brasil S.A. vem mantendo contatos permanentes com o DESENBANCO, BANE, BNB e outros agentes financeiros buscando uma solução definitiva para o sistema COOPERCACAU, visando colocar sua infraestrutura a serviço da agropecuária regional”.

A informação passa a idéia de que uma “solução definitiva” esta por vir, mas omite o fato de que o seu bojo está contemplado a liberação de recursos por parte do Programa de Recuperação, conforme proposta feita pela Cooperativa Central do Cacau Ltda. ao Grupo de Supervisão do Programa, objeto do expediente de ref. PRESI-96/35, de 11.03.96, que mereceu como resposta o Ofício nº 1087/96-SEAF, de 28.05.96; Dr. Bolivar Moura Rocha.

Por outro lado, esta CNPC, em conjunto com a Associação Brasileira de Cacaucultores-ABC, representando os produtores, e associados dos municípios da Região Cacaueira, representando a comunidade regional, encaminhou solicitação semelhante ao senador Antônio Carlos Magalhães, objeto da correspondência datada de 18.03.96.

Assim, embora esteja praticamente equacionada uma solução com os bancos, - Banco do Brasil à frente - que já definiu o valor da dívida a ser repactuada e o montante dos recursos novos a ser apontado pelo citado Banco, pelo Banco do Nordeste e pelo Banco do Estado da Bahia, é necessário a liberação dos recursos pleiteados pelo Programa, pelas amplas razões já apontadas a Vossa Senhoria.

Em nome da Lavoura, que considera o soerguimento do sistema como crucial para a economia do cacau, pedimo-lhes todo seu empenho na viabilização imediata do referido pleito.

Atenciosamente,

WALLACE COELHO SETENTA
Presidente

Órgão de Representação dos Produtores de Cacau do Brasil

Av. Amélia Amado, 331 - Fone.: (073) 212-3133 - Fax.: (073) 212-3783 - Itabuna - Bahia

Anexo M – Ofício nº 1086/96-SEAE, de 28/05/96, dirigido à Copercacau

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Ofício nº 1086/96-SEAE Brasília, 28 de maio de 1996

Senhor Presidente,

*Agredação e
reiterar* *MAR 17/96*

Em atenção aos seus ofícios nº 96/35 e 53, de 11.03 e 15.05.96, respectivamente, cumpre-nos prestar a V.Sa. os seguintes esclarecimentos a respeito do atual estágio do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauífera Baiana:

a) reconhecendo-se ser insuficiente a gravidade do problema da cacauicultura baiana a concessão de crédito para controle da "vassoura-de-bruxa", como também exposto em seu primeiro expediente, está sendo buscada, no momento, a viabilização de ações complementares, tais como: erradicação de áreas, diversificação agropecuária da região, pesquisa/experimentação com plantas resistentes e outras. Para esse efeito, examina-se, inclusive, a possibilidade de utilização de recursos financeiros oriundos do "buffer stock";

b) assim, decidiu-se que, para 1996 e os dois anos subsequentes, a contratação de operações de crédito deve ser precedida da avaliação de desempenho do 1º ano e da introdução de aperfeiçoamentos no Programa através das mencionadas ações complementares.

2. Com efeito, a proposta dessa entidade de aplicação de R\$ 10 milhões pelo Banco do Brasil, com aval do Tesouro Nacional, em favor das cooperativas de cacau, será apreciada no bojo desses estudos compreendendo toda a problemática da cacauicultura regional.

Atenciosamente,
Bolivar Moura Rocha
BOLÍVAR MOURA ROCHA
Secretário de Acompanhamento Econômico

Ilmo. Senhor
FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO
Presidente da Cooperativa Central do Cacau Ltda.-COPERCACAU CENTRAL
Ilhéus - BAHIA

(3)

Anexo N – Resposta da SEAE, que junta a Nota nº 205/196, de 01/10/96 da Coordenação do PRLCB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Nota nº 205 /96-SEAE

Em 01-10-96

**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA
LAVOURA CACAUEIRA BAIANA - RECURSOS
PARA O SISTEMA COPERCAU.**

- Expediente nº 96/173, de 17.09.96, da Central
Nacional dos Produtores de Cacau - CNPC, e nº
96/102, de 19.09.96, da Cooperativa Central do
Cacau Ltda. - COPERCAU CENTRAL.

Sr. Secretário,

As entidades em destaque reportam-se ao nosso ofício nº 1087/96 - SEAE, de 28.05.96, no qual prestamos esclarecimentos a respeito do atual estágio do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e registramos que a sua proposta de aplicação de R\$ 10 milhões pelo Banco do Brasil, com aval do Tesouro Nacional, em favor das cooperativas de cacau, seria apreciada no bojo dos estudos compreendendo toda a problemática da cacauicultura regional.

2. De fato, o Grupo de Supervisão Geral do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, ao avaliar os resultados do primeiro ano de operacionalização do Programa, concluiu que precisariam ser logo viabilizadas ações complementares à concessão de financiamentos, sob pena de perda de todo o esforço até agora empreendido, dentre as quais se destacam, como prioritárias, a eliminação de cacauais fitossanitária e economicamente inviáveis, diversificação agropecuária da região, pesquisa/experimentação com plantas resistentes, revisão da atuação da CEPLAC.

3. Nesse contexto, o pleito dessas entidades de aplicação de R\$ 10 milhões em favor de cooperativas de cacau teve seu exame prejudicado, dada a conscientização geral de que, primeiramente, é preciso salvar a cultura.

4. A propósito, desde a concepção do Programa, ficaram definidas as fontes de recursos (BNB/FNE, Tesouro Nacional e BNDES) somente para os financiamentos destinados ao controle da "vassoura-de-bruxa" e recuperação da produtividade dos cacauais, tanto assim que, para a eliminação de cacauais, o

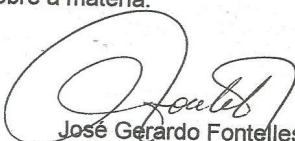
Carlos
SEAE

NOTA31

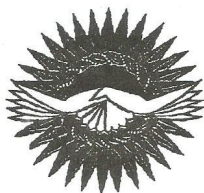
Ministério da Agricultura e do Abastecimento está conseguindo, conjuntamente com a CEPLAC, somente agora disponibilizar recursos para essa finalidade.

É o que temos a oferecer sobre a matéria.


Carlos Roberto Fonseca
Coordenador


José Gerardo Fontelles
Coordenador-Geral

Anexo O – Carta 96/201, da CNPC, de 22/11/96, que contesta os argumentos contidos na Nota SEAE 205/196



CNPC

Central Nacional dos Produtores de Cacau

Itabuna, 22 de Novembro de 1996

(CNPC-XXXII-96/201)

Ilmo Sr.

BOLÍVAR MOURA ROCHA

Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

Brasília - DF.

Senhor Secretário,

Agradecemos-lhe sua gentil resposta constante do expediente nº 1896/96 - SEAE, de 08.10.96, a

respeito de pleito da COPERCACAU.

Quanto a Nota nº 205/96-SEAE, de 01.10.96, anexada ao seu expediente, permita-nos expor as

seguintes considerações:

a) é discutível a presunção de que financiar apenas a produção, como assinalado, possa "salvar a cultura";

b) existe, sim, uma "conscientização geral" de que a "salvação" da cultura possa necessariamente pelo soerguimento do Sistema COPERCACAU. E esse é um sentimento de toda a região, como comprova a documentação já entregue e atesta esse órgão de representação;

c) a organização da lavoura em bases plenas e definitivas já foi inclusive objeto de avaliação oficial (Relatório da Comissão Interministerial do Cacau criada pela Portaria nº 297, de 29.06.93, que consigna recomendações de soerguimento do Sistema COPERCACAU, entre outras medidas);

Órgão de Representação dos Produtores de Cacau do Brasil

Av. Amélia Amado, 331 - Fone: (073) 613-3202 - FAX: (073) 212-1779 - Itabuna-Bahia



CNPC

Central Nacional dos Produtores de Cacau

CNPC CNPC CNPC CNPC CNPC CNPC CNPC CNPC CNPC CNPC

d) a produtividade da terra é, realmente, importante, mas, não, condição suficiente, para solucionar o problema da lavoura e da economia, e por isso não pode ser considerada como objetivo em si, pois a agricultura é um negócio, e entendemos cabe ao Estado, agora, cuidar para que o mercado se torne mais concentrado do lado da demanda, comprometendo os esforços que estão sendo empreendidos no momento. Aliás, a experiência recente do PROCACAU, nos oferece lições importantes no particular;

e) não há dúvidas que a "diversificação" agropecuária da região, dito como prioritária, só pode ser concebida de forma eficaz com um trabalho sério, persistente de integração vertical da lavoura cacaueira, base para gerar uma cultura técnico-empresarial a nível de produtor, o que lhe permitirá optar, de forma consciente, pela introdução de outras culturas no universo da propriedade agrícola. E o Sistema COPERCACAU tem os instrumentos para fazer avançar rapidamente esse esforço vertical da diversificação.

Por outro lado, a ideia de prioridade ali esboçada se contrapõe totalmente a visão exposta pelo Presidente da República e pelo Ministro da Agricultura, ao instalar recentemente o FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA, conclamando aos atores diretamente envolvidos no processo a formularem as políticas que devem ser implementadas pelo Governo. No caso particular, como bem evidenciado na documentação encaminhada ao Grupo de Supervisão Geral, o soerguimento do Sistema COPERCACAU é considerado absoluta "PRIORIDADE REGIONAL".

Por tudo isso, pedimos a Vossa Senhoria RECONSIDERAR a orientação sobre o assunto.

Atenciosamente,

WALLACE KOELHO SETENTA

Presidente.

Órgão de Representação dos Produtores de Cacau do Brasil

Av. Amélia Amado, 331 - Fone: (073) 613-3202 - FAX: (073) 212-1779 - Itabuna-Bahia

Anexo P – FNA – GT-Cacau: Pré-diagnóstico da Cadeia Produtiva do Cacau

FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA - FNA
GRUPO TEMÁTICO "CACAU"

PRÉ-DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DO CACAU

1. IMPORTÂNCIA

A cadeia produtiva do cacau envolve atualmente investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões de reais, sendo quase R\$ 2 bilhões no setor primário (terra, árvores, benfeitorias). É responsável por aproximadamente 300 mil empregos diretos, mas do cacau dependem mais de 3 milhões de pessoas.

O movimento anual de vendas da cadeia está em torno de R\$ 2,5 bilhões, sendo o Brasil o 4º produtor mundial e o 5º parque chocolateiro do mundo. Por outro lado, a cadeia produtiva no conjunto dos países envolvidos contempla movimento da ordem de R\$ 40 bilhões.

Na região cacaueira da Bahia, especificamente, toda sociedade experimenta os impactos negativos dos problemas vivenciados pelo setor primário. O problema do cacau não pode continuar sendo analisado do ponto de vista específico da lavoura, mas das possibilidades que existem a nível de cadeia, harmonizando-se o conjunto dos interesses envolvidos.

A par dos aspectos econômicos, sociais e estratégicos, é importante ressaltar que a região cacaueira da Bahia representa a parcela mais importante da mata atlântica do país, preservada graças à natureza conservacionista da lavoura do cacau, que fixou em toda extensão de terras onde é cultivada, invejável patrimônio vegetal.

2. ESTRANGULAMENTOS

2.1 - Setor Primário

- a) Ambiguidade nas ações governamentais (IBAMA X INCRA);
- b) visão incompleta, do ponto de vista de formulação e execução, do único "programa" existente (o da "vassoura de bruxa"), o que pode tornar ineficaz a utilização dos recursos disponíveis;
- c) persistência dos mesmos métodos de priorização dos recursos públicos, que tendem a perenizar os elementos estruturais da "crise". A destinação recente dada ao dinheiro retomado do "Buffer Stock" não é exemplo de otimização de recursos escassos;
- d) setor fortemente atomizado confrontando-se com estruturas quase-monopolistas de mercado (necessidade do Governo ter mais clareza sobre o seu papel na redução desses desequilíbrios, ao invés de acentuá-los);
- e) legislação do trabalho fortemente enviesada contra o emprego, ampliando o conflito;
- f) injustificada demora na definição dos recursos para o Sistema Copercacau, apesar de 2 comissões interministeriais, cuja solução também ajudará na recuperação e ressurgimento da área exportadora de amêndoas, como um todo;
- g) crédito inadequado, encargos onerosos, seguro de benfeitorias obrigatório, processo burocrático caro, classificação diferenciada do produtor, pondo à margem quem mais precisa;
- h) visão amadora e imediatista de grande parte dos produtores, dificultando o natural esforço de organização, combinado com a omissão do setor público no particular;
- i) baixa produtividade da terra, do trabalho e de outros fatores importantes;
- j) legislação de crédito inadequada;

- k) apropriação de parcela desproporcional da renda gerada na cadeia - dada a natureza do mercado - o que inibe a modernização do setor no seu sentido pleno e amplia as desigualdades.

2.2 - Setor Secundário

- a) predominância de poucas empresas no setor de processamento, com vocação predatória (prática de "dumping");
- b) ameaça de virtual interrupção no fornecimento de matéria-prima local, face a diminuição da produção brasileira;
- c) rigidez no esquema de classificação do cacau em amêndoas;
- d) taxas de importação economicamente proibitivas - 10% para amêndoas e 12% para produtos;
- e) sistemática de "drawback" inadequada ao mercado de "comodities";

2.3 - Setor Terciário

- a) expressiva liberação de trabalhadores no campo, nas indústrias de processamento e chocolateiras. Dada a importância da cadeia, o desemprego também é acentuado nas outras atividades que dependem direta ou indiretamente do cacau (comércio e serviços tradicionais);
- b) baixo nível educacional dos trabalhadores;
- c) baixo nível técnico-gerencial da maioria dos produtores rurais, que impede o entendimento da importância da produtividade, do trabalho e, com isso, de novas relações de trabalho;
- d) desrespeito aos preceitos instituídos pela legislação trabalhista, com relação ao mínimo estabelecido;
- e) viés ideológico nas relações entre produtores e trabalhadores;
- f) precárias condições de trabalho no campo.
- g) poucas empresas no setor exportador de amêndoas, reduzindo a praticamente zero a competitividade do mercado interno, por si tomador de preço do mercado internacional;

- h) as principais empresas do setor exportador de amêndoas se encontram ainda em fase concordatária.

2.4 - Governo

- a) visão inadequada de muitos agentes públicos quanto ao papel de governo na redução de desequilíbrios intersetoriais;
- b) formulação de medidas fortemente impregnadas de preconceito sobre as entidades regionais (por motivos circunstanciais);
- c) priorização equivocada de investimentos públicos em tecnologias, sem levar em conta demandas do "agribusiness" como um todo;
- d) desarticulação dos setores de pesquisa e extensão quanto a geração e difusão do conhecimento. Já existe razoável acervo de resultados nos centros de pesquisas e nas próprias fazendas que precisa ser difundido;
- e) indefinição do Governo sobre a CEPLAC, gerando dúvidas quanto ao futuro dessa instituição;
- f) visão sempre imediatista das questões, muitas vezes sem associar o interesse político à medidas de médio e longo prazo, e que é possível. O expressivo apelo ao varejo discrimina e acentua as diferenças;
- g) abordagem tímida e insuficiente em relação ao cooperativismo, cujo estímulo, indução e apoio é definido constitucionalmente. Não confundir com ações esparsas de natureza político/cartorial/clientelista;
- h) a interveniência do governo nem sempre tem visado a adequação da economia cacaueira do ponto de vista macroeconômico, muitas vezes objetivando apenas atender interesses de natureza microeconômica.

3. PROPOSIÇÕES

3.1 - Setor Primário

- a) priorizar a revitalização do Sistema Copercacau, como contraponto às tendências de concentração já operantes no mercado de produto e de fatores;
- b) reestruturar a CEPLAC, dando prioridade à instrumentalização do setor de extensão em termos de recursos humanos e materiais, visando a organização e integração técnico-empresarial do produtor;¹
- c) estimular a diversificação agropecuária que vise fundamentalmente a integração vertical da propriedade e sua inserção comercial, em oposição a visão agrônômica que considerava apenas o potencial edafo-climático (exemplo recente de pimenta-do-reino, guaraná, crao-da-índia e outros cultivos);
- d) alargar o nível de participação no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, com a incorporação de novos integrantes, notadamente CNPC e ABC;²
- e) substituir o enfoque baseado na erradicação de cacau pela criação de linha de crédito inovadora que contemple conceitos de usos múltiplos da propriedade rural, a partir da visão consciente do próprio produtor, de integração da propriedade agrícola;³
- f) criar mecanismos específicos que contemplem individualmente, ou em conjunto, os milhares de cacaucultores que estão à margem do citado Programa;³
- g) tornar facultativo o seguro de benfeitorias, reduzir exigências, modificar os encargos financeiros usando a equivalência produto e introduzir a garantia evolutiva nos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira;³
- h) reestudar a utilização dos recursos oriundos do "Buffer Stock", destinando-os à atividade de caráter multiplicador.⁴

3.2 - Setor Secundário

- a) evitar de todas as formas, inclusive com a interferência do CADE, e fixação de restrições oficiais, a concentração do mercado (oligopólio ou monopólio) do setor de processamento e chocolateiro;⁵
- b) estabelecer mercado livre para importação e exportação de cacau;⁵
- c) desonerar as importações de cacau em amêndoas e derivados, fixando taxas de equilíbrio;⁶
- d) adequar taxas realistas de valor agregado - máximo de 3% sobre valor CIF - para importações de amêndoas sob regime de "draw back";⁶
- e) adequar o sistema de classificação de cacau oficial, definindo-se critérios que elimine possíveis dificuldades;⁷
- f) padronizar a fabricação de chocolates e de achocolatados, definindo-se o nível mínimo de cacau na sua composição;⁸

3.3 - Setor Terciário

- a) aproveitar o fruto em sua totalidade;
- b) aproveitar áreas ociosas em cultivos de subsistência, que integre o trabalhador e eleve sua renda;
- c) introduzir novas relações de trabalho, que eleve a produtividade do trabalho e a renda familiar do trabalhador;
- d) enfatizar educação do trabalhador e de sua família, inclusive inserindo-se cláusulas nesse sentido nas operações de crédito;
- e) recuperar de imediato as empresas industriais que operam no processamento de cacau, com a incorporação dos trabalhadores, notadamente da ITAISA, pela sua função estratégica;
- f) melhorar o ambiente de trabalho, o transporte e a assistência social, articulando, para esse fim, as fontes de recursos já existentes;⁹

4. AGENDA MÍNIMA

4.1 - De Curto Prazo (até janeiro 97)

- a) Elaborar proposta de reformulação da CEPLAC, que contemple aspectos técnicos, administrativos e financeiros (1);
- b) Elaborar proposta de reformulação do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, que contemple as questões levantadas em (2) e (3);
- c) Elaborar proposta para utilização dos recursos oriundos do "Buffer Stock", contemplando a geração de mecanismos multiplicadores (4);
- d) Propor mecanismo de assistência ao trabalhador com os recursos disponíveis (9).

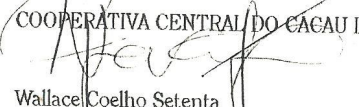
4.2 - De Médio e Longo Prazo (até final de 97)

- a) Propor normas que fixe o limite máximo de processamento, face os atuais níveis de produção de amêndoas (5);
- b) Propor critérios para a importação de cacau, levando-se em conta análise de risco de pragas e doenças e necessidades reais da indústria, definindo-se alíquotas (6);
- c) Propor sistema de classificação de cacau que leve em conta as questões levantadas por produtores e comerciante/industriais (7);
- d) Elaborar proposta de padronização para fabricação de chocolate e de achocolatados (8);
- e) Elaborar diagnóstico completo de toda cadeia produtiva, aprofundando as questões pontuadas e desdobrando as proposições;
- f) Elaborar proposta de alteração da legislação creditícia.

(*) A ser cumprida pelos sub-grupos de trabalho

5. GRUPO TEMÁTICO - INTEGRANTES


Fernando Rios do Nascimento - COORDENADOR


COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA. - COPERCAU

Wallace Coelho Setenta

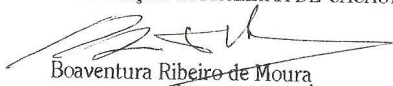

CENTRAL NACIONAL DOS PRODUTORES DE CACAU - CNPC

Weldon Setenta

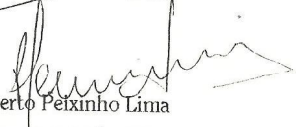
CNPC

José Mendes Filho

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CACAUCULTORES - ABC


Boaventura Ribeiro de Moura

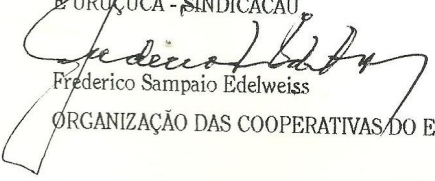
ABC


Paulo Roberto Peixinho Lima

COMISSÃO DE COMÉRCIO DE CACAU DO BRASIL - COMCAUBA

Carlos Augusto Cardoso da Silva


SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DE ILHÉUS, ITABUNA
E URUCUCA - SINDICACAU


Frederico Sampaio Edelweiss

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DA BAHIA - OCEB

Edilson Guimarães

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

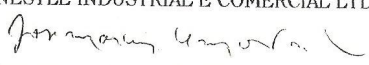

Edilson Carlos Bartolomeu de Souza

BANCO DO NORDESTE - BNB


Celso Rosa
BANCO DO BRASIL

Artur Soares Torres

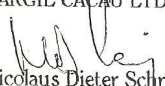
NESTLÉ INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.


José Marcos Lemos Focchi

ALBATROSS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA.

Jairne Y. Tamashiro

CARGIL CACAU LTDA.


Nicolaus Dieter Schriefer

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS -
ABICAB


Wady Santos Jasmin

JOANES INDÚSTRIAS S.A. - PRODUTOS QUÍMICOS E VEGETAIS

Anexo Q – Pacto do Cacau em Defesa da Cacaucultura (entre CNPC, ABC e Copercacau)

EM DEFESA DA CACAUCULTURA (PACTO ENTRE CNPC, ABC E COPERCACAU)

A CENTRAL NACIONAL DOS PRODUTORES DE CACAU – CNPC, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CACAUCULTORES – ABC e a COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU – COPERCACAU, considerando

- a conveniência do trabalho conjunto e em parceria com os governos estadual e federal, na busca de soluções;
- a necessidade de uma ação, articulada e permanente em defesa da cacauicultura,
- a importância da unidade de ação entre as diversas entidades ligadas à cacauicultura.

firmam PACTO de união e ação conjunta, aberto à adesão de outras entidades interessadas, que se pautará nas condições abaixo definidas.

1. OBJETIVOS

1.1 – Articular a mobilização sistemática e permanente em defesa da cacauicultura, da economia cacauceira e da região, de forma a obter o encaminhamento adequado e oportuno da solução dos seus problemas.

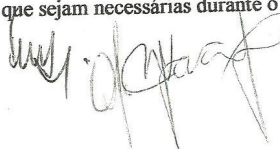
1.2 – Lutar pela consecução de propostas já em andamento.

1.3 – Lutar pela implementação de medidas complementares, que viabilizem e melhorem iniciativas já existentes, possibilitando o acesso de todos aos recursos disponibilizados.

1.4 – Diligenciar o apoio de autoridades públicas, de políticos e da sociedade organizada visando à consecução dos objetivos.

2. AÇÕES DE CURTO PRAZO

Diante das questões mais prementes da lavoura cacauceira, as entidades signatárias elegem como prioritárias as ações que objetivem a concretização das seguintes medidas, sem embargo de outras que sejam necessárias durante o encaminhamento das soluções.



2.1 – Readequação das condições do PRLC

No curto prazo, é imprescindível e urgente modificações nos normativos que tratam do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira - PRLC, que tornem o crédito oportuno, adequado e suficiente, portanto, consentâneo com as necessidades atuais de recuperação da lavoura. Nesse sentido se buscará a aprovação das seguintes medidas:

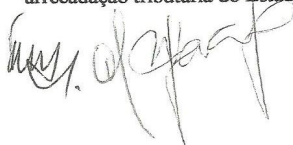
- a) atualização dos orçamentos de aplicação referentes à primeira, segunda e terceira etapas;
- b) financiamento da parcela de 10,37% do saldo devedor de cada produtor, destinado à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional-CTN, habilitando-o a ingressar no Programa Especial de Saneamento de Ativos-PESA;
- c) financiamento dos juros correspondentes nos primeiros anos de execução do Programa, até obtenção de retornos compatíveis;
- d) equalização das taxas de juros dos programas especiais do governo para área agrícola, tais como pro-solo, procafé, apicultura, cajucultura, ovino-caprinocultura, vitivinicultura, fruticultura, tilápia, camarões marinhos e moluscos, recuperação de pastagens degradadas, pró-leite, com taxas de 8,75%, todos ao amparo de recursos administrados pelo BNDES.
- e) prazo de 20 anos para todas operações, com 8 anos de carência.

2.2– Soerguimento do Sistema Copercacau

As preocupações com a recuperação da lavoura cacaueira incluem necessariamente ações complementares às medidas creditícias em andamento, sob pena de todo esforço tecnológico que hoje se empreende se tornar inócuo ao longo do tempo, devido a existência de estrutura de mercado que impera atualmente no cacau, reconhecidamente predatória, expropriadora e concentradora.

O soerguimento do Sistema Copercacau, em função de posições estabelecidas, de conquistas obtidas no mercado internacional e da estrutura verticalizada que dispõe, se pontifica como medida essencial para que sejam asseguradas as seguintes condições que viabilizem uma perspectiva econômica para os produtores e para a região:

- a) um mercado competitivo e eficiente;
- b) preços remunerativos para o produtor;
- c) referencial de preço para os produtores em geral e para a melhoria do nível de arrecadação tributária do Estado;



- d) apropriação dos ganhos de produtividade por parte dos produtores e da sociedade;
- e) agregação de valor e elevação da renda regional;
- f) redução de práticas predatórias comuns ao oligopsonio.

Para que essas alterações sejam alcançadas, continuarão sendo desenvolvidos todos os esforços para atendimento de pleitos da Copercacau, apresentados às autoridades públicas, visando o seu pleno funcionamento, em consonância com dispositivos do crédito rural, com as definições originais do próprio Programa e com recomendação do Fórum Nacional da Agricultura.

Por outro lado, no contexto da recuperação da lavoura e do soerguimento do Sistema Copercacau, a preservação da Itabuna Industrial S.A. – ITAISA é crucial e tudo será feito no sentido de impedir que interesses menores, corporativistas e de grupos econômicos, isolada ou conjuntamente, destruam esse mecanismo de grande importância estratégica, social e política para os interesses maiores da região, via leilão ou qualquer outra forma; inclusive com denúncia de manobras que vem sendo feitas com esse objetivo

2.3 – Revitalização da CEPLAC

No processo de recuperação da lavoura, o papel da CEPLAC como instrumento de fomento, geração e difusão de tecnologia é de suma importância, daí porque é necessário dotar esse órgão das condições necessárias para desempenhar com eficiência e eficácia o seu mister.

Por mais que insistam alguns agentes públicos, a tarefa de governo (portanto, da CEPLAC) numa região em permanente desequilíbrio estrutural não pode se resumir à dimensão de produzir e vender tecnologia. Não é essa a visão da sociedade organizada no seu conjunto, o que tem sido manifestado em diversas oportunidades em documentos solicitados pelo próprio Governo, porque crédito e tecnologia são condições necessárias mas não suficientes em uma região de carências absolutas, e configurar os seus problemas nesse nível é empobrecer a visão analítica e amesquinhar o papel regulador do Estado.

De acordo com essa ótica de fomento e de intervenção legítima do Estado, para corrigir desequilíbrios intersetoriais e interregionais, a idéia de transformar a CEPLAC numa agência de desenvolvimento era a mais consentânea com as aspirações maiores da região mas, em princípio, será insistentemente perseguido:

- a) a transformação da CEPLAC em **agência executiva**, na forma do “Plano Diretor da Reforma do Estado”;
- b) como consequência, a criação de um conselho curador, composto paritariamente por representantes das entidades ligadas ao cacau;

Ass. [assinatura]

- c) como consequência, a elaboração de contrato de gestão, que planejará as atividades de fomento/regulação.

Independentemente das mudanças acima, e até que elas ocorram, as entidades pleiteiam a participação na elaboração das propostas técnicas e orçamentárias do órgão, no momento apropriado.

2.3 – Manutenção do Imposto de Importação e conseqüente criação do Fundo de Defesa do Cacau

Na atual quadra de dificuldades da cacauicultura, sem que existam controles institucionais adequados, a extinção do imposto de importação é injustificada do ponto de vista macroeconômico, como pretendem setores industriais que nada fazem para estimular os preços internos, desqualificando o mercado como mecanismo de sinalização adequada da atividade econômica.

Contrárias à extinção do imposto de importação, as entidades signatárias lutarão para que essa intenção não se materialize, tentando o envolvimento da sociedade e o convencimento das autoridades públicas da conveniência de se dar destinação mais equânime aos valores arrecadados.

Com efeito, é oportuno o governo federal instituir o Fundo de Defesa do Cacau, destinando à sua formação, inicialmente, o produto do imposto incidente sobre as importações de cacau sob todas as formas (amêndoas, derivados e chocolates).

Independentemente dos esforços do produtor, é necessário que se crie um mecanismo institucional que estimule e assegure o processo de acumulação, para conter e inibir eventuais dificuldades conjunturais, a exemplo do que ocorre com outros produtos agrícolas. Por outro, o Fundo será importante como lastro de captação de recursos que possam complementar as necessidades de investimentos na cacauicultura, quando o novo processo tecnológico se alavancar.

2.5 – Presença dos produtores no grupo de supervisão do PRI.C

Muitas das deficiências do atual Programa poderiam ter sido evitadas ou minimizadas se os produtores tivessem participado da sua formulação, contribuindo assim para melhorar os mecanismos propostos, numa parceria importante entre o governo e o setor privado, mesmo sob a coordenação do primeiro.

Como se trata de **projeto de natureza coletiva**, que deve ter o envolvimento de todos os interessados, cabe ao governo, como responsável pela coordenação, se empenhar para



harmonizar posições divergentes e evitar a desagregação, o que não aconteceu com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

Para que as discussões sobre o assunto sejam democratizadas, e se busque a equidade das políticas públicas, é absolutamente necessária a participação sistemática de representantes da Central Nacional dos Produtores de Cacau, da Associação Brasileira de Cacaucultores e da Cooperativa Central do Cacau, com sua inclusão formal no grupo de supervisão do Programa, conforme sugestão apresentada anteriormente.

3 – TERMO FINAL

O presente PACTO DE AÇÃO CONJUNTA perdurará até que sejam atendidas as reivindicações alinhadas no item 2 acima, para o que serão envidados todos os meios ao alcance, comprometendo-se ainda cada entidade a não agir de forma isolada, sem consulta prévia às demais.

No prazo mais longo, as entidades signatárias continuarão lutando pela implementação de outras medidas sugeridas pelo Fórum Nacional da Agricultura, cuja discussão e elaboração contou com a participação de toda cadeia produtiva do cacau e foi legitimada por quase uma centena de entidades em todo Brasil.

As entidades indicarão coordenação rotativa e, para consecução dos seus objetivos, poderão se valer da consultoria e assessoria de técnicos de reconhecida competência profissional e ilibada conduta.

Região Cacaueira da Bahia, em 24 de agosto de 2000.

Anexo R – Telex 90/260, de 3 de julho de 1990, dirigida ao diretor da Ceplac,
Joaquim Cardoso

GA
611199+
0703.1146

611199CRLC BR
732113CCCA BR

REF.: PRESI-90/260
ILHEUS(BA), 03 DE JULHO DE 1990.

ILMO. SR.
DR. JOAQUIM CARDOSO FILHO
DD. SECRETARIO GERAL DA CEPLAC
BRASILIA - DF

SENHOR SECRETARIO,

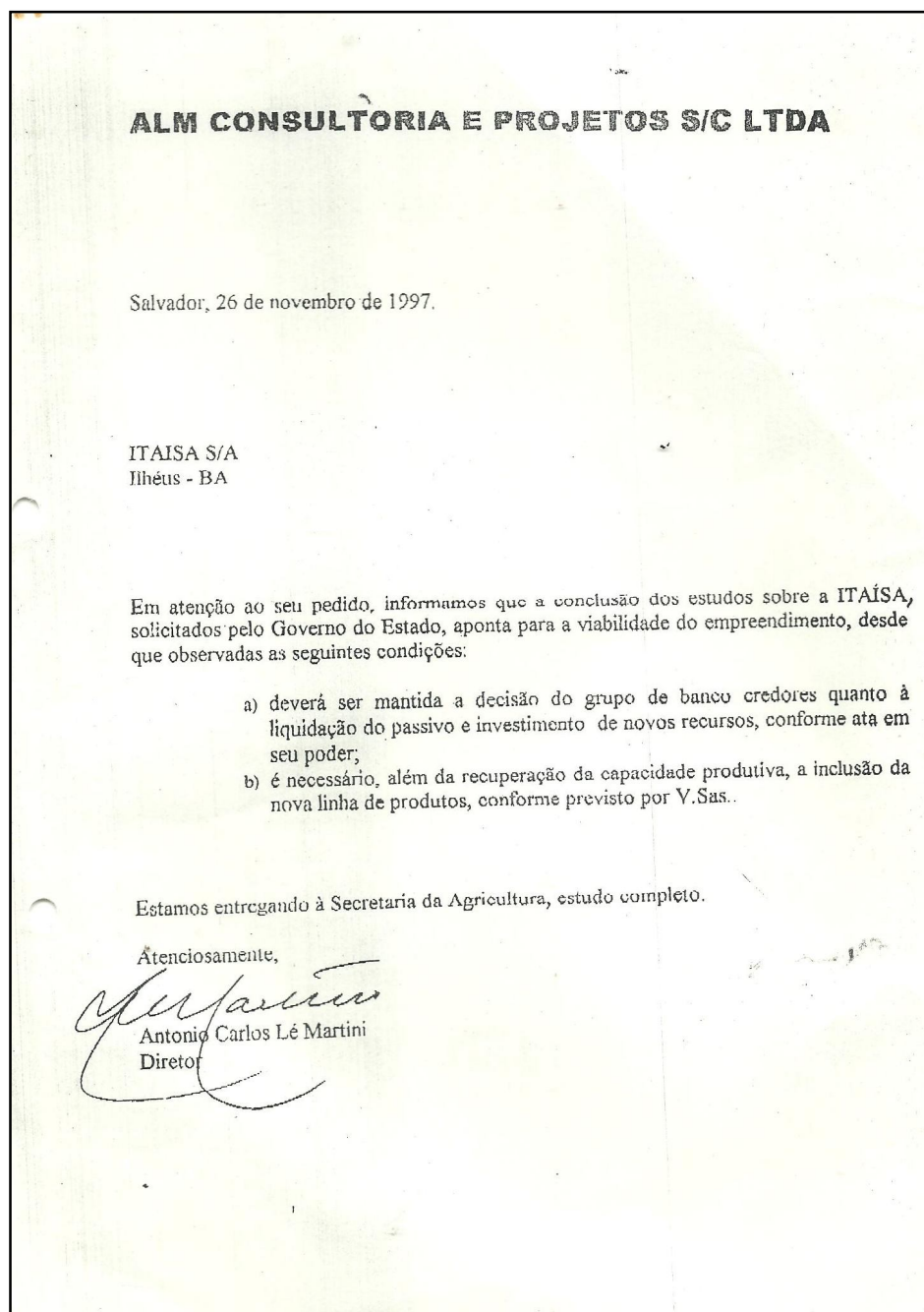
MANIFESTO-LHE MINHA ESTRANHEZA PELO FATO DE CONSTAR DA LISTA DE
FUNCIONARIOS EM DISPONIBILIDADE QUASE TODOS TECNICOS VINCULADOS
AA GERENCIA DE COOPERATIVISMO.

TENDO EM VISTA OS COMPROMISSOS PUBLICOS ASSUMIDOS POR V.SA. ET
RECENTE DOCUMENTO APROVADO PELO CODEL, QUE EMPRESTA ENFASE AO
ASSOCIATIVISMO ET AO COOPERATIVISMO, ACREDITO QUE TENHA HAVIDO
EQUIVOCO, RAZAO PELA QUAL SOLICITO-LHE FAZER RETORNAR OS SEGUIN-
TES SERVIDORES:

ABDON ROCHA BRANDAO
ADERNOEL VIANA QUIRINO
ANTONIO EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO
ANTONIO FERNANDO RIBEIRO SILVA
ARMANDO BARBOSA SANTIAGO
ELIAS LEAL VELOSO
FAUSTO ALBERGARIA PITANGA
GERALDO DANTAS LANDIM
HERNANI LOPES DE SAH FILHO
LYSON BORGES DE OLIVEIRA
LUIZ ARGOLO PIMENTA.

COMO EH DO SEU CONHECIMENTO, POUCOS SETORES DA CEPALC TEM SIDO
OPEROSOS QUANTO O DE COOPERATIVISMO, COM TECNICOS DE GRANDE EX-
PERIENCIA, O QUE REALMENTE NAO JUSTIFICA SUA DESATIVACAO. ALIAS,
NA AÇAO COOPERATIVISTA REPOUSA UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE REVI-
TALIZACAO DAS ATIVIDADES DO ORGAO.

Anexo S – Carta da ALM CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA, dirigida à Itaisa em 26/11/97



Anexo T – Carta dirigida pela Copercacau ao vereador Alysson Mendonça, tratando da questão com o secretário da Agricultura

Ilhéus(BA), 06 de novembro de 1998
 Ref.: PRESI-98/135

Excelentíssimo Senhor
 Vereador **ALISSON MENDONÇA**
 Câmara Municipal de Ilhéus
N e s t a

Prezado Vereador,

Congratulamo-nos com Vossa Excelência pelo oportuno pronunciamento no plenário da Câmara, na semana passada, em defesa do Sistema Copercacau.

Todos os integrantes do Sistema reconhecem na sua atuação o compromisso maior com as verdadeiras aspirações da Região, que entendem o soerguimento do cooperativismo como importante alavanca para o processo de desenvolvimento regional.

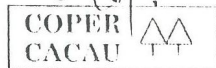
A denúncia apresentada por Vossa Excelência é extremamente grave e a idéia de que homens públicos possam estar dificultando soluções para o Sistema Copercacau nos deixa perplexos e sobretudo nos causa indignação. Essas pessoas, se não querem ajudar, podem até se omitir, em função da dimensão menor que emprestam ao seu papel, mas não tem o direito de usar a função pública para impedir aspirações legítimas de parcela expressiva da sociedade.

É intolerável o fato, depois dos ingentes esforços que vem sendo feitos por um grupo comprometido, que luta tenazmente para buscar uma solução para o Sistema, agora via RECOOP. Para que isso se torne possível, é imprescindível o apoio dos políticos, o que realça sua atitude na Câmara e qualifica o trabalho do político vocacionado para a causa pública.

A propósito das questões que foram levantadas na ocasião, sentimo-nos no dever de prestar-lhe algumas informações que julgamos importantes para tornar claro o papel que alguns atores tem desempenhado no particular.

Sobre o Secretário da Agricultura

O secretário da Agricultura, que é citado por Vossa Excelência, de fato, teve uma participação contraditória tanto quando tratou de questões da Copercacau quanto do Fórum Nacional da Agricultura - Grupo Temático Cacau.



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA - COPERCACAU CENTRAL
 Rodovia Ilhéus - Uruçuca, Km 1,5 - Distrito Industrial de Ilhéus - Fone: (073) 3639-8870
 e 3639-4043 Fax: (073) 3639-6993 - Caixa Postal 136 - CEP 45.650-000 - Ilhéus - Bahia - B.

No caso da Copercacau, logo após homenagem prestada pela lavoura, o secretário assumiu o compromisso público de ajudar na busca de soluções, a partir de negociações já encaminhadas junto aos bancos credores. Tanto é assim que, apesar de existir farta documentação abordando a viabilidade econômico-financeira, o secretário resolveu contratar consultoria especializada para efetivar estudo sobre a Itaisa, principal suporte industrial do Sistema.

Além disso, já existia acordo com os bancos credores, pelo qual já estavam definidas as condições gerais das negociações, inclusive valores a serem alongados e novos recursos.

A partir da interveniência do Secretário todos os entendimentos foram interrompidos com os bancos credores, assumindo a referida autoridade a condução das negociações, principalmente com o Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

Em várias oportunidades, por telefone ou cartas, solicitamos a reunião que o secretário prometera tão logo recebesse os estudos da ALM Consultores Empresariais, empresa que a Secretaria contratara para realizar os estudos sobre Itaisa.

Em 07-10-97, tomamos conhecimento que os primeiros informes entregues à Secretaria estavam sendo utilizados para fins estranhos, o que nos levou a dirigir ao secretário o expediente de ref.: PRESI-97/057, CONFIDENCIAL, alertando-lhe para o uso indevido do documento (Anexo 1).

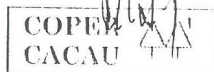
Em 26-11-97, malgrado os esforços para obter uma cópia do trabalho executado pela empresa de consultoria, recebemos correspondência da ALM informando que a "a conclusão dos estudos sobre a Itaisa, solicitados pelo Governo do Estado, aponta para a viabilidade do empreendimento"... (Anexo 2).

Decorridos quase 2 meses após a entrega do trabalho, sem qualquer pronunciamento do secretário, e sem que pudéssemos retomar a discussão com os bancos (em várias oportunidades prepostos do Banco do Brasil nos comunicaram que estavam aguardando a conclusão dos estudos), enviamos correspondência ao Sr. Antônio Lé Martini, em 22-01-98 (Anexo 3).

Em 28-01-98, remetemos cópia do documento acima ao secretário da Agricultura, pedindo-lhe mais uma vez que ultimasse as providências (Anexo 4). Pedido idêntico foi feito também aos superintendentes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste (Anexos 5 e 6). Até hoje estamos esperando a discussão definitiva do assunto.

Tantas contradições, desinteresse e descompromisso nos conduzem as seguintes indagações:

- a) porque o secretário da Agricultura contratou uma consultoria especializada, não divulgando seus resultados?
- b) porque o secretário impediu que consultores entregassem cópia do trabalho ao Sistema, quando se tratava de informação do seu interesse, produzida com dinheiro público?



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA - COPERCACAU CENTRAL
Rodovia Ilheus - Unimac, Km 1,5 - Distrito Industrial de Ilheus - B.º São José - 45.700-000
Fone: (073) 3639.4943 - Fax: (073) 3639.4923 - Caixa Postal 126 - CEP 45.500-000 - Ilheus - Bahia - Brasil

- c) porque o secretário não marcou as reuniões com os Banco do Brasil e Banco do Nordeste, já que dependia apenas dos resultados dos estudos?
- d) porque o Governador da Bahia de então, em entrevista à TV, chegou anunciar que o problema da Copercacau estava resolvido e nada se concretizou?
- e) porque os principais bancos credores, mesmo sabendo dos estudos positivos da ALM, cuja contratação foi negociada com o secretário antecipadamente, não deram continuidade ao encaminhamento da solução, que era também do seu interesse?
- h) porque, mesmo com recomendação do atual Governador, o secretário não atendeu pedido da CNPC no sentido de entregar cópia do trabalho?
- g) porque, recentemente, o secretário mandou excluir do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira as ações complementares previstas e que incluíam a solução do Sistema Copercacau?

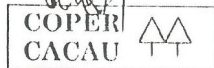
Quanto ao atual Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, é estranho e muito grave que o secretário tenha mandado retirar a revitalização da Copercacau das Ações Complementares. Como se sabe, de acordo com Relatório de 12-07-96, do Comitê Executivo, que era coordenado pelo Secretário, a revitalização do cooperativismo era considerada necessária **“para assegurar o sucesso do Programa”** justificando ainda que **“uma solução definitiva (para a Copercacau) estava sendo negociada com o Banco do Brasil”**.

O relacionamento do secretário envolvendo o Grupo Temático Cacau do Fórum Nacional da Agricultura também foi difícil. Sobre o assunto, juntamos o expediente enviado ao MVRC em 14-04-98, com todos seus anexos, que diz bem sobre o seu comportamento (Anexo 7).

Sobre a Bahiatech

Sobre a Bahiatech, preliminarmente, informamos-lhe que tivemos a maior boa vontade de servir a empresa que pretendia se instalar em Ilhéus e não possuía instalações físicas para esse fim. Apesar de algumas informações sobre sua atuação em Vitória, relevamos esses fatos para, finalmente, estabelecermos uma relação contratual que se mostrou extremamente desgastante.

Em todas oportunidades fizemos ver aos seus dirigentes que o contrato de locação era circunstancial e que a citada empresa deveria providenciar suas próprias instalações em tempo oportuno. De fato, tomamos conhecimento que obtiveram do DESENBANCO linha de financiamento específica destinada à construção das obras civis, em terreno adquirido no Distrito Industrial de Ilhéus. De um momento para o outro, seus planos mudaram, e é possível que tenham devolvido o dinheiro recebido.



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LIDA - COPERCACAU CENTRAL
Rodovia Ilhéus - Uruçuca, Km 1,5 - Distrito Industrial de Ilhéus - Fone: (073) 639-3871
e 639-4043, Fax: (073) 639-6993 - Caixa Postal 136 - CEP 45.650-000 - Ilhéus/Bahia-Brasil

Ao fazer contrato com a Bahiatech jamais levamos em conta o *marketing* viciado, da empresa que vem de fora com a imagem da benemerência para justificar a concessão de recursos públicos ou de outros privilégios. Sim, porque em reportagem da Revista Isto É Dinheiro, nº 061, de 28-10-98, fica bem claro que um dos motivos que fez o grupo se afastar do Espírito Santo foi a “eliminação dos privilégios”. Que certamente veio buscar na Bahia de todos os santos.

Já tem se tornado repetitivo e enfadonho, e em muitos casos cínico, o insubsistente argumento da geração de emprego, sem apontar o reverso da moeda, que são os custos sociais. Por outro lado, não se pode esquecer que desempregados a REGIÃO os tem aos milhares, precisando de projetos realmente transformadores no seu conjunto; e o Sistema Copercacau é um desses que, pela sua natureza multiplicadora e redistributiva, portanto, essencialmente qualitativa, mais do que gerar “meia dúzia” de empregos diretos e indiretos promoverá significativos impactos positivos do ponto de vista econômico, social, estratégico e ambiental, com elevados benefícios sociais.

Isso não quer dizer que estejamos contra quaisquer outros projetos, de dentro ou de fora, que precisam subsistir. Mas que isso não seja feito à custa do comprometimento de soluções de há muito reclamadas pela sociedade regional. Ninguém tem esse direito!

Com efeito, a Bahiatech se notabilizou pela prática de transgressões contratuais, agindo sempre de forma incompatível com os bons padrões de civilidade e respeito mútuo, numa evidente demonstração de que lhe interessaria o confronto, mesmo porque segundo um de seus prepostos, “gozava de intimidade com o poder”.

Várias vezes a administração da Itaisa procurou entender os seus problemas, mas a referida empresa sempre usou procedimentos inadequados para atingir seus objetivos.

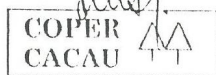
Insuficientes as comunicações verbais, a direção da Itaisa teve que notificá-los por carta e até por intermédio de cartórios sobre os abusos que vinham cometendo de forma repetida.

Em 25-05-98, em correspondência dirigida à atenção do Sr. José Haroldo Castro Viciara, sócio-gerente da empresa, a Itaisa encaminhou o expediente DIRAD-98/004 apontando uma série de irregularidades (Anexo 8).

Em 21-09-98, também via Cartório, a Itaisa encaminhou NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL pedindo a **suspensão imediata** de todas as obras iniciadas sem autorização (Anexo 9).

Diante de tamanho despropósito, de balde qualquer possibilidade de solução amigável, a direção da Itaisa comunicou as irregularidades ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA e à Prefeitura de Ilhéus, de quem solicitou o embargo das obras (Anexos 10 e 11).

Em 08-10-98, a Itaisa ingressou na Justiça propondo Ação de Manutenção de Posse, confiando no Poder Judiciário, mesmo porque prepostos da Itaisa que tentaram impedir



COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA - COPERCACAU CENTRAL
Rodovia Ilhéus - Unaçuca, Km 1,5 - Distrito Industrial de Ilhéus - Bahia - CEP 45.604-900
Fone: (073) 3634-3871 Fax: (073) 3634-6993 - Caixa Postal 136 - CEP 45.650-000 - Ilhéus, Bahia

amistosamente a continuidade das práticas irregulares foram impedidos de forma acintosa por guardas armados colocados pela Bahiatech à frente das obras (Anexo 12).

Temos conhecimento que a Bahiatech tem se aproveitado de forma oportunista das dificuldades do Sistema para transformar essa situação em facilidades, tentando envolver autoridades públicas, políticos e pessoas incautas para atingir os seus intentos, de forma perversa. Certamente para se beneficiar de um presumível leilão, pelo qual pretende se apossar da Itaisa a preço vil, algo que os homens de bem, a sociedade e o próprio governo não podem permitir, a despeito de todo *marketing* mentiroso utilizado.

Sobre Novas Medidas...

Finalmente, esclarecemos-lhe que adotaremos todas as providências que forem necessárias, inclusive no âmbito penal, para salvaguardar direitos e os interesses maiores da sociedade, que hoje o Sistema consubstancia.

Atenciosamente,

Anexos

COPER
CACAU

COOPERATIVA CENTRAL DE COCAU LTDA - COOPERATIVA CENTRAL
DE COCAU LTDA - COOPERATIVA CENTRAL DE COCAU LTDA